

Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Tese de doutorado

Do papel ao digital: problematização, desafios
e perspectivas na preservação das fontes na
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Andrea Gonçalves dos Santos

Pelotas/RS, 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Tese de doutorado

**Do papel ao digital: problematização, desafios e perspectivas na
preservação das fontes na Universidade Federal do Rio Grande - FURG**

Andrea Gonçalves dos Santos

Pelotas, 2025

Andrea Gonçalves dos Santos

**Do papel ao digital: problematização, desafios e perspectivas na
preservação das fontes na Universidade Federal do Rio Grande - FURG**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE-UFPe), como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação. Área de conhecimento: História da Educação.

Orientador: Dr. Eduardo Arriada
Co-orientador: Dr. Daniel Flores

Pelotas, 2025

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

S237d Santos, Andrea Gonçalves dos

Do papel ao digital [recurso eletrônico] : problematização, desafios e perspectivas na preservação das fontes na Universidade Federal do Rio Grande - FURG / Andrea Gonçalves dos Santos ; Eduardo Arriada, orientador ; Daniel Flores, coorientador. — Pelotas, 2025.
225 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Acervos. 2. Preservação. 3. História da educação. 4. FURG. I. Arriada, Eduardo, orient. II. Flores, Daniel, coorient. III. Título.

CDD 025.8

Andrea Gonçalves dos Santos

**Do papel ao digital: problematização, desafios e perspectivas na
preservação das fontes na Universidade Federal do Rio Grande - FURG**

Tese aprovada como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa da tese: 22 de abril de 2025

Banca examinadora:

Prof. Dr. Eduardo Arriada (Orientador)
Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS

Prof. Dr. Daniel Flores (Co-orientador)
Doutor em Documentação pela Universidad de Salamanca - USAL

Profa. Dra. Patrícia Weiduschadt
Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Profa. Dra. Vania Grim Thies
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica
Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Profa. Dra. Brenda Couto de Brito Rocco
Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT/Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

A vó Valquíria (*in memorian*) e ao tio Alberto (*in memorian*)...
obrigada por tudo, toda hora...

Agradecimentos

Ao finalizar mais uma etapa, espero que essas palavras consigam traduzir a dimensão do que levo no coração sobre o momento e sobre as pessoas que estiveram ao meu lado durante esses anos.

Difícil agradecer com palavras às pessoas que, de alguma forma, ajudaram-me a chegar até a realização de mais um sonho onde os conselhos, ajuda, apoio, confiança e motivação se sobrepuseram aos momentos de dúvida, frustração e desespero ao sofrer bloqueios de escrita. Nesse ponto, valorizo todo o caminho percorrido, com muitos erros e acertos, mas feliz por ser uma pessoa e profissional diferente de quando entrei no Programa.

Não existe outra palavra que defina, a não ser gratidão...

Aos meus pais, Carmen e Odil assim como aos meus irmãos Elisa, Ariel e Gabriela que sempre me incentivaram a seguir em frente, aos meus sobrinhos Gabriel, Thiago, Tim, Aquiles, Vitória e Alice e aos meus cunhados Alex e Martu, sempre torcendo por mim. Tenho orgulho de dizer que terão a primeira doutora da família...

Ao tio Alberto (*in memoriam*) quis Deus te levar tão cedo aos seus braços, eu não pude te dar a notícia no teu programa de rádio que a “sobrinha que mora no Brasil que é tão estudiosa” virou doutora... Difícil descrever em palavras a saudade que carrego da família que está longe...

Aos professores Dr. Eduardo Arriada, meu orientador e Dr. Daniel Flores, meu coorientador, um agradecimento especial por me auxiliarem em toda a trajetória acadêmica, com seus conselhos, orientações, sugestões, leituras e correções. O professor Eduardo me acolheu de uma forma calorosa, a todo momento me dando a tranquilidade para escrever sobre o que mais conheço... os arquivos. O professor Daniel me aceitou em uma nova empreitada, mesmo à distância, sempre presente com sugestões, indicações, “abraços de urso” em mensagens instantâneas e “nunca dizendo tudo” que promoveu sempre corresse atrás desesperada por mais material. Obrigada por tudo! Nada seria sem vocês!

Ao professor Dr. Alessandro Carvalho Bica por ter acolhido o convite de fazer parte da minha banca, fazendo significativas considerações no momento da

qualificação com sugestões e ideias. Agora na defesa de tese, sempre sendo tão gentil e amável com valiosas contribuições.

À professora Dra. Brenda Couto de Brito Rocco, por aceitar o convite de fazer parte da banca na defesa, fazendo valiosas contribuições para a área da documentação e informação.

À professora Dra. Patrícia Weiduschadt, que aceitou participar da minha banca, contribuindo com leituras e dicas, fazendo significativas considerações no momento da qualificação e da defesa, colocando-se à disposição para quando eu precisasse.

À professora Dra. Tânia Barbosa Salles Gava, por também fazer parte da equipe de minha banca na qualificação da tese, por suas importantes sugestões para a escrita da pesquisa.

À professora Dra. Vania Grim Thies, por ter aceitado o convite de fazer parte da minha banca, sempre se mostrando atenciosa com contribuições no momento da qualificação e da defesa, que me auxiliou no caminhar da pesquisa.

Aos todos os mestres que ao longo da minha vida acadêmica plantaram em mim a sementinha que acredito seja fundamental para um historiador da educação: a curiosidade. Especialmente aos professores do PPGE pelos ensinamentos.

Ao grupo de pesquisa CEIHE, que acompanharam minha trajetória, pelas conversas, ideias e por compartilharem comigo o amor pela História da Educação e pela Memória.

Às “orientandas do Arriada” Lizi, Jacque e Chéli por passar o isolamento da pandemia sentindo todas tão perto e especialmente as minhas amadas “pretensiosas” Eneusa, Simôni e Carolzinha pela paciência, conselhos, apoio, puxões de orelha e surtos coletivos, porém seguindo alto rigor científico... Difícil mensurar a importância de vocês para passar todo desafio... Ninguém solta a mão de ninguém...

Aos gestores que ocuparam os cargos de pró-reitor na Pró-Reitoria de Planejamento e Administração Mozart Tavares Martins Filho (2009-2021) e Diego D'Ávila da Rosa (2021-2025) e na gestão atual Elenise Ribes Rickes pelo apoio, incentivo e carinho. Obrigada pela oportunidade de crescimento pessoal e profissional ao ser coordenadora por quase sete anos e pelo convite para enfrentar novamente o desafio da gestão desde o ano passado da “menina dos olhos”...

A minha equipe da Coordenação de Arquivo Geral (CAG/FURG) Ângela, Daniele, Luciana, Luize, Henrique, Tatiane e Tauani pela força, incentivo e troca de ideias, não foi fácil superar todos os desafios nos últimos anos, mas temos conseguido!. Nada seria de mim sem a compreensão e incentivo de todos os dias, orgulhosa de poder contar com vocês sempre! Obrigada pelo apoio a cada momento!

Aos meus amigos da FURG Caroline, Karina, Leandro, Michele e Tais por torcer e ajudar sempre, colaborar com ideias, com caronas, com surtos loucos e nunca me deixar só!

Aos meus estimados entrevistados colegas da FURG, que me receberam com tão boa vontade, responderam tão rapidamente e depositaram sua confiança no meu trabalho. Por meio de suas narrativas, mobilizando suas memórias, generosamente, possibilitaram a realização desta pesquisa: Suzane Gonçalves, Danilo Giroldo, Diogo Paludo, Luis Azambuja, Mozart Martins Filho, Diego Rosa, Péricles Fernandes e Luciana Penna.

Neste momento não poderia me esquecer de Jaci Alfredo Carvalho Alves (*in memorian*) pelo carinho, por ter sido o mais querido prefeito universitário da nossa FURG. Também estendo meu agradecimento a Carlos Wanderley da Silva Barros, ao Seu Antônio e a toda a equipe dos carregadores... O Arquivo Geral não seria o que hoje é sem a sua ajuda, esforço, alegria e competência que sempre nos mostraram a solicitação realizada.

Aos amigos que souberam respeitar meus muitos períodos de “baixa bateria social” e sempre ficaram felizes e torceram por mim... Cariane, Felipe, Milena, Marcelo e Mariela, muito obrigada!

A Universidade Federal do Rio Grande por ser pública, gratuita e de qualidade onde #serfurg já diz tudo... Obrigada também à cidade do Rio Grande por me abraçar há 16 anos.

A todos, que de uma maneira ou de outra se fizeram presentes durante essa caminhada, muito obrigada!

“Todos nós que nos dedicamos à pesquisa histórica já passamos pela angustiante experiência de não encontrá-los pelo descuido intencional, sistemático e criminoso com que os acervos da História e da memória da Cultura e da Educação brasileiras vêm sendo dilapidados em nosso país. No entanto, paradoxalmente, poucos de nós viveram outra angústia: a de vasculhar os arquivos existentes, organizados e disponíveis. Seja por desconhecimento, impaciência, preguiça, desinteresse, descuido ou até falta de oportunidade, muitos pequenos grandes tesouros permanecem escondidos numa vasta gama de documentação "perdida" nos arquivos privados ou públicos, "tagarelando" e assustando o pesquisador, acuado justamente pela quantidade de informação aí reunida”. (Nunes, 2008, p. 38)

“Quem de nós já não vivenciou a experiência de ir a um arquivo e perceber que determinada política arquivística adotada ou, até mesmo, a boa relação com os arquivistas foi decisiva para achar (ou não) determinado documento ou determinado instrumento de pesquisa para o acesso a uma fonte?” (Anjos, 2018, p. 284-285)

Resumo

SANTOS, Andrea Gonçalves dos. **Do papel ao digital:** problematização, desafios e perspectivas na preservação das fontes na Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Orientador: Eduardo Arriada. Coorientador: Daniel Flores. 2025. 253f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

O presente trabalho apresenta a tese de que a criação, implantação de políticas, ações coordenadas específicas dão aos gestores os subsídios para preservar a memória, a identidade e a sua história nos tempos em que a Universidade caminha para a transformação digital. Por sua vez, a falta delas, ocasionam perdas e prejuízos inimagináveis, onde ações e decisões nas instituições escolares no presente influenciam na escrita e pesquisa da história da educação no futuro, não tão distante. Tem por objetivo geral é problematizar a preservação das fontes documentais na Universidade Federal do Rio Grande – FURG e como os gestores contribuem para a memória, história e identidade da Universidade nos tempos em esta que se caminha para a transformação digital?. E, partindo disso, entender como elas são percebidas nas práticas e representações de documentos institucionais e nas narrativas dos servidores envolvidos mediante as entrevistas realizadas. Especificamente identificaram-se os conflitos de memória/esquecimento inerentes no processo de preservação de documentos arquivísticos na Instituição; analisaram-se as políticas (e não políticas) nas práticas e representações que versam sobre acervos arquivísticos (produção, gestão, preservação e acesso) e sua relação com a memória institucional, e; Problematizam-se as práticas e representações dos servidores/gestores envolvidos na tomada de decisão com os documentos produzidos pela instituição. A proposta de análise está alicerçada na História Cultural, organizada a partir dos conceitos de práticas e representações de Chartier (2002), da análise sobre o discurso e dos conceitos de memória e esquecimento. Na metodologia utilizei fontes documentais e orais, obtidas por meio de entrevistas. Quanto à tese, é possível afirmar que embora haja um discurso, uma intencionalidade de preservação da memória na FURG, na prática se constatou que as ações desenvolvidas até os dias de hoje são esparsas e, na maioria das vezes sem articulação entre os setores que possuem esta atribuição. A falta de políticas de preservação digital, de adaptação dos sistemas e adoção de repositórios arquivísticos digitais confiáveis provoca instabilidade e incerteza em vários aspectos, impactando na gestão dos acervos e na preservação da memória. O resultado desta pesquisa não pretende ser considerado definitivo nem também o encerra para novas análises, entendemos que outras interpretações e pesquisas podem ser realizadas, a partir de diferentes abordagens teórico-metodológicas, de consultas a novas fontes ou de distintas formas de questionar aos sujeitos ou as fontes.

Palavras-chave: acervos; preservação; história da educação, FURG.

Abstract

SANTOS, Andrea Gonçalves dos. **From paper to digital:** problematization, challenges and perspectives in the preservation of sources at the Federal University of Rio Grande - FURG. Advisor: Eduardo Arriada. Co-advisor: Daniel Flores. 2025. 253p. Thesis (Doctorate Program in Education), Faculty of Education, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

This paper argues that the creation and implementation of policies and specific coordinated actions provide administrators with the tools to preserve memory, identity, and history as the University moves toward digital transformation. In turn, the lack of these policies leads to unimaginable losses and damage, where actions and decisions in educational institutions today influence the writing and research of the history of education in the not-so-distant future. The overall objective is to problematize the preservation of documentary sources at the Federal University of Rio Grande (FURG) and how administrators contribute to the University's memory, history, and identity as it moves toward digital transformation. Based on this, we understand how these conflicts are perceived in the practices and representations of institutional documents and in the narratives of the staff involved through interviews. Specifically, we identified the memory/forgetting conflicts inherent in the process of preserving archival documents at the Institution; The research analyzed the policies (and non-policies) in practices and representations related to archival collections (production, management, preservation, and access) and their relationship with institutional memory. The research also problematized the practices and representations of staff members/managers involved in decision-making regarding the institution's documents. The proposed analysis is grounded in Cultural History, organized based on Chartier's (2002) concepts of practices and representations, discourse analysis, and the concepts of memory and forgetting. In the methodology, I used documentary and oral sources obtained through interviews. Regarding the thesis, it can be stated that although there is a discourse and an intention to preserve memory at FURG, in practice, the actions developed to date are sparse and, in most cases, lacking coordination between the sectors responsible for this responsibility. The lack of digital preservation policies, system adaptation, and the adoption of reliable digital archival repositories causes instability and uncertainty in several aspects, impacting collection management and memory preservation. The result of this research is not intended to be considered definitive nor does it close it for new analyses. We understand that other interpretations and research can be carried out, based on different theoretical-methodological approaches, consultations with new sources or different ways of questioning the subjects or sources.

Keywords: collections; preservation archives; history of education, FURG.

Resumen

SANTOS, Andrea Gonçalves dos. **Del papel a lo digital**: problematización, desafíos y perspectivas de la preservación de fuentes en la Universidad Federal do Rio Grande - FURG. Director: Eduardo Arriada. Codirector: Daniel Flores. 2025. 253p. Tesis (Doctorado en Educación), Facultad de Educación, Universidad Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

Este trabajo presenta la tesis de que la creación e implementación de políticas y acciones coordinadas específicas proporciona a los administradores las herramientas para preservar la memoria, la identidad y la historia a medida que la Universidad avanza hacia la transformación digital. A su vez, la falta de estas políticas conlleva pérdidas y daños inimaginables, donde las acciones y decisiones en las instituciones educativas actuales influyen en la escritura y la investigación de la historia de la educación en un futuro próximo. El objetivo general es problematizar la preservación de las fuentes documentales en la Universidad Federal de Rio Grande (FURG) y cómo los administradores contribuyen a la memoria, la historia y la identidad de la Universidad en su transición hacia la transformación digital. Con base en esto, comprendemos cómo se perciben estos conflictos en las prácticas y representaciones de los documentos institucionales y en las narrativas del personal involucrado mediante entrevistas. Específicamente, identificamos los conflictos memoria/olvido inherentes al proceso de preservación de documentos de archivo en la Institución. La investigación analizó las políticas (y no políticas) en las prácticas y representaciones relacionadas con las colecciones de archivo (producción, gestión, preservación y acceso) y su relación con la memoria institucional. La investigación también problematizó las prácticas y representaciones del personal/gerente involucrado en la toma de decisiones sobre los documentos de la institución. El análisis propuesto se fundamenta en la Historia Cultural, organizada a partir de los conceptos de prácticas y representaciones de Chartier (2002), el análisis del discurso y los conceptos de memoria y olvido. En la metodología, utilicé fuentes documentales y orales obtenidas mediante entrevistas. En cuanto a la tesis, se puede afirmar que, si bien existe un discurso y una intención de preservar la memoria en la FURG, en la práctica, las acciones desarrolladas hasta la fecha son escasas y, en la mayoría de los casos, carecen de coordinación entre los sectores responsables de esta responsabilidad. La falta de políticas de preservación digital, la adaptación del sistema y la adopción de repositorios archivísticos digitales confiables genera inestabilidad e incertidumbre en diversos aspectos, lo que impacta la gestión de las colecciones y la preservación de la memoria. El resultado de esta investigación no pretende considerarse definitivo ni la cierra a nuevos análisis. Entendemos que se pueden realizar otras interpretaciones e investigaciones, basadas en diferentes enfoques teórico-metodológicos, consultas con nuevas fuentes o diferentes formas de cuestionar a los sujetos o las fuentes.

Palabras clave: colecciones; preservación; historia de la educación, FURG.

Lista de figuras

Figura 1	Acidente na sala de processamento do Arquivo Geral no Campus Cidade da Universidade Federal do Rio Grande – FURG em 2010.....	27
Figura 2	Relações entre os sujeitos, as práticas e as representações.....	39
Figura 3	Relações dos documentos nas três idades (corrente, intermediário e permanente).....	42
Figura 4	Publicação do Decreto-Lei nº 774/1969 no Diário Oficial.....	56
Figura 5	Primeiro organograma da URG.....	57
Figura 6	Imagem aérea do Campus Rio Grande da FURG.....	60
Figura 7	Sequencia de fotos das instalações do Arquivo no Campus Cidade da Universidade Federal do Rio Grande – FURG em 2009.....	70
Figura 8	Sequencia de fotos do acervo em contêiner no Campus Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande – FURG em 2009.....	71
Figura 9	Organograma da PROPLAD em 2024.....	72
Figura 10	Prédio da Coordenação de Arquivo Geral no Campus Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande – FURG em 2014.....	74
Figura 11	Processo de gestão segundo a norma AZ/NZS 4360.2004.....	88
Figura 12	Adaptação dos níveis de identificação de riscos.....	89
Figura 13	Preservação no contexto do modelo OAIS.....	95
Figura 14	Descrição do acervo de atas do Conselho Universitário no software AtoM.....	152
Figura 15	Primeira reportagem referente a segunda cerimônia de posse de servidores no NUME.....	158
Figura 16	Sequencia de fotos das instalações do galpão para a futura construção do prédio do Arquivo Geral no Campus Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande – FURG em 2013.....	162
Figura 17	Detalhe da estante estilo porta pallet na Sala de Acervo	163

	Intermediário na Coordenação de Arquivo Geral (CAG).....	
Figura 18	Detalhe do arquivo deslizante na Sala de Acervo Permanente na Coordenação de Arquivo Geral (CAG).....	164
Figura 19	Sequencia de fotos que mostra o ataque de agentes biológicos no acervo transferido a Coordenação de Arquivo Geral (CAG).....	166
Figura 20	Acesso ao Protocolo desde a permissão para servidores do Arquivo Geral.....	168
Figura 21	Primeira reportagem referente ao funcionamento do Sistema de Emissão de Documentos (Sedoc) na FURG.....	169
Figura 22	Primeira reportagem referente a implantação do processo eletrônico na FURG.....	171
Figura 23	Espaço físico do NUME na asa leste do Cidec-Sul.....	181
Figura 24	Fotografia do espaço expográfico do NUME na asa leste do Cidec-Sul.....	182
Figura 25	Fotografia tomada durante a posse de novos servidores na FURG.....	182

Lista de quadros

Quadro 1	Códigos de classificação das atividades-meio do Poder Executivo Federal e das atividades-fim das IFES.....	76
Quadro 2	Características dos agentes de dano internos e externos.....	81
Quadro 3	Características da força física.....	82
Quadro 4	Características das pestes (ou prgas).....	84
Quadro 5	Características da luz (visível, infravermelha e ultravioleta).....	85
Quadro 6	Características da temperatura incorreta.....	87
Quadro 7	Características do projeto de implementação.....	94
Quadro 8	Relação de documentos oficiais da Universidade utilizados na pesquisa.....	102
Quadro 9	Lista dos entrevistados para a tese.....	108
Quadro 10	Instruções normativas que articulam com as políticas sobre gestão documental na Universidade.....	146

Lista de abreviaturas e siglas

AARS	Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACOR-RS	Associação dos Conservadores-Restauradores de Bens Culturais Móveis do Rio Grande do Sul
ACTDR	<i>Audit and Certification of Trustworthy Digital Repositories</i>
ASPHE	Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação
CAG	Coordenação de Arquivo Geral
CCI	<i>Canadian Conservation Institute</i>
CCSDS	<i>Consultative Committee for Space Data Systems</i>
CEIHE	Centro de Estudos e Investigações em História da Educação
CGDig	Comitê de Governança Digital
CGPD	Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais
CGSI	Comitê Gestor de Segurança da Informação
CGTI	Centro Gestor de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria-Geral da União
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CODEP	Conselho Departamental
COEPEA	Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração
COEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
ComCur	Comissão de Curso
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CONSUN	Conselho Universitário
CPAD	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
CPADS	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FP/UNA	Escuela Politécnica de la Universidad Nacional de Asunción
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
Hisales	Centro de memória e pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior

ICHI	Instituto de Ciências Humanas e da Informação
LAI	Lei de Acesso à Informação
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
NUME	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos
OAIS	<i>Open Archival Information System</i>
PEN	Processo Eletrônico Nacional
PPGAU	Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGPC	Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural
PROITI	Pró-Reitoria de Inovação e Tecnologia da Informação
PROPLAD	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
RDC-Arq	Repositório Arquivístico Digital Confiável
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SIARQ/FURG	Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Rio Grande
SIGA	Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
SISu	Sistema de Seleção Unificada
SRA	Sub-Reitoria Administrativa
SREP	Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa
SubSiga	Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos
SURPLADE	Sub-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
UBA	Universidad de Buenos Aires
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
URG	Universidade do Rio Grande

Sumário

Introdução.....	18
1 Iniciando o percurso no referencial teórico.....	31
1.1 Ancorando a pesquisa na História Cultural.....	31
1.2 Nas práticas e representações.....	35
1.3 Entre documentos e fontes.....	41
1.4 O discurso.....	49
2 Por dentro do contexto de produção.....	53
2.1 Contextualizando a Universidade Federal do Rio Grande – FURG.....	53
2.2 As contribuições do tratamento arquivístico.....	60
2.2.1 Origem do acervo arquivístico e sistemática de organização.....	66
2.3 A conservação e preservação de fontes.....	78
3 Percursos metodológicos da pesquisa.....	97
3.1 Caracterizando a pesquisa.....	97
3.2 As práticas metodológicas.....	100
3.3 Definindo os entrevistados da pesquisa.....	107
4 Memória, esquecimento e a preservação das fontes.....	111
4.1 Entre lugares e intenções.....	111
4.2 Conflitos e tensões.....	118
5 Analisando os arquivos: suas políticas, práticas e representações...	128
5.1 Políticas públicas relacionadas aos documentos de arquivo.....	128
5.2 Políticas (e não políticas) nos documentos da Universidade.....	139
5.3 Do papel ao digital.....	159
5.4 Interpretações possíveis das práticas e das representações.....	177
Considerações finais.....	189
Referências.....	199
Apêndices.....	215
Apêndice A – Valores relacionados ao valor primário.....	216
Apêndice B – Classificação dos documentos por categorias.....	217
Apêndice C – Classificação dos gêneros documentais.....	218
Apêndice D – Etapas da construção do prédio do Arquivo Geral.....	219

Apêndice E – Roteiro da entrevista para a pesquisa.....	220
Apêndice F – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	222
Apêndice G – Carta de cessão de direitos sobre depoimento oral.....	224
Apêndice H – Cargos durante as gestões dos reitores desde 2013.....	225

Introdução

As relações entre o homem e os acervos arquivísticos organizados e preservados colaboram na construção da memória das instituições escolares e são, em alguns casos, a única fonte da qual dispõem os historiadores da educação para pesquisa. O estudo da História da Educação brasileira utiliza informações contidas nos documentos (nos mais diversos formatos e suportes) produzidos ao longo da história que registram as práticas educacionais, docentes e alunos, discursos, ideais, percepções... como reflexo da cultura nos mais diversos grupos sociais.

A informação é o estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada. (Ribeiro, 2011, p. 66). Buckland (1991) apresenta três significados de “informação” diferentes: “Informação-como-processo”; “informação-como-conhecimento”; e “informação-como-coisa”, utiliza a “informação” para denotar coisas entendidas como informativas.

Assim, a natureza e características da “informação-como-coisa” são discutidas, utilizando uma aproximação indireta (“Que coisas são informativas?”), incluindo dados, textos, documentos, objetos e eventos. Para o autor, a “informação-como-coisa” está relacionada a “informação de sistemas, porque sistemas de informação incluem “sistemas específicos” e sistemas de recuperação podem relacionar-se diretamente com informação nesse sentido” (Buckland, 1991, p. 2). Para o autor, é possível vislumbrar a informação-como-coisa como evidência, “embora sem implicar que o que foi lido, visto, ouvido ou percebido ou observado tenha sido necessariamente exato, útil ou pertinente aos propósitos do usuário” (1991, p. 4).

A evidência é “um termo apropriado porque denota algo relacionado à compreensão, algo que, se encontrado e corretamente compreendido possa mudar um saber, uma crença, que diga respeito a algum assunto” (Buckland, 1991, p. 4).

Assim, o termo implica passividade pois a “informação-como-coisa” não faz nada ativamente. As pessoas realizam coisas com a informação ou para a informação ao examinar, descrever e categorizar. Compreendem, interpretam bem ou mal, resumem ou refutam. Podem até falsificá-la, alterá-la, escondê-la ou destruí-la. A essência da evidência é precisamente o que a percepção das pessoas pode alterar aquilo que acreditam que sabem (Idem, Ibidem).

A aproximação do termo informação para além de dados e documentos, proposta pelo autor, incluem objetos e eventos, representa uma expansão conceitual, sendo possível definir informação como evidência com potencial informacional estabelecendo a relevância da tangibilidade e materialidade como meios de acesso à informação. Permite reconhecer as representações de ideias, conceitos e conhecimentos em quaisquer recursos físicos com potenciais informacionais em suas estruturas e devidas contextualizações (Buckland, 1991).

Para Fevre (apud Le Goff, 2013):

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo que o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedra feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (Fevre apud Le Goff, 2013, p. 490).

Buckland (1991) permite considerar a informação como situacional, registrado, comunicado e percebido socialmente, como uma espécie de suporte para a representação de fenômenos físicos e/ou conceituais. Desse modo, o autor considera que a materialidade das representações informacionais simboliza um meio de referenciar concretamente a informação, já que a informação-como-coisa, torna possíveis seus processos descritivos, comunicativos e representativos em um sistema de informação.

Na presente tese entendemos por documento “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, que é considerado como documento ou ‘fonte’” (Cellard, 2010, p. 296). Se bem o documento é qualquer “unidade de

informações, qualquer seja o suporte ou formato” (Arquivo Nacional, 2005, p. 73), o documento de arquivo é a informação registrada, independente da forma ou do suporte dotado de organicidade, que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades. Assim, o arquivo é o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente do suporte” (Arquivo Nacional, 2005, p. 27). Nesse contexto, Bacellar (2008), adverte de que nenhum documento é neutro, pois

[...] sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu [...] Um dos pontos cruciais de uso de fontes reside no contexto de sua época [...] Acima de tudo, o historiador precisa entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem a escreveu [...] ser historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu, somente entendidas com o olhar crítico e a correta contextualização do documento que se tem em mãos (Bacellar, 2008, p. 63).

A temática que pesquiso neste trabalho abrange questões relacionadas aos espaços de memória da educação, à constituição e preservação de acervos escolares, à relação das instituições escolares com as políticas públicas, o discurso contido em documentos institucionais e nos atores envolvidos sobre a preservação de acervos; a problematização e a importância dos profissionais que atuam na gestão dos documentos como verdadeiros guardiões de memória, refletindo sobre políticas (e não políticas) que envolvam o tratamento e salvaguarda da história da educação, onde os resultados expostos vão muito além de contribuições para o campo da História da Educação, produzem também muitos significados pessoais e profissionais.

A tese se insere na Linha de pesquisa Filosofia e História da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl). Tem como tema a problematização da preservação das fontes documentais na fase de transição entre o papel e o digital na Universidade Federal do Rio Grande – FURG a partir das práticas e representações contidos, tanto em documentos institucionais, como nos servidores/gestores envolvidos na tomada de decisões, que juntos dão forma aos objetivos institucionais.

Diante desse tema, busco responder a duas questões centrais, tomadas aqui como problema de pesquisa, as quais movem este estudo: As práticas e representações em documentos institucionais e nas narrativas dos servidores envolvidos contribuem para a memória, a identidade e a preservação da sua história nos tempos em que a Universidade caminha para a transformação digital? Se existe essa preocupação, ela é inerente aos gestores ou é motivada pela insistência do Estado em adequar-se as suas solicitações?

Embora este estudo queira entender os desafios da preservação de fontes na atualidade, analisando para isso, o documento, conceitos de conservação e preservação e a importância da ação no presente para a pesquisa no futuro, a *priori* pesquisa também iria procurar apontar a visão dos servidores envolvidos no assunto: historiadores da educação, profissionais que atuam nos acervos e gestores das Universidades Federais. Contudo, ao desenvolver da pesquisa, decidiu-se focar na Instituição e nos servidores/gestores envolvidos com as tomadas de decisão: que contemplaria gestores que atuam ou atuaram nas áreas de arquivologia, tecnologia da informação, planejamento e a Alta Administração. Ainda neste trabalho, pretendo demonstrar que as ações e decisões nas instituições escolares no presente influenciam a escrita e pesquisa da História da Educação no futuro.

O objetivo geral desta pesquisa é problematizar a preservação das fontes documentais na Universidade Federal do Rio Grande – FURG. quais os desafios e perspectivas relacionadas a essa questão e como os gestores contribuem para a memória, história e identidade da Universidade nos tempos em esta que se caminha para a transformação digital?. E, partindo disso, entender como elas são percebidas nas práticas e representações de documentos institucionais e nas narrativas dos envolvidos mediante as entrevistas realizadas.

A pesquisa possui os seguintes objetivos específicos: Identificar os conflitos de memória/esquecimento inerentes no processo de preservação de documentos arquivísticos na Instituição; Analisar as políticas (e não políticas) nas práticas e representações que versam sobre acervos arquivísticos (produção, gestão, preservação e acesso) e sua relação com a memória institucional, e; Problematicar as práticas e representações quanto aos desafios e perspectiva nas narrativas dos envolvidos na tomada de decisões que conduzem a transformação digital dentro da Universidade.

Reforço, ainda, que a relevância do estudo a respeito da visão e decisões dos servidores que ocupam lugares na gestão na universidade, em décadas anteriores, que ainda hoje ecoa na garantia do acesso à informação, na responsabilidade da gestão de documentos por parte de servidores públicos e o compromisso da Alta Administração com a preservação da sua memória. Memória contida nos seus mais diversos acervos e nos mais diversos espaços na instituição (Arquivo Geral, Núcleo de Memória, Centro Gestor de Tecnologia da Informação, espaços de memória nas Unidades administrativa ou educacionais, etc.). Esta visão de Universidade é um processo que se percebe enquanto construção histórica que, ao longo dos anos, teve sua evolução e crescimento, sendo essa construção produto e processo de um contexto mais amplo, resultado de múltiplos determinantes.

Cabe destacar que a escolha por fazer uma tese tomando como base a preservação de fontes na Universidade Federal do Rio Grande - FURG deve-se a vários fatores, entre eles, o ineditismo do seu enfoque mesmo que já existam pesquisas sobre preservação, é a primeira realizada com este viés tratando de documentos arquivísticos elencando as fontes documentais e orais com ênfase na sua preservação na iminência de uma transformação digital. Outra justificativa se encontra na facilidade de localização, acesso e uso das fontes documentais, a maioria digitalizada ou nato-digital assim como a possibilidade de realizar entrevistas com servidores ativos e aposentados da Instituição.

Dessa forma, com a presente tese pretendo contribuir para posteriores pesquisas no campo da História da Educação que tenham interesse em estudar questões que abordam preservação de fontes, visibilizando novas interlocuções com áreas como a Arquivologia além de mostrar outras possibilidades investigativas e visões da área.

Assim, escolhi como objeto de pesquisa a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, por contar com setores institucionalizados responsáveis pela gestão documental, pelo desenvolvimento de sistemas, segurança da informação e preservação dos documentos na Universidade e com profissionais em diferentes cursos de graduação em seu quadro de servidores permanentes que, desde o momento da chegada à Instituição, gerenciam, protegem, dão acesso e preservam estes acervos, seja no suporte convencional (papel) quanto em suporte digital (eletrônico, nato-digital, digitalizado). Analiso a problematização nos esforços na preservação de fontes/documentos, assim como os desafios e perspectivas desse

em momentos de mudanças, tanto de legislação, quanto de novas formas de pesquisa, por meio do acesso à internet, por mudança de sistemas ou de suportes.

O embasamento e a discussão do referencial teórico colaboram para a construção de uma narrativa histórica e coerente, onde articulo autores teóricos da História Cultural. Os autores foram essenciais para tentar decifrar a “realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo” (Pesavento, 2003, p. 42), para apresentar uma possível compreensão do passado e não uma única verdade, mas uma entre tantas possíveis (Burke, 2021). A pesquisa está inserida na História Cultural, como já citei, e fiz uso de entrevistas como método de pesquisa, relacionando os conceitos de memória.

Em esta relação, conforme Tail (2011) a memória é a capacidade do indivíduo de adquirir, reter e evocar informações adquiridas anteriormente, sendo uma faculdade cognitiva que forma a base para a aprendizagem. Por sua vez, a história separa e seleciona os fatos. Petrifica, congela e, sobretudo, mata os momentos de memória, pois coloca o passado como algo distante e misterioso, sendo necessário sempre ser analisada, criticada e revista. Ligada à continuidade temporal, às evoluções e às relações das coisas. Por um lado, a história cria uma identidade universal que precisa ser absorvida, por outro, ela vai de encontro às várias identidades fragmentadas, cada qual com sua memória específica. Assim, a “memória é o absoluto e a história o relativo”.

Nesse sentido, utilizo a memória como fio condutor, por meio das narrativas, entre os servidores e suas lembranças, percepções e opiniões, que me ajudou em todo o processo ao longo da pesquisa. A pesquisa para a tese teve início a partir de um levantamento de nomes realizado na página da Transparência da Instituição em dois momentos, em 2023 e 2025, comparando duas gestões de reitores (do Danilo Giroldo e da Suzane da Rocha Vieira Gonçalves). Durante as conversas com os servidores, novos nomes foram surgindo e estabelecemos um número proporcional de participantes.

Assim, para a realização das entrevistas, a internet mostrou ser uma ferramenta ágil, completa e dinâmica, utilizando a Plataforma *Microsoft Teams* para gravar as entrevistas. A primeira entrevistada como pré-teste da entrevista semiestruturada foi Luciana Penna, coordenadora do arquivo (2000-2004), em agosto de 2023. Após a análise das primeiras entrevistas, algumas perguntas foram

acrescidas e outras modificadas, o que provocou uma nova entrevista em setembro de 2023. A realização das entrevistas compreendeu o período de agosto de 2023 a março de 2025. Este novo corpus da pesquisa encaminhou a análise dos dados que oportunizou um olhar reflexivo, compreensivo e dinâmico.

Salienta-se aqui que a primeira entrevista não foi apresentada no exame de qualificação da pesquisa, pois não pareciam estar completas sob o nosso ponto de vista. A partir de ali, tentou-se escolher uma quantidade de servidores que representam os principais gestores envolvidos com a tomada de decisão ou planejamento de políticas e atividades referentes à preservação da história e memória da FURG, observado a transição pela mudança de gestão que começou em outubro de 2024.

Na intenção de responder às problematizações aqui propostas, analiso documentos oficiais (políticas, publicações, fotografias e reportagens produzidas pela instituição que constam no acervo do Arquivo Geral e no Portal da FURG). Debrucei-me também sobre a análise das entrevistas, baseados num roteiro semi estruturado, realizados com alguns gestores, com tempos de serviço de variam de quarenta a treze anos de trabalho dedicado a FURG.

Em relação à análise das narrativas, ao longo da pesquisa realizei sete entrevistas com servidores (tanto ativos quanto inativos) durante o período de agosto de 2023 até março de 2025. A escolha dos entrevistados corresponde aos gestores a partir de 2013 (com a primeira gestão de Cleuza Maria Sobral Dias) até o presente, na gestão de Suzane da Rocha Vieira Gonçalves, iniciada em janeiro de 2025. Este período também corresponde ao maior índice de publicações de e criação de grupos de trabalho e comitês que se encarregaram de produzir documentos oficiais (como políticas e instruções normativas) e a alta demanda pelo Governo Federal em adequação de procedimentos visando a gestão documental, a digitalização e a adoção de plataformas como soluções tecnológicas (repositórios arquivísticos digitais confiáveis, assentamento funcional digital, acervo acadêmico, etc.).

Chegando até aqui encontro a necessidade apresentar um pouco da minha trajetória de vida, das minhas escolhas e subjetividades que justificam a realização pessoal e profissional que se misturam com as dúvidas, reflexões e desafios que se apresentam nesta tese. Desde o começo, desde criança, gostada de papéis, gostava de brincar de organizar, guardar, carregar... Eventualmente variava as

brincadeiras simulando sorteios, muito característico de programas televisivos infantis da década de 1980 na Argentina. Após terminar o ensino médio em 1994, formando-me como bacharel com orientação pedagógica, minha intenção era cursar a graduação em História ou em Ciências da Educação na Universidade de Buenos Aires – UBA, que acabou não acontecendo e ingressei num curso de secretariado executivo. Me apaixonei pela datilografia que consegui aprimorar desde o ensino médio até as rotinas administrativas.

Em 1998 emigrei para o Brasil com meu irmão Ariel, sabendo somente quatro frases em português. Oi, tudo bem? Bom dia. Boa tarde. Boa noite. No ano seguinte, o restante da família chegaria ao Brasil, meus pais e a minha irmã Gabriela. Após morar nas cidades de Cachoeirinha, Gravataí e Bagé, minha família decidiu abrir um comércio em Santa Maria, onde ingresso na Universidade Federal de Santa Maria em 2004, no curso de Arquivologia.

Em 2009 assumo como arquivista na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sendo a segunda chamada no concurso público para provimento de vaga e a primeira arquivista lotada na Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD, na época era Mozart Tavares a chefia imediata. Com a criação do Arquivo Geral em 2010 e se convertendo a Coordenação de Arquivo Geral em 2013, fui convidada a ser coordenadora, permanecendo no cargo até 2020, momento no qual assumi como professora substituta do Curso de Arquivologia da FURG. Retorno ao cargo em janeiro de 2024, na gestão de Diego Rosa e fui novamente convidada na atual gestão de Elenise Rickes, permanecendo como coordenadora até hoje, dentro do quadro permanente da Universidade.

Desde meu ingresso na Universidade também tive envolvimento com associações profissionais. Fui membro do Conselho Fiscal da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul - AARS (2009-2013), vice-presidente (2013-2017) e presidente (2017-2019) e membro da Junta Governativa em 2019, Representante do segmento de associações profissionais no CNPC do Ministério da Cultura - MinC (2012-2014) e membro do Conselho Fiscal da Associação dos Conservadores-Restauradores de Bens Culturais Móveis do Rio Grande do Sul - ACOR-RS (2019-2021) e presidente desde 2021.

Em 2009, o Arquivo Geral nem era um arquivo institucionalizado, quando precisamos retirar uma massa acumulada de documentos que se encontrava num contêiner no Campus Carreiros. Fizemos o traslado até as instalações precárias no

Campus Cidade, perto da Refinaria Ipiranga. Com a identificação de documentos anteriores à criação da FURG, em 1969, surgiu a ideia em 2010 de desenvolver atividades com esses acervos e participei da seleção para o do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural (PPGPC) da UFSM.

O ingresso ao Programa permitiu realizar e documentar o tratamento e organização do acervo de uma das extintas faculdades que deram origem à Universidade, onde consegui me aprofundar no conhecimento e identificação dos diversos documentos, suas relações hierárquicas e história da Universidade. A necessidade de identificação e organização, neste caso para a Faculdade de Direito, propiciou o desenvolvimento da dissertação de mestrado “Descrivendo o patrimônio documental da FURG: Faculdade de Direito Clóvis Bevilaqua (1959-1972)” sob orientação do professor Daniel Flores.

Após o primeiro contato, o sentimento foi inevitável... Eu “devia” organizar também as outras unidades de ensino isoladas que formam a FURG, só não contava que, no começo do mestrado teria um acidente de trabalho. Em novembro do mesmo ano, na área de processamento técnico do Arquivo Geral, ocorre um acidente devido a um erro na montagem das estantes de aço recém-instaladas, provocando um desabamento em “efeito dominó”, ferindo a mim e a um terceirizado que me ajudava no momento. Este incidente provoca a perda de mais de 40 (quarenta) estantes, além de instaurar o “caos”, ao misturar toda a documentação.

Figura 1 - Acidente na sala de processamento do Arquivo Geral no Campus Cidade da Universidade Federal do Rio Grande – FURG em 2010



Fonte: Acervo da Coordenação de Arquivo Geral da FURG, 2025.

Somente dez meses após o acidente, que tínhamos a identificação mínima dos documentos misturados. Em 2012, acontece outra situação que me preocupa, além da equipe, a toda a instituição, devido a um problema na área de tecnologia da informação, todos os e-mails relacionados às contas @furg.br foram perdidos, ou seja, o conteúdo tanto contas de servidores quanto dos setores que utilizam o correio institucional perderam registros e documentos. Após o episódio, o serviço de webmail voltou à normalidade, porém nenhuma mensagem foi recuperada.

Minha busca em qualificar a minha profissão me leva a graduar-me como bacharela em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis (2018), na Universidade Federal de Pelotas – UFPel e desde antes de entrar no curso, possuo uma excelente relação com a Unidade de Arquivo da instituição, onde ainda hoje procuro, ajudar na gestão de documentos com conselhos, informações sobre legislação, procedimentos e práticas de gestão e cursos de capacitação.

Em 2020, ingresso no Programa de Pós-graduação (PPGE/UFPel), na linha de Filosofia e História da Educação, quase por acidente... O interesse era fortemente partilhado por uma colega da FURG, lotada em uma Unidade Acadêmica. Em poucos dias, juntas definimos o objeto, problema de pesquisa,

objetivo geral e objetivos específicos para participar da seleção. Além disso, combinamos que eu faria também a seleção para ajudar nesse momento que é mistura de expectativas com tensão. Aconteceu que somente eu me inscrevi, pois ela precisava amadurecer mais a ideia enquanto assumir um compromisso tão grande quanto um doutorado e eu fui selecionada para ser orientanda do professor Eduardo Arriada.

Ao ingressar no Programa e, conseqüentemente, ao Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE)¹, comecei a perceber novos diálogos e relações possíveis entre a Arquivologia e a História da Educação e, como a partir dessas relações aliada à memória, eu poderia desenvolver uma pesquisa que procura-se colaborar com a preservação de documentos arquivísticos, como fontes da História da Educação, e analisar sobre esse caminho que a FURG está percorrendo do papel ao digital.

Desde 2020 até o presente momento, me sinto como uma atleta numa carreira com obstáculos, onde os obstáculos variam e se intercalam de pequenos a grandes... Seleção para ingresso, aulas remotas devido a pandemia de Covid-19, professora substituta do Curso de Arquivologia, arquivista do Arquivo Geral (estes dois cargos realizados sem afastamento para cursar a pós-graduação), leituras em história da educação, tentar articular melhor os textos com as teorias e metodologias da área e a escrita em primeira pessoa...

Atualmente, vencidos alguns “obstáculos” ainda me mantenho na “pista de corrida” com mais pela frente... Sou docente convidada da Escuela Politécnica da Universidad Nacional de Asunción (FP/UNA) pela quarta vez ministrando uma disciplina como docente convidada nos cursos de pós-graduação² sobre preservação, conservação preventiva, gestão de riscos e restauração. Além de coordenar o Arquivo Geral, sou membro do Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI), presido a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS), o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPD), a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD/FURG), o Comitê do

¹ Grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPel) na linha de Filosofia e História da Educação.

² Mestrado em Gestão da Investigação e da Informação (Módulo de Restauração de Documentos em 2024 e 2025 e Módulo Conservação e Restauração de documentos em 2016), Especialização em Gestão Documental e Administração de Arquivos (Módulo de Restauração de Documentos em 2025) e Mestrado em Ciências da Informação (Módulo em Preservação e digitalização de documentos em 2017)

SEI-FURG e sou a encarregada de dados pessoais da Universidade. É muito trabalho? Sim. É muita responsabilidade? Também. Mas também envolve amor pela profissão e a necessidade de colaborar, seja na gestão ou na preservação da história da FURG. É isso que me move, é a minha essência... Não tenho dúvidas que a minha trajetória, enquanto servidora da FURG, me possibilitou estar na pesquisa, fazer a pesquisa e retomar a pesquisa e chegar até este momento. Após a apresentação das motivações pessoais, passo a apresentar a estrutura do trabalho, dividida em oito seções. Na introdução, foram expostas as motivações pessoais e profissionais, a definição do tema, o histórico do problema, os objetivos geral e específico, que serão respondidos na tese, bem como a justificativa, a relevância deste estudo para o campo da História de Educação e uma breve apresentação do objeto de estudo.

A primeira seção, definida como “Iniciando o percurso o referencial teórico” apresenta e articula conceitos a respeito da História Cultural como âncora da pesquisa em História da Educação e os modos de fazer e de ser na subseção “Nas práticas e representações”. Discorro sobre os documentos/fontes, suas características e sua utilização na tese na subseção “Entre documentos e fontes” e as articulo com a subseção “O discurso”, que dialogam com as fontes documentais e orais (entrevistas realizadas) que foram utilizadas para a elaboração da tese, que, diferente da metodologia da análise do discurso, são abordamos sob outro referencial teórico.

A segunda seção, definida como “Por dentro do contexto de produção” apresenta as características da cidade e a sua economia desde final do século XIX na subseção chamada “Contextualizando a Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Discorro sobre a teoria que embasa o tratamento arquivístico de acervos na subseção “As contribuições do tratamento arquivístico” e o relaciono especificamente ao acervo arquivístico da Universidade: como se origina na instituição, a criação do Arquivo Geral e as atividades realizadas em “Origem do acervo arquivístico e sistemática de organização”. Na subseção “Conservação e preservação de fontes documentais”, discorremos e articulamos conceitos e legislação que se referem à “Preservação de documentos em suporte convencional” e a “Preservação de documentos digitais”.

A terceira seção, chamada de “Percurso metodológico da pesquisa” reúne o conjunto de procedimentos e técnicas que definem como a pesquisa foi realizada. O

percurso é apresentado nas subseções “Caracterizando a pesquisa” com o enfoque de pesquisa qualitativa, “As práticas metodológicas” discorro sobre a metodologia utilizada (pesquisa documental e entrevista) e contextualizei as fontes que foram utilizadas na pesquisa. Finalmente em “Definindo os sujeitos da pesquisa” apresentei aos entrevistados e sobre a realização das entrevistas assim como identifiquei as categorias analíticas das narrativas.

A quarta seção, definida como “Memória, esquecimento e a preservação das fontes”, tem como objetivo apresentar algumas contribuições de autores que relacionam a “Memória e o esquecimento” e que nos ajudam a articular esses conceitos com os acervos arquivísticos. Assim, apresento e reflito sobre os “Conflitos e tensões” que atualmente circundam o objeto de pesquisa.

A quinta seção, definida como “Analisando os arquivos: suas políticas, práticas e representações” apresenta a subseção “Políticas públicas relacionadas aos documentos de arquivo” onde apresento as políticas, portarias e resoluções emanadas do Governo Federal que se relacionam com as atividades gestão, o acesso e a preservação dos documentos de arquivo. Na subseção “Políticas (e não políticas) nos documentos da Universidade” apresento todas as diretrizes fundamentadas em documentos oficiais e as ações que diretamente impactam nos documentos da Instituição. Na subseção “Do papel ao digital” discorro sobre os fatos acontecidos nesse movimento de transformação até a atualidade. Finalmente na subseção “Interpretações possíveis entre práticas e representações” apresento uma breve análise, sob a perspectiva de Roger Chartier, destacando a relevância das práticas culturais e das representações na construção do sentido dos textos, que revelam-se fundamentais para garantir a eficácia comunicativa e a legitimidade institucional dos documentos elaborados a partir do conhecimento e *expertise* dos servidores. Ao se apropriarem de normas, linguagens técnicas e formas padronizadas, esses profissionais não apenas produzem documentos funcionais, mas também reafirmam valores, hierarquias e identidades administrativas.

Após apresentar toda a construção que fundamenta e sustenta a tese, apresento algumas as “Considerações finais” onde reflito, especialmente, sobre as contribuições desta pesquisa ao campo da História da educação. A tese finaliza com a apresentação das “Referências” e dos “Apêndices”. Desse modo, dou início à apresentação sobre a preservação dos documentos, que produzem representações

sobre a gestão documental, que geraram apropriações por parte dos gestores, promovendo suas práticas baseadas nas apropriações de tais representações.

1 Iniciando o percurso no referencial teórico

Nesta seção, apresento e articulo conceitos a respeito da História Cultural como âncora da pesquisa em História da Educação e as práticas e representações que dialogam com as fontes documentais e orais (entrevistas realizadas) que utilizei para a elaboração da tese.

1.1 Acorando a pesquisa na História Cultural

A história pode ser dividida, conforme Burke (2021) em quatro fases: a “clássica”, a “história social da arte” (que começa em 1930), a “história da cultura popular” (na década de 1960) e a “nova história cultural”. Esta última, segundo o autor “outrora uma Cinderela entre as disciplinas, desprezada por suas irmãs mais bem-sucedidas, foi redescoberta nos anos 1970,[...]. Desde então vem desfrutando de uma renovação, sobretudo no mundo acadêmico” (Burke, 2021, p. 7).

Para o autor a “nova história cultural” representa um novo paradigma ou modelo de produção histórica e corresponde à forma dominante de história cultural praticada atualmente, por isso a utilização da palavra “nova”, para fazer a distinção. Por outro lado, a utilização da palavra “cultural” distingue-a das histórias social e intelectual, enfatizando mentalidades, suposições, sentimentos (Burke, 2021).

Pesavento (2004) aclara que se utiliza a expressão Nova História Cultural, a lembrar de que antes teria havido uma tradicional História Cultural, sob o viés marxista que entendia a cultura “como integrante da superestrutura, como mero reflexo da infraestrutura, ou mesmo da cultura como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites” (Pesavento, 2004, p. 8).

Nessa perspectiva,

[...], trata-se de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. A cultura é uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de

forma cifrada, portanto, já com um significado e uma apreciação valorativa. (Pesavento, 2004, p. 15).

Burke (2021) afirma que a expressão “nova história cultural” era uma boa ideia quando foi criada (no final da década de 1980), é chamada na tese somente como história cultural. Nesse sentido, a História cultural³ irá combinar frequentemente as abordagens da antropologia e da história visando a compreensão da cultura popular e as interpretações da cultura mediante a pesquisa e representação considerando a cultura de um determinado período e lugar. Ampliando o território de “atuação” do historiador, incluindo novos objetos de estudo: memória, imagens, leitura, espaços, corpos.

Assim,

A abordagem interna trata da presente renovação da história cultural como uma reação às tentativas anteriores de estudar o passado que deixavam de fora algo ao mesmo tempo difícil e importante de se compreender. De acordo com este ponto de vista, o historiador cultural abarca artes do passado que outros historiadores não conseguem alcançar. A ênfase em “culturas” inteiras oferece uma saída para a atual fragmentação da disciplina em especialistas de história da população, diplomacia, mulheres, ideias, negócios, guerra e assim por diante. A abordagem externa, ou visão de fora, também tem algo a oferecer, em primeiro lugar, vincula a ascensão da história cultural a uma “virada cultural” mais ampla em termos de ciência política, geografia, economia, psicologia, antropologia, arqueologia e “estudos culturais”. (Burke, 2021, p. 7-8)

Alguns pesquisadores relacionam o objetivo da História Cultural como essencialmente descritivo e assim como a história política, a cultural pode e deve ser apresentada como uma narrativa. Para Duby (1971) este campo historiográfico estudaria dentro de um contexto social os "mecanismos de produção dos objetos culturais", relacionados à cultura de forma diversa e não somente a obras primas reconhecidas mundialmente.

Nesse sentido Barros (2012) explica que as noções que se relacionam habitualmente com a cultura para compor o universo de abrangência da História Cultural são as de linguagem, representações e de práticas culturais, em última instância inclui tanto as práticas discursivas como as práticas não-discursivas,

³ Do termo alemão *Kulturgeschichte* ou *Kulturhistorik* (Burke, 2021).

decifrando “a realidade do passado por meio das suas representações” (Pesavento, 2004, p. 22).

Para Chartier (1988) as representações podem ser pensadas como “[...] esquemas intelectuais, que criam as figuras, graças às quais, o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (Chartier, 2002a, p.17), oriundas de um novo momento e uma nova visão para a História Cultural, entendida pelo autor como diversa e distante da história das mentalidades, que se contrapõe aos pensamentos da terceira geração dos integrantes da revista *Annales*.

Nesse sentido, Pesavento (2004) esclarece que,

[...] o historiador sabe que a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões. A rigor, ele deve ter em mente que a verdade deve comparecer no seu trabalho de escrita a História como um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma verdade única ou absoluta. O mais certo seria afirmar que a História estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas (Pesavento, 2004, p. 51).

Além de objetos, os sujeitos são também de interesse da História Cultural já que são eles os produtores e receptores da cultura por meio das práticas, dos processos e dos padrões que estão por trás dos objetos culturais produzidos. Isto a caracteriza por ser multi e interdisciplinar ao promover que novos pesquisadores descobrissem novos objetos de análise, novas possibilidades de enfoque. E essa característica faz com que ela alcance uma “maior centralidade nos discursos, nas práticas educativas e nas representações simbólicas” (Magalhães, 2004, p. 91).

Onde tudo é subjetivo, tanto dúvidas quanto problemas no percurso historiográfico devem ser considerados sob um olhar positivo, mesmo que ela “apresente mais dúvidas do que certezas” (Pesavento, 2003, p. 8). Dentro das certezas, a escrita da história é sempre “uma busca de verdades e uma elaboração de versões sobre os traços do passado que o historiador construiu como fontes, versões a serem testadas por um método e analisadas questões formuladas a partir de conceitos” (Pesavento, 2003, p. 8).

Mediante a busca de novos objetos e de novas abordagens; a História Cultural se consolida como aporte teórico-metodológico para a História da Educação, seja pela recorrência de referências a autores da área ou pela crescente

preocupação com as práticas culturais, onde são explorados novos campos e novos objetos de análise, como no caso da história das instituições escolares ou suas fontes, que outrora poderia ser ignorado, considerado sem relevância ou até mesmo esquecida ou descartada pelos pesquisadores para a compreensão dos processos educacionais.

Nessa perspectiva, a História da Educação constitui um campo interdisciplinar responsável por estudar as especificidades da educação sob uma perspectiva histórica aberta às inovações dos processos histórico-educacionais. Para Lombardi (2004, p. 151) “está indicando que o objeto de investigação - a educação – é estudado a partir dos métodos e teorias próprias à pesquisa e investigação histórica”. Para Fonseca (2003), a história da educação “não tem fronteiras a definir com a história cultural. Antes, utiliza seus procedimentos metodológicos, conceitos e referenciais teóricos, bem como muitos objetos de investigação” (Fonseca, 2003, p. 59). Vidal e Faria Filho (2003) apontam para as possibilidades desta interseção, com o

[...] alargamento da interlocução com uma variada gama de disciplinas acadêmicas – sociologia, linguística, literatura, política, antropologia, geografia, arquivista -, bem como para o fato de a história da educação ser, ao mesmo tempo, uma subárea da educação e uma especialização da história” (Vidal; Faria Filho, 2003, p. 60)

A História da Educação deve compreender a realidade social nas instituições escolares, não apenas porque nos fornece a memória dos percursos educacionais, mas, porque nos permite compreender “que não há nenhum determinismo na evolução dos sistemas educativos, das ideias pedagógicas ou das práticas escolares: tudo é produto de uma construção social” (Nóvoa, 1992, p. 221).

Sob perspectiva da História Cultural, a pesquisa se relaciona com a História da Educação ao problematizar os dados resultantes da pesquisa a partir do conceito de práticas e representações de Chartier. Na próxima subseção, apresento esta relação.

1.2 Nas práticas e representações

A FURG, enquanto instituição de ensino público, gratuito e de qualidade é um espaço plural, porém não deixa de ser privilegiado, em certo ponto. Mesmo tendo o acesso universal, seja por meio de provas como o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, seja com processos seletivos próprios, a permanência e egresso com o título não é fácil para o estudante. Inúmeros fatores levam a altos números de evasão escolar nos últimos anos, principalmente após a pandemia de Covid-19.

Estudos realizados em 2021 na FURG apontam que 46,3% dos estudantes que ingressaram por meio do Sistema de Seleção Unificada - SISu evadiram. Com respeito à faixa etária, 54,1% dos estudantes tem entre 22 a 27 anos evadiram. Com respeito à renda mensal do grupo familiar, 53,4% correspondem ao grupo de ganham entre 1 a 3 salários mínimos. Dentre os motivos expostos está o descontentamento do estudante em manter um rendimento escolar satisfatório, o conteúdo ministrado não correspondeu a expectativa, dificuldade de adaptação do ritmo da Universidade, falta de suporte acadêmico, dentre outros. Por sua vez, a falta de repasse orçamentário dificulta desde a conclusão de obras, o suporte das atividades de suporte (diárias, passagens, contratações de pessoal terceirizado, por exemplo) até as saídas de campo dos estudantes, a manutenção do serviço de refeições no Restaurante Universitário e as condições de moradia estudantil das Casas de Estudante.

Neste contexto, a preservação da informação também é atingida como as dificuldades na ampliação e/ou adequação de espaços de guarda ou a contratação de servidores especializados (arquivistas, museólogos, e restauradores) que tratem especificamente destes acervos (museológicos, paleontológicos, carcinológicos, arquivísticos, biológicos, virtuais, etc.).

A Universidade, como ente com cultura e características próprias se insere na sociedade ao se envolver com o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação. Com características ainda de universidade pequena, onde a simpatia, a receptividade dos servidores, o orgulho de “ser FURG” são perceptíveis entre seus servidores, como é o caso de Mozart Tavares Martins Filho onde afirma na sua entrevista “sou apaixonado pela FURG” (2025, s/p), dentro de um amplo conjunto de práticas.

Assim, dentre atividades diárias na sala de aula, a interação com estudantes e servidores, a construção de uma identidade compartilhada, a incorporação de

experiências pessoais nas tarefas profissionais, além da troca de habilidades, crenças, hábitos e saberes que visam estabelecer formas de interpretação e ação nas situações de ensino. Nessa perspectiva de análise, os manuais pedagógicos, os livros didáticos e a legislação específica são gêneros de textos que pretendem incorporar nos indivíduos os gestos necessários ou convenientes (Chartier, 2002a).

Barros (2005) explica que, constituir um universo de abrangência da História Cultural, os conceitos que se agregam constantemente à de “cultura” são: linguagem, representações e práticas. Estas práticas culturais são “realizadas por seres humanos em relação uns com os outros e na sua relação com o mundo, o que em última instância inclui tanto as “práticas discursivas” como as práticas não-discursivas” (Barros, 2005, p. 129). Para Pesavento (2003) as representações construídas sobre o mundo

[...] não só se colocam no lugar desse mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentidos ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (Pesavento, 2003, p. 39).

Assim, toda prática ou estrutura resulta de representações, consideradas por Chartier (1991) contraditórias ou em disputa, por meio das quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles, onde o grupo elabora, vive e pensa sua vida. Cabe a história reconhecer a forma pela qual os sujeitos dentro da sociedade, com sua carga cultural específica, dão sentido a suas práticas dentro de um universo de sinais e símbolos. Pesavento (2003) acrescenta que esses sinais e símbolos ganham força de verossimilhança, havendo a necessidade também de discutir sobre as forças que determinam o que é real por “regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade” (p. 41).

Por meio das representações, o(s) sujeito(s) elabora(m) sentidos para o mundo social, podendo ser construções tanto sociais quanto culturais. Podem ser entendidas como modos de ver, ser/estar no mundo, dependendo das apropriações que os indivíduos fazem delas e

[...] qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem

razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação (Chartier, 2011, p. 16).

Como a representação abrange as ações por meio das quais uma identidade social específica é reconhecida, isto possibilita que os grupos categorizem e delimitem a realidade, afirmando, dessa forma, sua existência. Nessa perspectiva, “não existe história possível se não se articulam as representações das práticas e as práticas da representação” (Chartier, 2011, p. 16), elas servem como categoria de análise do conhecimento, como fenômeno ou prática, capaz de construir as divisões e classificação do mundo social,

Nesse contexto, representação do sujeito é o que move a sua prática, e que os modos de fazer e modos de ser, se conectam ao imaginário e a ideologia, dentro de um sistema de valores e lutas no campo social durante a produção e difusão do conhecimento. Sob o conceito de representação, o modo como uma comunidade é reconhecida e percebida permite articular três registros de realidade ou categorias de análise, conforme explica o autor:

[...] por um lado as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro lado as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada. [...] Essa história define a construção do mundo social com o êxito (ou fracasso) do trabalho que os grupos efetuam sobre si mesmos – e sobre os outros – para transformar as propriedades objetivas que são comuns a seus membros em uma pertença percebida, mostrada, reconhecida (ou negada) (Chartier, 2002b, p. 11)

Assim, o conceito de representação ajuda a assinalar e articular a noção de mentalidade com

[...] as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas)

encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder. A noção de representação, assim, modificou profundamente a compreensão do mundo social (Chartier, 2011, p. 20)

A representação também compreende de que modo à circulação do texto dá a conhecer realidades, autoriza pensamentos e mobiliza determinadas relações (Chartier, 1991). As instituições escolares foram historicamente construindo suas representações e práticas diante de desafios específicos buscando “sentidos conferidos ao mundo, e que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas” (Pesavento, 2003, p. 17), podendo ser traduzidas a partir da cultura.

Por meio das noções complementares de práticas e representações, podem-se examinar, conforme Barros (2005) tanto os

objetos culturais produzidos como os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e por fim as normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura, inclusive mediante a consolidação de seus costumes (Barros, 2005, p. 135).

De forma resumida, as relações entre os sujeitos, as práticas e as representações consideradas por Chartier (2004), Pesavento (2003) e Barros (2005) podem ser observadas na Figura 2:

Figura 2 – Relações entre os sujeitos, as práticas e as representações



Fonte: Adaptado de Chartier (2004), Pesavento (2003) e Barros (2005).

Por sua vez, as práticas têm uma finalidade, nunca são neutros ou isentos e, sim, são práticas sociais a serviço de interesses particulares. Dessa maneira, Weiduschadt (2012) explica que os textos possuem uma intencionalidade no seu conteúdo e

a leitura não se reafirma pela simples abstração e interpretação solitária e individual. Ela circula e é dirigida a um grupo social que, como outras práticas culturais, são ressignificadas, reinterpretadas e, em muitos casos, fugidas do controle editorial. Elas estão circunscritas na apropriação do leitor e revelam como essa prática se modifica e se constrói (Weiduschadt, 2012, p. 25).

Essa falta de neutralidade é percebida nos documentos oficiais, já que são eles que se vinculam à instituição e ao funcionamento, servindo como forma de comunicação, de atestação ou certificação de fatos e direitos, de exposição de manifestações técnicas ou de exposição de providências de caráter normativo ou punitivo. Estes documentos são construídos no âmbito das representações e sua análise reside no trabalho delas com as práticas sociais, carregado de significado e intenção. Sendo uma percepção do acontecido Le Goff (1996, p. 535) explica que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada” pelos historiadores. Seu relato se dá por meio dos vestígios do passado assim como de escolhas, apropriações e análises ao interpretar uma fonte.

Em resumo, as representações permitem articular

[...] em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder. A noção de representação, assim, modificou profundamente a compreensão do mundo social (Chartier, 2011, p. 20).

Sob este aspecto é possível pensar também sobre as formas institucionalizadas que permitem que a sociedade reconheça grupos ou pessoas. Na FURG, os gestores desempenham papéis de visibilidade, perante a comunidade, ao ocupar lugares privilegiados de fala, constantes em documentos, discursos, imagens públicas, eventos... De certa forma, eles agem sobre uma sociedade atribuindo sentidos. Assim, eles têm a oportunidade de representar, tanto em narrativas como em documentos, sobre sua do ideal... Ideal de educação, de didática, de gestão, de preservação influenciando e coordenando modos de fazer na instituição.

No caso dos documentos oficiais, eles têm na sua gênese o reflexo de práticas culturais e representações, onde “são sempre resultado de determinadas motivações e necessidades sociais” (Barros, 2005, p. 134). A construção de bens culturais, para o autor, inclui modos de escrever, pensar, expor, de reunir escritos e, ainda, dar materialidade desde a impressão. São documentos autênticos, genuínos, íntegros e confiáveis produzidos por quem alega ser o autor ou entidade responsável, sem alteração ou adulteração de forma não autorizada, após a sua produção. Sua autenticidade pode ser comprovada através de diversas formas, como chancelas (selos, marcas d’água ou carimbos oficiais, como marca físicas no documento) ou certificação digital, dentre outros.

A autenticidade de um documento é crucial para garantir sua validade e gerar segurança jurídica, deve apresentar características como a legalidade, a fé pública do agente que o emitiu, e a garantia de sua integridade e confiabilidade. Assim, um documento autêntico é um documento aceito como prova, é uma evidência, é um vestígio, é um artefato que pode recriar, contar e reviver essa memória.

Sob esta perspectiva os modos de fazer, agir e conduzir a educação permite a compreensão sobre os papéis institucionais desempenhados, de forma intencional, dos servidores que ocupam cargos de gestão onde os documentos elucidam sobre os sentidos e configurações sociais do tempo. e conceituais próprias de um tempo histórico. Na próxima subseção, apresento um embasamento teórico sobre as características dos documentos arquivísticos, que irão se converter em fontes para a historiografia em História da Educação.

1.3 Entre documentos e fontes

Nesta subseção analiso as características dos documentos arquivísticos⁴, utilizado como fonte para a História da Educação, que manifesta as práticas dos sujeitos na instituição e são objeto de preservação. Para minha pesquisa, trabalho com o documento e considero as informações contidas neles. Realizo esta análise com o referencial teórico utilizado na Arquivologia⁵ sob o olhar do campo da História da Educação. Se o documento é, numa visão ampla conferida por Bellotto (2004), qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa, produzido por diversos motivos (funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, artísticos ou culturais) pela atividade humana.

A forma/função pela qual o documento é criado é que determina seu uso e seu destino de armazenamento futuro. É a razão de sua origem e de seu emprego, e não o suporte sobre o qual está constituído, que vai determinar sua condição de documento de arquivo, de biblioteca, de centro de documentação ou de museu (Bellotto, 2004, p. 36).

Seja seu surgimento por motivos funcionais, administrativos ou legais, tratam de provar, de testemunhar alguma coisa (Bellotto, 2004). Jenkinson (1947 apud Rondinelli, 2011) explica um aspecto importante que “embora todo documento arquivístico seja um documento, nem todo documento é um documento arquivístico” (Rondinelli, 2011, p. 265). Para se configurar como documento arquivístico, além da sua característica de produção citado por Bellotto (2004) anteriormente, precisa possuir características diplomáticas. Frente à realidade digital, as características são

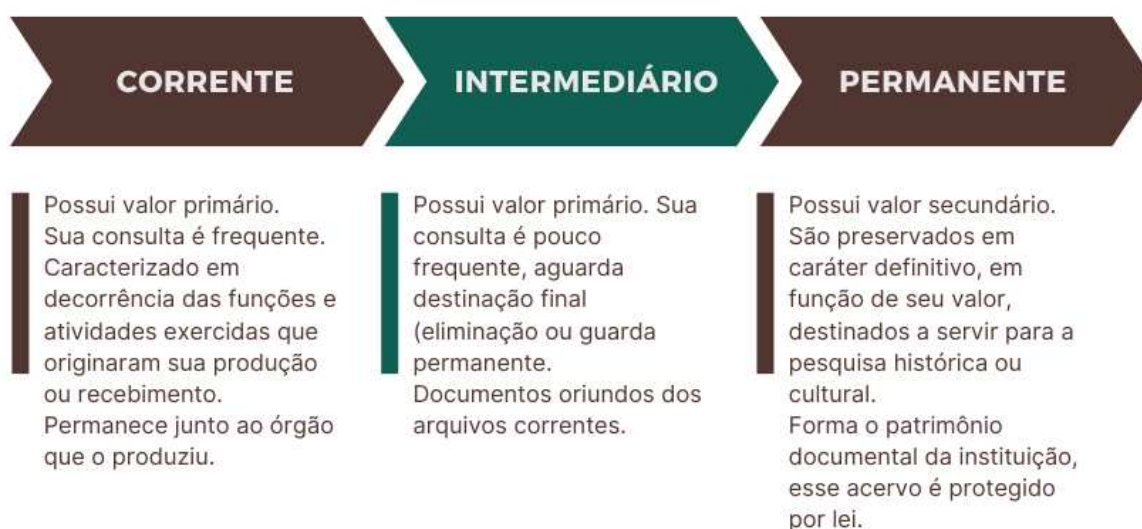
⁴ Documentos produzidos por uma entidade pública ou privada, pessoa ou família no decorrer das funções que justificam sua existência, onde o documento mantém relações orgânicas entre si.

⁵ Devido a formação acadêmica da pesquisadora.

forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável, ação e cinco pessoas (autor, redator, destinatário, originador e produtor), ou ao menos as três primeiras. Em relação à forma fixa e ao conteúdo estável há que ressaltar que se trata de características herdadas pelo documento arquivístico diretamente da Diplomática, ou melhor, do conceito diplomático de documento enquanto informação registrada num suporte, o que implica diretamente na materialidade do documento arquivístico, seja ele digital ou não. (Rondinelli, 2011, p. 265).

Assim, outros aspectos também caracterizam o documento arquivístico como organicidade, imparcialidade, autenticidade, dentre outras, estão presentes na sua conceituação (Rondinelli, 2011). Desde a sua criação até a sua destinação final (eliminação ou guarda permanente), o documento passa por três idades (corrente, intermediária e permanente) chamadas de teoria das três idades, caracterizados pela frequência de uso. As características destas idades (ou fases) podem ser observadas na seguinte figura:

Figura 3 – Relações dos documentos nas três idades (corrente, intermediário e permanente)



Fonte: Adaptado de Arquivo Nacional (2005).

Ao mesmo tempo, o ciclo vital dos documentos está relacionado com valores que os documentos possuem. Estes valores são divididos em: valor primário e valor secundário. O documento possui um valor primário desde sua produção,

estabelecido em função do interesse que possa ter para quem o produziu e levando em conta também sua utilidade administrativa, legal ou fiscal. Cumprido este período, este revela outro valor, de interesse tanto para a entidade produtora como a outros usuários, serve como fonte para a pesquisa histórica, isto é, adquire um valor secundário, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido (Santos, 2012).

Nesse sentido, no Apêndice A apresento a relação de outros valores ao valor primário. Importante ressaltar que o tempo de guarda não está relacionado com os valores dos documentos já que muitos nascem permanentes (como atas reuniões, projetos de pesquisa, relatórios de grupos de trabalho, dentre outros) e outros documentos, mesmo após a sua guarda de 90 ou 100 anos (folhas de pagamento, pastas de servidores ou pastas de alunos), prescrito a sua vigência ou necessidade de guarda, podem ser eliminados.

Samara e Tuppy (2007) consideram o documento histórico como

[...] uma referência fundamental, concretizada em objetos, provas, testemunhos, entre os outros referenciais, que, ao garantirem a autenticidade ao acontecimento, distinguem a narrativa histórica da ficção literária. Sendo registros acabados de um fato, em si mesmo, porém poucas informações podem oferecer sem uma análise crítica especializada. As explicações que proporcionam sobre o passado dependem do tipo de organização –o método– adotado por cada pesquisador (Samara; Tuppy, 2007, p. 19)

Se o arquivista trata do documento histórico para a pesquisa (organiza, cria instrumentos de pesquisa e visa a sua preservação) ele não pode ser visto “como simples guardiões da memória histórica e institucional” (Tognoli, 2012, p. 118), agora participa no momento de criação dos documentos, garantindo também uma racionalização da informação e de seus processos.

Neste contexto, emergem os termos informação orgânica e informação não-orgânica enquanto frutos de uma abordagem canadense. A informação orgânica é definida “como aquela que é produzida e/ou recebida no âmbito de uma atividade, e a produção de uma ou mais informações orgânicas darão origem aos arquivos da instituição” (Tognoli 2012, p. 118). Para Delmas (1996), esta informação está diretamente ligada ao fundo, uma vez que, qualquer informação, no momento de sua criação ou recebimento por um organismo ou indivíduo no curso de suas atividades, faz parte dos fundos de arquivo de seu autor ou recebedor, com o mesmo status dos

documentos mais antigos. Dessa forma, a informação orgânica deve preservar tanto o seu conteúdo como o seu contexto, isto é, as informações relacionadas à proveniência, à pessoa, à atividade e à instituição que gerou o fundo documental (Barros, 2020). Para Thomassen (2006), o contexto arquivístico é representado por

todos os fatores ambientais que determinam como os documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estrutura dos registros podem ser diferenciados em contexto de proveniência, contexto administrativo e contexto de uso. Estes fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sociopolítico, cultural e econômico. (Thomassen, 2006, p. 10)

Além do contexto, o documento orgânico possui vínculo arquivístico, que é a expressão

do desenvolvimento da atividade da qual o documento faz parte, mais até do que do ato que o documento incorpora (ex.: convocação, concessão, requisição). Porque ele contém em si a direção do relacionamento causa e efeito. Portanto, o vínculo arquivístico determina o significado do documento (Duranti, 1997, p. 217).

Para Bellotto (2004) um documento arquivístico só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. O conjunto deve refletir suas atividades (meio e fim). Assim, um fundo de arquivo se baseia na origem do documento: o que ele representa no momento da sua criação, como instrumento que possibilitará a consecução de uma atividade dentro de uma função que cabe ao órgão produtor no contexto administrativo no qual atua. Le Goff (2013) acrescenta que possa contribuir para uma história total é importante não “isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte” (Le Goff, 2013, p. 497).

Nesse sentido, o documento se caracteriza pela sua unicidade, ou seja, ele é “único no conjunto documental ao qual pertence. Podem existir cópias em um ou mais grupos de documentos, mas cada cópia é única em seu lugar devido a suas relações com os demais documentos do grupo” (Conselho Nacional de Arquivos, 2020). Pode ser classificado também em diferentes categorias, de acordo com suas características: quanto ao gênero, espécie, tipologia, natureza do assunto, forma e formato, conforme Apêndice B. Paes (2006) explica que, quanto ao gênero, os documentos podem ser: escritos ou textuais, cartográficos, iconográficos, filmográficos, sonoros, microográficos e informáticos. A esta relação podemos

acrescentar o audiovisual (Arquivo Nacional, 2005) e o musicográfico (Conselho Nacional de Arquivos, 2016), conforme Apêndice C. Utilizado para o fazer historiográfico, o documento é

[...] alargado para além dos textos tradicionais, transformado – sempre que a história quantitativa é possível e pertinente – em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica (Le Goff, 2013, p. 498).

Burke (2021) considera que é possível escrever a história cultural de uma forma narrativa, muito diferente dos “retratos” relativamente estatísticos de épocas inteiras, sem oferecer à história um enredo triunfalista. Portanto, narrativas complexas, expressando multiplicidades de pontos de vista, norteadas por uma problemática, possibilitam tornar inteligíveis os conflitos e resistir à tendência à fragmentação. Nessa narrativa, durante seu percurso historiográfico, o historiador deverá juntar os “cacos da história”, cruzando fontes, leituras, imaginando (Benjamin, 1994), atento aos indícios, vestígios e sinais, através do “paradigma indiciário” (Ginzburg, 1989).

Para Ragazzini (2001) as fontes são uma construção do pesquisador a partir dos vestígios, a única forma de fazer a ligação com o passado e que permite formas de verificação para depois transformá-los em fontes para a sua pesquisa. Por isso Ginzburg (2001) aponta para a necessidade de se observar o que é distante como uma estratégia possível para se compreender o que é próximo, num processo de olhar e ser olhado, de um modo despretensioso, mas que possibilite o exercício do estranhamento das coisas, percebendo suas singularidades.

Sendo uma construção, a escolha das fontes também é relevante para a construção de uma narrativa histórica coerente, a partir dos seus objetos com seus significantes e significados, considerando que os diferentes suportes e abordagens, explorados pela História Cultural. Assim,

[...] não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e aos historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (Le Goff, 2013, p. 495).

Devido a sua intencionalidade e propósito, sempre está relacionado a alguma representação, ele não é “inocente”.

É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento [...] que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo. (Le Goff, 2013, p. 496-497).

Conforme o autor, todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, porque um monumento⁶ é uma montagem que necessita desestruturar essa construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. Para Chartier (1990) o pesquisador que é contemporâneo de seu objeto, divide as mesmas categorias e referências com aqueles que indaga. Dessa forma, a falta de distância, ao invés de ser um inconveniente, pode ser um instrumento importante para compreender melhor a realidade estudada. Como uma das etapas de pesquisa historiográfica na História da Educação, a pesquisa documental, objeto de reflexão de Saviani (2004), o documento (texto ou documento original) possui dois sentidos: o ponto de origem e o ponto de apoio, “o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se busca compreender” (p. 4).

Assim, as fontes são documentos ou vestígios fundamentais para que o historiador possa realizar seu trabalho, ao serem produzidas pela ação humana elas servem de testemunho de acontecimentos, ações, do passado... Para Barros (2005, p. 63), “fonte histórica é tudo aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema”. Por sua vez, Le Goff (2013) explica que a palavra documento⁷ evoluiu para o significado de “prova”, amplamente utilizado no vocabulário legislativo. Assim, ele é considerado para a escola histórica positivista do fim do

⁶ Termo correntemente usado no século XIX para grandes coleções de documentos (Le Goff, 2013, p. 488)

⁷ Termo latim *documentum*, derivado de *docere*, “ensinar”.

século XIX e do início do século XX como “o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica” (Le Goff, 2013, p. 486).

Se bem tem intencionalidade, o autor ressalta que o pesquisador não deve ser ingênuo em crer que os documentos foram preservados naturalmente. Eles fizeram parte de uma seleção que opta por salvaguardar uma versão dos fatos em detrimento de outra, onde, o que perdura não é o conjunto daquilo que existiu “mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (Le Goff, 2013, p. 485).

Tentando explicar a gênese do debate sobre as fontes, Funari (2006) afirma que a

Fonte é uma metáfora, pois o sentido primeiro da palavra designa uma bica d'água, significado esse que é o mesmo nas línguas que originaram esse conceito, no francês, *source*, e no alemão, *Quell*. Todos se inspiraram no uso figurado do termo *fons* (fonte) em latim, da expressão “fonte de alguma coisa”, no sentido de origem, mas com um significado novo. Assim como das fontes d'água, das documentais jorrariam informações a serem usadas pelo historiador. Tudo que antes era coletado como objeto de colecionador, de estátuas a pequenos objetos de uso cotidiano, passou a ser considerado não mais algo para o simples deleite, mas uma fonte de informação, capaz de trazer novos dados, indisponíveis nos documentos escritos (Funari, 2006, p. 85).

Dessa forma, Rousso (1996) explica que a utilização de documentos e arquivos pelos historiadores só pode ser compreendida sob a luz da noção de “fonte”, definido como:

[...] vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não -sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para a frente, “virtuais” (contanto, nesse caso, que tenham sido gravados em uma memória) -, e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação afim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, em suma, de uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto de uma inteligibilidade científica. (Rousso, 1996, p. 86)

Constituem-se assim as fontes históricas no “ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado” (Saviani, 2004, p. 5). Tão importantes para os pesquisadores que o autor enfatiza que são “elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (Idem, p. 6).

Dessa forma, a fonte é a base da pesquisa, a “matéria-prima dos historiadores” (Bacellar, 2006, p. 25). Porém, as fontes não falam por si, elas iniciam uma conversa com o pesquisador a partir do momento que ele faz a pergunta de pesquisa. O trato com as fontes documentais permite interpretar, criticar a fonte pesquisada, compreender e responder suas inquietações, resultando na construção do conhecimento histórico. O documento, então, é “o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continua a viver” (Le Goff, 1984, p. 103).

Neste processo, o historiador não pode julgar que o somente apresenta verdades, pois “a descoberta de mudanças de tendências pode ser interessante, mas pode significar erro de redação, erro de cálculo, pura distração de quem escrevia” (Bacellar, 2006, p. 64). Assim, o trabalho do historiador que se desconfie delas “das intenções de quem a produziu, somente entendidas com o olhar crítico e a correta contextualização do documento que se tem em mãos” (Idem, ibidem).

Percebo que, tanto as fontes como os documentos, principalmente abordando a perspectiva da História Cultural, são construídas e delimitadas pelo pesquisador em História da Educação. A utilização do termo fonte documental pretende reunir ambos os conceitos, na busca de atrelar um significado amplo para quem trabalha com esta diversidade de tipologias e suportes.

Nesta subseção discorro sobre a conceituação de documentos arquivísticos e fontes, como práticas dos sujeitos, da sociedade, da cultura. Na próxima subseção abordo o discurso, contido em documentos ou narrativas, que permite completar o referencial teórico na qual se embasa a presente tese.

1.4 O discurso

Nesta subseção analiso os discursos percebidos nas práticas e representações nos documentos institucionais e nas narrativas dos envolvidos mediante as entrevistas realizadas. Diferente da metodologia da análise do discurso, realizo uma análise sobre os discursos percebidos nos documentos e nas falas dos sujeitos e utilizo outro referencial teórico.

O discurso é uma forma de expressão que refletem as características de uma sociedade por meio de textos, narrativas e documentos. É moldado pelo conjunto de ideias e visões de mundo que carrega um significado que dá sentido às suas ideologias, crenças e cultura, dos grupos e instituições sociais que precisa ser interpretado. Rodríguez (2004) afirma que

Toda comunicação escrita ou oral pressupõe a existência de um locutor (eu), um interlocutor (tu) e o lugar (aqui) e o tempo (agora). Por um lado, o sujeito locutor tem sempre um “contrato” (contrato de discurso); está preocupado com aquele que vai ler. Por outro lado, pertence a um grupo, que possui, também, um “contrato” e está inserido num contexto histórico, social e ideológico determinado (Rodríguez, 2004, p. 26).

No fazer historiográfico que o pesquisador precisa trabalhar com questões relativas à memória, à identidade e às práticas e representações como forma de representar um passado mediante os vestígios que se apresentam. Assim, os arquivos, os museus, os centros de documentação, as coleções são marcos testemunhais de outros tempos, assim como suas narrativas. Para Certeau (2013)

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômica, política e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: [...] um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. [...]. E em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (Certeau, 2013, p. 47).

Assim, estes discursos estão permeados pela percepção dos sujeitos, não são reflexo da realidade, mas uma representação, apropriadas pelos pesquisadores para a construção de uma narrativa histórica que objetivamos destacar. Nesse sentido, Para Bourdieu (2003), explica que a compreensão do discurso depende das

condições sociais de sua própria execução, não podendo ser considerado como um sistema isolado.

O que está em questão a partir do momento em que dois locutores falam é a relação objectiva entre as suas competências, não só a sua competência linguística (o seu domínio mais ou menos consumado da linguagem legítima) mas também o conjunto da sua competência social, o seu direito a falar, que depende objectivamente do seu sexo, da sua idade, da sua religião, do seu estatuto económico e do seu estatuto social, outras tantas informações que poderiam ser de antemão conhecidas ou ser antecipadas por meio de índices imperceptíveis (é bem educado, tem uma condecoração, etc.) (Bourdieu, 2003, p. 113).

Partimos da ideia de que toda construção histórica é sempre uma construção pessoal, uma leitura individual que permite reconstruir uma narrativa historiográfica (Falcon, 2002), sendo a “mais difícil de se reconstruir porque ela não deixa traço: o que é evidente em um dado momento tem necessidade de ser dito ou escrito?” (Julia, 2001, p. 15). Seu objetivo é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 2002, p. 16), ou seja, como ela é apropriada pelos sujeitos.

Na percepção de Chartier (1999a, 1999b), o conceito de apropriação, possui uma estreita relação com o conceito de representações coletivas, onde os “leitores” se apoderam dos discursos, das visões sobre a realidade, resultando em novas visões de mundo e de si mesmos. Assim, cada leitor busca no texto o que atenda aos seus interesses grupais, sendo a leitura (apropriação) uma tarefa ativa do sujeito, é social, institucional, cultural e implica em “práticas específicas”. Os bens culturais são sempre gerados de acordo com ordens, normas, convenções e hierarquias específicas. O processo criativo está inserido em uma relação de dependência em relação a regras, poderes e códigos de entendimento. No entanto, a obra se liberta dessas dependências devido às diversas formas de apropriação, que são socialmente determinadas de maneira desigual, influenciadas por costumes, classes sociais e preocupações: essas diferenças também estão ligadas a princípios de organização e diferenciação que são compartilhados socialmente.

A apropriação dos discursos é “a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo” (Chartier, 2002a, p. 24). O discurso está inserido num contexto histórico-social, abrangendo não somente as regras, os valores e os hábitos que regem o comportamento

humano, mas também outros discursos produzidos em sua volta e que se relacionam com ele.

[...] reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentavam impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada. Dessas estratégias, umas são explícitas, recorrendo ao discurso (nos prefácios, advertências, glosas e notas), e outras implícitas, fazendo do texto uma maquinaria que, necessariamente, deve impor uma justa compreensão. Orientado ou colocado numa armadilha, o leitor encontra-se, sempre, inscrito no texto, mas, por seu turno, este inscreve-se inversamente nos seus leitores (Chartier, 2002a, p. 124).

Em função disso, papel do historiador é fundamental para a construção da narrativa histórica a partir das suas indagações permitirão sua interpretação, fundamental para sua análise. O discurso também uma forma de exercício de poder simbólico. Assim, este tipo de discurso contém relações de força, que as promove e as reproduz. Para Bourdieu (1996) o discurso é uma ação prática estruturante das relações, e assim o sendo, capaz de denotar capital simbólico. Ele revela os mecanismos de produção de ideologias políticas, o que pode desmistificar verdades absolutas e relativizar visões de mundo.

Para Bourdieu (1989) o poder simbólico refere-se um poder de construção da realidade que detém os meios de afirmar o sentido imediato do mundo, instituindo valores, classificações (ou hierarquia) e conceitos que se apresentam aos agentes como espontâneos, naturais e desinteressados. Este poder “faz ver e faz crer”, transforma a visão e a ação dos indivíduos sociais sobre o mundo. É um poder “quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) e só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (Ibid., p.14). Para o autor

É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (Bourdieu, 1989, p. 7-8)

Como fechamento da subseção e da seção onde apresentamos o percurso metodológico da tese, deixamos aqui as palavras da Reitora Suzane Gonçalves⁸,

⁸ Palavras constantes na aba Palavra da Reitora, disponível no Portal da FURG.

empossada no cargo em janeiro de 2025 onde, apresenta as primeiras palavras da gestão:

Nossa universidade é comprometida com a educação superior pública, laica, gratuita e de excelência como bem social, capaz de promover inclusão social e de transformação da realidade. Como universidade pública temos um compromisso social em atender as demandas da sociedade, razão pela qual pautamos nossas ações em princípios como a ética, a democracia, a diversidade, o pluralismo de ideias, inclusão e a autonomia universitária (2025, [s/p]).

Na próxima seção, “Por dentro do contexto de produção” apresento o contexto do surgimento da Universidade na cidade do Rio Grande, defino como e porquê se dá a gestão documental e sua preservação no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

2 Por dentro do contexto de produção

Nesta seção, apresento as características da cidade e a sua economia desde final do século XIX na subseção chamada “Contextualizando a Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Discorro sobre a teoria que embasa o tratamento arquivístico de acervos na subseção “As contribuições do tratamento arquivístico” e o relaciono especificamente ao acervo arquivístico da Universidade: como se origina na instituição, a criação do Arquivo Geral e as atividades realizadas em “Origem do acervo arquivístico e sistemática de organização”. Na subseção “Conservação e preservação de fontes documentais”, discorremos e articulamos conceitos e legislação que se referem à “Preservação de documentos em suporte convencional” e a “Preservação de documentos digitais”.

2.1 Contextualizando a Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Conforme o Relatório sobre a Faculdade de Direito “Clovis Bevilacqua”, de Rio Grande, para seu reconhecimento. Rio Grande/RS (1965) no dia 22 de fevereiro⁹ de 1531, foi batizado como Rio de São Pedro, ao novo povoamento localizado no sul do estuário do Rio da Prata, mais especificamente a barra por onde se encontram a Lagoa Mirim, a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico. Posteriormente, para diferenciá-lo de outro que utilizava o mesmo nome do apóstolo da Igreja, passou a ser chamado de Rio Grande de São Pedro, devido a sua grande dimensão.

A cidade de Rio Grande teve sua fundação em 19 de fevereiro de 1737, por iniciativa do Brigadeiro José da Silva Paes (1679-1760), líder de uma expedição militar portuguesa como forte Jesus-Maria-José. O objetivo dessa missão era assegurar a presença portuguesa na região, especialmente após a perda da Colônia do Sacramento, fundada em 1680. A área era estratégica para os interesses lusitanos, sendo a Barra do Rio Grande de São Pedro o local ideal para estabelecer um posto militar que garantisse os objetivos portugueses na região.

⁹ Dia da Cátedra de Pedro no calendário eclesiástico.

O povoado foi elevado a vila no ano de 1751 com o nome de Rio Grande de São Pedro, permanecendo subordinada à Capitania de Santa Catarina até 1760, onde passou a ser a capital da nova Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, dependente do Rio de Janeiro. Em 27 de junho de 1835 se converte na cidade de Rio Grande, servindo como capital imperial da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao iniciar a Revolução Farroupilha. A região foi invadida pelos espanhóis em 1763, sendo retomada pelas tropas portuguesas em 1767. Após o término da Revolução Farroupilha, as atividades relacionadas a criadores e charqueadores permitiu a expansão das atividades mercantis por meio da importação e exportação, que tempos depois, diante do declínio das charqueadas daria lugar a implementação de frigoríficos na região, como a Cia Swift S.A. do Brasil (Pesavento, 1990).

Conforme Martins (2022), a cidade participou da primeira fase de industrialização brasileira entre o final do século XIX e o início do XX, como uma industrialização dispersa, produzindo mercadorias para o mercado nacional, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo o mercado estrangeiro, impulsionado pela posição do seu porto. Ligado ao comércio de importação e exportação, a cidade atraiu investimentos fabris, compreendendo indústrias têxteis (como a Companhia União Fabril Rheingantz, Companhia de Fiação e Tecelagem Rio Grande), de alimentos (Leal, Santos & Companhia), de charutos, de alpargatas. A sua industrialização se estendeu até a crise financeira de 1929.

Martins (2022) explica que

No início da segunda metade do século XX, ocorreu a desaceleração do primeiro período industrial da cidade do Rio Grande,, com o término das atividades produtivas em várias grandes empresas, como as indústrias têxteis, os frigoríficos, a fábrica de charutos e outras. (Martins, 2022, p. 175)

Contrariamente ao processo de desaceleração industrial a cidade viveria um processo de expansão na educação, por meio do

surgimento das primeiras faculdades isoladas, na década de 50, começando com a Escola de Engenharia em 1953, seguida pela criação de uma entidade mantenedora dessa faculdade, a Fundação Cidade do Rio Grande. Nessa década e na seguinte surgiriam outras faculdades, num total de seis cursos superiores, com envolvimento

de outros órgãos financiadores para os mesmos. (Martins, 2022, p. 176).

O surgimento da Escola de Engenharia como primeira faculdade da cidade era o reflexo do parque industrial, liderado pela expansão da Refinaria de Petróleo Ipiranga, criada em 1937, que dá início ao processo de refino de petróleo no país e origina as Empresas de Petróleo Ipiranga. No início, as atividades da Escola eram realizadas na Biblioteca Rio-Grandense e as aulas práticas diretamente nas indústrias. Estas indústrias serviam de laboratório-escola para as atividades experimentais locais os professores, que ministravam as aulas gratuitamente, geralmente, atuavam como profissionais dessas instituições (Santos, 2012).

Se bem a Escola de Engenharia foi a pioneira na cidade de Rio Grande, foi preciso ampliar o leque de formação acadêmica por conta do surgimento de demandas cada vez mais emergente frente às necessidades apontadas pela sociedade rio-grandina, seu desenvolvimento local e regional. Esse cenário de desenvolvimento impulsionou o surgimento de novas unidades de ensino superior, a exemplo da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”, Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande e da Faculdade de Medicina (Alves, 2004).

Importante salientar que o ensino superior no Brasil começa a partir de 1920, com a criação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no governo de Epitácio Pessoa e até 1963, foram criadas vinte instituições superiores. Durante os anos 1964 a 1985, período que compreende a ditadura militar do Brasil, foram criadas quinze, dentre as quais surgia a Universidade do Rio Grande – URG, durante o governo de Arthur da Costa e Silva. Especificamente a Lei nº 5.540/1968 fixaria as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, onde

os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento (Brasil, 1968, [s/p]).

Nesse cenário, é criada pelo Decreto-Lei nº 774, de 20 de agosto de 1969 (Figura 4) a URG como entidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, sendo nomeado para Reitor o Prof. Adolpho Gundlach Pradel e tendo a Fundação Cidade de Rio Grande como sua mantenedora.

Figura 4 – Publicação do Decreto-Lei nº 774/1969 no Diário Oficial

CA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE I

DECRETO Nº 46.237 — DE 18 DE JUNHO DE 1959

CAPITAL FEDERAL **QUINTA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 1969**

ATOS DO PODER EXECUTIVO

de novembro de 1968, e no artigo 9º do Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 3º Para a consecução de seus objetivos, a FEFIEG celebrará convênio, inclusive para o cumprimento de mandato, com outras instituições públicas ou privadas.

§ 4º Aos professores, auxiliares de ensino e servidores das instituições e cursos integrados na FEFIEG, serão assegurados os direitos e vantagens que lhes são atualmente concedidos pela legislação federal.

Art. 4º São órgãos da administração superior da FEFIEG:

I — A Presidência;

II — O Conselho Federativo;

III — O Conselho de Curadores.

Art. 5º O Presidente da Federação será designado pelo Presidente da República, em lista sextupla elaborada pelo Conselho Federativo, e terá o prazo de mandato, competência e prerrogativas correspondentes às de Reitor.

Art. 6º O Conselho Federativo, órgão de deliberação e consulta da FEFIEG, será constituído dos diretores das unidades de ensino e de um representante das respectivas congregações ou colegiados equivalentes, e terá as atribuições previstas no estatuto, obedecidos os princípios estabelecidos no artigo 38, e seus parágrafos, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Art. 7º O Conselho de Curadores, órgão de controle e fiscalização econômico-financeira da FEFIEG, terá composição e atribuições definidas no estatuto, observando-se o disposto no artigo 15, e seu parágrafo único, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com a redação que lhe deu o artigo 15 do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969.

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Curadores serão designados pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 8º São recursos financeiros da FEFIEG:

I — Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande (municipal);

II — Faculdade de Direito "Clóvis Bevilacqua";

III — Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande;

IV — Os estabelecimentos de ensino de que trata o artigo passam a denominar-se, respectivamente, Faculdade Federal de Engenharia Industrial, Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mantida a designação da Faculdade de Direito.

§ 1º Os estabelecimentos de ensino de que trata o artigo passam a denominar-se, respectivamente, Faculdade Federal de Engenharia Industrial, Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mantida a designação da Faculdade de Direito.

§ 2º A Faculdade de Medicina do Rio Grande deverá integrar-se na Universidade do Rio Grande, assim que venha a ser legalmente reconhecida.

§ 3º Por deliberação do Conselho Universitário, a Universidade poderá promover a criação de novas unidades, ressalvado o disposto no artigo 1º do Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e no artigo 9º do Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 4º O patrimônio da Universidade do Rio Grande será constituído:

I — Do patrimônio das instituições, com os de suas entidades mantenedoras, que a ela se incorporem;

II — Dos bens e direitos que vier a adquirir;

III — Das doações que receber.

IV — De outras incorporações que resultem dos trabalhos realizados pela Universidade.

Art. 5º São recursos financeiros da Universidade do Rio Grande:

I — As dotações orçamentárias anualmente consignadas no Orçamento da União, para a Escola de Engenharia Industrial, e outras;

II — As ajudas financeiras de qualquer origem;

III — As contribuições financeiras oriundas de convênio, acordo ou contrato;

IV — Os saldos de exercícios financeiros encerrados.

Art. 6º São transferidos à Universidade do Rio Grande os serviços, servidores e verbas pertencentes ou destinados às instituições de ensino que

da Federação, para aprovação do Conselho Federal de Educação.

Parágrafo único. Até que seja aprovado o estatuto, continuam em vigor os regimentos das unidades, ressalvados o disposto no presente Decreto-lei.

Art. 10. A nomeação do primeiro Presidente da FEFIEG será livremente feita pelo Presidente da República.

Art. 11. Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 774 — DE 20 DE AGOSTO DE 1969

Autoriza o funcionamento da Universidade do Rio Grande, RS, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º, do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968;

Considerando que a Reforma Universitária admite, apenas a título precário e transitório, a presença da escola isolada no sistema do ensino superior do País;

Considerando a conveniência de alcançar uma aplicação mais econômica e rentável dos investimentos destinados à formação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento; e

Considerando o disposto no artigo 10, e seu parágrafo único, da Lei número 5.540, de 28 de novembro de 1968, e no artigo 3º do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, decreta:

Art. 1º É autorizada a funcionar a Universidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

§ 1º A Universidade de que trata o artigo será uma fundação de direito privado, com autonomia didática e

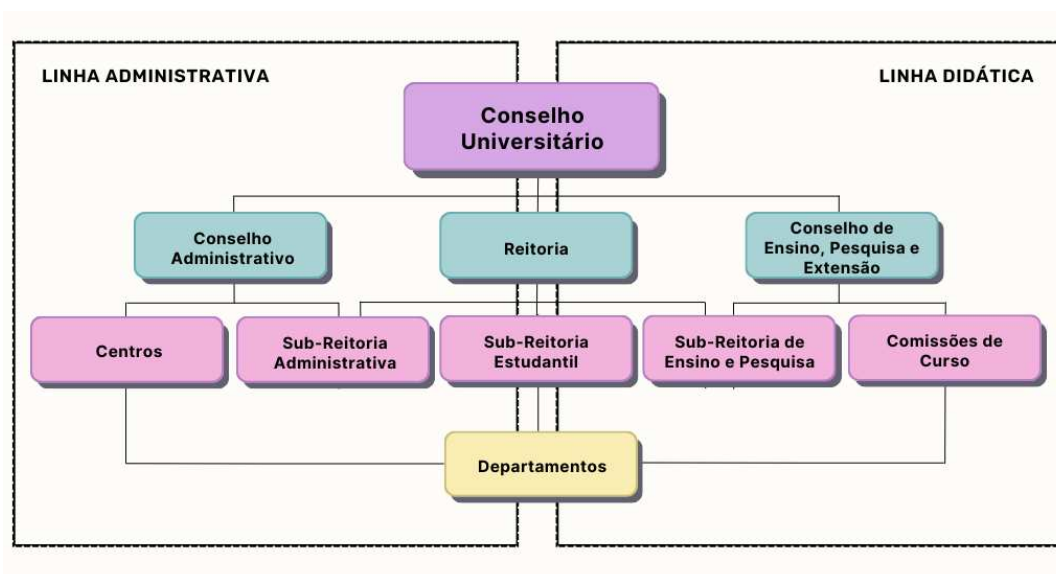
Fonte: Biblioteca Machado de Assis, 2005.

Desde sua criação, até fins de 1972, a instituição esteve estruturada no modelo tradicional, constituída pelas Faculdades que lhe deram origem, onde

algumas nomenclaturas foram mudadas: a Escola de Engenharia Industrial passou sua denominação para Faculdade Federal de Engenharia Industrial e a Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande passou a denominar-se Faculdade de Ciências, Letras e Artes. No ano de 1973, em conformidade com a Lei nº 5.540/1968 da Reforma Universitária foi aprovado o Parecer nº 135/1972 do Conselho Federal de Educação, homologado em 3 de fevereiro de 1973, o qual promoveu alterações na estrutura das instituições de ensino superior. No que se refere ao ensino superior, foi adotado o sistema de matrícula por disciplina e o surgimento dos colegiados de coordenação didático-pedagógica dos cursos denominada na URG como Comissões de Curso (ComCur).

No primeiro organograma, observado no Catálogo Geral da Universidade (1983) são representados os órgãos que compõem as linhas administrativa e didática da instituição. Dentro da linha administrativa encontravam-se os órgãos deliberativos (Conselho Universitário - CONSUN, Conselho Departamental – CODEP e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – COEPE), os órgãos executivos: a Reitoria, as Sub-Reitorias (Administrativa – SRA, de Planejamento e Desenvolvimento – SURPLADE e de Ensino e Pesquisa – SREP). Dentro da linha didática, encontravam-se os Centros (nos quais os cursos de graduação ficavam distribuídos), as Comissões de Cursos (encarregados da didática) e os Departamentos (encarregados pela administração), conforme Figura 5.

Figura 5 – Primeiro organograma da URG



As disciplinas que compunham os cursos oferecidos pela instituição eram vinculadas aos departamentos e estes departamentos eram agrupados em cinco centros de ensino¹⁰. Em 1977, se reformulou o Estatuto da Universidade apresentando novas mudanças na estrutura organizacional promovidas pelo contexto político-institucional, onde os Centros de Ensino e de Pesquisa “foram eliminados” e os departamentos foram criados “para os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal”, conforme apresenta a Ata nº 36 do Conselho Universitário (CONSUN).

Além disso, foi reformulado o Regimento Geral da Universidade, idealizada para funcionar como uma “perfeita engrenagem dos dois diplomas legais”, conforme descrito na Ata nº 37 do CONSUN. De acordo com a Portaria MEC nº 325/1978 aprova o Estatuto da Universidade, onde os Departamentos e as Comissões de Curso (ComCur) ficam ligados diretamente à Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa (SREP), Administrativa (SRA) e de Planejamento e Desenvolvimento (SURPLADE), permanecendo esta estrutura até 1997.

A instalação do regime departamental pode ser considerada a alteração mais significativa, já que a mesma definiu no Estatuto e no Regimento Geral os departamentos como “unidades vinculadas à execução do ensino e da pesquisa em áreas do conhecimento que as qualificarão” (Universidade do Rio Grande, 1978). Nesse sentido, o departamento é “a menor fração universitária, responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, que realiza a integração acadêmica, científica e administrativa de um conjunto de disciplinas” (Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999). O novo estatuto também cria novos conselhos superiores que deliberam sobre assuntos administrativos e acadêmicos: um ligado com a didática-científica: o Conselho Departamental (CODEP) e outro ligados aos assuntos administrativos, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE), onde o CONSUN pauta sobre a política universitária, sendo a autoridade de recursos.

O ano de 1987 é marcado por uma importante mudança na instituição quando essa passa à condição de Fundação Pública com seu funcionamento custeado por recursos provenientes da União Federal. A partir de 1989 a estrutura organizacional

¹⁰ Conforme apresentado por Santos (2012): Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET), Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), Centro de Letras e Artes (CLA), Centro de Ciências do Mar (CCM) e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS)

modifica-se criando 16 (dezesesseis) Departamentos, sem a Coordenação de Estudo e Problemas Brasileiros (Santos, 2012).

A Universidade assume, como vocação institucional, o ecossistema costeiro, que orienta as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e fortalece a sua marca e a sua missão enquanto instituição educacional. Em 1997, a instituição passa por nova reestruturação com a criação de cinco Pró-Reitorias¹¹, dois anos depois a Portaria MEC nº 783, aprova o novo Estatuto onde passa a denominar-se Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

Em 2008, a instituição adere ao projeto Reuni, junto ao Ministério da Educação, que, de acordo com Santos (2012), prevê a criação de 18 novos cursos de graduação e a ampliação de 18 cursos existentes, além da expansão dos espaços físicos, com a construção de prédios e laboratórios. No mesmo ano, o novo estatuto passa a chamar-se Universidade Federal do Rio Grande – FURG, além de reestruturar-se com a criação de 13 (treze) Unidades Acadêmicas¹², O CODEP e o COEPE se fusionaram e adota o nome de Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração (COEPEA) tendo como atribuição a decisão em matéria administrativa, didático-científica, tecnológica e cultural e a organização da Reitoria também foi modificada a partir, passando a existir sete Pró-Reitorias¹³.

Dentro deste contexto, em 2010 é criado o Arquivo Geral dentro do Regimento Interno da Reitoria, subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD), a cargo do economista Mozart Tavares Martins Filho (2009-2021), durante a gestão de João Carlos Brahm Cousin (2005-2013). Em 2021, é Pró-Reitoria de Inovação e Tecnologia da Informação (PROITI), e o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) que antes era ligado ao Gabinete do Reitor, passa a

¹¹ Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD), Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE), Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), de Administração (PROAD) e de Planejamento e Desenvolvimento De Graduação (PROGRAD), Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE), Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), de Administração (PROAD) e de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN).

¹² Escola de Química e Alimentos (EQA); Instituto de Letras e Artes (ILA); Instituto de Oceanografia (IO); Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC); Instituto de Educação (IE); Instituto de Ciências Biológicas (ICB); Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI); Instituto de Matemática, Estatística e Física (IMEF); Escola de Engenharia (EE); Faculdade de Medicina (FAMED); Centro de Ciências Computacionais (C3); Escola de Enfermagem (EENF); e a Faculdade de Direito (FADIR).

¹³ Pró-Reitorias de: Graduação (PROGRAD); Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP); Extensão e Cultura (PROEXC); Assuntos Estudantis (PRAE); Infraestrutura (PROINFRA); Planejamento e Administração (PROPLAD); e Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEP).

denominar-se Centro Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) subordinado a PROITI.

Figura 6 - Imagem aérea do Campus Rio Grande da FURG



Fonte: Secretaria de Comunicação - SECOM, 2019.

Diante dessa trajetória histórica, é possível identificar que, ao longo das décadas, a Universidade foi marcada por diversas mudanças estruturais com o objetivo de melhorar continuamente a sua gestão e seus resultados sob o ponto de vista do seu crescimento institucional e de formação dos seus acadêmicos.

2.2 As contribuições do tratamento arquivístico

O termo “Arquivística” designa o campo de estudos correspondente à área internacionalmente consolidada e conhecida como *Archival Science*, também conhecida por *Arquivologia* e *Archival Studies*. Seu objeto de estudo se encontra nos fundos documentais¹⁴ e nos arquivos que os custodiam tratando de resolver, de forma doutrinária, como se formam, se organizam e se conservam (Ramírez Acedes,

¹⁴ Os fundos documentais são conjunto de documentos de uma mesma proveniência (Arquivo Nacional, 2005, p. 97). A proveniência é um termo que serve para indicar a entidade coletiva, pessoal ou família produtora de arquivo (Arquivo Nacional, 2005, p. 140).

2011). Bellotto (2002) acrescenta ao fundo documental citado, dois objetos físicos: o documento em si mesmo e o arquivo como entidade.

Assim, a Arquivística é a ciência

[...] encargada de administrar la documentación de archivo a través de la aplicación práctica de procesos que permiten identificar, clasificar, ordenar, valorar, seleccionar y describir la información y la consolidación de principios y métodos teóricos que le permiten elevarla a un nivel científico (Ramírez Acedes, 2011, p. 45)

Para Duranti (1996 p. 1), a ciência arquivística é “um corpo de conhecimento sobre a natureza e as características dos arquivos e do trabalho arquivístico sistematicamente organizado em teoria, metodologia e prática”. Com referência ao método, alguns autores o denominam como tratamento documental, que consiste no conjunto de operações e tarefas que se aplicam aos documentos em cada uma das fases do ciclo vital. Para Bellotto (2002) o tratamento documental se realiza através de metodologias e aplicações práticas, que a levam a atingir seu fim: dar acesso à informação, mas especificamente à informação arquivística, de cunho jurídico e/ou administrativo.

Os princípios que norteiam a Arquivologia têm como marco de surgimento a Revolução Francesa e, de acordo com Bellotto (2002), foram decisivos para distinguir a Arquivística de outras ciências documentais. Assim, os princípios da proveniência e do respeito à ordem original são princípios essencialmente arquivísticos, uma vez que somente eles podem ser aplicados a qualquer conjunto documental independente da circunstância. No princípio da proveniência, “o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras” (Arquivo Nacional, 2005, p. 136). Este princípio, também é chamado de princípio do respeito aos fundos, permite identificar o documento ao seu produtor, devendo manter sua individualidade dentro do contexto orgânico de produção. No princípio de respeito à ordem original “o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu” (Idem, p. 137)

Dessa forma, o tratamento arquivístico nos acervos se realiza por meio da gestão de documentos, entendido como um “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou

recolhimento para guarda permanente” (Brasil, 1991, s/p). Para Bernardes (1998), um programa geral de gestão

[...] compreende todas as atividades inerentes às idades corrente e intermediária de arquivamento, o que garante um efetivo controle da produção documental nos arquivos correntes (valor administrativo/vigência), das transferências aos arquivos centrais/intermediários (local onde os documentos geralmente aguardam longos prazos precaucionais), do processamento das eliminações e recolhimentos ao arquivo permanente (valor histórico-cultural) (Bernardes, 1998, p. 12).

Rousseau e Couture (1998) explicam que mediante a gestão documental, a organização alcança maior *performance* e maior competitividade. Para os autores, a gestão envolve sete funções arquivísticas envolvendo todo o ciclo de vida dos documentos, ao agrupar todos os princípios, normas e técnicas que as regem, sendo: criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão. Assim, a criação é uma atividade relacionada a elaboração do documento, e que relaciona normas sobre a sua produção.

Na avaliação se definem os prazos de guarda de documento de acordo com os valores que foram atribuídos com vistas a diminuir a massa documental acumulada, têm-se como ferramenta resultante a tabela de temporalidade e destinação de documentos. Para Bernardes (1998, p. 15) “deverá ser realizada no momento da produção, paralelamente ao trabalho de classificação, para evitar a acumulação desordenada, segundo critérios temáticos, numéricos ou cronológicos”.

A aquisição está relacionada a entrada dos documentos no arquivo, podendo ser por meio de “compra, doação, permuta ou intercâmbio” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 20). A conservação contempla ações que visam manter a integridade física dos documentos, seja através de intervenções que visem o reparo ou mediante o controle das condições de guarda, isto é a “promoção da preservação e restauração dos documentos” (Arquivo Nacional, 2005, p. 53).

A classificação é “a ordenação intelectual e física de acervos, baseada em uma proposta de hierarquização das informações referentes a eles” (Lopes, 2000, p. 386). Nessa atividade, os documentos são agrupados de acordo com as funções, assunto ou estrutura que lhes deram origem, de maneira sistemática, têm-se como ferramenta resultante o plano (ou código) de classificação.

A descrição é “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (Arquivo Nacional, 2005, p. 67). Para Cunha e Cavalcanti (2008, p. 119) é um “processo intelectual de sintetizar elementos formais e conteúdo textual de unidade de arquivamento, adequando-os aos instrumentos de pesquisa que se tem em vista produzir (inventário sumário ou analítico, guia, etc.)”. Dessa forma, a criação de instrumentos de pesquisa além de permitir maior qualidade no trabalho técnico, possibilita ao pesquisador o acesso ágil aos documentos.

A difusão compreende o processo de “divulgação, o ato de tornar público, de conhecer o acervo duma instituição assim como os serviços que esta coloca à disposição de seus usuários” (Blaya Perez, 2005, p. 7). Esta atividade está relacionada com a disseminação da informação ao dar “projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforma e mantém o seu objetivo primeiro” (Bellotto, 2004, p. 227).

Neste trabalho, de acordo a perspectiva da arquivística integrada defendida pelos teóricos canadenses, se caracterizam a classificação, a avaliação e a descrição como procedimentos complementares (Lopes, 2000). Assim, a classificação é básica à eficiente administração de documentos. Se os documentos são adequadamente classificados, atenderão bem às necessidades das operações correntes (Schellenberg, 2006), com isso todos os outros elementos que compõem as ações que visem ao efetivo controle do ciclo de vida dos documentos dependem da classificação.

Para Sousa (2003) a classificação:

é uma função importante para a transparência e o compartilhamento de informações, que são caminhos seguros para a tomada de decisão, para a preservação da memória técnica e administrativa das organizações contemporâneas e para o pleno exercício da cidadania. (Sousa, 2003, p. 240).

Na classificação se estabelece uma relação hierárquica entre as funções e as atividades exercidas na instituição e as unidades a serem classificadas, permitindo a visibilidade de uma relação orgânica entre uma e outra mediante o agrupamento e a representação do esquema de classificação. No caso das instituições federais, a estruturação desse esquema utiliza uma codificação numérica para designar as

classes, subclasses, grupos e subgrupos preestabelecidos, visando agilizar a ordenação, a escolha do método de arquivamento e a localização, física e lógica.

Nesse caso, a classificação e avaliação, obedecem a duas normativas complementares, que se referem às atividades-meio e fim: a Portaria nº 47/2020 do Arquivo Nacional que aprova o código de classificação e a tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal e a Portaria nº 092/2011 do Arquivo Nacional que aprova o código de classificação e a tabela de temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim das IFES.

Estes instrumentos possuem uma codificação por meio do método de numeração decimal com a divisão dos conjuntos documentais em dez classes e, sucessivamente, em dez subclasses, dez grupos e dez subgrupos, usando-se a notação decimal. Na estruturação da hierarquia das classes, subclasses, grupos e subgrupos, a maioria das atividades desempenhadas utiliza expressões que denotam “ações” ou “conteúdos de ações”, as quais refletem o conjunto de competências e atribuições necessárias para o funcionamento e atuação. Assim, se reúnem os documentos de acordo com o ato realizado e destes conjuntos documentais com a atividade que os gerou, terminando por juntá-los sob a respectiva função.

A tabela de temporalidade e destinação de documentos (TTDD), resultante da avaliação, tem por objetivo definir os prazos de guarda (nas fases corrente e intermediária), e a destinação final, ou seja, a eliminação ou a guarda permanente, com vistas a garantir o acesso à informação. Ele define em que momento alguns conjuntos documentais poderão ser eliminados e que documentos serão preservados, de acordo com o valor e o potencial de uso que apresentam para a administração pública que os gerou e para a sociedade.

O estabelecimento da temporalidade dos documentos é imprescindível para se alcançar essa racionalização, para reduzir a massa documental dos arquivos e para ampliar o espaço físico de armazenamento, assegurando as condições de conservação dos documentos de valor permanente. Nesse sentido Nora (1993) explica que hoje as “administrações públicas que engajam arquivistas com a recomendação de guardar tudo, quando os profissionais aprenderam que o essencial do ofício é a arte da destruição controlada” (Nora, 1993, p. 15).

Finalmente, aponta-se que, somente a classificação, a organização e a avaliação do acervo não são suficientes, é necessário que o arquivo esteja acessível. Nesse sentido, Rousso (1996) explica que

[...] o historiador ou o arquivista devem poder ter acesso ao maior número possível de fontes -e aqui se encaixa o debate sobre o fechamento à consulta de certos arquivos, sobre as "derrogações", em suma, sobre as condições nas quais se exerce a prática profissional da história -, mas significa também que nenhum debate sobre a escrita da história ou sobre a relação com o arquivo pode se furtar a esta pergunta temível: qual é a pergunta para a qual o historiador procura uma resposta e quais são as fontes mais pertinentes para responder a ela? O acesso aos arquivos, por mais liberal e amplo que seja, nos dá *ipso facto* a chave do passado? Inversamente, a ausência de documentos ou a impossibilidade de acesso a eles nos privam realmente de toda forma de conhecimento sobre este ou aquele aspecto da História, Acessíveis ou fechados, os arquivos são o sintoma de uma falta, e a tarefa do historiador consiste tanto em tentar supri-la, em se inscrever num processo de conhecimento, quanto em tentar exprimi-la de maneira inteligível, a fim de reduzir O máximo possível a estranheza do passado. (Rousso, 1996, p. 90-91)

Assim, entende-se que o tratamento arquivístico nos acervos é fundamental para a preservação e o desenvolvimento da pesquisa histórica. A criação e disponibilização de instrumentos que facilitem o acesso às fontes facilitará o trabalho dos pesquisadores, assim como influenciará na qualidade das pesquisas devido à otimização do tempo no seu uso. Aliado a isso é necessário pensar na conservação e preservação dessas fontes documentais, considerando que, na maioria das instituições, os documentos foram guardados durante décadas em locais inadequados, algumas vezes "esquecidos" provocando a degradação do suporte, infestação de agentes biológicos, lacunas além de perdas irreparáveis devido à obsolescência tecnológica.

Nesta subseção apresentei as contribuições do tratamento arquivístico das fontes documentais nas instituições escolares. Na próxima subseção apresento as discussões que originaram a implantação do setor de arquivo e de microfilmagem, primeiro subordinado ao Centro de Processamento de Dados – CPD e logo, em 2010, subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD, com profissionais formados em Arquivologia realizando o tratamento arquivístico. Nesse sentido apresento também a sistemática de organização do acervo.

2.2.1 Origem do acervo arquivístico e sistemática de organização

As memórias do ensino superior na cidade e mais especificamente da FURG, ao longo de seus 70 anos¹⁵, sempre manifestou a necessidade de preservar a memória dos indivíduos, das realizações e conquistas tendo como objetivo a formação superior dos jovens. No caso da FURG como é hoje em dia, surgia a necessidade de criar um setor de Arquivo que gerisse e custodiasse de forma efetiva seus acervos documentais arquivísticos.

Esta preocupação com a gestão documental e a preservação da memória institucional foi evidenciada em documentos do Conselho Departamental (CODEP). Os primeiros movimentos nesse sentido ficaram registrados em sua Ata nº 027/1983, com a decisão de instituir as atividades de microfilmagem dos registros acadêmicos, provocado pela necessidade de incinerar documentos. Na época, as discussões no Conselho se originaram a partir da possibilidade de mudança no regulamento da segunda chamada de provas acadêmicas, chamando à atenção de um significativo desperdício de materiais na impressão de provas a necessidade de “incineração de documentos”. (Santos, 2015, p. 69)

Santos (2012) explica que, após a análise da Câmara de Administração de Atividades do Conselho, o mesmo chegou à conclusão de que as práticas ou sugestões que não se enquadravam à realidade da instituição, aliada a inexistência de normas ou leis específicas para o assunto só seria sanada mediante a instituição e organização de um setor de arquivo, juntamente com um de microfilmagem visando reduzir o volume acumulado de documentos. Nesse sentido, surgem dois movimentos, o primeiro seria a preservação do que era necessário aos Departamentos, aos setores administrativos (tanto da área de pessoal como contábil), bem como a preservação dos documentos que representem a história das antigas Faculdades e da Universidade.

O segundo movimento era o descarte dos documentos considerados inúteis, desprovidos de valor prático ou histórico, após uma análise “evitando com isto uma queima indiscriminada, sem amparo legal e que poderia gerar situações indesejáveis a administração da Universidade” (Santos, 2012, p. 69). Este movimento foi

¹⁵ Aqui conta-se a partir da instalação da Escola de Engenharia como primeira escola isolada.

viabilizado pela criação de comissões¹⁶ dos Departamentos, da Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa (SREP) e da Sub-Reitoria Administrativa (SRA) criaram comissões compostas por três membros por setor, com a finalidade de separar dentro do atual arquivo “morto” seu próprio material.

A Biblioteca Central é a responsável pela estruturação, organização e manutenção do “Arquivo retrospectivo” através do Ato Executivo nº 005/1983. No mesmo ano, surge a resolução nº 030/1983, apresentado uma norma para arquivamento de documentos, orientando seu tratamento, os prazos de guarda e eliminação. Esta norma estava dividida em: normas gerais; documentos da Reitoria; documentos da SREP; documentos da SRA; documentos da SURPLADE; documentação dos departamentos; documentos do CTI e documentos gerados até 1983. Com respeito ao Arquivo Retrospectivo

[...] possuía características de arquivo intermediário e permanente, onde eram encaminhados documentos que geraram normas para a administração da instituição (como atas de reuniões, atos executivos, resoluções, portarias, ofícios e ofícios circulares); documentos que caracterizavam as mudanças na estrutura da instituição ou do seu quadro de pessoal docente, técnico ou administrativo (conservada primeiramente na Divisão de Pessoal e depois recolhida ao arquivo retrospectivo); a passagem do aluno pela instituição e que influenciou na sua aprovação, conservada primeiramente na Divisão de Registro Acadêmico (DRA) e depois recolhida ao arquivo retrospectivo; as atas de presença das provas e/ou tarefas; os pedidos de Regime Domiciliar (RED), etc. (Santos, 2012, p. 69)

Concomitantemente a esta iniciativa, existia um projeto de instalação de um setor de microfilmagem na FURG, responsável pelo desenvolvimento de projetos micrográficos, guarda dos filmes originais e manutenção de seus equipamentos bem como o de seus usuários. Nesta visão descentralizada, toda unidade usuária seria suprida com arquivos micrográficos e os equipamentos necessários para que pudessem recuperar suas informações rapidamente. Na sua a proposta prestariam este tipo de serviço “tanto para atender às necessidades internas da universidade como também, a longo prazo, atender as necessidades de usuários externos” (Santos, 2012, p. 69).

¹⁶ Onde cada comissão contava com três membros do setor.

Integrou o Núcleo de Processamento de Dados (NPD)¹⁷, como um setor complementar, devendo realizar as atividades de: preparação de documentos, microfilmagem, processamento, controle de qualidade e montagem da microforma final mediante o convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional – FNDE¹⁸ para a aquisição de equipamentos. Dentre as vantagens e desvantagens citadas à sua criação podemos mencionar

[...] era relacionada à preservação da informação, rapidez na informação, segurança, fácil manuseio, redução do espaço, garantia de integridade do arquivo, reprodução em papel, fácil disseminação da informação, durabilidade, conexão com outros sistemas e validade legal. Por sua vez existiam também desvantagens como a necessidade de: instalações e equipamentos especiais, material de consumo próprio, pessoal especializado, sem contar com as restrições às importações da época (Santos, 2012, p. 70)..

O Ato Executivo 028/1985, retira o NPD da subordinação da SRA e o converte em Centro de Processamento de Dados (CPD), subordinado ao Gabinete do Reitor. Passa a contar então com uma Divisão de Microfilmagem, compreendendo os setores de: Preparação, Execução e Controle e de Arquivo. Este último, devido ao Ato Executivo nº 046/1985 que atribuiu à Divisão de Microfilmagem, a responsabilidade de proceder à estruturação, organização e manutenção do Arquivo Retrospectivo da Universidade, tendo uma estimativa de microfilmar mais de 71.000 documentos e destruir os que os departamentos considerassem inúteis (Santos, 2012).

Com a nova estrutura organizacional apresentada no Ato Executivo nº 058/1991, desaparece o Arquivo Retrospectivo do organograma do CPD. Somente em 2005 que seria criada a Comissão Permanente de Gestão de Arquivos da FURG pela Portaria nº 1.337/2005. Esta Comissão tinha as atribuições de propor

a criação e a estruturação do Arquivo Central da Universidade, prestar assessoria e orientação técnica a respeito do tema e a adoção de medidas por parte da Reitoria, com o propósito de manter sempre atualizada a legislação interna sobre arquivamento de documentos (Santos, 2012, p. 71).

¹⁷ Devido as semelhanças entre o processamento de dados e a microfilmagem, onde ambas visam o tratamento da informação e o desenvolvimento de sistemas integrados de processamento de dados e microfilmagem produziram resultados mais eficientes na sua recuperação

¹⁸ Projeto “A cidade do Rio Grande numa perspectiva histórica cultural e sócio política do Forte ao Superporto 3º PSECD-MEC”.

Em 2008, sua composição e atribuições foram modificadas pela Portaria nº 112/2008, tendo como atribuição atualizar a legislação interna sobre arquivamento de documentos, adequando à legislação federal (oriundas do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ e da Subcomissão do Sistema de Gestão de Documentos de arquivo, da administração pública Federal, do Ministério da Educação) e elaborar a minuta de deliberação para substituir a resolução nº 030/1983.

Para Fantinel (2017) se bem se verifica uma série de esforços e ações em nível estratégico e operacional visando a gestão e a preservação documental, “fica claro que as iniciativas não tiveram força suficiente para garantir a perenidade quanto à eficácia do processo de gestão dos acervos da Instituição” (Fantinel, 2017, p. 139). Para a autora, este fato fica mais evidente quando da contratação a partir de 2008, dos primeiros arquivistas¹⁹, responsáveis pela organização do Arquivo Retrospectivo e dos dossiês acadêmicos. Os primeiros profissionais, ocuparam uma sala cheia de documentos no final do pavilhão central do Campus Cidade (atual Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS) onde começaram as suas atividades de identificação documental e estudo da estrutura organizacional da Universidade.

Em 2009, a comissão criada pela Portaria nº 112/2008 é substituída pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da FURG (CPAD/FURG) criada através da portaria da PROPLAD nº 2.715/2009, tendo como atribuições:

[...] a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no âmbito da FURG, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor secundário, assim como também, o encaminhamento das propostas resultantes do processo de avaliação na instituição para o Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, conforme a Legislação Federal (Universidade Federal do Rio Grande, 2009, p. 1))

A priori, as arquivistas foram lotadas, uma no Instituto de Ciências da Informação – ICHI²⁰ e outra na PROPLAD. Para facilitar o trabalho coordenado, a arquivista lotada no Instituto foi cedida para a PROPLAD para organizar o arquivo No Campus Cidade, o local contava com um pequeno cartaz na porta e algumas estantes de aço velhas contendo Diários Oficiais da União e do Estado e arquivos

¹⁹ Arquivista é o profissional formado em curso de graduação reconhecido pelo Ministério da Educação.

²⁰ Na nova reorganização estrutural do ano de 2008, o Instituto foi resultado da fusão do Departamento de Biblioteconomia e História – DBH e do Departamento de Geociências – DEGEO.

com gavetas contendo documentos acadêmicos relacionados a registros de diplomas de graduação, como pode ser observado na sequencia de fotos na figura seguinte:

Figura 7 - Sequencia de fotos das instalações do Arquivo no Campus Cidade da Universidade Federal do Rio Grande – FURG em 2009



A



B



C



D

Fonte: Acervo da Coordenação de Arquivo Geral da FURG, 2025.

Santos (2012) explica que o grande volume dos documentos oriundos do Arquivo Retrospectivo e a falta de espaço físico provocou que os mesmos fossem “guardados” num contêiner, como mostra a figura 8, revelando as condições precárias de preservação no momento da sua abertura e traslado às instalações do arquivo (no Campus Cidade).

Figura 8- Sequencia de fotos do acervo em contêiner no Campus Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande – FURG em 2009



Fonte: Acervo da Coordenação de Arquivo Geral da FURG, 2023.

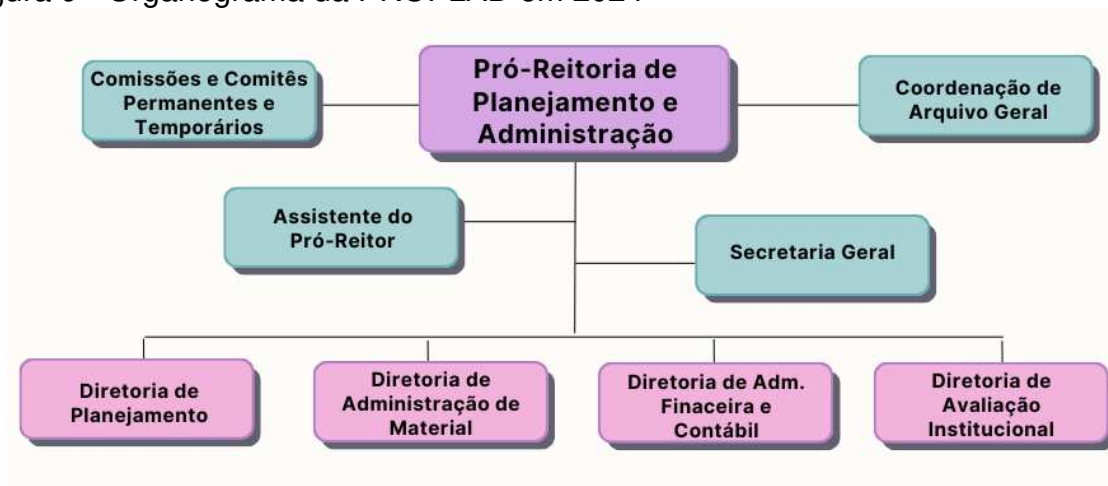
Em 2009, o acervo foi retirado do pátio no Campus Carreiros pelos arquivistas e encaminhado ao arquivo para identificação e tratamento. Tal iniciativa constitui-se, de acordo com Santos (2012), em incentivo para a criação políticas com vista a estruturar e implantar um sistema de arquivos para gerir arquivisticamente todos os documentos da Instituição, alinhado “com a política nacional de arquivos, alicerçado nas teorias, princípios e métodos arquivísticos” (Silva; Santos; Viero, 2009, p. 7 - 8), mesmo antes da oficialização do Arquivo Geral como órgão da Universidade, aconteceu em 2010, com a publicação da Portaria nº 2.109/2010²¹ do Gabinete do Reitor.

Subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, o arquivo era responsável pela custódia de documentos de caráter intermediário e de guarda permanente (probatório-histórico), provenientes das atividades dos órgãos

²¹ Portaria GR nº 2.109/2010 que estabelece a nova estrutura organizacional da Instituição com a definição de nomenclaturas e a criação do Arquivo Geral junto a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração.

administrativos e das unidades de ensino, pesquisa e extensão que compõem a FURG. Em 2012, pelo Ato Executivo nº 038/2012 do Gabinete do Reitor, de 05 de dezembro, converteu-se em Coordenação do Arquivo Geral (CAG), ligado diretamente ao Pró-Reitor de Planejamento e Administração, conforme pode ser observado na seguinte figura:

Figura 9 - Organograma da PROPLAD em 2024



Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, 2024.

De acordo com art. 88 do Regimento Interno da Reitoria, a ela compete implementar, executar, supervisionar e dar apoio às diversas unidades na execução da política arquivística de gestão documental da Universidade através do Sistema de Arquivos (SIARQ/FURG) em consonância com a legislação federal vigente (Universidade Federal do Rio Grande, 2025), assim como:

- II. elaborar normas, manuais de serviço e programas de capacitação permanente visando a orientação dos servidores e estagiários em suas unidades com relação a gestão arquivística adequada;
- III. Orientar os procedimentos de classificação de documentos nos diversos setores da Universidade visando consolidar o Sistema de Arquivos (SIARQ/FURG);
- IV. implementar e acompanhar rotinas de trabalho desenvolvidas no âmbito da gestão arquivística de documentos, visando à padronização dos procedimentos técnicos relativos às atividades de produção, classificação, registro, tramitação, arquivamento, preservação, empréstimo, consulta, expedição, avaliação, transferência e recolhimento ou eliminação de documentos de arquivo (independente da forma ou suporte adotado) e ao acesso às informações neles contidas;
- V. custodiar os documentos em fase intermediária e permanente transferidos e/ou recolhidos ao Arquivo Geral, supervisionando o acesso;

- VI. proceder à eliminação de documentos arquivísticos (independente da forma ou suporte adotado), cumprindo e fazendo cumprir as recomendações da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da FURG (CPAD/FURG) de acordo com a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES;
 - VII. estimular, promover, gerenciar e orientar as ações de conservação preventiva e interventiva dos documentos integrantes do patrimônio arquivístico da FURG, em qualquer uma das fases do seu ciclo de vida; [...]
 - IX. coordenar e supervisionar as atividades de recebimento, seleção, registro, controle e expedição de documentos produzidos e/ou acumulados no decorrer das atividades das Unidades Acadêmicas e Administrativas (através de sistemas manuais e/ou informatizados);
 - X. promover a digitalização dos documentos arquivísticos de fase intermediária e/ou permanente, tendo em vista a preservação da memória institucional, da cultura e a promoção da pesquisa;
 - XI. estimular, promover e orientar a implantação de uma política de preservação, bem como requisitos, normas e procedimentos para assegurar que os documentos arquivístico digitais permaneçam sempre acessíveis, compreensíveis, autênticos e íntegros; [...]
- (Universidade Federal do Rio Grande, 2025, p. 25-26).

Assim, com o tempo, o Arquivo Geral converte-se no setor responsável pela gestão, preservação e acesso dos documentos arquivísticos da Instituição, deixando de lado a ideia original de ser um arquivo regional. Em 2013, começa a ser construído o prédio do arquivo (Apêndice D), com uma área total de 1.219m², distribuído em dois andares. Em 2014 o acervo começa a ser transferido ao novo prédio, no Campus Carreiros, onde começam a ser instaladas as estantes modulares e o arquivo deslizante. Além do Arquivo, no andar térreo encontram-se a Divisão de Protocolo (subordinado à Pró-Reitoria de Infraestrutura - PROINFRA) e a Secretaria de Integridade, Transparência e Controle Social – SITC (subordinado ao Gabinete da Reitora).

Figura 10 - Prédio da Coordenação de Arquivo Geral no Campus Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande – FURG em 2014



Fonte: Acervo da Coordenação de Arquivo Geral da FURG, 2023.

Atualmente, contando com oito servidores do quadro permanente da Universidade (sete arquivistas e um técnico em restauro), a Coordenação de Arquivo Geral (CAG) possui como um dos seus principais focos de atuação a gestão documental voltada para a identificação e conservação dos acervos dos diferentes setores/órgãos que fazem parte atualmente da Universidade, compreendendo o período de 1953 a 2024.

O acervo constitui-se de fundos fechados e fundos abertos. Os fundos fechados, conforme Santos (2012), são oriundos das unidades que originaram a Universidade do Rio Grande – URG (a Escola de Engenharia Industrial, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, a Faculdade de Direito Clóvis Beviláqua, a Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande e a Faculdade de Medicina do Rio Grande), os Colégios Técnico Industrial²², e Técnico Comercial Fernando Freire²³, referente ao período de 1953 a 1969. O fundo aberto trata especificamente da FURG a partir de 1969. Além dos mencionados, o Arquivo também custodia o acervo das Fundações de Apoio ao Hospital Universitário (FAHERG), de Apoio a Universidade (FAURG) e da Fundação Rio-grandina de Radiodifusão (FURERG).

²² Vinculado à Escola de Engenharia Industrial.

²³ Vinculado à Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas.

Com respeito a organização do acervo, a equipe realiza as atividades de classificação²⁴ e avaliação²⁵ obedecendo a dois códigos de classificação, com suas tabelas de temporalidade e destinação que fixam os prazos de guarda e indicam a sua destinação final. Os códigos são complementares e se referem à atividade-meio/suporte e a atividade-fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES: o Código de classificação de documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal (aprovado pela Portaria AN/MGI nº 174/2024), e o Código de classificação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim das IFES, foram instituídos por meio da Portaria do Arquivo Nacional nº 92/2011²⁶ e.

Estes instrumentos adotam o modelo de classificação decimal e integra o assunto a um código numérico dividido em dez classes e estas, por sua vez, em dez subclasses e assim sucessivamente. As classes principais correspondem às grandes funções desempenhadas pelo órgão, divididas em subclasses e estas, por sua vez, em grupos e subgrupos, os quais recebem códigos numéricos, seguindo-se o método decimal. Nesse esquema, os códigos numéricos refletem a subordinação dos subgrupos ao grupo, do grupo à subclasse e desta, à classe. Esta subordinação é representada por margens, as quais espelham a hierarquia dos assuntos tratados.

²⁴ A classificação é uma das principais funções do processo de gestão de documentos arquivísticos, o qual inclui procedimentos e rotinas específicas que possibilitam maior eficiência e agilidade no gerenciamento e controle das informações. A classificação auxilia no agrupamento lógico dos documentos, com a finalidade de representar o contexto de produção desses e a garantia de acesso aos documentos de forma rápida e precisa.

²⁵ A avaliação constitui-se em atividade essencial para a racionalização do ciclo de vida dos documentos de arquivo, ao definir em que momento alguns conjuntos documentais poderão ser eliminados (independente do prazo de guarda) e quais serão preservados, considerando seu valor permanente e o potencial de uso que apresentam para a Instituição e para a sociedade.

²⁶ A Portaria MEC nº 1.261/2013 determina o uso obrigatório nas Universidades e Institutos Federais do Código de classificação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim das IFES.

Quadro 1 - Códigos de classificação das atividades-meio do Poder Executivo Federal e das atividades-fim das IFES

Código	Classe	Referência
000	Administração Geral	Atividade-meio
100	Ensino Superior	Atividade-fim
200	Pesquisa	Atividade-fim
300	Extensão	Atividade-fim
400	Educação básica e profissional	Atividade-fim
500	Assistência estudantil	Atividade-fim
600	Vaga	
700	Vaga	
800	Vaga	
900	Administração de Atividades Acessórias	Atividade-meio

Fonte: Arquivo Nacional (2011, 2024).

A classe Administração Geral agrupa documentos referentes às atividades relacionadas à administração interna do órgão que viabilizam o seu funcionamento e o alcance dos objetivos para os quais foram criados. Tem como subclasses: Organização e Funcionamento (010), Gestão de Pessoas (020), Gestão de Materiais (030), Gestão de Bens Patrimoniais e de Serviços (040), Gestão Orçamentária e Financeira (050), Gestão da Documentação e da Informação (060) e Gestão dos Serviços Postais e de Telecomunicações (070) (Arquivo Nacional, 2024).

A classe Ensino Superior agrupa documentos referentes a formação e titulação de diplomados nas diferentes áreas de conhecimento. Tem como subclasses: Normatização. Regulamentação (110), Cursos de graduação (120), Cursos de pós-graduação stricto sensu (130), Cursos de pós-graduação lato sensu (140) e Outros assuntos referentes ao Ensino Superior (190). A classe Pesquisa agrupa os documentos referentes ao incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica. Tem como subclasses: Normatização. Regulamentação (210), Programas de pesquisa (220), Projetos de pesquisa (230), Iniciação científica (240), Transferência e inovação tecnológica (250) e Outros assuntos referentes à Pesquisa (290). A classe Extensão agrupa os documentos referentes a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e

tecnológica geradas pela Instituição. Tem como subclasses: Normatização. Regulamentação (310), Programas de extensão (320), Projetos de extensão (330), Cursos de extensão (340), Eventos de extensão (350), Prestação de serviço (360), Difusão e divulgação da produção acadêmica (370), Programa institucional de bolsas de extensão (380) e Outros assuntos referentes à Extensão (390) (Arquivo Nacional, 2011).

A classe Educação básica e profissional agrupa os documentos referentes à oferta, quando for o caso, de outros níveis escolares pela Instituição: a educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e a educação profissional técnica de nível médio, incluindo a educação de jovens e adultos. Tem como subclasses: Normatização. Regulamentação (410), Educação infantil: creches e pré-escola (420), Ensino fundamental (430), Ensino médio (440), Ensino técnico (450) e Outros assuntos referentes à educação básica e profissional (490). A classe Assistência Estudantil agrupa os documentos referentes à implantação e ao desenvolvimento de programas, convênios e projetos de concessão de benefícios e auxílios, visando a permanência dos estudantes na Instituição. Tem como subclasses: Normatização. Regulamentação (510), Programas, convênios e projetos de concessão de benefícios e auxílios aos alunos (520) e Outros assuntos referentes à Assistência Estudantil (590) (Arquivo Nacional, 2011).

Finalmente, a classe Administração de Atividades Acessórias (900) agrupa documentos referentes ao desenvolvimento de atividades complementares, normalmente vinculadas às atividades-meio, mas que não são essenciais para o funcionamento e cumprimento das competências finalísticas do órgão. Tem como subclasses: Gestão de Eventos (910), Promoção de Visitas (920) e Outras ações referentes à Administração de Atividades Acessórias (990) (Arquivo Nacional, 2024).

Com respeito à eliminação de documentos, a orientação e efetivação desse processo, nos órgãos da Administração Pública Federal, cabem à Comissão Permanente de Avaliação, conforme a Resolução CONARQ nº 44/2020. Dessa forma, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da FURG (CPAD/FURG), subordinada à PROPLAD é responsável pela análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e acumulados no âmbito da Universidade, visando garantir o cumprimento da legislação e normas vigentes.

Nesse sentido, cabe à Comissão aplicar e/ou orientar o uso da tabela de temporalidade e destinação de documentos na FURG, considerando que a função arquivística de avaliação é complexa e se materializa por meio de diversas atividades inerentes à gestão, baseada na análise de cada conjunto documental. Por se tratar de eliminação e guarda permanente, a Comissão e a CAG trabalham, de forma conjunta, na capacitação e orientação as demais unidades da FURG.

A efetivação da eliminação se dá por meio do preenchimento das Listagens de Eliminação de Documentos (LEDs), e de etapas posteriores, conforme o previsto na Resolução CONARQ nº 44/2020, sendo que os assuntos referentes à análise, seleção e eliminação de documentos deverão ser examinados e aprovados pela CPAD/FURG. Além de promover e atuar na gestão documental da FURG, a Coordenação também se dedica a realização de estudos, pesquisas e projetos de extensão, ao planejamento de cursos de formação de servidores e participa de diferentes grupos de trabalho e comissões.

Nesta subseção apresentei as contribuições do tratamento arquivístico das fontes documentais nas instituições escolares. Na próxima subseção apresento as características da conservação e preservação das fontes documentais definições gerais de programas de preservação e conforme a legislação arquivística vigente.

2.3 Conservação e preservação de fontes

A necessidade da preservação documental é evidente, ela se manifesta no dever do Poder Público com a “proteção especial a documentos de arquivos” (Brasil, 1991, s/p). A preservação é “prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico” (Arquivo Nacional, 2005, p.134), enquanto a conservação é a “promoção da preservação e da restauração dos documentos” (Idem, p.134). Para Zúñiga (2002) a preservação é entendida

[...] de forma extremamente abrangente, compreendendo todas as ações desenvolvidas pela instituição visando a retardar a deterioração e possibilitar o pleno uso a todos os documentos arquivísticos sob sua custódia [...] é portanto [...] um conceito amplo, que compreende tanto as ações preventivas quanto as interventivas desenvolvidas em uma instituição. Estamos chamando de interventivas as atividades de conservação que, no Brasil, por

influência europeia, são chamadas de conservação/restauração (Zuñiga, 2002, p. 73).

Para Cassares, a preservação “é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais” (Cassares, 2000, p. 07). Por sua vez, a conservação “é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento)” (Idem, p. 07).

Dessa forma, a preservação envolve a tomada de decisão, planejamento e estratégias que visam à salvaguarda, no caso dos arquivos, também envolve também à divulgação e acesso aos acervos. Por sua vez, a conservação estaria focado em ações, nas práticas, e nas atuações de profissionais que procuram impedir ou retardar a sua deterioração física. Nesse sentido, Rodriguez (2010) corrobora com essa ideia ao afirmar que

Embora se registre um grande avanço com respeito à importância da conservação das fontes documentais para o conhecimento do patrimônio cultural e histórico, pesquisadores, professores e alunos defrontam-se com muitas dificuldades para desenvolver as pesquisas históricas. Em geral, os arquivos e os locais onde se guardam essas fontes apresentam muitos problemas de acesso e conservação (Rodríguez, 2010, p. 38)

Assim, um programa de preservação será o instrumento capaz de

operacionalizar objetivos e políticas, equacionando as necessidades de recursos humanos ou de equipamento, levantando os custos necessários, estabelecendo prioridades e organizando-as em um cronograma de trabalho, a curto, médio e longo prazo, capaz de atender a instituição como um todo (Zúñiga, 2002, p. 75).

Para a autora, o programa deve ser um “formado pelo conjunto de ações que dizem respeito as necessidades de preservação do acervo de uma instituição, estabelecidas por meio de um processo de trabalho coletivo e baseado em prioridades também definidas em conjunto” (Zúñiga, 2002.p. 77). Não entanto, Rodriguez (2010) adverte que as mesmas

[...] ainda são deficientes, tanto no tratamento das fontes como na sua catalogação e conservação, especialmente por falta de verbas destinada à pesquisa histórica e à manutenção dos arquivos existentes. Dado que a preservação do capital cultural é um assunto de interesse público, o papel do Estado é fundamental na gestão e articulação de políticas públicas que se coadunem com as iniciativas da sociedade civil (Rodríguez, 2010, p. 39)

Além disso, é importante reforçar que o acervo, com suas características e na amplitude de dimensões, está sujeito à degradação. Esta degradação pode ser intrínseca ou extrínseca, de forma natural ou por ato criminoso, podendo acontecer às vezes em um material antes do que em outro, dependendo da tipologia do acervo, abarcando também o documento em formato digital.

Os riscos para a preservação de fontes documentais nas instituições escolares incluem além de desastres e eventos catastróficos, os processos contínuos de deterioração e os eventos esporádicos de impacto variável, que resultam em perda. Assim, os denominados agentes de deterioração podem provocar graves danos e perdas ao acervo, ao interagirem fisicamente com o patrimônio da instituição, representando assim situações de perigo e seu gerenciamento permite realizar as “atividades de control” (evitar, bloquear, detectar, responder e recuperar). Independentemente se trato de documentos textuais ou documentos nato-digitais, o suporte corre risco frente aos agentes de deterioração (umidade, fogo, água, perdas, etc.).

Carvalho (2017) explica que com o passar do tempo o suporte vai perdendo qualidade, sendo uma condição inevitável é denominada deterioração e toda deterioração é irreversível. Ainda que seja possível realizar uma ação de restauração em determinado objeto, essa ação será sempre acompanhada de perda do material original e de evidências históricas. Assim, a deterioração geralmente resulta na perda de: propriedades químicas e/ou físicas; características estéticas; função ou desempenho e/ou compatibilidade. De acordo com Vaillant Callol (2013) a origem dos agentes do dano podem se dividir em dois grupos, internos e externos (ou extrínsecos):

Quadro 2 – Características dos agentes de dano internos e externos

Origem dos agentes do dano	
Internos	Relacionados ao processo de fabricação (tipo e qualidade do material fibroso utilizado; cargas; aditivos químicos; acidez e presença de compostos metálicos, etc.). Não podem ser controlados, pois uma vez elaborados, não podem ter modificados seu método e sua forma de elaboração.
Externos (ou extrínsecos)	Relacionados com as condições ambientais, sua manipulação e o armazenamento destes nas instituições. fatores podem ser modificados, estabelecendo as condições adequadas, de acordo com os requisitos dos materiais que os constituem

Fonte: Vaillant Callol (2013).

Para a autora, segundo a natureza dos agentes produtores do dano (umidade relativa, temperatura, iluminação, contaminantes atmosféricos, agentes biológicos, ventilação, processos e tratamentos inadequados, desastres e atos de vandalismo), podem ser classificados em: químicos, físicos, mecânicos, biológicos e ecológicos. Nesse sentido, o *Canadian Conservation Institute* - CCI apresenta um rol de dez agentes de deterioração considerados significantes: forças físicas; roubo e vandalismo; fogo; água; pestes (ou pragas); poluentes; luz (visível, infravermelha e ultravioleta); dissociação, temperatura incorreta e umidade incorreta (Gonçalves, 2013).

A força física pode danificar objetos diretamente causando rotação, deformação, estresse e pressão, assim como pela colisão entre objetos ou partes deste. Seus danos variam de fissuras imperceptíveis e pequenas perdas, até efeitos em larga escala, como objetos esmagados, pisos em colapso e, em casos extremos, destruindo edifícios (Marcon, 2017). Segundo o autor, existem cinco efeitos relacionados à força: impacto; choque; vibração; pressão e abrasão, caracterizadas no seguinte quadro:

Quadro 3 – Características da força física

Forças físicas	
Impacto	Resultado de algo que atinge um objeto, um objeto atingindo uma superfície dura ou objetos que se chocam.
Choque	Resultado de um forte impacto.
Vibração	Movimento oscilante de um objeto em relação a um ponto de referência fixo. Poderá ser livre ou forçada. O movimento poderá ser contínuo (movimento que se repete exatamente após certos períodos de tempo) ou aleatório (encontrada em veículos em movimento e outras fontes de vibração diárias).
Pressão	Força aplicada em uma área unitária do material. A pressão pode ser o resultado de gravidade ou manuseio. Pode contribuir para a abrasão, tensão e deformação, levando a distorção ou ruptura.
Abração	Provocada pelo movimento entre duas superfícies em contato. Seus efeitos variam de acordo com a durabilidade da superfície, a quantidade de pressão aplicada às superfícies e o perfil dessas superfícies. A presença de material abrasivo ou partículas entre superfícies também pode causar, ou acelerar, a abrasão.

Fonte: Marcon (2017).

Com respeito ao roubo e vandalismo, Tremain (2017) explica que alguns incidentes são premeditados e outros simplesmente são "crimes de oportunidade", sendo que a maioria poderia ter sido evitada se houvesse um programa de segurança eficaz com bons controles no lugar. Assim, o roubo é a remoção ilegal oportunista, intencional ou premeditada de um bem e o vandalismo é o influxo intencional ou premeditado de danos a um bem, que pode incluir destruição ou desfiguração.

Para o autor, é necessária uma abordagem integrada comum para minimizar o risco de ameaças no arquivo, compartimentando o edifício por zonas. As zonas são projetadas usando as estratégias de Proteção, Detecção e Resposta de acordo com a sua função, o nível de segurança exigido e os recursos disponíveis. Nesse sentido, o acesso limitado do pessoal a algumas zonas reduzirá o risco de ameaça oportunista da equipe (Tremain, 2017).

O fogo, explica Stewart (2017a) é o estado da combustão resultante de uma reação química que requer a presença de três elementos em combinação adequada: uma fonte de combustível (qualquer coisa que queima), oxigênio (um componente do ar) e uma fonte de ignição, como calor ou uma faísca. A extinção de um incêndio geralmente envolve a remoção de pelo menos um desses elementos. O autor explica que, dependendo do tipo, extensão e gravidade de um incêndio, e a vulnerabilidade dos documentos ao calor e à fumaça, o dano pode variar desde descoloração menor até perda total. Se localizados perto do foco de um incêndio podem inflamar e queimar completamente ou parcialmente. Se localizados em outros lugares podem ficar distorcidos, descoloridos, quebradiços ou cobertos com uma camada de fuligem.

O dano causado pela água pode ser resultado de ocorrências naturais (tempestade, inundação, furação, etc.), riscos tecnológicos (vazamento no telhado, falha no escoamento, etc.) ou falhas mecânicas (derramamento de produtos químicos, água utilizada na limpeza, etc.). Stewart (2017b) explica que a vulnerabilidade de objetos individuais à água pode ser aumentada significativamente pelo estado da degradação dos materiais. Assim, diante uma ameaça direta e inevitável, é necessário criar um programa preventivo que antecipe o problema e inclui procedimentos ou medidas para mitigar seus efeitos. Inspeções regulares podem ser integradas nas tarefas de limpeza e monitoramento de rotina.

Para o autor, o principal objetivo é evitar o ataque de mofo; danos físicos adicionais por secagem muito rápida ou muito lenta (pode causar rasgar, distorcer, dividir, rachar, etc.); superfícies ou objetos que se aderem um ao outro; materiais absorventes (papel, têxteis, couro) que se endureceram devido à imersão e posterior secagem; acréscimos nas superfícies de contaminantes na água; dissolução de pigmentos, corantes, adesivos solúveis em água, etc.; perda de informação e perda de objetos. Assim, a eficiência e a eficácia da recuperação de danos causados pela água dependem da emergência e da preparação para desastres da instalação, sendo necessária a elaboração de um plano específico de ação.

As pestes (ou pragas) podem ser subdivididas por classificação biológica ou pelos materiais que atacam: fungos, bactérias, insetos, roedores, aves e morcegos. Suas características, Strang e Kigawa (2017) são apresentadas a seguir:

Quadro 4 – Características das pestes (ou pragas)

Pestes (ou pragas)	
Fungos e bactérias	Esporos podem ser transmitidos pelo ar ou transportados juntamente com outras partículas. Sobrevivem, na umidade relativa (UR) contínua e com alto teor de umidade no substrato. Muitas espécies de bactérias são controladas em condições acima de 90% de UR e seu crescimento é interrompido abaixo de 70% de UR. Uma vez desenvolvido seu crescimento é interrompido abaixo de 65% de UR. Digerem, mancham, enfraquecem, transmitem umidade e atraem pragas de insetos modificando e aumentando o valor nutritivo de um objeto.
Insetos	Os estados de larva e ninfa são marcados por uma alimentação e um crescimento constante. Causam danos que vão desde sujidade accidental até digestão completa de materiais orgânicos. Alguns transmitem doenças humanas. A presença de patógenos alimentares, partes do corpo de insetos e matéria fecal em coleções pode induzir reações alérgicas em humanos.
Roedores	Se reproduzem rapidamente e se espalharão buscando mais recursos (comida, água e material de nidificação). Encontram-se tanto fora de edifícios ou em ninhos dentro dele. Este tipo de praga escondem alimentos para uso futuro, urinam para formar marcas de rastro e depositam fezes à medida que exploram, deixam marcas de graxa ao longo de trilhas.
Aves e morcegos	Seus excrementos provocam o aumento de insetos em busca de proteína. Seus ninhos abrigam parasitas. A exposição a poeiras de origem aviária pode aumentar o desenvolvimento de zoonoses bacterianas e virais, assim como alérgicas crônicas. As acumulações de guano representa perigo o para a saúde humana caso inalado

Fonte: Strang e Kigawa (2017).

Segundo Tétrault (2017), os poluentes são agrupados em uma variedade de compostos que podem ter reações químicas com outro componente promovendo efeitos negativos no objeto. Podem ser gases, aerossóis, líquidos ou sólidos. Dentre os principais poluentes no ar foram identificados: o ácido acético, o sulfato de

hidrogênio, o dióxido de nitrogênio, o ozônio, o dióxido de enxofre, as partículas finas e o vapor d'água.

Podem causar, na superfície dos documentos, descoloração ou coloração, esta última pode ser difícil de remover de objetos porosos ou muito frágeis. Para o autor, um documento também pode ter um poluente intrínseco, ou seja, que já está no objeto como parte de seu conteúdo original, ou foi adicionado durante o processamento ou tratamento.

Por definição, a luz, é a banda de radiação à qual nosso olho é sensível ao contrário da radiação ultravioleta (UV) e da radiação infravermelha (IR). Tanto a UV e IR são bandas de radiação de cada lado da banda visível. Suas características são apresentadas a seguir:

Quadro 5 – Características da luz (visível, infravermelha e ultravioleta)

Luz	
Visível	Desvanece-se as cores.
Ultravioleta (UV)	Radiação não visível. Prejudicial. Causa amarelecimento, enfraquecimento e/ou desintegração de materiais. Banda de radiação: além
Infravermelho IR	Radiação não visível. Prejudicial. Aquece a superfície dos objetos e, assim, torna-se uma forma de temperatura incorreta (muito alta). Banda de radiação: muito baixo.

Fonte: Michalski (2017).

Segundo Waller e Cato (2017) a dissociação resulta da tendência natural de que os sistemas ordenados se desmoronem ao longo do tempo. Ocasiona a perda de objetos ou dados relacionados a objetos, ou a capacidade de recuperar ou associar objetos e dados. Pode-se manifestar como: eventos únicos raros e catastróficos; eventos esporádicos e graves (ocorrendo em intervalos de poucos anos ou décadas) e eventos ou processos contínuos, resultando em perda de dados (extensa nos eventos catastróficos), objetos ou valores de objeto. Assim,

“Perda” é usado aqui no sentido de ‘tornar-se incapaz de recuperar sob demanda aquilo que é desejado’. No caso de perda de dados, objetos ou coleções, perder o contexto e os valores relacionados à

informação. No caso de uso inadequado, valores como o espiritual, ritual e outros valores culturais são perdidos. (Waller; Cato, 2017)

Por sua vez, a perda do conteúdo informacional pela dispersão do conjunto documental pode gerar

(1) separação permanente dos conteúdos informacionais gerando a incompreensão de como se estabeleceram as relações e processos que culminaram com a preservação (ou não) do bem; (2) ruídos na leitura dos documentos e do bem; (3) prejuízos no entendimento dos critérios que pautaram a seleção do bem; (4) problemáticas para a preservação do bem; (5) problemáticas para a preservação da documentação como um fundo (conjunto) coeso, determinando o tratamento individual, fotografia a fotografia, dispensando mais tempo e recursos pessoais e financeiros do que o tratamento de álbuns e dossiês; (6) dificuldades para o estabelecimento de instrumentos de pesquisas eficazes para a recuperação da informação dispersa pelas séries do Arquivo (Souza, 2014, p. 57).

Para Michalski (2017c, 2017b), a temperatura e a Umidade Relativa (UR), ao contrário do fogo, da água, das pragas, não podem ser consideradas agentes de deterioração. Em contraponto, os níveis incorretos sim acarretam danos. Se baixa, o autor aponta para uma regra prática: a redução de 5°C duplica a vida útil do objeto²⁷. Devido à dificuldade em se estabelecer um índice correto para um ambiente que abriga diferentes gêneros documentais como é o caso de um arquivo, deve-se definir um índice que cause o menor dano ao acervo (Carvalho, 2017).

Ao igual que a temperatura, diferentes acervos possuem sensibilidades diferentes perante a Umidade Relativa (UR) e devemos encontrar o nível adequado cause o menor de dano ao acervo. Michalki (2017b) explica que, qualquer redução abaixo de 100% de UR é benéfica. Aplica-se ao todo o universo existente num arquivo, como o papel ácido, fita magnética, acetato e filmes de nitrato, que se deterioram quimicamente em algumas décadas, tornando-se fraco, amarelo e quebradiço, ou em alguns casos pegajosos. A reação química por trás desta decadência (hidrólise ácida) requer umidade, portanto, a presença de qualquer vapor de água, qualquer UR acima de 0%, permite a reação prosseguir.

²⁷ Segundo o autor pode haver controvérsia sobre os critérios que definem o "tempo de vida" de um objeto (quanto ao amarelamento, distorção ou desintegração), mas dado um critério selecionado, não há dúvida de que a regra é válida.

Quadro 6 – Características da temperatura incorreta

Temperatura incorreta	
Alta	Desenvolve processos químicos, oferecendo risco para a preservação a longo prazo (imagens, som e texto). É um dano químico cumulativo que causa deterioração rápida. Alguns objetos contêm materiais que se deformarão e enfraquecerão, ou mesmo derretem, acima de certa temperatura (cassetes de vídeo, CDs e DVDs).
Baixa	Em geral, é benéfica para coleções.
Flutuação	Preocupante. Devido a sua característica higroscópica (movimento de expansão de materiais à medida que a temperatura sobe, e o inverso, o encolhimento quando ela cai).

Fonte: Michalski (2017c).

Nesse sentido, visando a preservação, longevidade, gestão e o diagnóstico das condições de conservação de acervos, surge a metodologia do Gerenciamento de Riscos²⁸. Charette (1990 apud Aldenucci Spinosa; Favaretto, 2009) aponta três elementos que estão sempre presentes na definição de um risco: a existência de uma perda potencial; a incerteza acerca do resultado em caso de materialização do risco; e a necessidade de tomar alguma decisão para lidar com a incerteza.

O risco²⁹ é o “efeito da incerteza nos objetivos” e a gestão de riscos são as “atividades coordenadas para dirigir e controlar uma organização no que se refere a riscos”. Assim, o gerenciamento de riscos envolve a conservação preventiva, dando subsídio aos gestores na tomada de decisão quanto à definição de prioridades e ações a serem implementadas, a partir da análise dos perigos a que um bem cultural pode estar exposto. Sobre o gerenciamento de riscos, Pedersoli Júnior (2010) explica que

sua utilização fornece uma visão abrangente dos diversos tipos de riscos existentes para o patrimônio, desde eventos emergenciais e catastróficos (incêndios, enchentes, etc.), até os diferentes processos de degradação que ocorrem em um acervo documental como enfraquecimento do suporte, ataque de insetos, corrosão por tintas ferrogálica, entre outros (Pedersoli Junior, 2010, p. 8).

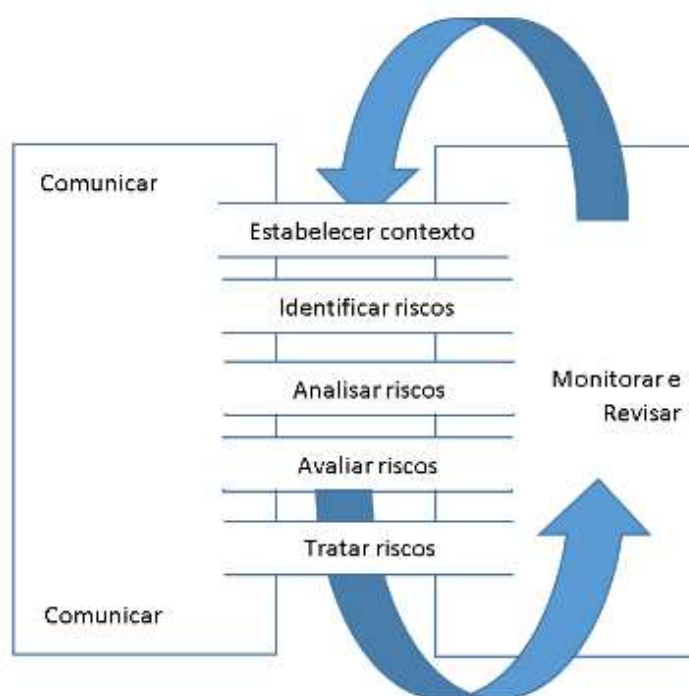
²⁸ Metodologia desenvolvida pelo *Canadian Conservation Institute* (CCI), o *Netherlands Institute for Conservation* (ICN) e o *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration* (ICCROM)

²⁹ ABNT NBR ISO 31000:2009 – Gestão de riscos.

Embora o conceito de risco seja frequentemente interpretado em termos de perigo ou impacto negativo, devem ser considerados como a exposição às consequências da incerteza ou como potenciais desvios do que foi planejado ou do que é esperado, sendo considerado como elemento essencial de boa governança. Santos (2018) explica que a metodologia de gerenciamento de riscos contribui para definição de escolhas e prioridades na tomada de decisão referente ao processo de gerenciamento de uma política de preservação documental.

Ela pressupõe a implantação de um processo de gestão contínuo e o apoio e envolvimento de todos os seus segmentos, constituído por cinco etapas sequenciais (estabelecer o contexto, identificar os riscos, analisar os riscos, avaliar os riscos e tratar os riscos) e duas contínuas (consulta e comunicação com todos os atores e as partes interessadas e o monitoramento e revisão do processo) (Hollós e Pedersoli Junior, 2009). Este processo é representado pela seguinte figura.

Figura 11 – Processo de gestão segundo a norma AZ/NZS 4360.2004



Fonte: Hollós e Pedersoli Junior, 2009.

Os autores, por sua vez, explicam que a identificação de riscos ao acervo pode ser estruturada sistematicamente considerando-se a ação dos dez agentes de deterioração em seis diferentes níveis de identificação: região/entorno, edifício,

sala/depósito, estante/vitrine, embalagem/suporte e acervo, conforme a seguinte figura:

Figura 12 – Adaptação dos níveis de identificação de riscos



Fonte: Michalski (2004).

A análise da magnitude dos riscos é realizada a partir da quantificação da frequência ou velocidade em que se espera que o dano ocorra, juntamente com a perda de valor para o acervo (decorrente da extensão do dano causado) e da fração afetada. Uma vez determinadas as magnitudes dos riscos para o acervo são possíveis compará-los e, juntamente com critérios complementares, estabelecer prioridades para seu tratamento e mitigação (Hollós e Pedersoli Junior, 2009).

Nesse sentido, a identificação dos agentes de deterioração permitirá que a instituição tome as medidas necessárias para a preservação dos conjuntos documentais e analise sob o viés do gerenciamento de risco. Com os documentos digitais não é diferente, a necessidade da preservação a longo prazo envolve um processo contínuo de pessoas, políticas institucionais, recursos e tecnologias para conservar o documento durante mais tempo. Na atualidade o foco da preservação também tem englobado o contexto digital, seja pelo risco da perda de informações devido a tecnologia inerente ao próprio processo de criação e uso da informação digital como seus desafios para entender e agir visando a longevidade da

informação digital. Márdero Arellano (2004) já contextualiza bem o cenário há 20 anos:

A natureza dos documentos digitais está permitindo ampla produção e disseminação de informação no mundo atual. É fato que na era da informação digital se está dando muita ênfase à geração e/ou aquisição de material digital, em vez de manter a preservação e o acesso a longo prazo aos acervos eletrônicos existentes. O suporte físico da informação, o papel e a superfície metálica magnetizada se desintegram ou podem se tornar irrecuperáveis. Existem, ademais, os efeitos da temperatura, umidade, nível de poluição do ar e das ameaças biológicas; os danos provocados pelo uso indevido e o uso regular, as catástrofes naturais e a obsolescência tecnológica. A aplicação de estratégias de preservação para documentos digitais é uma prioridade, pois sem elas não existiria nenhuma garantia de acesso, confiabilidade e integridade dos documentos a longo prazo (Márdero Arellano, 2004, p. 15).

Entendemos o documento digital como “o documento arquivístico codificado em dígitos binários, produzido, tramitado, e armazenado por sistema computacional” (Conselho Nacional de Arquivos, 2020, p. 25). Para Márdero Arellano (2004), o aumento da produção de informação em formato digital tem questionado cada vez mais a relevância de garantir sua disponibilização e preservação por longos períodos de tempo. Ainda o autor aponta para a imperiosa a necessidade de contar com mecanismos que garantam a preservação de documentos em formato digital dos detentores de acervos digitais. A preservação digital não está somente relacionada à sua conservação, ela garante a preservação e manutenção do documento digital englobando mecanismos de armazenamento, estúdio das mídias, gerenciamento de objetos digitais, estratégias metodológicas, parâmetros de arquivamento.

[...] consiste na capacidade de garantir que a informação digital permanece acessível e com qualidades de autenticidade suficientes para que possa ser interpretada no futuro recorrendo a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento da sua criação (Ferreira, 2006, p. 20).

Nesse contexto, a Carta do Patrimônio Arquivístico Digital (Conselho Nacional de Arquivos, 2005), alerta

Considerando que este patrimônio arquivístico digital se encontra em perigo de desaparecimento e de falta de confiabilidade, e que sua preservação em benefício das gerações atuais e futuras é uma preocupação no mundo inteiro [...] é importante alertar o governo, as instituições públicas e privadas, as instituições de ensino e pesquisa e todos os setores da sociedade brasileira, comprometidos com a inclusão informacional para os seguintes problemas: [...] dependência digital [...] rápida obsolescência da tecnologia digital [...] incapacidade dos atuais sistemas eletrônicos de informação em assegurar a preservação de longo prazo [...] fragilidade intrínseca do armazenamento digital [...] complexidade e custos da preservação digital [...] e multiplicidade de atores envolvidos (Conselho Nacional de Arquivos, 2005, p. 2-3).

Flores, Rocco e Santos (2016) explicam que, se por um lado, a produção e o registro de informações exclusivamente em documentos digitais aumentaram consideravelmente, por outro lado os mecanismos para manutenção e presunção da autenticidade não têm acompanhado o ritmo dessa evolução. Assim, documentos arquivísticos digitais,

podem ser facilmente adulterados sem deixar vestígios aparentes, evidenciando a complexidade e a especificidade destes registros. Tais aspectos irão impactar diretamente na credibilidade de tais documentos enquanto provas de uma ação, fontes de pesquisa e bases de conhecimento (Flores, Rocco, Santos, 2016, p. 118).

Os autores explicam que, para que um documento arquivístico seja considerado íntegro, deve ser inalterado e completo. Assim,

Tal integridade relaciona-se diretamente aos ambientes de produção e preservação do documento, ou seja, aos seus ambientes custodiadores, denotando, assim, que, quando falamos de documentos digitais, de ambientes digitais, estamos também falando de ambientes custodiadores, de uma linha ininterrupta digital (Flores, Rocco, Santos, 2016, p. 119).

Nesse sentido, existe a necessidade de uma custódia confiável e ininterrupta para estes, com ênfase na relação entre os sistemas de gestão documental e preservação em longo prazo, com garantia de acesso, dentro de uma cadeia de custódia documental. Bullock (1999 apud Márdero Arellano, 2004, p. 18), enumera um conjunto de requisitos mínimos para a preservação dos documentos digitais, isto é, elementos que são indispensáveis para nortear a definição de uma política de preservação digital e adoção de estratégias: fixar os limites do objeto a ser

preservado; preservar a presença física; preservar o conteúdo; preservar a apresentação; preservar a funcionalidade; preservar a autenticidade; localizar e rastrear o objeto digital; preservar a proveniência; e, preservar o contexto. A preservação digital envolve diversos modelos voltados às plataformas, às especificações dos equipamentos, à arquitetura de redes, aos sistemas operacionais e aos aplicativos que serão utilizados durante seu desenvolvimento e utilização.

O aumento crescente da produção de documentos arquivísticos digitais, um dos principais desafios que enfrentam as instituições é a manutenção da autenticidade, a preservação e o acesso de longo prazo. A isto, podemos acrescentar que, como parte deles apresentam um longo tempo de guarda ou são de guarda permanente, conforme dispõe a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos das Universidades Federais, é necessária a adoção de um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), baseado no modelo OAIS. Previsto na resolução nº 43/2015 do CONARQ³⁰.

Esta resolução aprovou as Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis - RDC-Arq, e recomenda a sua adoção aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, para o arquivamento e manutenção dos documentos arquivísticos em todas as suas fases em formato digital, e de forma a garantir a autenticidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a preservação desses documentos.

No contexto da Resolução, o repositório arquivístico digital é “um repositório digital (um ambiente de armazenamento e gerenciamento de materiais digitais) que armazena e gerencia esses documentos, em qualquer fase documental” (Conselho Nacional de Arquivos, 2015, p. 9). Com esta característica, deve:

- gerenciar os documentos e metadados de acordo com as práticas e normas da Arquivologia, especificamente relacionadas à gestão documental, descrição arquivística multinível e preservação; e
- proteger as características do documento arquivístico, em especial a autenticidade (identidade e integridade) e a relação orgânica entre os documentos.

A este conceito de repositório, o CONARQ (2015) o amplia, para entender melhor as características de um repositório digital confiável. Nesse sentido, este

³⁰ Também altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014.

repositório é capaz de manter autênticos os materiais digitais, de preservá-los e prover acesso a eles pelo tempo necessário. Para cumprir esses objetivos, devem:

- aceitar, em nome de seus depositantes, a responsabilidade pela manutenção dos materiais digitais;
- dispor de uma estrutura organizacional que apoie não somente a viabilidade de longo prazo dos próprios repositórios, mas também dos materiais digitais sob sua responsabilidade;
- demonstrar sustentabilidade econômica e transparência administrativa;
- projetar seus sistemas de acordo com convenções e padrões comumente aceitos, no sentido
- de assegurar, de forma contínua, a gestão, o acesso e a segurança dos materiais depositados;
- estabelecer metodologias para avaliação dos sistemas que considerem as expectativas de confiabilidade esperadas pela comunidade;
- considerar, para desempenhar suas responsabilidades de longo prazo, os depositários e os usuários de forma aberta e explícita;
- dispor de políticas, práticas e desempenho que possam ser auditáveis e mensuráveis; e
- observar os seguintes fatores relativos às responsabilidades organizacionais e de curadoria dos repositórios: escopo dos materiais depositados, gerenciamento do ciclo de vida e preservação, atuação junto a uma ampla gama de parceiros, questões legais relacionadas com a propriedade dos materiais armazenados e implicações financeiras (Conselho Nacional de Arquivos, 2015, p. 9-10)

Para o CONARQ (2015) um repositório digital de documentos arquivísticos deve contar com a responsabilidade compartilhada por arquivistas e técnicos/analistas de Tecnologia da Informação pelo projeto, implantação e manutenção do repositório. Esta responsabilidade se foca no cumprimento de requisitos tecnológicos e os procedimentos do tratamento arquivístico. Tem que ser capaz de organizar e recuperar os documentos, de forma a manter a organicidade, apoiado na classificação dos documentos digitais, a partir de um código de classificação e da descrição multinível, de acordo com a norma nacional e internacional para descrição arquivística.

Deve garantir o acesso de longo prazo a documentos arquivísticos autênticos, obedecendo aos princípios da preservação digital. Deve ter independência; isso significa que seu funcionamento e o acesso aos documentos não podem depender das aplicações que funcionam em conjunto com ele e deve estar em conformidade

com as normas e padrões estabelecidos, de forma a possibilitar níveis de interoperabilidade com outros repositórios digitais e sistemas informatizados que tratam de documentos arquivísticos (Conselho Nacional de Arquivos, 2015).

Para a sua implementação, se deve obedecer a norma ISO 16363: 2012, que os organiza em três conjuntos: infraestrutura organizacional; gerenciamento do documento digital; e tecnologia, infraestrutura técnica e segurança.

Quadro 7 – Características do projeto de implementação

Características do projeto de implementação	
Infraestrutura organizacional	- Governança e viabilidade organizacional (políticas) - Estrutura organizacional e de pessoal - Transparência de procedimentos e arcabouço político - Sustentabilidade financeira - Contratos, licenças e passivos
Gerenciamento do documento digital;	- Admissão: captura de documentos digitais - Admissão: criação do pacote de arquivamento - Planejamento da preservação - Armazenamento e preservação / manutenção do AIP - Gerenciamento de informação - Gerenciamento de acesso
Tecnologia, infraestrutura técnica e segurança	- Infraestrutura de sistema - Tecnologias apropriadas - Segurança

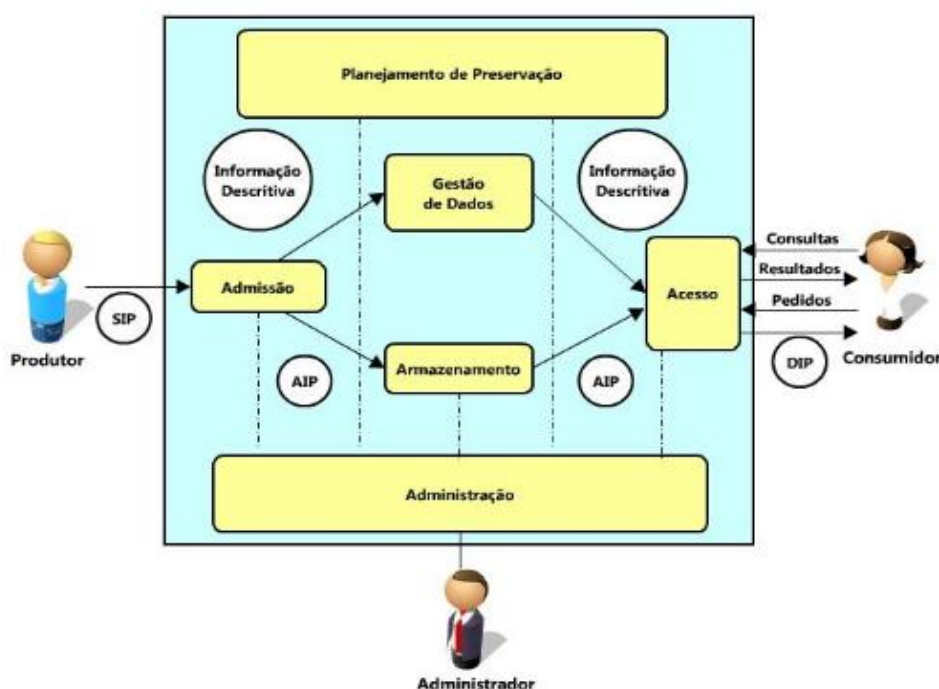
Fonte: Conselho Nacional de Arquivos (2015).

O modelo *Open Archival Information System* – OAIS³¹, é uma referência na padronização de atividades de preservação digital. Especifica os principais critérios nos quais iniciativas em preservação digital devem se amparar, sendo fundamental para o desenvolvimento de ferramentas para esta finalidade. Thomaz e Soares (2004) explicam que este modelo foi desenvolvido para auxiliar na aquisição, preservação e disseminação do conteúdo digital e está direcionado às organizações que têm a responsabilidade de tornar acessível a informação por longo prazo à comunidade usuária alvo, mesmo que o ambiente computacional original torne-se obsoleto.

³¹ Este modelo foi desenvolvido pela *Consultative Committee for Space Data Systems* (CCSDS) e passou a ser uma norma internacional, a ISO 14721:2003.

Conforme o CONARQ (2015) um repositório que obedece ao modelo OAIS é constituído por pessoas e sistemas com a responsabilidade de preservar a informação e torná-la disponível, abordando focando na preservação de longo prazo de materiais digitais, independentemente da área de aplicação (arquivo, biblioteca, museu etc.). Este modelo conta com três entidades externas: produtor, administrador e consumidor. Produtores são as pessoas ou sistemas que fornecem a informação a ser preservada. Administradores são aqueles que estabelecem as políticas gerais que governam o repositório e os consumidores são pessoas ou sistemas que interagem com os serviços OAIS para acessar a informação preservada desejada. As funções que precisam ser desempenhadas pelo repositório OAIS com os componentes funcionais, os pacotes de informação e as entidades externas de um repositório digital compatível são apresentadas na figura a seguir:

Figura 13 – Preservação no contexto do modelo OAIS



Fonte: Conselho Nacional de Arquivos, 2015, p. 20.

O Modelo propõe o conceito de pacote de informação, que é formado pela: informação de conteúdo (SIP) e pela informação de descrição de preservação (AIP), encapsuladas e identificadas pela informação de empacotamento (DIP). A informação de conteúdo (SIP) é o objeto de informação (objeto de dado +

informação de representação) a ser preservado. A informação de descrição de preservação (AIP) é a informação necessária para a adequada preservação da informação de conteúdo, e que pode ser categorizada como informação sobre proveniência, referência, fixidade e contexto (Conselho Nacional de Arquivos, 2015).

Assim, o RDC-Arq é uma solução que apoia o gerenciamento dos materiais digitais, pelo tempo que for necessário, formado por elementos de *hardware*, *software* e metadados, bem como por uma infraestrutura organizacional e procedimentos normativos e técnicos capazes de manter autênticos os materiais digitais, e preservá-los e prover acesso a eles pelo tempo necessário. Além de preservar os documentos arquivísticos digitais no longo prazo, mantendo a sua autenticidade, realiza conversões e migrações para novos formatos seguindo a política de preservação definida para a instituição (Conselho Nacional de Arquivos, 2015).

Além do recolhimento dos documentos na fase permanente, aceita a transferência de documentos correntes e intermediários com as seguintes características: formados por diversos componentes digitais que podem ser afetados pela obsolescência tecnológica (websites institucionais, mensagens de correio eletrônico, documentos multimídia, documentos audiovisuais etc.), documentos de longa temporalidade (assentamento funcional de servidores, folhas de pagamento, assentamento individual de acadêmicos, etc.) e documentos sensíveis (como documentos classificados com restrição de acesso, ou documentos com informações pessoais).

Porém, só ter um software (como Arquivemática, Roda, etc.) não quer dizer que a instituição realiza a preservação digital dos seus documentos. Este precisa de um conjunto de elementos: uma política de preservação digital institucional para os seus documentos arquivísticos (e outros documentos correlatos), a designação formal dos responsáveis pela implementação, os procedimentos administrativos e técnicos de gestão do software e aplicações e a previsão de recursos que permitam a manutenção do Repositório ao longo do tempo etc., de modo que se possibilite um ambiente sustentável à preservação e acesso no longo prazo.

É importante salientar que este ambiente será o responsável por salvaguardar os documentos de valor histórico, probatório e informativo pelo tempo que for possível, e isto requer de recursos de ordem operacional e financeira, assim como de estratégias permanentes e indispensáveis ao seu funcionamento.

Esta cadeia pode ser entendida como um ambiente no qual perpassa o ciclo de vida dos documentos, definindo responsabilidades pela gestão. Para Flores, Rocco e Santos (2016, p. 119) a “custódia confiável de documentos arquivísticos tradicionais é mantida através de uma linha ininterrupta, a qual compreende as três idades do arquivo: fases corrente, intermediária e permanente”, onde a própria instituição atesta a confiabilidade do documento por meio do controle da produção, gestão, preservação e acesso aos documentos.

Podemos dizer então que vivemos em uma modernidade líquida? Esse conceito, elaborado por Bauman (2001) que diz respeito a uma nova época em que as relações sociais, econômicas e de produção são frágeis, fugazes e maleáveis, como os líquidos, se influencia as relações entre as pessoas, porque não pode influenciar o dia-a-dia no trabalho? Tudo o que é planejado, decidido e realizado hoje nas instituições, influencia o amanhã... Percebemos nos discursos, nos registros, nos vestígios que o historiador da educação utilizará como fonte historiográfica. Se atualmente “vivemos tempos líquidos. Nada é feito para durar”, se tudo é líquido, muda de forma muito rapidamente e sob pouca pressão... o quê podemos fazer hoje para preservar os registros do amanhã? Sejam documentos, plantas, fotografias... Estejam em papel, sejam nato-digitais ou digitalizados, todos os suportes e consequentemente as informações contidas neles irão sofrer com os mesmos agentes de deterioração (em maior ou menor proporção e escala). Por isso a necessidade de pensar hoje a preservação para o posterior acesso por parte dos pesquisadores e da própria instituição.

Nesta subseção apresentei as características da preservação de documentos arquivísticos assim como parâmetros e modelos aplicáveis. Na próxima seção apresento o percurso metodológico da pesquisa, métodos, procedimentos e a escolha das fontes analisadas sob o olhar da História Cultural e do campo da História da Educação.

3 Percursos metodológicos da pesquisa

Nesta seção, apresento a metodologia adotada na presente tese. Demonstro o contexto do universo da pesquisa, traçando o perfil e as motivações para escolha dos sujeitos entrevistados e dos documentos oficiais. Discorro sobre o método de produção dos dados, constituído pela aplicação da entrevista semiestruturada, por meio da qual extraímos as falas singulares de docentes e técnicos administrativos em educação, que constituíram os discursos e as narrativas constantes nos documentos, segundo as categorias analisadas.

3.1 Caracterizando a pesquisa

Pensar no percurso metodológico durante a pesquisa, sem sempre é fácil, porém é fundamental para analisar o quanto as mesmas facilitaram o entendimento da complexidade dos fenômenos investigados.

Esta pesquisa tem como objetivo geral problematizar a preservação das fontes documentais na Universidade Federal do Rio Grande – FURG e como os gestores contribuem para a memória, história e identidade da Universidade nos tempos em esta que se caminha para a transformação digital?. E, partindo disso, entender como elas são percebidas nas práticas e representações de documentos institucionais e nas narrativas dos sujeitos envolvidos mediante as entrevistas realizadas.

Se esta pesquisa problematiza a preservação de fontes na atualidade, analisando para isso, o documento, conceitos de conservação e preservação e a importância da ação no presente para o futuro (considerando a legislação atual), a priori, analisa a percepção dos gestores, como sujeitos envolvidos na tomada de decisão nos seus discursos. São gestores que atuam e atuaram na Universidade, nas últimas gestões, nas áreas de arquivologia, tecnologia da informação e planejamento, além da visão dos reitores. Defendo na pesquisa que, o rumo da gestão, por meio das ações e das decisões institucionais realizadas hoje irá influenciar a escrita e pesquisa da História da Educação no futuro.

Diante do exposto, buscamos responder a duas questões centrais: as práticas e representações em documentos institucionais e nas narrativas dos sujeitos envolvidos contribuem para a memória, a identidade e a preservação da sua história nos tempos em que a Universidade caminha para a transformação digital? Se existe essa preocupação, ela é inerente aos gestores ou é motivada pela insistência do Estado em adequar-se as suas solicitações?

A pesquisa, imersa no campo da História da Educação colabora na contextualização e na imersão no ambiente natural, onde, como pesquisadora, atuo diretamente no objeto, analisando a instituição, seus documentos, suas normativas e as narrativas dos entrevistados em seu contexto original. Privilegio duas tipologias de fontes: os documentos institucionais e as narrativas dos entrevistados, como fontes orais. Assim, as fontes foram analisadas a partir de uma abordagem qualitativa, tendo como suporte, a metodologia de análise documental, que possibilita construir o conhecimento a partir dos dados coletados e sua posterior descrição.

Para Cortes, a pesquisa qualitativa “possibilita descrever as qualidades de determinados fenômenos ou objetos de estudo.” (Cortes, 1998, p. 14). Na percepção de Minayo (1998), a diferença entre pesquisas quantitativas e qualitativas não é de oposição, mas de ênfase, o que não implica exclusividade. Este tipo de pesquisa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Silva e Menezes, 2001, p. 20).

Moraes e Galiuzzi (2007) afirmam que ela pretende

[...] aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação. Não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão, reconstruir conhecimentos existentes sobre os temas investigados. (Moraes; Galiuzzi, 2007, p. 11)

Assim, este tipo de pesquisa colabora com o entendimento de forma mais profunda e detalhada dos fenômenos que se relacionam com o objeto de estudo e permite explorar as narrativas, seus significados e os valores para cada indivíduo. onde Compreendem as etapas de pesquisa o “recorte e processamento das fontes, mobilização de técnicas de análise específicas, construção de hipótese,

procedimentos de verificação” (Chartier, 2009, p. 16). Assim, “qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” (Fonseca, 2002, p. 32).

Nesta seção, se caracterizo brevemente a pesquisa, sob o olhar de alguns autores sob a abordagem qualitativa, representativo dos modos de fazer e ser na História da Educação. Na próxima seção apresento as práticas metodológicas e seus critérios que foram adotados para a construção da tese, baseadas na análise documental e nas entrevistas realizadas, possibilitando a interlocução entre os documentos e os discursos dos sujeitos.

3.2 As práticas metodológicas

O percurso teórico-metodológico que norteia a presente pesquisa procura buscar por respostas à problemática apresentada na Introdução, envolvendo o uso de duas tipologias de fontes: os documentos oficiais³² publicizados pela Universidade e as entrevistas com os sujeitos envolvidos na gestão na Instituição. Ambas tipologias, foram analisadas a partir da abordagem qualitativa, baseadas, respectivamente, na análise documental e na entrevista.

Num primeiro momento, o “conhecimento prévio do contexto social, cultural e material a ser estudado” (Samara e Tuppy, 2007, p. 11) é essencial à realização de um levantamento bibliográfico visando conhecer o que foi produzido a respeito do objeto de pesquisa, permitindo reconhecer as contribuições temáticas e identificar lacunas na produção existente. Rodríguez (2010) afirma que “lidar com fontes históricas implica planejamento e procedimentos metodológicos, além do domínio de conceitos e categorias do Método da História. Para pesquisar em arquivos históricos, requer-se um preparo específico” (Rodríguez, 2010, p. 39). Partindo do pressuposto de que

Como toda escrita, um documento de arquivo está aberto a quem quer que saiba ler; ele não tem, portanto, um destinatário designado [...], o documento que dorme nos arquivos é não somente mudo, mas órfão; os testemunhos que encerram desligaram-se dos autores que

³² Na tese, nos referimos a documentos oficiais os documentos elaborados pela Administração Superior ou Comitês criados para deliberar e normatizar assuntos específicos, que são aprovados por instâncias superiores: Conselho Universitário - CONSUN, Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração – COEPEA ou Gabinete do Reitor.

os “puseram no mundo”; estão submetidos aos cuidados de quem tem por competência para interrogá-los e assim defendê-los, prestar-lhes socorro e assistência. (Ricoeur, 2007, p.179).

Nesse sentido, Bacellar (2006) explica que ao percebê-las como peças solitárias, independentes, separadas da totalidade de que fazem parte, existe a necessidade imperiosa de se “entender o texto no contexto de sua época, e isso diz respeito, também, ao significado das palavras e das expressões. Sabemos que os significados mudam com o tempo” (Bacellar, p. 63).

Para Melo (2010) o tratamento das fontes

[...] ao mesmo tempo em que viabiliza a realização da pesquisa histórica e, como resultado, da pesquisa em História da Educação, qualifica o pesquisador para um recuo no tempo, uma visita ao passado, para uma metodologia histórica de análise da educação como produto humano. Em outros termos, à medida que se insere a educação no movimento social mais abrangente, é possível observá-la de uma maneira mais isenta e distanciada do imediatismo da ação educativa (Melo, 2010, p. 22)

Para Cellard (2012) a análise documental compreende todos os documentos escritos, manuscritos ou impressos registrados em suporte papel. Esta análise documental compreende todos os documentos escritos, manuscritos ou impressos registrados em papel, avaliados criticamente para verificar o contexto, o autor(es), a autenticidade e a confiabilidade e a natureza do texto onde o pesquisador procederá a análise, após a verificação dessas etapas.

Para Burke (2008, p. 33) “os historiadores culturais têm de praticar a crítica das fontes, perguntar por que um dado texto ou imagem veio a existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação”. Assim, cabe ao historiador “cruzar fontes, cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências” (Bacellar, 2006, p. 72). Esta seleção e/ou opção por incorporar ou deixar disponível de qual documento será utilizado na pesquisa significa conferir-lhe a condição de documento histórico-pedagógico, pois a fonte traz consigo historicidade (Pinsky, 2006). Afinal, como Bacellar (2006, p, 63) afirma “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu”.

Num primeiro momento foi realizado um levantamento dos documentos que envolvessem a gestão documental, preservação, memória e acesso. Geralmente esses documentos são criados dentro de grupos de trabalho ou comissões e, em muitos casos, envolve a participação de arquivistas, convidados pelos gestores para contribuir na criação de políticas institucionais a tese.

A seguir, apresentamos a relação de documentos oficiais que deram a partida para análise da pesquisa:

Quadro 8 – Relação de documentos oficiais da Universidade utilizados na pesquisa

Documento	Acesso
Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2014	https://planejamento.furg.br/images/pdi_2011-2014.pdf
Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2018	https://planejamento.furg.br/images/PDI_2015-2018.pdf
Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023	https://pdi.furg.br/images/PDI_2019-2023.pdf
Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028	https://pdi.furg.br/images/Final_revisado_PDI_2024_2028.pdf
Portaria GR nº 0763/2021 que institui o Comitê de Governança Digital	https://cgti.furg.br/images/arquivos/Portaria_0763_2021-Governanca.pdf
Portaria GR nº 1520/2022 que institui o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI)	https://segurancadainformacao.furg.br/images/portarias/Portaria-1520-2022.pdf
Resolução CONSUN/FURG nº 5/2022 que dispõe sobre a Política de segurança da informação da FURG	https://cgti.furg.br/images/arquivos/522CONSUNPoltSegurdaInformatao.pdf
Resolução CONSUN/FURG nº 17/2022 que dispõe sobre a Política de Classificação da Informação quanto à confidencialidade no âmbito da FURG.	https://segurancadainformacao.furg.br/images/artigos_legislacao/1722CONSUN_Polt_ClassifInf_Qt_Confidenc.pdf
Resolução CONSUN/FURG nº 16/2023 que dispõe sobre a Política arquivística da FURG	https://segurancadainformacao.furg.br/images/artigos_legislacao/Resolucao_16_2023.pdf
Resolução CONSUN/FURG nº 21/2023 que dispõe sobre o Regimento do Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos – NUME/FURG	https://nucleodememoria.furg.br/images/institucional/Documentos/Atual_regimento_NuMe.pdf

Resolução CONSUN/FURG nº 27/2023 que dispõe sobre a Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade (PPDP) da FURG	https://segurancadainformacao.furg.br/images/legislacao/Resolucao_27_CONSUN_2023.pdf
Resolução COEPEA/FURG nº 106/2023 que dispõe sobre a implementação e funcionamento do Sistema de Arquivos da FURG (SIARQ/FURG)	https://conselhos.furg.br/arquivos/resolucao/COEPEA/2023/Pleno/106SEI_0112980_Resolucao_106Sistema_de_ArquivosSIARQFURG.pdf
Regimento interno da Reitoria	https://conselhos.furg.br/arquivos/Regimentos/14RegimentoReitoriaalter81223.pdf

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Após o levantamento inicial, novos documentos e narrativas foram analisadas, por exemplo, a leitura das atas do Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos – NUME. Os documentos que foram analisados, sob a ótica da análise documental historiográfica e que serviram para elaborar as categorias de análise foram os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs). O planejamento estratégico é desenvolvido na Universidade desde a década de 1970, sendo um

processo participativo que busca realizar a missão da Universidade e acompanhar a visão de futuro construída, promovendo uma ampla reflexão sobre as atividades acadêmicas e administrativas e resultando na proposição de medidas para o aperfeiçoamento institucional (Universidade Federal do Rio Grande, 2011, s/p).

Para isto, são realizadas, diversas pesquisas de opinião com a comunidade universitária, para avaliar a percepção dos diferentes segmentos envolvidos nas atividades da Instituição. A proposição de medidas para definir o rumo da Universidade é realizada por meio de seminários envolvendo a comunidade universitária e consultas à comunidade externa à FURG, aos estudantes e trabalhadores terceirizados, culminando com a construção do PDI, assim como do Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

O PDI é um instrumento de planejamento de médio prazo³³, a partir do qual são definidos os Planos de Ação Anuais das unidades acadêmicas e administrativas da Universidade. É construído por meio de eixos norteadores e programas institucionais, onde a Universidade busca cumprir a missão, a visão e os objetivos

³³ Tendo a sua revisão a cada quatro anos.

estratégicos previstos no PPI. Ambos os documentos são construídos a partir do diálogo com

a comunidade universitária e com a sociedade, tendo como base a educação Superior brasileira, entendida como direito da sociedade e um dever do Estado, deve incorporar em sua razão de existir um conjunto de funções sociais, ampliando o compromisso público com a política de formação e produção de conhecimento, uma vez que é um dos principais “pilares” de emancipação da sociedade, e, por isso, deve reafirmar princípios constitucionais da democracia; assumir a responsabilidade social por meio de ações que possibilitem aos diferentes grupos sociais o usufruto dos conhecimentos produzidos pela academia em todas as suas dimensões; e reconhecer-se como espaço público, que delinea sua identidade no diálogo com a sociedade (PPI, 2011-2022).

Sendo o PDI, o documento norteador da Universidade, onde as atividades devem ser pensadas e planejadas a partir dele, foram analisados os últimos três planos, considerando o surgimento dos assuntos relacionados a tese: a preservação das fontes documentais. A partir da análise dos documentos, foi possível estabelecer três assuntos principais:

- Preservação do patrimônio cultural: elaborar planos e políticas que visem a preservação do patrimônio e memória da Universidade, propor ações de salvaguarda dos bens materiais e imateriais de natureza histórica, resguardar os acervos dos quais a Universidade é fiel depositária;
- Promoção do acesso à informação: criar políticas, integrar os sistemas de informação e acervos, desenvolver ou aprimorar ferramentas de gestão e acesso da informação, definir protocolos de gestão da informação, capacitar continuamente os usuários dos sistemas informatizados utilizados na Universidade;
- Promoção dos lugares de memória: tornar mais interativa e acessível à visitação aos museus e núcleos de memória, promover a divulgação integrada de acervos dos museus e núcleos de memória.

Com as entrevistas, podemos observar também o que os entrevistados pensam sobre os problemas, desafios e perspectivas no movimento que o documento faz do papel ao digital. Vale salientar que as mesmas foram criadas a partir das próprias informações obtidas nas fontes documentais e nas fontes orais.

Utilizo entrevistas como metodologia para a pesquisa para registrar as experiências vividas e as percepções dos entrevistados sobre o tema. Para Ferreira e Amado (2006) esta metodologia, se caracteriza por estabelecer e ordenar seus procedimentos de trabalho, como os tipos de entrevista e suas implicações na pesquisa. As possibilidades de transcrição das narrativas, suas vantagens e desvantagens e as formas do pesquisador se relacionar com os entrevistados.

As narrativas são obtidas mediante entrevistas gravadas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas do passado e presente. As entrevistas têm o seu contexto de produção no aprofundamento das informações obtidas da pesquisa documental, podendo ser ampliado, conforme o andamento das atividades. No campo historiográfico da História da Educação, as memórias e narrativas orais destacam-se nos últimos anos com qualidade, disseminação e amplitude dos conceitos de memória e identidade que embasaram discussões teórica metodológica (Weiduschadt; Amaral, 2016).

Com base nos dados que obtive, comecei a realizar entrevistas, com os servidores (ativos e inativos) que ocupam ou ocuparam cargos de direção, desde a gestão da professora Cleuza Maria Sobral Dias. Conforme orienta Manzini (2004) foram tomados certos cuidados ao formular as questões para o entrevistado: quanto à linguagem, quanto à forma das perguntas e quanto à sequência das perguntas nos roteiros, escolhendo por um roteiro de perguntas semiestruturada (Apêndice E). Manzini (2004) explica que deve ser observada

[...] a necessidade de planejamento de questões que atinjam os objetivos pretendidos, a adequação da seqüência de perguntas, a elaboração de roteiros, a necessidade de adequação de roteiros por meio de juízes, a realização de projeto piloto para, dentre outros aspectos, adequar o roteiro e a linguagem (Manzini, 2004, p. 1)

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Estes questionamentos visam podem contribuir com o surgimento de novas hipóteses a partir das respostas obtidas. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Assim, este tipo de entrevista “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” (Triviños, 1987, p. 152) além de

manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

Devido a sua característica ela está focada em um assunto sobre o qual se elabora um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista que pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas (Manzini, 1990/1991).

Para Goergen (2015, p. 313) o pesquisador é “sempre um público porque suas atividades afetam não só a ele mesmo, mas a sociedade como um todo”. E como integrante da sociedade, nele recai a responsabilidade da “regulação ética em defesa dos interesses públicos e sociais” (Goergen, 2015, p. 313). A isto, Bonin e Bergamaschi (2017) acrescentam que o impacto da escrita realizada pelo pesquisador é um dos desdobramentos que precisa também ser observado, sendo em alguma medida também responsável por isto, ao que é razoável questionar, “em cada contexto pesquisado, o que está em jogo na construção do saber; quais conceitos nossa pesquisa mobiliza ou ainda, quais relações de poder se estabelecem e de que modo nossos escritos nelas se inserem” (Bonin, Bergamaschi, 2017 p. 257).

Quando o pesquisador realiza a sua investigação em ambientes nos quais transita, é conhecido ou nos quais adquiriu confiança das pessoas que serão entrevistadas pelo longo período de convívio. Semelhante ao que acontece com uma visita em nossa casa, essa condição “não autoriza, entretanto que ele relate tudo o que viu e ouviu enquanto permanecer no ambiente da nossa casa” (Bonin, Bergamaschi, 2017 p. 255). Para Santos (2017, p. 179), o pesquisador também tem o trabalho de “tensionar e produzir elementos críticos”, capaz de contribuir com procedimentos éticos da pesquisa que abrange a problematização da preservação das fontes no movimento da FURG ao digital, percebidas nas práticas e representações de documentos institucionais e nas narrativas dos sujeitos envolvidos mediante as entrevistas realizadas.

Nesta subseção apresentei as metodologias e contextualizei as fontes que foram utilizadas na pesquisa. Na próxima seção discorro sobre a definição dos sujeitos da pesquisa, a realização das mesmas e as categorias analíticas das narrativas.

3.3 Definindo os entrevistados da pesquisa

A cada encontro para realizar e gravar as entrevistas, foi esclarecido o objetivo da mesma (muitas vezes encaminhando no momento do início da gravação essa mensagem para o contato de WhatsApp do participante. Da primeira entrevista realizada em 2023 até a última, em 2025, percebi que surgiram novos assuntos além daqueles que faziam parte do roteiro inicial, o que me levou a atualizar as perguntas. Neste modelo de roteiro semi-estruturado “o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão” (Lakatos; Marconi, 2011, p. 279).

Os primeiros nomes foram confirmados na página do Acesso à Informação. Outros foram indicados pelos entrevistados, dos quais alguns optaram por não participar, devido ao pouco tempo disponível ou pelo acúmulo de atividades nos novos setores nos quais atuam. Posteriormente, senti a necessidade de incluir no corpus das entrevistas, ao atual presidente do Núcleo de Memória – NUME, Péricles Gonçalves, porque resulta ser impossível pensar em preservação da memória, da história e da FURG sem pensar no Núcleo de Memória, não poderia deixar de incluí-lo.

Assim, contando que estou contemplando as áreas de administração, planejamento, tecnologia da informação, arquivologia e memória, foi tomado como base o ano de 2013, que corresponde ao primeiro mandato da Reitora Cleuza (Apêndice H). Com base nesse levantamento, foram solicitados os contatos dos servidores, alguns prontamente marcaram entrevista e outros não responderam ao contato. No total foram realizadas sete entrevistas, onde a primeira entrevistada o fez em dois momentos, com a primeira versão do roteiro e depois com as perguntas atualizadas.

O quadro abaixo pretende facilitar conhecer melhor aos entrevistados. Na primeira coluna, identifico os entrevistados e na segunda coluna, apresento a categoria funcional e cargo ocupado:

Quadro 9 – Lista dos entrevistados para a tese

Nome do servidor	Categoria funcional/Cargo
Luciana Oliveira Penna dos Santos	Ingressou em 2012 como técnico-administrativo em educação (arquivista), lotada na Coordenação de Arquivo Geral (CAG), subordinada à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD). Atualmente encontra-se afastada para cursar o Mestrado Profissional no Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU) da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Coordenadora do Arquivo Geral (2020-2024).
Luis Alberto Barbosa Azambuja	Ingressou em 1989 como técnico-administrativo em educação (técnico de tecnologia da informação). Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI (2013-2014).
Suzane da Rocha Vieira Gonçalves	Ingressou em 2008 como docente associada no Instituto de Educação – IE. Coordenadora da Formação do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) (2016-2017). Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE (2021-2023). Diretora do Instituto de Educação (2021-2024). Atual Reitora.
Danilo Giroldo	Ingressou em 2004 como docente associado no Instituto de Ciências Biológicas – ICB. Chefe do Departamento de Ciências Morfo-biológicas – DCMB (2007-2008). Diretor em 2008 e Vice-Diretor do Instituto de Ciências Biológicas – ICB em 2009. Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (2010-2012). Gestor do OceanTec Parque Tecnológico de (2010-2021). Vice-Reitor (2013-2021) e Reitor (2021-2025). Atualmente encontra-se cedido na Universidade de São Carlos – UFSCar para coordenar a expansão de um novo campus na cidade de Rio Preto/SP.
Diego D'Ávila da Rosa	Ingressou em 2010 como técnico-administrativo em educação (Administrador). Diretor de Planejamento (2017-2021). Pró-Reitor de Planejamento e Administração (2021-2025).
Diogo Paludo de Oliveira	Ingressou em 2012 como técnico-administrativo em educação (analista de Tecnologia da Informação). Coordenador de Sistemas de Informação (2013-2020). Diretor do Centro de Gestão de Tecnologia da Informação desde 2021.

Péricles Antônio Fernandes Gonçalves	Servidor inativo. Ingressou em 1975 como docente do Departamento de Ciências Jurídicas. Diretor do Campus Avançado de Cáceres - MT como integrante do Projeto RONDON/FURG; Superintendente de Extensão; Chefe do Gabinete do Reitor; Coordenador do Serviço de Assistência Judiciária; Chefe do Departamento de Ciências Jurídicas - DCJ; Superintendente de Editoração e Serviços Gráficos; Diretor da Editora; Pró-reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis e Diretor da Faculdade de Direito - FADIR. Presidente do Núcleo de Memória Eng. Martins Bastos – NUME desde 2014.
Mozart Tavares Martins Filho	Ingressou em 1975, como auxiliar de serviços, atuou como agente de portaria, agente administrativo auxiliar e agente administrativo. Secretário Executivo junto à Divisão de Compras da Superintendência de Administração de Material, vinculada à antiga Sub-reitoria Administrativa (SAM/SRA) (1985-1986). Passou a ter vínculo como Assistente em Administração em 1986. Chefe do Setor de Pedidos (1986-1989). Chefe da Divisão de Compras (1989-1990). Superintendente de Administração de Material (1990-1997). Em 1992, através de concurso interno, assumiu o cargo de Economista. Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN) (1997-2005). Superintendente de Planejamento (2005-2008). Pró-reitor de Planejamento e Administração (2009-2021). Assessor da Reitora para Assuntos Estratégicos na gestão de Danilo Giroldo e Suzane Gonçalves. Idealizador e responsável pela proposta de criação do Arquivo Geral da FURG.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nessa perspectiva, o cuidado ético³⁴ é observado no momento da preparação da coleta das informações, na própria coleta e na redação da tese, como é o caso da elaboração e envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice F), e o Termo de Cessão de direitos sobre depoimento oral (Apêndice G), que cada entrevistado assinou, ao retornar as transcrições das entrevistas revisadas.

Gravei as entrevistas utilizando a Plataforma *Microsoft Teams* que possui convênio com a Universidade por meio das nossas contas de e-mail @furg.br. No

³⁴ Sendo submetido ao Comitê de Ética na Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

momento da transcrição, a maioria foi realizada manualmente, nas duas últimas foi utilizado a plataforma *TurboScribe* (<https://turboscribe.ai/pt/>), um software de transcrição de áudio e vídeo que utiliza inteligência artificial (IA) para converter esse arquivos em texto, oferecendo 98% de precisão nas suas transcrições. Essa ferramenta mostrou grande porcentual de precisão, tendo, na maioria das vezes, problemas em transcrever as siglas dos setores que eram mencionados. Todas transcrições realizadas, seja manualmente ou por meio da plataforma, foram encaminhadas novamente aos entrevistados para revisão. Cada entrevista durou entre 45min e 1h10min, resultando 75 páginas de narrativas transcritas, revisadas e cedidas.

Com base nas respostas do roteiro semi-estruturado, foi possível qualificar as categorias em: preservação do patrimônio cultural (discursos referentes a memória, preservação, descarte, história, documentos); Acesso à informação (discursos referentes aos processos, às iniciativas, as percepções sobre os setores envolvidos), e; Memória (discursos sobre responsabilidades, ações desenvolvidas, memória, esquecimentos, lugares afetivos de formação). As narrativas dos entrevistados foram utilizadas para contribuir com a pesquisa nos textos da tese nas subseções: 4.4 Conflitos e tensões, 5.3 Do papel ao digital e 5.4 Interpretações possíveis das práticas e das representações. Nesse sentido, posso dizer que estas narrativas são fontes mobilizadas mediante a entrevista para entender sobre as praticas. Os documentos oficiais serviram para entender os discursos.

Nesta subseção apresentei como foram definidos os entrevistados, sua realização e as categorias analíticas das narrativas. Na próxima seção algumas contribuições para entender sobre a memória, o esquecimento e os conflitos e tensões que atualmente circundam o nosso objeto de pesquisa.

4 Memória, esquecimento e a preservação das fontes

Nesta seção, apresento algumas contribuições de autores que relacionam a memória e o esquecimento que me ajudam a articular os conceitos com os acervos arquivísticos. Assim, sinalizo os conflitos e tensões referentes a preservação das fontes, como parte do objeto de pesquisa.

4.1 Entre lugares e intenções

Tail (2011) explica que a história cria uma identidade universal que precisa ser absorvida, indo de encontro às várias identidades fragmentadas, cada qual com sua memória específica. Assim, a “memória é o absoluto e a história o relativo”. Nesta relação, a memória (propriamente dita) não existe mais e sim, existem os locais de memória. Estes locais de memória são “antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora”. O indivíduo tem a necessidade de identificar-se na sociedade e utiliza a história como instrumento. Nessa busca pelos “lugares da memória”, o indivíduo procura ter acesso a uma memória viva e presente no dia-a-dia.

Um lugar que permita identificar uma origem, um nascimento ou alguma coisa que o leve ao passado numa necessidade que leva a criar arquivos transformando-o num espaço para a ritualização da memória. Esta ritualização contribui para totalidade do grupo, sua reunificação como indivíduo fragmentado, um elo com a memória coletiva, com o sentimento de pertencimento, com a perpetuação, com sua identidade. Porém este elo não pode ser confundido com um simples registro ou testemunho, pois nem todo documento susceptível de ser arquivado tem o poder de constituir-se enquanto lugar de memória (Tail, 2011).

Nora (1993) explica que a necessidade de passado se mostra latente através da busca pela memória, tratando-o como processo. Assim, o passado está perto, porque ele não está morto. A memória, para o autor, é tida como tradição definidora, portadora de uma herança que dá sentido e forma, é viva, dinâmica e se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. Chega a ser “ditatorial e

inconsciente de si mesma, organizadora e todo-poderosa” uma memória sem passado que reconduz a herança, cumprindo o papel de fundamentar e organizar, como se fosse um mito.

Para Murguia (2010) os lugares de memória assumiram diferentes funções:

Esses espaços podem ser simbólicos [...] ou físicos. Os espaços da memória têm assim, uma dupla função: simbólica, no sentido de representar dentro de uma cidade ou espaço dedicado à recordação social; uma função informacional, no sentido de lembrar os acontecimentos, pessoas e lugares que realmente existiram e cujas provas podemos encontrar nesses lugares. Pautados nessas considerações, entendemos arquivos, bibliotecas e museus como lugares de memória, mas consideramos também que o entendimento de cada um deles a respeito da memória, devesse ser aproximado, num encontro no qual, múltiplos olhares sobre o tema fossem apresentados. (Murguia, 2010, p. 8-9)

Nesse sentido, para Magalhães (2007) a história

é a ciência da memória, que, através da educação, sob a forma de rememoração, experiência e significado, se actualiza e substantiva. A memória histórica é propriedade colectiva e faculdade individual. A linguagem falada e a linguagem escrita são extensão e fonte da memória, cujos principais suportes são os cartulários, arquivos, bibliotecas, enciclopédias, ficheiros, livros. [...]. Rememoração e actualização são as duas operações intelectivas que permitem converter a memória em factor de educação. Se os monumentos, os ícones, os artefactos, enfim os lugares, os escritos e as imagens são necessários à memória, é no entanto a rememoração (activação) que integra a educação. Educação que, por sua vez, actualiza a memória (Magalhães, 2007, p.181).

Assim, a ciência e o conhecimento científico se eternizam em pesquisas utilizando as fontes, envolvendo a memória e a história. Para Tail (2011) a memória é a capacidade do indivíduo de adquirir, reter e evocar informações adquiridas anteriormente, sendo uma faculdade cognitiva que forma a base para a aprendizagem.

Nessa perspectiva, para Ricoeur (2007) a memória mantém guardada no presente as vivências e experiências que foram aprendidas no passado, formando um processo de “aquisição, formação e evocação” de informações. Denominada por Fiorucci (2011, p. 115) como memória viva, ela é “constitutiva da história do tempo presente e da própria atualidade corrente, e nesse sentido, pode apresentar, com a

força de sua vivência dos fatos narrados, outra interpretação do passado, concorrendo com o discurso científico”.

Para Peixoto (2009, p. 98) a memória é uma “faculdade complexa que conserva, esquece, transmite, destrói, embeleza ou expulsa o passado de acordo com os conflitos e as necessidades pessoais e coletivas do presente”. Le Goff (2013) afirma que por ser entendida como a propriedade de conservar determinados dados e informações, através da psique que permite ao indivíduo atualizar ou reinterpretar impressões ou informações passadas.

Por sua vez, Halbwachs (2013) trouxe ao estudo da memória, o fator social, mostrando a existência de uma relação íntima entre o individual e o coletivo, a memória individual e a memória coletiva. A primeira se refere às lembranças pessoais sobre determinados fatos e acontecimentos, sendo um fragmento da memória coletiva, também denominada como memória social. Neste sentido, a memória é percebida como um fato social, já que o grupo ou coletividade lembra e constrói, não apenas o indivíduo. Assim, a memória é um fenômeno construído coletivamente e, como coletivo, susceptível a transformações e mudanças constantes, como a sociedade.

Nesse sentido, a memória possui uma tríplice atribuição “a si, aos próximos, aos outros” (Ricoeur, 2007, p. 142). Envolvendo o que Nora (1993) denomina como lugares de memória. Assim, o lugar de memória é material, (como museus, arquivos, monumentos, jornais, etc.), é funcional, pois garante, ao menos por hipótese, a cristalização da lembrança e, conseqüentemente, sua transmissão e é simbólica, ao remeter a um acontecimento vivido por um grupo de pessoas, que, mesmo não estando vivas traz uma representação para uma maioria que não participou do acontecimento. Passíveis de esquecimento, o autor ressalta que se o que estes lugares “defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis” (Nora, 1993, p. 13).

Nesse sentido, Le Goff (2013) afirma que a memória é fundamental para a construção da identidade seja ela coletiva ou individual. Von Simson (2003) aponta que a memória coletiva é formada pelos “fatos e aspectos julgados importantes e que são guardados como a memória oficial da sociedade mais ampla. Se expressa no que chamamos de lugares da memória” (Von Simson, 2003, p. 14).

No processo historiográfico, Ricoeur (2007) apresenta fases que caracterizam os três seguimentos da operação historiográfica: fase documental; fase explicativa/compreensiva e a fase representativa. Na fase documental, a memória é enfatizada enquanto “plano formal”, como testemunho que como documento (de arquivo), que projetará a “confiança” de historiadores, pesquisadores e cidadãos na constituição de sua história e memória. Este processo científico “parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental” (Ricoeur, 2007, p. 170).

Assim, a história irá separar e selecionar os fatos. Petrifica, congela e, sobretudo, mata os momentos de memória, pois coloca o passado como algo distante e misterioso, sendo necessário sempre ser analisada, criticada e revista. A história está ligada a continuidade temporais, às evoluções e às relações das coisas (Tail, 2011). Nesse contexto, o arquivo se apresenta “como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental” (Ricoeur, 2007, p. 177).

Na fase explicativa/compreensiva, os recursos são orientados para a pesquisa do historiador, relacionados com a explicação/compreensão do fato/ação histórico se cristaliza a partir do momento em que o historiador assume um olhar direcionado através de testemunhos, documentos, objetos que marcaram/presenciaram o(s) acontecimento(s), ou seja, a prova documental. Na última fase, através da representação se exprime o resultado do processo historiográfico.

Percebo o arquivo, como local que testemunha através do rastro documental, configurando-se como uma relevante e segura fonte de informação para pesquisadores. O resultado desta representação viabilizará o desvelamento das lembranças (individuais e/ou coletivas) e, conseqüentemente, à cristalização da memória, onde arquivistas, bibliotecários e museólogos irão ensinar a evocação da memória, de uma “memória feliz”.

Assim, Candau (2011) afirma que se a tríade identidade, memória e patrimônio é a memória, “ela vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade” (Candau, 2011, p. 16). No contexto da memória social, situa-se a memória institucional que, em grande parte, está registrada e preservada nos documentos arquivísticos.

Ricoeur (2007) ressalta-se, no entanto, que “o exercício da memória é o seu uso; ora, o uso comporta a possibilidade do abuso. Entre uso e abuso insinua-se o espectro da “mimética” incorreta. É o viés do abuso que o alvo veritativo da memória está maciçamente ameaçado” (Ricoeur, 2007, p. 72). Dessa forma, o uso da memória pode levar o homem capaz ao abuso, deixando, com isso, a memória ameaçada. Dessa forma, a memória podendo ser artificial e natural, dá ênfase à natural, apesar de que se encontra o excesso artificial.

O autor apresenta três planos da memória natural: o patológico-terapêutico, o propriamente prático e o ético-político.

No plano patológico-terapêutico serão evidenciados os distúrbios de uma memória impedida; no plano propriamente prático, os da memória manipulada; no plano ético-político, os de uma memória abusivamente convocada, quando comemoração rima com rememoração. Essas múltiplas formas do abuso salientam a vulnerabilidade fundamental da memória, que resulta da relação entre a ausência da coisa lembrada e sua presença na forma da representação. A alta problematização dessa relação representativa com o passado é essencialmente evidenciada por todos os abusos da memória (Ricoeur, 2007, p. 72).

Esquecer é irremediável. Para Ricoeur (2007) o esquecimento é o inimigo da memória: é a perda irreparável do acesso aos rastros deixados pelas experiências vividas e sentidas. Resquícios de algo que nos marcou e que persistem em nosso espírito e que, conseqüentemente, não nos deixa esquecer. A ameaça do apagamento desses rastros é o que causa o esquecimento definitivo. E é por conta disso, o esforço em se trabalhar pela memória. Diante da impossibilidade de recordação total, a memória como um processo, age junto com o esquecimento, Huyssen (1995) observa uma cultura e uma política de memória em expansão e de uma cultura de amnésia, pois o desejo de memória pressupõe também o esquecimento, em vista de sermos incapazes de lembrar tudo.

Para Ricoeur (2007) lembrar-se é não esquecer-se e o esquecimento nos remete a um dano à confiabilidade da memória. Para trabalhar sobre esquecimento, se vale de três planos da memória natural: a impedida, a manipulada e a obrigada. Para ele, “os abusos da memória tornam-se abusos de esquecimento” (Ricoeur, 2007, p. 455). Dessa forma, “muitos esquecimentos se devem ao impedimento de ter acesso aos tesouros enterrados da memória” (Idem, p. 452), onde a memória impedida é uma espécie de “memória esquecida”. No entanto, o autor enfatiza que

o trauma permanece mesmo quando está indisponível e, dependendo das circunstâncias, passados inteiros que estavam esquecidos podem reaparecer.

Na memória coletiva os “esquecimentos, lembranças encobridoras, atos falhos assumem proporções gigantescas, que apenas a história, e mais precisamente, a história da memória é capaz de trazer à luz” (Ricoeur, 2007, p. 455). Para o autor, os abusos da memória manipulada se dão principalmente pela ideologia, já que “antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo” (Idem, Ibidem). Nesse sentido, o caráter seletivo da narrativa que se configura a memória de um povo e tal seleção está envolvida com a ideologia.

Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de refiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial. O recurso à narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou lisonja. Está aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos. Mas esse desapossamento não existe sem uma cumplicidade secreta, que faz do esquecimento um comportamento semipassivo e semi-ativo, como se vê no esquecimento de fuga, expressão da má-fé, e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma por um querer-não-saber (Ricoeur, 2007, p. 455).

Assim, Ricoeur (2007) alerta para o perigo da história oficial porque ela é quase sempre a detentora das narrativas ideológicas, como é o caso de certas comemorações que camuflam a verdadeira memória e, assim, levam o povo ao esquecimento. Existe também uma cumplicidade de certa forma secreta entre o cidadão e as potências superiores, em virtude do “não-querer-saber”, da passividade e da maneira como o povo evita se informar do que realmente aconteceu. Em certo modo, é mais confortável ouvir a história narrada do que analisá-la, criticá-la e inteirar-se da memória verdadeira, memória esta que, provavelmente, já foi esquecida, isto é “ver uma coisa é não ver outra. Narrar um drama é esquecer outro” (Ricoeur, 2007, p. 459). A memória obrigada, por sua vez, se reporta ao esquecimento comandado.

Nas universidades, os arquivos possibilitam eficiência administrativa-acadêmica, informam sobre os procedimentos passados de ensino e de pesquisa; guardam direitos e deveres e fornecem dados de toda ordem como “grande capital de experiência” para continuidade da instituição. (Bellotto, 1989, p. 25). Ocupa um lugar de relevância na instituição, ao preservar o conhecimento intelectual gerado na instituição e a evolução histórica do ensino superior (Santos, 2012).

Entende-se aqui o arquivo universitário como fonte de pesquisa e repositório da informação administrativa, onde a intervenção arquivística colabora com o desenvolvimento, a transmissão, a preservação e a difusão do conhecimento desenvolvido na instituição. O arquivo, como lugar importante para a história da educação, fornece informações como testemunho dos acontecimentos, práticas, costumes e fatos.

Magalhães (2004, p. 67), afirma que “a instituição é contexto, representação, materialidade e é apropriação” e dentro dessa perspectiva procura-se problematizar as relações entre os arquivos e a memória, sob o prisma da História Cultural. Mezzano (1998) explica que a história está formada por histórias de vida singulares, que acontecem dentro das instituições. Nelas, se “entrelaçam acontecimentos de trabalho, questões de poder, vínculos libidinais individuais e grupais” (Mezzano, 1998, p. 37). Assim, o arquivista contemporâneo tem o “mandato de definir o que vai constituir a memória de uma instituição ou de uma organização” (Couture; Rousseau, 1998, p. 47). Diante das inúmeras fontes documentais que se encontram nas instituições escolares

É o próprio conceito de fonte que se alarga. Em se tratando de história da educação, memórias, histórias de vida, livros e cadernos dos alunos, discursos em solenidades, atas, jornais de época, almanaques, livros de ouro, relatórios, fotografias, etc. são fontes importantíssimas. Assim, alguns dos nossos historiadores da educação passaram a pesquisar o particular, o pontual, o efêmero, renunciando à possibilidade de uma compreensão objetiva da realidade (Nosella; Buffa, 2000, p. 19).

A preservação dos documentos permite, sob diferentes olhares, a reitificação da memória. Para Meneses (1999) a memória dá suporte aos processos de identidade e reivindicações, onde pressupõem uma “essência frágil que necessita de cuidados especiais para não se deteriorar ou perder uma substância preexistente. A

comunicação de massa e o mercado [...] reforçam esta reificação” (Meneses, 1999, p. 12).

Considerando as demandas contemporâneas, é necessário resignificar a necessidade contemporânea de um lugar de memória digital, que fomentem a gestão, preservação e acesso, assim como a transparência³⁵, conforme legislação. Uma plataforma de acesso e difusão será o lugar de memória digital da instituição, lugar onde o pesquisador pode localizar os documentos de guarda permanente, pode descobrir novos objetos e compreender relações sociais dentro da instituição para converter a cultura material escolar em fontes para a história da educação.

Nesta subseção discorrei sobre a memória e o esquecimento nos lugares e suas intenções. Na próxima subseção apresento os conflitos e tensões nessa relação de memória/esquecimento presentes nas práticas e nas representações percebidos nas fontes pesquisadas.

4.2 Conflitos e tensões

O movimento constante do tempo faz parte das nossas vidas. Rodeados de informações, reminiscências, rastros de uma história que não necessariamente foi vivenciado no presente, mas que nos influencia, nas relações que estabelecemos com o presente e com o futuro, nas escolhas e nos caminhos que decidimos percorrer. Se bem alguns vestígios permanecem, muitos são ignorados e outros se apagam. Existem certos acontecimentos imprevisíveis que escapam ao nosso controle, muitas vezes o que permanece ou não nem sequer é percebido por certos grupos, do que permanece por escolha ou por acaso não nos é comunicado, do que é enterrado e do que é exumado nem sequer imaginamos. Nessa “balança” o que fica e do que se perde é complicada de se mensurar, cada cultura, cada grupo social e cada indivíduo criam relações diversificadas de apropriação e uso desse passado, cria narrativas, entre práticas e representações.

A história, na sua forma tradicional, dedicava-se a “memorizar” os monumentos do passado, a transformá-los em documentos e em fazer falar os traços que, por si próprios, muitas vezes não são absolutamente verbais, ou dizem em silêncio outra coisa diferente do

³⁵ Conforme a Lei de Acesso à Informação - LAI, a transparência ativa ocorre quando há disponibilização da informação de maneira espontânea (de forma proativa). Por sua vez, a transparência passiva depende de uma solicitação do cidadão.

que dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e o que, onde dantes se decifravam traços deixados pelos homens, onde dantes se tentava reconhecer em negativo o que eles tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto. (Foulcault, 1969, p.13-14, apud Le Goff, 2003, p. 536)

Nessa narrativa, devido a perda do conhecimento, do registro, as experiências das pessoas, como sujeito social, deve ser preservada. Esta ideia é compartilhada por Luis Azambuja onde afirma que,

“Eu acho que falta, além de preservar materiais, documentos, equipamentos, fotos, seja o que for, também tem que ser preservado o conhecimento que está na memória de cada indivíduo, de cada servidor da Universidade (informação verbal³⁶).

Esses vestígios, registros, documentos representam para o historiador uma forma de escrever sobre a história, de transformar em fonte para seus estudos os “achados” em arquivos, museus, associações ou acervos pessoais. o que ajuda para produzir do conhecimento historiográfico. Ricoeur (2007, p.177), baseado em Michel de Certeau, destaca o arquivo ao tentar defini-lo como um lugar social, mais que apenas um lugar físico que abriga o destino do rastro documental. Neste ponto, vale recordar as palavras de Le Goff (2013) quando se refere a que o documento não é “inocente”, nem inócuo... É o resultado de uma montagem, seja consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também do tempo que, talvez ficou esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio tória, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. Ele é, antes de tudo, uma representação.

Diante da questão do arquivo na cultura do século XX, Seligmann-Silva (2008) ressalta a dificuldade diante do novo e o papel da memória na construção da identidade:

O discurso da memória do arquivo, que se desenvolve no final do século XX, é uma espécie de resposta à nossa sensação de fluidez

³⁶ Entrevista concedida por AZAMBUJA, Luis Alberto Barbosa. Entrevista 02. [fev. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (32 mi).

da tradição e das ancoragens da memória. Existe hoje uma espécie de narrativa de resistência, truncada, mas que se dá. Ela, que está presente com recorrência na literatura, no cinema e nas artes em geral, tem a ver com a construção da identidade *Á* e com a dificuldade em construí-la *Á* numa era de aceleração. (Seligmann-Silva, 2008, p. 8)

Derrida (2001), afirma que, o princípio econômico do arquivo, ou a economia arquivar, pressupõe “a acumulação e a capitalização da memória sobre algum suporte e em um lugar exterior” (Derrida, 2001, p. 23). Chamado de “mal de arquivo” o autor se ancora na “pulsão de morte” freudiana que coloca em risco o arquivo; é uma força de destruição que conduz ao esquecimento e ao apagamento da memória.

Por um lado, o arquivo é possibilitado pela pulsão de morte, de agressão e de destruição, isto é, também pela finitude e pela expropriação originárias. Mas, além da finitude como limite, há, dizíamos antes, este movimento propriamente in-finito de destruição radical sem o qual não surgiria nenhum desejo nem mal de arquivo (Derrida, 2001, p. 122).

Para o autor, o grande paradoxo do arquivo reside na repetição que o edifica. Se a repetição conduz à fixação da memória pela possibilidade de reprodução e reimpressão, ela também se desgasta e produz o esquecimento. Daí o desejo de memória cada vez mais recorrente na atualidade, frente às transformações e multiplicações das nossas “máquinas de arquivar”. É esse “desejo de memória” que ativa o que Derrida nomeará de “pulsão do arquivo”, uma pulsão de conservação, localizada ente a tradição (que retém) e o esquecimento (que dispersa), o arquivo se torna uma potente figura de memória.

Para Falci e Alencar (2015) acessar um arquivo é adentrar um espaço que acondiciona uma origem possível para as coisas. Tal origem, no entanto, constitui-se em discurso e está intimamente atrelada ao poder do seu “guardião”. Porém o arquivo não deve ser somente responsável pela preservação da memória da Instituição,

[...] obviamente, os arquivistas são extremamente importantes. Mas também é importante toda a conscientização da administração da universidade. Porque é somente com a administração da universidade, com o reitor, com o pró-reitor que a gente vai conseguir mudar a mentalidade e focar na preservação dos documentos. Eu

acho que não adianta só o arquivista sozinho. Ele não vai conseguir resolver todos os problemas (Informação verbal³⁷).

A condição da memória está relacionada a necessidade de evocação e consequentemente, precisa-se dos outros, para conseguir vincular esta relação com a memória coletiva. Halbwachs (2006, 59) afirma que "a lembrança está ali, fora de nós, talvez entre muitos ambientes". Dessa forma, os "testemunhos do passado" funcionam como uma espécie de semente para a rememoração de fatos e acontecimentos vividos se cristalizam e se transformem em uma massa consistente de lembranças. Silva, Pinheiro e Fragoso (2020) explicam que

o arquivo incorpora na sua essência uma valorização social e uma demarcação de memória que faz o sujeito reconfigurar-se com o tempo, mormente na sua relação com os documentos. Sendo assim, esses documentos são produzidos através de uma atividade e função administrativa, no entanto, passado sua fase de valor primário, esses são conduzidos ao "lugar da memória", da revitalização, do não esquecimento. (Silva; Pinheiro; Fragoso, 2020, p. 99)

Para os autores, o arquivo por si só não é "memorialístico", mas esse pode tornar-se quando o relacionamos com a preservação dos registros documentais, quando tratamos e pensamos o arquivo como lugar da lembrança que tem por função a finalidade do provar. Sendo assim, para a memória ser bem aplicada na manifestação do fenômeno,

é preciso destacar o papel do arquivista não como um "resgatador" de memória, isto é, como um "apagador de incêndio" como muitos colocam. É necessário compreender a função do arquivista como protagonista na preservação dos registros documentais que possibilitam que o sujeito se veja como partícipe do processo da mnemônica (Silva; Pinheiro; Fragoso, 2020 p. 100).

Nesse sentido, se reconhece além do Núcleo de Memória - NUME, ao arquivo da FURG como uns dos lugares onde a memória está latente.

[...] a gente tem muitos espaços de preservação de memória. Por exemplo, o Nume é um espaço nos núcleos de memória. Mas eles são espaços que preservam questões pontuais da história. O dia-a-

³⁷ Entrevista concedida por SANTOS, Luciana Oliveira Penna dos. Entrevista 01. [ago. 2023]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2023. 1 arquivo .mp3 (58 mi).

dia... A preservação... O dia-a-dia da história, o registro histórico, o dia-a-dia da instituição está no arquivo, por exemplo. [...]. A memória... Aquilo que está preservado em termos de memória, seja por documento ou foto, para poder entender um pouco onde você está pisando, onde você está... O que você vai precisar enfrentar ali. Para mim, [...]. É o que preserva o dia-a-dia de uma instituição. A memória do dia-a-dia de uma instituição... [...] . Essa preservação de uma espécie de diário de bordo, digamos assim, trazendo uma linguagem das embarcações. Preciso entender o que aconteceu naquele período (informação verbal³⁸)

Porém, ainda que atualmente nos encontremos na era da informação é possível notar que, no âmbito das IFES, 30% (trinta por cento) afirmam ainda não ter instituído uma unidade ou setor de Arquivo formalmente instituída, responsável pela gestão dos documentos arquivísticos na instituição.

Como local onde se encontra um “armazenado coletivo de conhecimentos e testemunho do passado”, o arquivo é memória em potência. Sua estrutura é fonte de legados e atestações, de certificados que são provas dos direitos de poder. Para Assmann (2011, p. 368): "antes de ser memória história, e memória da dominação". Portanto, controlar o arquivo, é também controlar a memória institucional. Na sua narrativa, o entrevistado fornece a sua percepção sobre o que é o setor de arquivo na instituição “parece que é uma característica interessante e me parece ser comum. São equipes muito qualificadas e capacitadas tecnicamente, são pessoas com extremo conhecimento e competência” (informação verbal³⁹).

Em esta relação indissociável, entre o arquivo e a memória, se extrapola o sentido simples "depósito" da memória registrada. É "um espaço de referência da produção do conhecimento, que incita a efervescência da informação de maneira dinâmica e atualizada" (Barros; Amélia, 2009, p. 57). Na visão das autoras, no arquivo a memória emerge em um corpus de visibilidade por consequência da sua preservação, firma-se como gerador do conhecimento e espinha dorsal das informações memoráveis, permitindo a externalização e a mediação entre tempo e os acontecimentos passados. Porém ainda falta...

Se bem a Arquivologia surgiu numa tríade: documentos, arquivo e técnica arquivística, sob um olhar sendo patrimonialista; historicista, custodial e tecnicista, no início do século XX, sua função direcionou-se para o aspecto cultural e

³⁸ Entrevista concedida por ROSA, Diego D'Ávila da. Entrevista 05. [fev. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (56 mi).

³⁹ Entrevista concedida por ROSA, Diego D'Ávila da. Entrevista 05. [fev. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (56 mi).

pedagógico, através de registros de história oral e fases envolvendo todo o tratamento arquivístico (diagnóstico, coleta, decisões, planejamento, criação, uso, descrição, organização física e virtual). Salienta-se que

o livre acesso aos arquivos oportunizou a produção da perspectiva crítica, a qual detectou tensões nas relações entre a instituição arquivística e a sociedade que reverberam denúncias de interferências ideológicas e de dominação atreladas à questão de posse” (Silva; Pinheiro; Fragoso, 2020 p. 101)

Derrida (2001) afirma que a origem e o comando estão na etimologia da própria palavra arquivo. O que ele chama de comando, implica na compreensão da existência de leis ordenadoras dos eventos arquivados, que revelam o poder do lugar de inscrição do arquivo e, o poder do seu guardião. Nesse sentido, a abordagem do autor enaltece a dimensão topológica do arquivo (como lugar) e a dimensão nomológica (vinculada às leis, normas e à autoridade). O arquivo envolve tanto a ideia de origem, quanto as noções de autoridade, de conservação e, sobretudo, de lugar, morada.

Falci e Alencar (2015), dentro do movimento de poéticas artísticas contemporâneas, pensam que a relação entre os arquivos e a memória parte da lógica no jogo de temporalidade, acionada pelas práticas arquivísticas.

Os autores apontam alguns pressupostos conceituais e orientadores nesse campo levantando questões de ordem mnemônica que carregam consigo tanto a preservação quanto o esquecimento e, sobretudo, nos conduzem a pensar o “desejo de memória” que habita um arquivo. Dentre os pressupostos, os autores apontam para: 1) a dimensão ordenadora do arquivo, de forma simultânea está atrelada ao domínio da retenção; 2) a desordem conduz ao esquecimento e ao apagamento necessários para a reconstrução de um “passado”, que por sua vez reflete uma memória apagada e reconstruída; 3) no arquivo, a sua ordem, sua disposição, as hierarquias, as classificações e inscrições criadas interferem e influenciam o modo de percepção dos signos ali reunidos e, conseqüentemente, as traduções e interpretações dos pesquisadores 4) a ordenação possibilita a criação de uma memória-acontecimento, cuja materialidade está em constante transformação.

Ora, se os documentos não são nem inocentes, nem inócuos... a sua organização sob metodologia arquivística também não é. Nesse sentido, Le Goff (2013) ressalta que o pesquisador não deve ser ingênuo em crer que os documentos

foram preservados naturalmente. Eles fizeram parte de uma seleção que opta por salvar uma versão dos fatos em detrimento de outra, onde, o que perdura não é o conjunto daquilo que existiu “mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (Le Goff, 2013, p. 485).

Nas instituições, antes do arquivo ser constituído, existe o processo do arquivamento/guarda. Os códigos de classificação, os instrumentos de pesquisa, a disposição dos acervos, a priorização pela digitalização das peças documentais que proporciona a visibilidade do acervo ao pesquisador/consulente, leva em consideração a sequência de "criação" organizativa e classificação enunciativa da "ordem" para acesso aos documentos definidos pelo arquivista.

Sousa (2023) apresenta os resultados do diagnóstico elaborado pelo Arquivo Nacional em 2017, apresentado no VI Seminário do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (Siga) em 2018⁴⁰, apontou que 54% (cinquenta e quatro por cento) dos órgãos e entidades não tem gestão de documentos, dentro dessa porcentagem somente 15% (quinze por cento) estão no nível mais básico: possuem Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), protocolo central e/ou protocolo(s) setorial(is), unidades protocolizadoras, controle do recebimento, tramitação e expedição de documentos.

Nessa perspectiva, o Observatório de Documentos Digitais, aponta que, somente 53% (cinquenta e três por cento) das instituições afirmaram que os documentos arquivísticos vêm sendo classificados⁴¹ de acordo com os instrumentos normativos⁴². Entretanto, 26% (vinte e seis por cento) das instituições ainda não fazem uso desses instrumentos, 17% (dezessete por cento) disseram utilizá-los parcialmente, e 4% (quatro por cento) não responderam ao questionamento. Ainda a adoção de ambos os Códigos de Classificação não estariam registrados através de Resolução, Instrução Normativa, Portaria ou outro instrumento normativo nas instituições. Isto aponta para um nível elevado de órgãos na Administração pública

⁴⁰ Este estudo mensurou o grau de maturidade em gestão de documentos dos órgãos integrantes do Sistema: 24 (vinte e quatro) órgãos setoriais e 208 (duzentos e oito) órgãos seccionais, onde somente foram considerados 111 (cento e onze) formulários dos 177 (cento e setenta e sete) recebidos.

⁴¹ Refere-se ação intelectual de agrupar documentos que tratam de um mesmo assunto/tema e, portanto, exercem a mesma função institucional, podendo ser atribuído um código numérico.

⁴² A classificação arquivística utiliza de códigos ou planos de classificação para mostrar a relação hierárquica e orgânica de funções, assuntos e tipos de documentos de um fundo documental.

que não possuem um setor encarregado de realizar a gestão de documentos institucionalizada, nem tampouco a aplicação dos instrumentos de gestão que permitem colaborar com a eficiência e eficácia administrativa, conforme preconiza a Lei nº 8.159/1991.

O levantamento mostra que 98% (noventa e oito por cento) dos órgãos e entidades da administração pública federal tem uma gestão de documentos incipiente, mesmo após quase 3 décadas da promulgação da Lei Nacional de Arquivos. O autor também aponta para um dado interessante: 51% (cinquenta e um por cento) das instituições possuem massas documentais sem tratamento, o que totalizaria 190 km de documentos em papel. E foram gastos mais de 20 milhões de reais em armazenamento e digitalização, onde o custo da digitalização superou o do armazenamento físico (Sousa, 2023).

Porém, segundo informações obtidas pelo Observatório de Documentos Digitais chama a atenção de que muitas instituições consideram que a implantação de uma política de gestão para os documentos arquivísticos

depende da criação de uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), ao afirmarem que não existe política de gestão de documentos na instituição por não ter sido criada a CPAD. Infere-se que, embora a constituição de uma CPAD seja parte importante da estruturação de um programa de gestão arquivística de documentos, ligada principalmente à função de avaliação, não há uma relação que impossibilite a oficialização da política se ainda não existir uma CPAD (Flores et al., 2017, s/p).

É verdade que, em muitos arquivos organizados arquivisticamente, os historiadores só conseguem obter acesso aos documentos que foram o resultado do processo avaliativo, o que restou da eliminação. No caso da FURG, já foram eliminados mais de 1.250,86 metros lineares de documentos (o que equivale a 8.934 caixas-arquivo). Importante salientar que a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da FURG (CPAD/FURG) sempre contou na sua composição com um docente do curso de História. Assim, todas as decisões e aprovações das listagens dos documentos que irão ser eliminados são aprovadas por unanimidade da Comissão. Nesse sentido para a confiança no processo avaliativo:

E eu tenho que ter abertura suficiente para entender que quem está me falando é alguém que cientificamente está me dizendo isso e não porque acha. Não é um “achólogo”. É alguém que tem capacidade

científica para me dizer isso aqui se preserva, isso aqui dá [...]. Tem coisas que, ao meu ver, possam parecer não descartáveis para o leigo e tu podes tranquilamente me provar por A mais B, não porque tu acha, mas por A mais B de que é descartável. Qual seria o meu papel como gestor de ouvir e dar, digamos, abrir a porta para que a ciência me diga o que eu tenho que fazer (informação verbal⁴³).

Nesse sentido, a Comissão também analisa se, os documentos analisados possam a ser preservados, retirando-os da listagem, como consta na Ata CPAD/FURG 03/2012, onde foi decidido que os “documentos referentes a alunos até 1973 e cadernos de chamada de cursos de pós-graduação não serão eliminados”. Falci e Alencar (2015) apontam que o arquivo evidencia o caráter transitório na memória, onde a prática arquivística não é estagnada. Ela provoca um constante movimento dialético entre o processo de lembrar e o risco de esquecer. Portanto, “não será a abundância ou o acúmulo” que permitirá à memória permanecer.

O objetivo do fazer arquivístico, antes focado somente na custódia, direcionou-se para a gestão e o acesso, enquanto cumpre com seu papel de agente da história, formador e gestor do patrimônio cultural. Ele sai de um simples desejo de arquivo para assumir seu protagonismo como articulador, colaborando num contexto mais amplo relacionado ao patrimônio, identidade, verdade e poder, através de análises atreladas ao dever de memória contra o espectro do esquecimento, com as armas que ele tem. Para Ricoeur (2007) o processo do arquivamento constitui uma primeira tarefa do saber arquivístico que envolve, a priori, um saber histórico e arqueológico. Na compreensão do autor, o arquivo abriga rastros memorialísticos, suscetíveis de serem localizados. Na operação do fazer arquivístico a descrição dos traços promove uma ruptura entre o ouvir-dizer do testemunho oral e a prova documental, sem destinatário determinado, aberto a qualquer leitor, aguardando o seu “reavivamento”.

Em contraponto, as instituições não estão preparadas para preservar seus documentos em ambientes digitais. Na pesquisa realizada nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) quanto à gestão e preservação dos documentos arquivísticos digitais (com referência ao primeiro semestre de 2017) realizado pelo Observatório de Documentos Digitais (Flores et al, 2017), aponta que das 104 (cento e quatro) instituições registradas no Sistema e-MEC prevalece a falta de

⁴³ Entrevista concedida por GONÇALVES, Péricles Antônio Fernandes. Entrevista 08. [mar. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (1h 10mi).

oficialização de uma política/programa que norteie a gestão dos documentos arquivísticos. O levantamento identificou que 72% (setenta e dois por cento) das instituições não possuem uma política implantada, 15% (quinze por cento) estão construindo a política, 10% (dez por cento) possuem um programa implantado para subsidiar a gestão dos documentos arquivísticos e 3% (três por cento) das instituições não se manifestaram a esse respeito.

Para Ricoeur (2007), o esquecimento mantém-se como ameaça na interpretação fenomenologia da memória e da epistemologia da história. O avanço da tecnologia, a facilidade de receber e produzir informações (livros, jornais, contas, recibos, fotografias, etc), alimenta o desejo utópico de lembrar tudo, diante do pensamento onde novos dispositivos de memória digital parecem ser capazes de armazenar uma quantidade ilimitada arquivos em pequenos dispositivos parece ser ilimitado. Para Seligmann-Silva (2009, p. 311) “no desejo de memória, esses dispositivos parecem facilitar, paradoxalmente, uma cultura de amnésia”. O fato é que o indivíduo contemporâneo não exercita mais a sua memória diariamente (lembrando números de telefone, por exemplo), há a máquina que o faça por ele, assim na revolução documental podemos situar uma outra era, a da “memória automática” (Le Goff, 2003, p. 462).

Finalmente, Le Goff (2003) sinaliza para o que ele chama verdadeiros lugares da história, aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva, em função dos diferentes usos que fazem da memória, os documentos e monumentos.

Nesta subseção discorri sobre os conflitos e tensões entre memória, esquecimento e arquivos e o papel do arquivista na atualidade. Na próxima subseção apresento o contexto dos arquivos e sua relação com as políticas públicas relacionadas às atividades gestão, o acesso e a preservação dos documentos de arquivo oriunda dos diversos setores do Governo Federal.

5 Analisando os arquivos: suas políticas, práticas e representações

Nesta seção apresento a conceituação dos arquivos e sua relação com as políticas públicas relacionadas aos documentos de arquivo emanados do Governo Federal que se relacionam com as atividades gestão, o acesso e a preservação dos documentos de arquivo e sua relação com as políticas (e não políticas) nos documentos da Universidade que apresentam todas as diretrizes fundamentadas em documentos oficiais e as ações que diretamente impactam nos documentos da Instituição. Finalmente discorro sobre os fatos acontecidos nesse movimento de transformação do papel ao digital na Universidade até a atualidade.

5.1 Políticas públicas relacionadas aos documentos de arquivo

Desde o surgimento dos arquivos públicos tem como primeiro motivo a “necessidade prática de incrementar a eficiência governamental” (Schellenberg, 2006, p. 30). A segunda razão foi de ordem cultural. Eles “constituem um tipo de fonte de cultura entre muitos outros tipos como livros, manuscritos e tesouros de museus. São uma fonte tão importante como os parques, monumentos ou edifícios” (Idem, p. 31).

O autor explica que “os arquivos só podem ser administrados pelo próprio governo. O cuidado com os valiosos documentos oficiais é, portanto, uma obrigação pública” (Schellenberg, 2006, p. 31). Uma terceira razão foi de interesse pessoal. A necessidade do nascimento de uma nova sociedade, como aconteceu durante a Revolução Francesa, provocou a consciência da importância dos arquivos públicos para a determinação de relações: sociais, econômicas e políticas. Imprescindíveis para a proteção de direitos e privilégios (Schellenberg, 2006). A quarta razão, segundo o autor, foi de ordem judicial, já que

os documentos, mesmo os mais antigos, são necessários as atividades do governo. Refletem a sua origem e crescimento. São a principal fonte de informação de todas as suas atividades. Constituem os instrumentos administrativos básicos por meio dos

quais é executado o trabalho governamental (Schellenberg, 2006, p. 32-33).

Para Bellotto (2004) é a função primordial dos arquivos permanentes (ou históricos

recolher e tratar documentos públicos, após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, são os referidos arquivos os responsáveis pela passagem desses documentos da condição de “arsenal da administração” para a de “celeiro da história” [...] (Bellotto, 2004, p. 23).

No Brasil, o Arquivo Público do Império, atual Arquivo Nacional, foi criado em 1838, conforme previsto na Constituição de 1824. Sua fundação ocorreu devido as reformas instituídas no final do período regencial sob a direção do partido conservador (Gabler, 2014). O órgão tinha a responsabilidade de guardar os documentos públicos organizados nas subseções: Administrativa (documentos dos poderes Executivo e Moderador), Legislativa (incumbida da guarda dos documentos produzidos pelo Poder Legislativo) e Histórica.

O Arquivo visava a “manutenção da ordem imperial através da criação de instituições que pudessem disseminar ideários de nação e civilização, visando a formação do povo e a conservação da integridade territorial” (Gabler, 2014). Oliveira e Rodrigues (2011) explicam que

A necessidade de possibilitar o acesso aos registros por ele produzidos no decorrer do tempo levou à criação das chamadas instituições de memória que deveriam preservar os registros do conhecimento humano nas suas mais diversas formas de materialização: arquivos, bibliotecas e museus (Oliveira; Rodrigues, 2011, p. 312).

Para os autores, o desenvolvimento e a sistematização de determinadas práticas foram utilizadas para a conservação e o acesso a esses registros deram origem à Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Elas estabeleceram diretrizes e parâmetros para as práticas profissionais relacionadas aos documentos, como registros de memória, reconhecendo a função social desempenhada por seus profissionais na sua preservação e divulgação.

Assim, documentos geridos dentro de instituições escolares, como no caso das Universidades Federais, são informações registradas nos documentos que

derivam das suas ações, podendo ser entendidos também como documentos arquivísticos governamentais, considerando o seu contexto de produção e a sua finalidade. Nesse contexto, as informações arquivísticas, os documentos e as fontes vão se relacionar com a comunidade educativa e com o Estado, pois este é quem emana as políticas públicas e as instituições escolares que devem adaptar-se.

Neste sentido, as instituições escolares precisam obedecer à legislação dentro de seu âmbito de atuação (federal, estadual ou municipal), tanto do ponto de vista organizacional quanto documental, para atingir o esperado, seja do Governo ou de órgãos de controle, por exemplo, sem deixar de atender às demandas do cidadão, seja por motivos pessoais como pesquisa.

Para entender a preservação da informação arquivística governamental, como que passará a ser fonte documental nas Universidades Federais é necessário entender em qual contexto essa informação surge. Assim, a priori é necessário compreender, mesmo que brevemente, que é o Estado. Já que para Silva (2008), o Estado é, ao mesmo tempo, o ponto de partida e de chegada.

De partida, por que o Estado pode e deve ser entendido como o terreno onde interesses, fragmentos e segmentos se entrecrocavam, disputam, compartilham e cooperam. É nesse cenário de luta que a definição das questões podem ser buscadas e onde posições hegemônicas se alternam na busca de influência e domínio. [...] De chegada, por que a formulação de políticas públicas pode ser percebida como resultado e produto desses embates. Sua efetiva implementação se dará também nesse terreno. Terreno de onde deverão ser ainda avaliadas. É o caso das políticas públicas arquivísticas que trazem em seu bojo a questão da preservação da informação (Silva, 2008, p. 24-25)

Para Morris (2005) ele é concebido de forma “artificial”, onde o Estado “deve ser entendido como criado para nossos fins, nossa proteção e defesa” (Silva, 2008, p. 29). Para o autor, não existe uma única noção de Estado, antes de tudo é “uma particular forma de organização política [...] formas territoriais características de organização política, características da modernidade, que reivindicam soberania sobre seus domínios e independência dos outros Estados” (Morris, 2005, p. 45). Para Gramsci (1968) a sociedade, como um todo, é parte indissociável e corresponsável pelos efeitos do e no Estado.

Assim, Silva (2008) afirma que a informação governamental é uma informação pública e portanto, pertence a todos. Seja como garantia da cidadania ou

para o uso pelo país, a ameaça à informação pública, de alguma forma ameaça a democracia. Sendo a informação arquivística como “aquela produzida, recebida e acumulada por um organismo em razão das suas competências e atividades necessárias para a realização de seus objetivos (Silva, 2008, p. 45), o autor define a informação arquivística governamental como

a informação acumulada pelo Estado, registrada em qualquer suporte material, produzida e recebida em razão de atividades próprias e específicas de governo e em atenção às respectivas competências e funções das estruturas administrativas e burocráticas existentes para a realização dos objetivos de governo (Silva, 2008, p. 45).

Para compreender o que é política pública arquivística é necessário a priori compreender o significado da política pública onde política, a priori é o “conjunto de metas e objetivos que tendem a elevar a qualidade de vida de uma comunidade, mediante recursos existentes o se criar, que se reflete em diretrizes e logo legislação” (Vásquez, 2005, p. 5, tradução nossa). Dentre os vários sentidos do termo, Souza (2006) agrega diferentes dimensões para definir política pública como um

Campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro [...]. [...] o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real [...] e sua essência é o embate em torno de ideias e interesses (Souza, 2006, p. 26).

O Estado é um “lugar privilegiado” no qual a sociedade moderna vai “colocar o problema crucial de sua relação com o mundo através da construção de paradigmas ou de referenciais” (Muller, Surel, 2004, p. 11). Os instrumentos que daí deriva favorecem a ação social “e os espaços de sentido no interior das quais os grupos sociais vão interagir” (Idem, p. 11). Para os autores, uma política é, simultaneamente, uma construção social e uma construção mental, uma representação.

Para Jardim (2006) elas tendem a serem compreendidas como o “Estado em ação”, ou seja, o “Estado implantando um projeto de governo. Trata-se de ações procedentes de uma autoridade dotada de poder político e de legitimidade governamental que afeta um ou mais setores da sociedade” (Jardim, 2006, p. 7). Já o Tribunal de Contas da União (2021) explica que é “o conjunto de diretrizes e intervenções emanadas do estado, feitas por pessoas físicas e jurídicas, públicas e/ou privadas, com o objetivo de tratar problemas públicos e que requerem, utilizam ou afetam recursos públicos” (Tribunal de Contas da União, 2021, p. 10).

Muller e Surel (2002) alertam que as políticas públicas constituem um quadro normativo de ação, combinando elementos de força pública e competência (*expertise*), isto é “compreender elementos de decisão ou de alocação de recursos de natureza mais ou menos autoritária ou coercitiva” (Muller, Surel, 2002, p. 19). Dessa forma, os autores acrescentam que política pública é o “construto” político autônomo que regula as relações de conflito interorganizacionais assegurando a articulação e harmonização dos interesses envolvidos em seu nível de atuação.

Com a gestão de documentos não é diferente. Segundo Jardim (2006), por políticas públicas arquivísticas entende-se

o conjunto de premissas, decisões e ações -produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada. (Jardim, 2006, p. 39).

Das diversas definições e modelos de políticas públicas arquivísticas, Souza (2006, p.17) aponta alguns aspectos principais:

- a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- a política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. (Souza, 2006, p.17)

Para o autor “os objetivos de políticas públicas de arquivo devem ser pautados, inicialmente, pelo direito do cidadão à informação e, também, pelo apoio à administração, à proteção à memória e ao desenvolvimento científico” (Sousa, 2006, p. 5). Ao mesmo tempo, elas têm como objetivo a garantia de acesso à informação como direito constitucional, é necessário “colocar o usuário em primeiro plano, isto é, tirá-lo das sombras e convocá-lo para o debate, o que exigirá, também, uma mudança de enfoque” (Sousa, 2006, p. 6), isto é, precisamos “dos arquivos direcionados aos arquivistas para os arquivos direcionados aos usuários” (Idem, *Ibidem*).

Para Vásquez (2005) a política arquivística não é exclusiva do Estado, já que toda instituição, seja governamental ou privada, com ou sem fins lucrativos deve formular e aplicar uma política de manuseio de documentos nascidos em uma tramitação e da informação que eles contêm. Conforme o autor, ela atende a duas vertentes: o serviço jurídico-administrativo e do patrimônio documental.

Dessa forma, as políticas que dão suporte aos arquivos públicos e privados no Brasil são fixadas na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 8.159/1991 e o Decreto nº 4.073/2002, onde o Poder Público possui o dever da gestão documental assim como a proteção a documentos de arquivos, considerados como elementos de prova e informação e instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico⁴⁴.

Se bem, que o marco mais importante na gestão de documentos no Brasil é a promulgação da Lei nº 8.159/1991, conhecida como Nacional de Arquivos, o governo regularia antes décadas antes a microfilmagem de documentos oficiais arquivados de órgãos federais, estaduais e municipais, pela Lei nº 5.433/1968. Por meio da técnica de miniaturização, a microfilmagem diminui o manuseio constante dos documentos originais, preservando seu conteúdo intelectual, garantindo a salvaguarda, o acesso à informação e racionalizando os espaços físicos de guarda.

A racionalização reside, além da redução do espaço de guarda dos microfilmes e microfichas, na eliminação por incineração, destruição mecânica ou por outro processo dos documentos já microfilmados, inclusive os documentos ainda

⁴⁴ A proteção na Constituição Federal de 1988 pode ser observada no Art. 216 junto com as obras, objetos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. O 4º também aponta que “os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei (BRASIL, 1988, s/p). Assim, como também é responsabilidade do Estado, “[...], na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem, constantes no Art. 216, § 2º (BRASIL, 1988, s/p).

não arquivados, desde que autorizados por autoridade competente. Nesse sentido, os originais dos documentos ainda em trânsito, microfilmados não podem ser eliminados antes de seu arquivamento. Por outro lado, a Lei protege os documentos de valor histórico (fase permanente) sendo vedada a eliminação, mesmo tendo passado pelo processo de miniaturização, podendo ser arquivados em local diverso da repartição detentora dos mesmos.

Promulgada em 1991, a Lei Nacional de Arquivos (Lei nº 8.159/1991) dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Além de apresentar definições importantes para a área aponta para a preocupação para os conjuntos de documentos de instituições públicas, quanto a cessão de suas atividades, quanto à eliminação e quanto a inalienabilidade e imprescritibilidade dos documentos de valor permanente⁴⁵.

Assim, o Arquivo Nacional é responsável pela “gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos” (Brasil, 1991, s/p). Sendo criado o CONARQ, como órgão vinculado ao Arquivo Nacional, encarregado de definir a política nacional de arquivos, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

Um sistema de arquivos é definido por um “conjunto de arquivos que, independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na persecução de objetivos comuns” (Arquivo Nacional, 2005, p. 156). Este conjunto irá interagir por meio de diretrizes, normas e políticas com o objetivo de preservar a informação arquivística produzida. Desse modo, por meio do órgão executor (o Arquivo Nacional) são realizados os trabalhos intelectuais e (além dos operacionais que precisa realizar), articulando-se com outros órgãos que integram o sistema (como o CONARQ) para a elaboração das normas, prestação de orientação técnica, divulgação, políticas de acesso, etc.

⁴⁵ A Lei estabelece ainda a ordenação da malha arquivística pública do país: Arquivos Federais (o Arquivo Nacional e outros arquivos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário Federais), os Arquivos Estaduais, os Arquivos do Distrito Federal e os Arquivos Municipais e a onde a administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições conforme a sua esfera de atuação.

Os arquivos das Universidades Federais (como unidades administrativas) vão atuar como membros do sistema (dentro da esfera federal, juntamente com outros órgãos), visando a gestão documental com o objetivo de preservar e recuperar a informação nas diferentes fases do ciclo de vida dos documentos. Como característica, teremos normativas num contexto macro (aplicáveis a toda Administração Pública) e outras num contexto micro (especificamente para as Universidades Federais), considerando toda a abrangência do SINAR. Portanto, “o Sistema é necessariamente uma configuração jurídica. Sem lei não há Sistema”. (Jardim, 1995, p. 110).

Sendo o CONARQ responsável por definir a política nacional de arquivos, por meio das suas resoluções (como órgão vinculado ao Arquivo Nacional) dá as diretrizes às instituições quanto à adoção de ferramentas, ou cumprimento de medidas que visem à gestão dos documentos arquivísticos. Do total de 50 (cinquenta) resoluções, a metade são aplicáveis às Universidades Federais, 9 não são aplicáveis a elas e 16 (dezesesseis) revogam resoluções anteriores.

Assim, existem 9 resoluções que estão relacionadas diretamente com documentos digitais envolvendo a sua inserção em programas de gestão arquivística de documentos, recomendações para digitalização, diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais, adoção das "Diretrizes do Produtor - A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes Para Indivíduos" e "Diretrizes do Preservador - A Preservação de Documentos Arquivísticos digitais: Diretrizes para Organizações", implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, sobre o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, Versão 2 e das Diretrizes para a Gestão arquivística do Correio Eletrônico Corporativo. Uma resolução dispõe sobre a construção de arquivos e de websites de instituições arquivísticas.

O restante das resoluções se referem a adoção de códigos de classificação de documentos, transferência ou no recolhimento de acervos documentais para instituições arquivísticas públicas, eliminação de documentos (que será abordado na subseção 5.3), microfilmagem, adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE e orientação quanto à assistência técnica do CONARQ.

Por outro lado, as atividades de gestão de documentos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal se organizam sob a forma de sistema denominado Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos – Siga, conforme o Decreto nº 4915/2003. O Siga estrutura, de forma sistêmica, tendo como principais finalidades:

- I - garantir ao cidadão e aos órgãos e entidades da administração pública federal o acesso aos arquivos e às informações neles contidas, de forma ágil e segura, resguardados os aspectos de sigilo e as restrições legais;
- II - integrar e coordenar as atividades de gestão de documentos e arquivo desenvolvidas pelos órgãos setoriais e seccionais que o integram;
- III - divulgar normas relativas à gestão e à preservação de documentos e arquivos;
- IV - racionalizar a produção da documentação arquivística pública;
- V - racionalizar e reduzir os custos operacionais e de armazenagem da documentação arquivística pública;
- VI - preservar o patrimônio documental arquivístico da administração pública federal;
- VII - articular-se com os demais sistemas que atuam direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal; e
- VIII - fortalecer os serviços arquivísticos nos órgãos e nas entidades da administração pública federal, com vistas à racionalização e eficiência de suas atividades (Brasil, 2003, s/p)

O fato de ter sistemas de arquivos, como o SINAR ou o Siga, não significa que exista e se execute uma política arquivística, nem que este tipo de sistemas tenha sido concebido como ferramentas de gestão da política arquivística. Para Jardim (2013, p. 39)

[...] o Siga é conceituado equivocadamente como sujeito executor que “dissemina normas”, “preserva o patrimônio documental”, etc. Metáfora de uma totalidade, o Siga assume atribuições que, a rigor, cabem ser desenvolvidas por suas partes em interação e não pelo sistema em si. Na verdade, os atores/partes que o compõem são os sujeitos que devem agir interativamente na busca das finalidades do sistema.

O autor afirma não existir evidências de que exista uma política arquivística estabelecida pelo Arquivo Nacional em função da sua autoridade arquivística para o Poder Executivo Federal, conferida pela Lei Nacional de Arquivos. O fato de “ser órgão central de um sistema não é um requisito para o exercício da autoridade arquivística do Arquivo Nacional no Poder Executivo federal” (Jardim, 2013, p. 38-

39). Ainda acrescenta que ao longo da existência do Siga, “não é evidente a disseminação de “normas relativas à gestão de documentos de arquivo”, finalidade prevista no inciso III, do artigo 2º do Decreto 4.915” (Jardim, 2013, p. 40).

Para Indolfo (2013, p. 274) não fica claro quem são os responsáveis pela elaboração da política nacional de arquivos, nem quem são os responsáveis pela sua implementação, após a sua formulação. As dúvidas que recaem sobre as diferentes responsabilidades e ações empreendidas pelos agentes públicos, deve-se a inúmeros fatores, dentre eles, a não formulação de uma política arquivística, seja nacional ou federal. Isto reforça a indefinição de quem faz o quê.

Assim como a elaboração da legislação arquivística foi, muitas vezes, (e, ainda, é) identificada como uma política nacional de arquivos, atualmente, a implementação do SIGA apresenta-se, equivocadamente, como sinônimo de uma política arquivística para o Governo Federal. (Indolfo, 2013, p. 274)

Jardim (2013) acrescenta que a ausência de uma política arquivística não desqualifica ou inviabiliza totalmente uma gestão arquivística, em qualquer esfera. No entanto, esta situação tende a tornar muito mais onerosa a gestão arquivística e a conquista de padrões de eficiência e eficácia.

Sistemas, redes, programas ou outras ferramentas gerenciais podem ser mais bem exploradas quando associadas a uma política arquivística, pactuada com os diversos atores da gestão arquivística e configurada num documento referencial, formalizado numa instância superior da organização e atualizado ao longo do tempo (Jardim, 2013, p. 48)

Nesse sentido, uma dura crítica relacionada a escassa capacidade política do Arquivo Nacional é apontada por Jardim, ao não conseguir “promover a adoção compulsória de normas arquivísticas no Executivo federal”(Jardim, 2013, p. 48). A isto se soma a “inexistência de uma política arquivística para o Executivo federal e, mais grave, a ausência desse tema na pauta de discussões sugerida pelo Siga ao longo da sua existência” (idem, ibidem)

Ainda no âmbito da Administração Pública, existe a Instrução Normativa Conjunta do Ministério Público e da Controladoria Geral da União, nº 01/2016 que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. Nesta instrução normativa os órgãos e entidades do Poder

Executivo Federal deverão “implementar, manter, monitorar e revisar os controles internos da gestão, tendo por base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos estabelecidos pelo Poder Público”, aplicada a todas as atividades da instituição, incluída a gestão documental (Brasil, 2016, p. 3).

Assim, nota-se a forte intervenção do estado na gestão, preservação e acesso aos documentos de arquivo, desde documentos em papel, microfimes, digitalização até a criação de documentos nato-digitais. Este processo, segundo Danilo Giroldo (2025) é induzido, onde as mudanças são coercitivas e a Universidade se apresenta sob um aspecto “muito dependente financeiramente, economicamente” (Giroldo, 2025, s/p), sendo “completamente dependente do governo, a gente é muito sujeito a essa abordagem coercitiva (informação verbal⁴⁶).

Nesse caminho, que as instituições vão se adaptando às novas demandas, muitas vezes sem o tempo de preparação necessária, sem a análise dos riscos ou novas alternativas para problemas já institucionalizados. De uma coisa a instituição sabe, como indica Diogo Oliveira (2025) precisa se adaptar, já que “em muitos dos processos que ela atua, ela é forçada a executar por questão de legislação, acórdão de TCU e muitas coisas assim”.

Acho que o SEI, por exemplo, foi um caso parecido. Quando você fala do processo de transição do papel digital, eu vou falar do SEI⁴⁷ especificamente, mas eu sei que não é só isso. Essa transformação digital ela veio como exigência do governo. O governo forçou a criação de um plano de transformação digital, ele forçou a implementação de um sistema de processo eletrônico. A FURG demorou por diversos aspectos, diferenças de opinião entre pessoas da gestão de recursos baixos para a TI, para a questão de armazenamento disso dentro do nosso datacenter e outras questões que foram discutidas na época. Mas se não tivesse o acórdão do TCU exigindo que as universidades trabalhassem nisso, eu não sei se seria algo que a FURG tomaria para si e diria, vou parar aqui algumas pessoas da minha equipe e vou fazer isso aqui ser um projeto estratégico (informação verbal⁴⁸)

⁴⁶ Entrevista concedida por GIROLDO, Danilo. Entrevista 04. [mar. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (59 mi).

⁴⁷ Trata-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Usada também em outras instituições públicas brasileiras, como sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos.

⁴⁸ Entrevista concedida por OLIVEIRA, Diogo Paludo de. Entrevista 06. [mar. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (51 mi).

Na próxima subseção apresento as políticas (e não políticas desenvolvidas) emanadas do Governo Federal e que não desenvolvidas atualmente na FURG e seu reflexo nos documentos que ela produz, com base na legislação vigente. Estas políticas diretamente impactam nos documentos da Instituição e relacionam com as atividades gestão, o acesso e a preservação.

5.2 Políticas (e não políticas) nos documentos da Universidade

As primeiras experiências com o planejamento institucional na Universidade começaram com o seu planejamento físico, ainda na primeira reitoria, em 1971, com a criação do Gabinete de Estudos e Projetos, voltado a ampliação do Campus Cidade, para que todos os cursos oriundos das unidades isoladas pudessem funcionar em um mesmo local. Em 1973 foi criado o Gabinete de Planejamento – GAPLAN, com a missão principal de realizar o planejamento físico do Campus Carreiros (Universidade Federal do Rio Grande, 2011).

Em 1977, foi criada a Sub-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – SURPLADE, órgão responsável pelo planejamento global das atividades universitárias, tendo duas superintendências subordinada, a Superintendência de Planejamento – SUPLAN e a Superintendência Técnica – SUPETEC. A Superintendência de Planejamento seria incumbida das atividades referentes ao planejamento e orçamento da universidade, sendo o orçamento um valioso instrumento de planejamento. Também devem ser mencionados, os planos de atividades, que eram elaborados pelas unidades, onde estavam previstas atividades a serem desenvolvidas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão e que serviam como referência para a elaboração do orçamento da instituição (Universidade Federal do Rio Grande, 2011).

O Planejamento Estratégico começou a ganhar uma estrutura formal com a elaboração do Plano Institucional da FURG 2000-2002. Em 2002, a partir da SUPLAN, foi desenvolvido um processo de revisão do Plano para o período 2003-2006, tendo como foco a participação da comunidade universitária e da sociedade na sua formulação. Em 2010, a Universidade revisa seus planos institucionais de forma articulada: o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com vistas a um planejamento estratégico de

12 anos, formando um único documento estruturante de gestão do desenvolvimento da Instituição em todos os seus setores, unidades e segmentos.

No PDI se expressaram os objetivos e estratégias sistematizadas em dez áreas de atuação da Universidade, entrelaçadas e indissociáveis, a partir das quais foi definido o Plano de Ação Anual com aprovação final do COEPEA, ano a ano, durante o quadriênio. O PDI 2015/2018 foi constituído por meio da definição de 46 (quarenta e seis) objetivos e 234 (duzentos e trinta e quatro) estratégias, distribuídas entre 12 (doze) Eixos Norteadores: Ensino de Graduação, Ensino de Pós-Graduação, Pesquisa, Inovação Tecnológica, Extensão, Cultura, Assuntos Estudantis, Gestão de Pessoas, Infraestrutura, Gestão Ambiental, Gestão da Informação e Gestão Institucional (Universidade Federal do Rio Grande, 2015).

Pela primeira vez, a preservação do patrimônio e a memória institucional são localizadas no objetivo 3 - Preservar o patrimônio cultural sob responsabilidade da Universidade no eixo Cultura⁴⁹ e suas estratégias contemplam:

1. Resguardar os bens de natureza material e imaterial relacionados à história da Universidade; 2. Estimular a divulgação integrada de acervos dos museus e núcleos da Universidade; 3. Elaborar o plano de preservação do patrimônio e memória da Universidade; 4. Resguardar os acervos dos quais a Universidade é fiel depositária (Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2015, p. 42).

No Eixo Gestão da Informação⁵⁰ encontramos o objetivo 1 – Qualificar o acesso à informação do eixo Gestão da Informação, porém nenhum das suas quatro estratégias dizem respeito a alguma atividade desenvolvida no arquivo, estando mais focadas para o setor de tecnologia da informação, sistema de bibliotecas e comunicação. Esta preocupação também é compartilhada por Viero (2017, p.82) ao apontar que

⁴⁹ O eixo Cultura, contemplando os objetivos e estratégias que buscam ratificar a importância da arte e cultura na Universidade em todos os seus campi, permeado por um diálogo transversal com o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação. Busca promover o pleno exercício dos direitos culturais, por intermédio do estímulo à experimentação, à preservação, ao apoio à produção e difusão e à promoção da formação na área de arte e cultura. Nesse sentido, aborda-se a diversidade cultural e o respeito à diferença como centrais à convivência social e à comunicação em sociedade, envolvendo o cotidiano dos indivíduos e suas interações com o ambiente (Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2015, p. 41).

⁵⁰ O eixo Gestão da Informação contempla os objetivos e estratégias elencados para promover a qualidade das diferentes atividades desenvolvidas pela Universidade, referentes ao acesso à informação, à qualificação do sistema de informação de bibliotecas, aos diferentes meios de comunicação e ao aprimoramento dos serviços informatizados da Universidade em todos os seus campi.

[...] fica evidenciado que a Universidade ainda não possui realmente uma política de acervos, tampouco uma política de memória. E porque este objetivo e estratégias estão contemplados no eixo Cultura, e não no eixo XII da gestão institucional? A gestão da memória não deveria ser uma preocupação institucional? Acredito, particularmente que sim. E quando é mencionado os acervos dos quais a Universidade é depositária, caberia ser identificados estes acervos, inclusive o arquivístico que também é detentor da memória institucional.

De fato, encontrarmos um objetivo mais próximo no eixo Cultura, e não ao de gestão da informação. Provavelmente seja porque há época, o Sistema de Museus e o NUME estavam subordinados a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC. A Coordenação de Arquivo Geral, no começo foi visto como um setor de apoio a administração e assumia esse papel, com tímidas atividades. Isso se deve que à época o arquivo geral constata no organograma, porém sem atribuições dentro do Regimento Interno da Reitoria, junto com a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. Ou seja, era um órgão sem atribuição “oficial” definida.

Na versão quadrienal do PDI (2019-2023) tanto o eixo cultura como o de gestão da informação apresentavam visíveis mudanças nos seus objetivos. No eixo cultura visava, no Objetivo 3 - Preservar o patrimônio cultural sob responsabilidade da Universidade e suas estratégias eram:

- Elaborar o plano de preservação do patrimônio e memória da Universidade.
- Salvar os bens materiais e imateriais de natureza histórica e ambiental e os acervos na condição de fiel depositária.
- Criar condições adequadas para preservação do patrimônio e memória.
- Tornar mais interativa e acessível a visita aos museus e núcleos de memória.
- Promover a divulgação integrada de acervos dos museus e núcleos de memória (Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2019, p. 40)

Já no eixo Gestão da informação, o objetivo 1- Qualificar a Gestão da Informação, contava com as seguintes estratégias:

- Criar a política de Gestão da Informação.
- Integrar os sistemas de informação e acervos.
- Desenvolver ou aprimorar ferramentas de gestão e acesso da informação, atendendo aos princípios da eficiência, transparência, publicidade e comunicação com a sociedade.

- Implementar o Sistema de Arquivos.
- Definir protocolos de Gestão da Informação.
- Capacitar continuamente os usuários dos sistemas informatizados utilizados na Universidade (Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2019, p. 57)

Nota-se aqui a centralidade das ações de preservação da memória, mediante as articulações dentro da PROEXC e a gestão da informação na PROPLAD, mediante a sua unidade de arquivo. Na última versão quadrienal do PDI, 2024-2028, apresenta-se o planejamento da FURG em 14 (quatorze) eixos temáticos, com 50 (cinquenta) objetivos, 254 (duzentos e cinquenta e quatro) estratégias e 234 (duzentos e trinta e quatro) indicadores que servem de guia para as ações da Universidade. No eixo cultura se foca mais na arte e cultura e não menciona nenhum objetivo ou estratégia que foque na preservação da memória, dos lugares de memória ou na criação de políticas. No eixo Ciência da Informação,

- Implementar e consolidar as políticas relacionadas à gestão de acervos (aquisição, desenvolvimento, descarte e preservação);
- Consolidar a definição dos protocolos de gestão da informação;
- Mapear os acervos não bibliográficos, considerando os critérios de acesso e uso (Universidade Federal do Rio Grande – FURG, s/d, p. 57)

Consideramos aqui o planejamento estratégico, como um dos documentos mais importantes dentro da Universidade, pois ela alinhada com o PPI e contemplado o Programa Institucional de Avaliação e Planejamento da FURG, estabelece:

filosofia; missão; visão; diretrizes; princípios orientadores do ensino, da pesquisa e da extensão; perfil dos servidores; perfil dos estudantes; avaliação e planejamento; e objetivos estratégicos que orientam as ações da Universidade para um planejamento de longo prazo (Universidade Federal do Rio Grande, 2011, s/p).

No Brasil, conforme preceitua a Lei Nacional de Arquivos é dever do Poder Público, a gestão documental e a proteção dos documentos de arquivo. Na Universidade, cabe Coordenação de Arquivo Geral de implementar, executar, supervisionar e dar apoio às diversas unidades na execução da política arquivística através do Sistema de Arquivos (SIARQ/FURG), responsabilizando-se pela normatização dos procedimentos técnicos aplicados aos seus arquivos.

Nesse sentido, a PROPLAD encaminhou em 2023 duas políticas aos conselhos superiores (CONSUN e COEPEA) para análise e aprovação, que cumprindo o disposto numa estratégia no PDI 2019-2023 e outra no atual, elaboradas pela Coordenação de Arquivo Geral. Seriam os primeiros passos para implementar políticas que visassem a gestão do patrimônio documental que desse as devidas atribuições e responsabilidades de ordem arquivística na instituição.

A política arquivística foi instituída através da Resolução CONSUN/FURG nº 16, de 22 de setembro de 2023 visa assegurar a gestão, o acesso e a preservação dos documentos arquivísticos no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Ela se aplica a todos os documentos de arquivo, independente da natureza, suporte ou formatos, inclusive aos documentos digitais. Salienta-se que, ela mantém consonância com outras políticas institucionais que tratam sobre: a segurança da informação, a proteção de dados pessoais, confidencialidade e a classificação da informação quanto à confidencialidade, todas definidas pela Universidade. O art. 4º aponta como diretrizes da política:

- I. Normatizar as atividades de gestão, preservação e acesso no âmbito do Sistema de Arquivos da FURG (SIARQ/FURG);
- II. Promover a gestão e a preservação dos documentos, fomentando o acesso e a cultura de transparência na Instituição;
- III. Observar as recomendações técnicas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal (SIGA), da Subcomissão de Coordenação do SIGA do Ministério da Educação (SUB- SIGA-MEC) e da legislação quanto ao desenvolvimento das atividades arquivísticas de gestão, preservação e acesso, inclusive no uso de sistemas informatizados;
- IV. Promover ações de orientação e capacitação quanto à gestão, preservação e acesso de documentos para os servidores da FURG;
- V. Colaborar junto a outras instituições para o desenvolvimento de estudos e trabalhos sobre arquivos;
- VI. Apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão, promovendo atividades de gestão, preservação e acesso aos documentos;
- VII. Integrar a preservação de documentos às atividades de produção, classificação, avaliação, descrição, aquisição e difusão no âmbito do SIARQ/FURG;
- VIII. Fomentar a governança arquivística incentivando o desenvolvimento de um conjunto de ações em rede e de forma colaborativa na formulação de estratégias arquivísticas.

O art. 5º apresenta seus objetivos, dentre eles está o de “Contribuir com a preservação da memória institucional e salvaguarda do patrimônio documental da Universidade”. A idealização de um Sistema de Arquivos da FURG (SIARQ/FURG)

parte do entendimento que todos os documentos, de qualquer tipo, natureza, suporte ou formato, inclusive os digitais, produzidos e recebidos e/ou acumulados, no decurso das atividades de cada órgão da Universidade são integrantes do acervo arquivístico da Instituição. Sendo dever da FURG e de todos os órgãos que compõem a sua estrutura a gestão dos documentos e a proteção especial a documentos de arquivo, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação, todos devem trabalhar de forma articulada, como sistema.

Nesta perspectiva, o Sistema de Arquivos é o conjunto de objetivos, de princípios, de diretrizes e de programas propostos pela Coordenação de Arquivo Geral buscando a integração dos diversos arquivos da instituição de forma a garantir a gestão continuada e unificada dos documentos de arquivo visando assegurar a gestão, o acesso e a preservação pela Instituição. Ambas as políticas deixam expresso que a sua aplicação a todos os servidores, estagiários, bolsistas e colaboradores de todas as unidades: Gabinete do Reitor, Pró-Reitorias, Órgãos de assessoramento, Órgãos vinculados, Comissões permanentes e Unidades acadêmicas e administrativas. Na entrevista, Danilo Giroldo (2025) também percebe o papel de cada servidor frente a informação, ao afirmar que “não é papel exclusivo do CGTI gerenciar sozinho aquela coisa toda, porque o uso institucional da informação digital, ela é de todo mundo também” (Giroldo, 2025, s/p).

O Sistema de Arquivos da FURG (SIARQ/FURG) foi aprovado em reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração (COEPEA) por meio da Resolução nº 106, de 15 de setembro de 2023 e mantém consonância com políticas que tratam sobre segurança da informação, proteção de dados pessoais, privacidade e classificação da informação quanto à confidencialidade e outras congêneres definidas pela Universidade. São diretrizes gerais do SIARQ/FURG, conforme o art. 4º:

- I. Colaborar na implantação da política arquivística da FURG;
- II. Promover a gestão e a preservação dos documentos, fomentando o acesso e a cultura de transparência na Instituição;
- III. Observar as recomendações técnicas e da legislação quanto ao desenvolvimento das atividades arquivísticas em todo o ciclo de vida do documento na FURG;
- IV. Promover assessoria arquivística quanto à gestão, preservação e acesso de documentos para os servidores da FURG;
- V. Apoiar a interface com os arquivos das unidades da FURG,

integrantes do SIARQ/FURG visando às atividades de produção, classificação, avaliação, descrição, aquisição, difusão e preservação dos documentos (universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2023, s/p).

Nesse sentido, o SIARQ/FURG tem por objetivo assegurar a conservação, a proteção, e o acesso aos documentos para defesa de direitos ou como elementos de prova, informação ou fonte para a pesquisa científica, pautada pela Política Arquivística da Instituição. O Sistema possui um órgão central, setoriais e especiais. Como órgão central encontra-se a Coordenação de Arquivo Geral da FURG. Os órgãos setoriais são as unidades acumuladoras, isto é, produtoras e receptoras, de documentos arquivísticos da FURG e os setores com atribuições exclusivas de protocolo e de arquivo corrente. Os órgãos especiais são: a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo da FURG (CPAD/FURG) e o Centro de Gestão de Tecnologia da Informação (CGTI).

Hoje, o papel que cumpre o CGTI está ligado a necessidade e demanda, onde são elencados e estabelecidos “os requisitos corretos pra que os sistemas e as tecnologias estejam adaptadas realmente à necessidade da instituição, então, estabelecer com precisão o requisito do sistema e da tecnologia” (Giroldo, 2025) sendo este o papel de usuário: saber especificar para o desenvolvimento do sistema com precisão. Dentre os pontos positivos ressaltados por Giroldo (2025) está a criação do Comitê de Governança Digital (CGDig)

E aí eu preciso ter o processo bem mapeado antes, entendeu? Porque se nem eu souber qual é o que eu quero, quanto mais ele tem que transformar esse desejo no sistema. Então, isso foi um grande aprendizado pra mim, né? Essa é a primeira questão. [...] Então, por isso a gente apostou muito no Comitê de Governança Digital, que a professora Danúbia coordenou na nossa gestão, né? [...]. Mas, na época, a gente... a Danúbia coordenava o Comitê de Governança Digital e todas as pró-reitorias estavam ali presentes. Então, quando apresentava uma demanda de sistema, então, ali tinha que estar bem especificado, tal, tal, tal, tal, né? Então, eu acho que isso aí é algo muito importante (informação verbal⁵¹).

Característico das políticas, elas são consideradas “guarda-chuva”, gerais, amplas onde não apresentam procedimentos, o como fazer. Isto permite que as unidades, comitês ou grupo de trabalho possam criar, modificar ou tornar sem efeito

⁵¹ Entrevista concedida por GIROLDO, Danilo. Entrevista 04. [mar. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (59 mi).

instruções normativas no seu âmbito, sem passar pelos conselhos superiores. Assim, a Coordenação de Arquivo Geral elaborou instruções normativas definindo as atividades e seus procedimentos para instrumentalizar as políticas criadas em 2023 como estratégia do atual PDI, com a aprovação e publicação da PROPLAD:

Quadro 10 – Instruções normativas da Proplad que articulam com as políticas sobre gestão documental na Universidade

Instrução normativa	Dispõe sobre	Legislação relacionada
nº 03/2021	Os procedimentos para eliminação dos rascunhos de documentos arquivísticos no âmbito da FURG.	Resolução CONARQ nº 1/1995 Resolução COEPEA nº 106/2023 Resolução CONSUN nº 16/2023
nº 05/2024	A finalidade, atribuições, composição e nomeação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da FURG (CPAD/FURG).	Decreto nº 2.182/1997 Decreto nº 10.148/2019 Resolução CONARQ nº 5/1996 Resolução COEPEA nº 106/2023 Resolução CONSUN nº 16/2023
nº 06/2024	Os procedimentos para a classificação arquivística de documentos no âmbito da FURG.	Resolução COEPEA nº 106/2023 Resolução CONSUN nº 16/2023
nº 07/2024	Os procedimentos para eliminação de documentos arquivísticos intermediários no âmbito da FURG.	Decreto nº 10.148/2019 Resolução CONARQ nº 5/1996 Resolução CONARQ nº 40/2014 Resolução CONARQ nº 44/2020
nº 08/2024	As normas de acesso e uso dos documentos de arquivo custodiados pela Coordenação de Arquivo Geral da FURG para usuários externos.	Lei nº 12.527/2011 Resolução COEPEA nº 106/2023 Resolução CONSUN nº 16/2023
nº 09/2024	Os procedimentos para assessoria arquivística aos setores no âmbito da FURG.	Resolução COEPEA nº 106/2023
nº 10/2024	Os procedimentos para a digitalização de documentos arquivísticos permanentes no âmbito da FURG.	Resolução CONARQ nº 31/2010 Resolução CONARQ nº 48/2021
nº 11/2024	Os procedimentos a serem observados na transferência e/ou recolhimento de documentos arquivísticos das Unidades para	Resolução CONARQ nº 2/1995 Resolução COEPEA nº 106/2023

	a Coordenação de Arquivo Geral da FURG.	
nº 15/2024	Os procedimentos para assessoria do Laboratório de Conservação e Restauração da Coordenação de Arquivo Geral sobre acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos que precisem de conservação e restauração no âmbito da FURG	Resolução COEPEA nº 106/2023 Resolução CONSUN nº 16/2023

Fonte: A autora (2025).

Sobre as duas primeiras instruções normativas devemos esclarecer que, as orientações sobre a eliminação dos rascunhos, também chamados de papéis de trabalho, foi solicitação do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais nesse ano considerando que vários documentos eram reutilizados como blocos de anotações e não se tinha o controle de quais informações encontravam-se no verso dos mesmos, como dados pessoais de servidores e estudantes. A segunda, foi elaborada no âmbito da CAG para adequar à legislação do CONARQ sobre implementação de Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo nas instituições. Sendo uma comissão permanente da PROPLAD, e não tendo a característica da Pró-Reitoria criar portarias normativas, o fez como instrução.

Importante salientar que as atividades não começaram após a elaboração das políticas e instruções normativas, o tratamento técnico obedecendo a todas as normativas do Governo foi realizado desde o completo entendimento dos instrumentos e do contexto de produção da Universidade, a partir de 2011. Mesmo sem atribuições, sem instruções normativas, sem políticas gerais e sem um programa permanente de capacitação em gestão de documentos, a equipe técnica sempre realizou estas atividades. O que era necessário, então, era a formalização em documentos oficiais para consolidar as práticas, tanto da equipe técnica como do restante dos servidores da Instituição. Mesmo com todas estas atividades, o arquivo parecia estar na invisibilidade, como conta Luis Alberto Azambuja (2025, s/p) “antes de 2013 eu pouco tinha ouvido falar do Arquivo Geral”. Para o entrevistado, “desde aquela época até hoje ele está mais visível” (Idem, s/p). Na sua percepção, o setor poderia destacar-se mais

fazendo “propaganda” de suas ações, uma divulgação não técnica, mas sim aquela propaganda para leigos [...], mas sem detalhes técnicos, [...], e sim algo até mais prático, mostrar equipamentos, mostrar o uso, a manipulação dos documentos, alguma coisa que chamasse a atenção e mostrasse mais o setor e a importância do setor para a universidade (informação verbal⁵²).

Sobre a classificação de documentos, a Universidade utiliza dois códigos de classificação que se complementam: o Código de classificação de documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal, aprovado pela Portaria AN/MGI nº 174/2024 e o Código de classificação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior, aprovado pela Portaria nº 092/2011, do Ministério da Justiça/Arquivo Nacional. Porém a equipe técnica ainda não realizou análise tipológica visando inserir novos tipos ou documentos nestes instrumentos. Atualmente, a equipe da CAG está elaborando a versão consolidada do “Código de classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo da Universidade Federal do Rio Grande – FURG”, a ser publicado em 2025 como primeiro instrumento técnico do arquivo.

Sobre estes esforços da equipe técnica Diego Rosa (2025, s/p) percebe que “ao longo dos anos, desde que foi formado o arquivo, ele foi ganhando espaço e foi ganhando entendimento da gestão, da sua relevância”. Sob sua visão, mesmo frente as dificuldades de falta de equipamento ou infraestrutura é “um trabalho excepcional” (informação verbal⁵³).

Nessa perspectiva, Luciana Penna dos Santos⁵⁴ acrescenta que “o Arquivo Geral está fazendo um milagre”, considerando a grande demanda no tratamento dos acervos que ingressam ao setor, assim como a demandas de documentos e pesquisas, de setores da Universidade, da comunidade (como egressos, ex-alunos ou ex-servidores) e dos pesquisadores” (informação verbal⁵⁵).

Sobre a avaliação de documentos, a FURG realiza a eliminação de documentos conforme as resoluções do CONARQ. Mesmo tendo sido criada a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da FURG (CPAD/FURG) em 2009, no âmbito da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD a

⁵² Entrevista concedida por AZAMBUJA, Luis Alberto Barbosa. Entrevista 02. [fev. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (32 mi).

⁵³ Entrevista concedida por ROSA, Diego D’Ávila da. Entrevista 05. [fev. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (56 mi).

⁵⁴ Coordenadora do Arquivo Geral de 2000 a 2004.

⁵⁵ Entrevista concedida por SANTOS, Luciana Oliveira Penna dos. Entrevista 01. [ago. 2023]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2023. 1 arquivo .mp3 (58 mi).

concepção da comissão, o entendimento das atividades até a efetiva eliminação de documentos demandou anos de amadurecimento. Os servidores da comissão precisaram conhecer melhor os fluxos dos processos, o código de classificação, a tabela de temporalidade e todo o processo de eliminação de documentos públicos.

Conforme a Portaria PROPLAD nº 2.715/2019, a Comissão tem a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos arquivísticos da FURG, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor, assim como também, o encaminhamento das propostas resultantes do processo de avaliação documental na instituição ao Arquivo Nacional, conforme a Legislação Federal (Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2019). As mudanças impostas pelo Decreto nº 10.148/2019, com referência ao processo de eliminação de documentos, também impactaram na atuação da Comissão, na medida em que recaiu mais responsabilidade aos arquivistas responsáveis pela seleção dos documentos e elaboração das listagens de eliminação assim como a autorização da eliminação por parte do Reitor da FURG.

Se ao longo de 50 anos⁵⁶ a eliminação de documentos não acontecia no rigor da lei, os arquivistas lotados na CAG e a Comissão estariam prontos para o processo avaliativo após o entendimento do contexto de produção, das atividades de gestão de documentos públicos. As várias consultas com a Coordenação-Geral de Gestão de Documentos (COGED) do Arquivo Nacional foi essencial neste processo.

A experiência provocou a atualização e aprimoramento dos instrumentos: Listagens de Eliminação de Documentos, Edital de Ciência de Eliminação e Termo de Eliminação, e a “Lista Descritiva de Eliminação de Documentos”, apresentado agora, como primeiro instrumento da pesquisa da CPAD/FURG. No período que compreende 2016 a 2024, a Comissão analisou e encaminhou para eliminação: 183 listagens de eliminação, que correspondem a 1.250,86 metros lineares de documentos, pesando aproximadamente sete toneladas.

Conforme as resoluções CONARQ nº 02/1995 e nº 24/2006, a Instituição não realiza a transferência ou recolhimento de acervos documentais e/ou documentos arquivísticos digitais para o Arquivo Nacional. Esta questão não foi levada a discussão na Administração Superior, considerando que ainda está em fase de

⁵⁶ Considerando a criação da Universidade em 1969 até a criação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da FURG (CPAD/FURG).

implementação tanto as políticas quanto as normativas internas para a gestão completa do acervo. A isto se soma que o acervo em papel ainda está sendo classificado e avaliado na CAG. Se bem, a Instituição produz documentos arquivísticos digitais ela não conta com política de preservação digital, nosso sistema ainda não é um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística Digital – SIGAD nem contamos com um RDC-Arq.

Nesse movimento de digitalização de documentos, estão os relacionados ao registro da vida funcional servidor e ao conjunto de documentos que comprovam a vida acadêmica dos estudantes. O Assentamento Funcional Digital – AFD, foi criado em 2011 e instituído em 2016 pela Portaria Normativa SEGRT/MP nº 4/2016. Atualmente é regulamentado pela Portaria Normativa SGP/MP nº 9/2018 e consiste num dossiê em mídia digital composto pelos documentos produzidos no decorrer da vida funcional do servidor. Seu objetivo é agilizar o acesso às informações, subsidiar a tomada de decisão, resguardando também os direitos e os deveres dos órgãos, entidades e de seus agentes. Este dossiê também deve observar as orientações provenientes do Arquivo Nacional e a legislação arquivística vigente.

Este processo deve ser realizado em duas etapas, caracterizados pelo recorte temporal. A contar de julho de 2016 são inseridos os documentos avulsos ou processos produzidos ou recebidos digitais/digitalizados diretamente na plataforma do AFD. A segunda parte é a digitalização do “legado”, que corresponde ao conjunto de documentos físicos contidos em sua pasta funcional, produzidos até junho de 2016. Atualmente, a CAG coordena o trabalho de verificação dos documentos dos servidores ativos, verificando se os documentos na pasta do servidor realmente pertencem a ele (considerando o erro no momento do arquivamento), organizando em ordem cronológica e colocando o número da página em lápis conforme as orientações para começar a digitalização do legado no segundo semestre de 2025.

No que se refere ao acervo acadêmico, o processo de digitalização foi pelo Decreto nº 9.235/2007 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Compõe este acervo o conjunto de documentos arquivísticos referentes à vida acadêmica dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos.

Na Portaria MEC nº 315/2018,

Art. 38. As IES e suas mantenedoras, integrantes do sistema federal de ensino, ficam obrigadas a manter, sob sua custódia, os documentos referentes às informações acadêmicas, conforme especificações contidas no Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior, aprovados pela Portaria AN/MJ nº92, de 23 de setembro de 2011, e suas eventuais alterações (Ministério da Educação, 2018, s/p).

Sendo que, o Reitor é pessoalmente responsável pela guarda e manutenção desse acervo, mantido permanentemente organizado e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta. O processo de digitalização possui um prazo de 48 (quarenta e oito) meses, conforme alterado pela Portaria nº MEC nº 332/2020, o qual a instituição não cumpriu, devido ao problema já mencionado de limitação da capacidade de armazenamento.

Considerando a Resolução CONARQ nº 28/2009 a Instituição adota o Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos – CODEARQ desde 2012. Porém suas informações atualizadas não se encontram atualizadas desde o primeiro registro. Este registro tem a finalidade de identificar de forma única as instituições que guardam acervos arquivísticos, promovendo o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. O código é atribuído às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos desde que elas permitam algum nível de acesso ao seu acervo, mesmo que com restrições. Após seu cadastramento e a atribuição do código, as entidades passam a ter suas informações disponíveis no site do CONARQ, incluindo detalhes sobre seus acervos, sua missão e formas de contato.

Este código é utilizado no momento de descrever o acervo visando a criação de instrumentos de pesquisa. Também é utilizado na Plataforma AtoM, onde também se tem acesso as cópias digitais dos documentos. Esta iniciativa partiu de Santos (2012), mas foi descontinuado pouco tempo depois, devido a dificuldade de realizar as atualizações do *software* e não ter sido “adotado” pela instituição. Novamente foi desenvolvido por Fantinel (2017) onde descreveu e inseriu as atas do Conselho Universitário no período que compreende 1970 a 1995:

Figura 14 – Descrição do acervo de atas do Conselho Universitário no *software* AtoM



Fonte: <https://arquivodigital.furg.br/universidade-federal-do-rio-grande>, Acesso em 17 mar. 2025.

Atualmente, não é alimentado com novas descrições, em parte devido a problemas com a capacidade de armazenamento dos documentos digitais (*storage*). Sob o ponto de vista a questão orçamentária é perceptível para o não seguimento de ações dentro da Universidade

[..] é **questão de recursos orçamentários** hoje em dia **o custo tecnológico é caro e o orçamento da FURG não é então o desafio é conseguir resolver isso de formas alternativas seja por outros fomentos seja por alguma arrecadação alguma coisa assim**, não sei mas a FURG vai ter um belo desafio para conseguir os recursos para esse mundo tecnológico porque nada é barato claro, tem uma baratização do hardware, mas para tu estar na ponta das tecnologias não é barato conseguir (informação verbal⁵⁷, grifo nosso)

Este ponto é um problema recorrente nos últimos anos, já que a impossibilidade de investimento em soluções que possibilitem um maior armazenamento digital tem impedido os servidores de desenvolver a digitalização de documentos, para inserir no AtoM, por exemplo. Sem novos documentos, o *software* fica condicionado ao que possui atualmente, não podendo ser continuado como uma

⁵⁷ Entrevista concedida por OLIVEIRA, Diogo Paludo de. Entrevista 06. [mar. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (51 mi).

ferramenta institucional de acesso aos documentos e a memória da instituição, considerando que ainda não conta com inserções de novos documentos desde 2017.

Relacionado às atividades de preservação da memória e da história da FURG podemos mencionar a Resolução CONSUN/FURG nº 21, de 08 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Regimento do Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos – NUME/FURG. Se bem não é uma política, ela dá delineamentos sobre seus objetivos e atribuições, reflexo das atividades que desempenha como um núcleo permanente ligado, agora, ao Gabinete do Reitor com a finalidade de resgatar, restaurar, preservar, divulgar, difundir e facilitar o acesso à história da Universidade. Constitui-se num espaço de salvaguarda e preservação do patrimônio material e imaterial da Universidade que mantém também um museu histórico. São objetivos gerais, conforme o art. 3º:

- I - estimular a preservação e o registro de ações que pertençam ao cotidiano da FURG;
- II - promover ações que permitam levar informações da história da FURG para as comunidades;
- III - manter exposição atualizada da história da FURG;
- IV - promover ações de integração entre servidores e estudantes;
- V - estimular, junto às unidades acadêmicas, o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura em consonância com os objetivos do NUME;
- VI - desenvolver ações educativas e culturais voltadas para as comunidades universitária e externa;
- VII - comunicar, difundir e conservar o acervo para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação e contemplação;
- VIII - investigar, resgatar, restaurar e preservar acervos documentais culturais, históricos e científicos relacionados às memórias da FURG;
- IX - incentivar a criação de projetos que tratem da diversidade de gênero, orientação sexual e religiosa, e das relações étnico-raciais na história da FURG;
- X - atender ao princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão;
- XI - promover a catalogação do acervo;
- XII - desenvolver ações que promovam a interação e a integração das memórias dos Campi da FURG;
- XIII - interagir com outros centros, núcleos e museus da FURG;
- XIV - interagir com outros museus municipais, estaduais, nacionais e internacionais; e
- XIV – promover o desenvolvimento de ações em consonância com a vocação institucional da FURG (Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2023, s/p).

A normativa também cria comissões permanentes: de acervo; de Educação,

Cultura e Comunicação; dos Campi; as Unidades Acadêmicas e das Unidades Administrativas. Segundo o regimento, caberá à Comissão de Acervo, de acordo com as normas museológicas e arquivísticas legais e acadêmicas:

- a) definir o Patrimônio que constituirá o acervo do NUME;
- b) emitir parecer técnico para integração de Patrimônio ao NUME, observado o estado de conservação, e submetê-lo ao Conselho Deliberativo; e
- c) emitir parecer técnico para descarte de Patrimônio do NUME e submetê-lo ao Conselho Deliberativo. (Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2023, s/p).

O que não deixa claro a resolução é a quais acervos arquivísticos se refere especificamente, pois os da Universidade são responsabilidade da CAG, conforme política arquivística institucional aprovada meses antes. Nesse sentido, o NUME conta com a colaboração de um docente e um técnico (arquivista), que não participaram da construção da política nem possuem lotação no Arquivo Geral (no caso do arquivista). Preocupa fortemente que esta falta de definição possa provocar distorções sobre o entendimento do documento arquivístico, num contexto do museu e principalmente... a dispersão do acervo. Importante salientar aqui que a CAG conta no seu acervo com documentos que são complementares ao encontrados no NUME e não existem ferramentas ou instrumentos que mostrem o acervo, nem na sua completeza nem organicamente.

O texto também nos trouxe dúvidas sobre as atividades dos campi, unidades acadêmicas e administrativas ao fomentar: a implementação de ações para o resgate e a preservação das memórias; e o de criar espaços físicos para exposição de elementos de memórias da unidade (Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2023, s/p). As unidades irão retirar seus documentos permanentes do Arquivo Geral? Como vão preservar essas “ações para o resgate e a preservação das memórias” nesses espaços físicos? As unidades não irão enviar mais seus acervos a CAG? Ou eles irão retirar documentos isolados do seu interesse para expor? Sobre isso, Péricles Gonçalves (2025) explica que “nós, inclusive, não estamos entendendo que tem que ser uma peça com coisas dentro. Pode ser um banner, pode ser um quadro, pode ser lá o que for, mas as unidades estão todas voltadas para isso (Gonçalves, 2025, s/p).

Sobre a nova reestruturação do NUME e a criação dos espaços de memória,

a nova fase da sua reestruturação “aproximou todos os segmentos da universidade” (Gonçalves, 2025, s/p). Nas palavras do entrevistado Péricles Gonçalves (2025, s/p) “todos tiveram [...] a possibilidade de ter esse *start* dentro da sua unidade e da importância para a universidade da preservação da sua história nos seus diversos segmentos”. Assim,

[...] as pessoas que aceitaram participar do conselho, porque foram convidados, ninguém foi escalado, se aceitou porque tem pelo menos uma ideia de que é uma coisa que, ele fazendo parte, se sentiria bem. E, se ele está fazendo parte, ele vai ter que conduzir a coisa de uma forma de que essa memória seja preservada (informação verbal⁵⁸).

Sobre as atividades desenvolvidas no Núcleo de Memória posso citar a construção em grupo, valorizando as características individuais dos sujeitos que participam nessa construção, reunidos mensalmente, apresentam seus avanços, dificuldades e perspectivas, por meio de ideias e opiniões, dentro de uma construção coletiva que o coletivo imaginou e “está ajudando bastante” (Gonçalves, 2025, s/p). Este movimento não é fácil, tanto na definição de atividades, quanto a definição das pessoas que integram as comissões em cada Unidade,

porque tem pessoas que estão sobrecarregadas e outras que querem continuar não fazendo nada. Que é um problema também. É assim que funciona. Tem gente que não gosta de encargos. E outras que estão cheias de encargos (informação verbal⁵⁹, grifo nosso).

Em contraponto, Viero (2017) apresenta a inquietude manifestada pelo ex-diretor do NUME Oswaldo José de Paula Barbosa onde expressa

uma preocupação com a criação de núcleos de memória separados dentro da Universidade. O mesmo citou a existência de um núcleo na Faculdade de Medicina. Em sua opinião, essa questão é muito ruim, pois tudo deveria ser centralizado no NUME, segundo ele “enfraquecer o NUME não serve para ninguém” (Barbosa, 2015 apud Viero, 2017, p. 60).

Nesse sentido, a possibilidade de contar com espaços de memória, onde toda

⁵⁸ Entrevista concedida por GONÇALVES, Péricles Antônio Fernandes. Entrevista 08. [mar. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (1h 10mi).

⁵⁹ Entrevista concedida por GONÇALVES, Péricles Antônio Fernandes. Entrevista 08. [mar. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (1h 10mi).

a universidade está envolvida faz que, conseqüentemente, se tenha um núcleo de memória consolidado, com a comunidade dentro do NUME por meio de um conselho deliberativo “inclusive os campos de fora da sede, fazendo parte do conselho do NUME. Então, começamos uma política de que cada uma dessas unidades tenha o seu núcleo, o seu núcleo de memória da unidade, e isso já está acontecendo” (informação verbal⁶⁰). Percebo este movimento ainda tímido, seja pela dedicação de uma quantidade pouco expressiva de servidores, seja pela dificuldade de localização da história “material” de cada Unidade. Isso fica evidente no aumento de consultas no setor Geral das Unidades para “procurar” a sua história, baseados em dados, informações e documentos custodiados pelo Arquivo Geral.

O capítulo VII que trata do acervo apresenta no art. 16, sua “dinâmica”:

Art. 16 O acervo do NUME, bem como suas instalações integram o Patrimônio da FURG, não podendo ser alienados a qualquer título.

§ 1º O Acervo do NUME será constituído na sua integralidade por doações.

§2º Os critérios para aceite, recusa ou descarte serão definidos pela Comissão de Acervo.

§ 3º A consulta ao Acervo Documental do NUME será realizada exclusivamente dentro das dependências do Núcleo de Memória, mediante solicitação prévia, devidamente justificada (Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2023, s/p).

Não é raro chegar ao meu conhecimento que antigos servidores levavam seus documentos para suas casas, por diversos motivos... ou pelo carinho com suas atividades, ou pelo medo de que alguma outra pessoa visse ou pelo fato de que pensassem que, estando com elas, estaria bem preservado esse pequeno pedaço da sua história. Nesse tipo de doação, provavelmente encontrem-se documentos, fotografias ou outro material arquivístico... As dúvidas quanto aos próximos passos ainda persistem, mas pode também ajudar ao Arquivo Geral a ter mais visibilidade. Uma Pró-Reitoria manifestou ter o local de memória na sua unidade mas não quer o uso dos documentos (por questões de segurança e pelo acúmulo na unidade) e, numa visita pediu ajuda do arquivo, de ideias, procurando saber o que a CAG guardava.

A ideia resultante da visita foi realizar uma amostra virtual ou alguns encartes e, como contrapartida, a equipe técnica comprometeu-se em organizar o acervo

⁶⁰ Entrevista concedida por GONÇALVES, Péricles Antônio Fernandes. Entrevista 08. [mar. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (1h 10mi).

para os servidores possam realizar a reprodução e a contextualização do acervo que está custodiado na CAG. Então, não posso dizer que essa iniciativa não trouxe benefícios o Arquivo Geral... Ainda é necessário observar como irá se desenhar o panorama, considerando que a Universidade possui três campi fora da cidade de Rio Grande, treze unidades acadêmicas e 7 pró-reitorias que não fizeram contato com o arquivo ainda.

A respeito da nova vinculação do NUME passando agora a integrar a estrutura do Gabinete do Reitor e sobre a percepção sobre a visibilidade que está tendo atualmente o núcleo, Danilo Giroldo (2025) explica que esta iniciativa tenta salvaguardar a memória da universidade acrescentando exposições e eventos procurando “fazer com que a comunidade se aproprie fisicamente daquele lugar”.

Quando se fala sobre eventos, se refere a nova sistemática de posse de novos servidores, que passou de ser realizada na Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PROGEP) e agora é realizada no NUME, passando pelo Gabinete do Reitor. A ideia realizar as cerimônias de posse de novos servidores no Núcleo de Memórias⁶¹ surge após uma viagem do então vice-reitor Danilo Giroldo junto com o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) em 2017. A missão do grupo ao país asiático incluiu as cidades de Baoding, Shijazhuang e Pequim, com visitas a dez instituições (dentre Universidades e Órgãos de Governo) e provocou uma grande impressão, uma “coisa que é deles, que é essa relação com a memória” (Giroldo, 2025, s/p) onde em

todas as universidades que a gente ia, antes de conversar com as autoridades, nós éramos levados a um espaço que contava a memória e o papel daquela instituição frente a essas crises todas que a China enfrentou. Então, ora era para tratar sobre a fome, ora era para tratar, inclusive, sobre os desenvolvimentos tecnológicos, né? Desenvolvimento social, questões políticas, né? Então tudo isso sempre estava registrado. Então a universidade ela fazia questão de mostrar para os visitantes qual era o papel dela na China e na sua história como é que isso desenvolveu, né? (informação verbal⁶²)..

Dessa experiência, surge a ideia de “trazer os visitantes que vêm à FURG a saber quem é a FURG” (Giroldo, 2025, s/p), assim como os novos servidores, para

⁶¹ Efetivamente a cerimônia dos novos servidores no Núcleo de Memória começaram entre finais de abril e começo de maio de 2023

⁶² Entrevista concedida por GIROLDO, Danilo. Entrevista 04. [mar. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (59 mi).

apresentar a nova instituição “a partir de um espaço de memória, para eles entenderem tudo o que a FURG já fez, tudo o que a FURG é” (Ibid, s/p).

Então, novas configurações de espaços, permitem ter outras releituras e ocupam outras atividades, porém com o mesmo fim, preservar a memória, a história e os registros da Universidade. Assim mostra a primeira vez que foi noticiado que o Núcleo de Memória receberia aos novos servidores, sempre ressaltando seu objetivo de preservar a memória, realizando um processo de institucionalização na forma de museu histórico e contribuindo para a memória, história e identidade da FURG, como mostra a primeira notícia publicada:

Figura 15 – Primeira reportagem referente a segunda cerimônia de posse de servidores no NUME



Fonte: <https://www.furg.br/noticias/noticias-institucional/reitor-recebeu-novos-servidores-nesta-ultima-quarta-feira-3>, Acesso em 17 mar. 2025.

Num segundo momento, a necessidade exigia a modernização e atualização do regimento do núcleo, onde um grupo de servidores começa a discutir, dentre eles Péricles Gonçalves, Mozart Tavares, Cláudio Lima e Marcos Amarante e

[...] começam a nuclear outras pessoas e eles debatem como é que deve funcionar o NUME, né? E aí vem essa proposta nova de regimento que reestrutura uma série de coisas. Começa pela vinculação, né, que passa ele a vincular diretamente à reitoria, não mais ao complexo de museus, né, que é uma diretoria da PROEXC, então ele sai e dali vai como um núcleo transversal ligado à

universidade (informação verbal⁶³).

Esta modernização também aponta para uma nova estratégia: a descentralização das unidades de memória dentro da instituição, mediante o trabalho de pequenas comissões definindo, criando e desenhando espaços específicos de memória nas unidades, tanto acadêmicas quanto administrativas. Nas palavras de Danilo Giroldo (2025) nota-se o orgulho e ao mesmo tempo o alívio. Orgulho por ter apostado na ideia do núcleo na descentralização dos lugares de memória, indo ao encontro de anseios de diversas unidades, nos campi, onde “já havia um desejo para que isso acontecesse, né, [...], nos novos campi, e em várias unidades acadêmicas a gente tem visto movimentos muito interessantes assim” (Giroldo, 2025, s/p). Devido à escassez orçamentária, ao empenho do núcleo e das unidades, Giroldo (2025, s/p) afirma: “foi muito bem aceito, né? [...]. Então, essa ideia de capilarizar a gestão da memória, vamos assim dizer, né, a responsabilidade pela memória, ela está funcionando bem.

Nesta subseção apresentaremos as políticas (e não políticas desenvolvidas) emanadas do Governo Federal e que não desenvolvidas atualmente na FURG e seu reflexo nos documentos que ela produz, com base na legislação vigente. Na próxima subseção apresento o contexto do movimento que está levando a FURG do papel ao digital.

5.3 Do papel ao digital

Como mencionado anteriormente, na subseção do contexto de produção, a necessidade de preservação de documentos na Universidade se manifestou décadas anteriores ao ingresso de arquivistas na Instituição. O que se percebe na Ata nº 027/1983 do Conselho Departamental (CODEP), como mencionado na subseção 2.2.1, com a decisão de implementar as atividades de microfilmagem dos registros acadêmicos é na necessidade urgente e crítica de decisão sob dois aspectos. O primeiro seria frente a uma massa documental acumulada que começa a preocupar a gestão após trinta anos de atividades e a segunda, provocado pela necessidade de incinerar documentos, o que deveria ser guardado nesse volume acumulado.

⁶³ Entrevista concedida por GIROLDO, Danilo. Entrevista 04. [mar. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (59 mi).

Na reunião, o relator baseia-se no estudo em diversos pareceres do Conselho Federal de Educação (CEF)⁶⁴, dos Departamento de Administração – Coordenação do Sistema de Serviços Gerais do MEC e do Tribunal de Contas da União onde a incineração é permitida após a realização de determinados registros ou ações e a utilização da microfilmagem em contraponto ao parecer nº 227/46⁶⁵ onde comunica aos Diretores do Ensino Superior “não incinerar nem destruir as provas escritas e as lista de pontos que serviram para a realização das mesmas ou das provas orais”. (Santos, 2012, p. 69-70). O Conselho também analisa a Lei nº 5.433/1968 que, à época, regulava a microfilmagem de documentos.

Ainda a ata ressalta a transcrição dos relatores do Conselho ao chamar a atenção das escolas

para o dever que lhes incumbe do conservar na medida do possível suas documentações. As instituições de ensino superior tem a obrigação de preservar os que lhes permitam construir aos poucos, dias após dia, sua própria história, lembradas que essa faz parte da História do próprio País” [...] “Procuram as escolas livrar-se do inútil papelório, mas sejam esclarecidas o bastante para saber separar o joio do trigo e conservar tudo aquilo que por ter maior significação mereça ser conservado (Universidade do Rio Grande, 1983, p. 6-7).

Em 1991, mediante o projeto “URG, uma memória a ser preservada”⁶⁶, o CPD e o Departamento de Biblioteconomia e História - DBH desenvolveram um conjunto de atividades visando o uso racional do espaço físico de armazenagem da documentação, conjugar esforços para a preservação da história da universidade mediante o uso de técnicas modernas de processamento da informação (Santos, 2012). Porém, todos estes esforços culminaram no abandono do local físico do arquivo e seu “armazenamento” num contêiner, como foi explicado na subseção 2.2.1.

Esta iniciativa tomou forma novamente mediante o REUNI, com a criação do Curso de Arquivologia e a abertura do Edital de Concurso Público nº 007/2008 para

⁶⁴ Pareceres nº 214/67, nº 016/76 e nº 072/76 do Conselho Federal de Educação (CEF).

⁶⁵ Parecer do extinto Conselho Nacional de Educação, homologado pelo Ministério da Educação - MEC.

⁶⁶ O projeto previa um levantamento do acervo existente através de um formulário enviado à cada unidade. Este formulário era dividido em duas partes, a primeira identificava o setor e o segunda o acervo (volume ocupado, taxa de crescimento anual, datas baliza, mobiliário, conservação, existência de plantas ou desenhos técnicos ou documentação que podia ser considerada histórica).

provimento de cargos da carreira de servidor técnico-administrativo em educação de enfermeiro e arquivista. Na descrição sumária do cargo para arquivista encontra-se:

Organizar documentação de arquivos institucionais e pessoais, criar projetos de museus e exposições, organizar acervos; dar acesso à informação, conservar acervos; preparar ações educativas e culturais, planejar e realizar atividades técnico-administrativas, orientar implantação de atividades técnicas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (Universidade Federal do Rio Grande, 2008, p. 1)

Além do “resgate do contêiner” em 2009, a equipe sempre procurou a transferência e triagem de diferentes acervos localizados tanto no Campus Cidade quanto o Carreiros. Esse é o caso da triagem do que era e não era documento de arquivo de um galpão, no Campus Carreiros, para a construção do prédio do Arquivo Geral. Esse galpão, confeccionado em madeira, era utilizado para fragmentação de documentos, sem critérios arquivísticos, e seu posterior encaminhamento a Associação de Catadores da Vila da Quinta, como forma de descarte correto das aparas resultantes do processo.

Na chegada ao galpão, a equipe precisou identificar o que era documento de arquivo e realizar a separação para posterior classificação e avaliação, no meio do caos instaurado pelo modo de empilhamento e a presença de roedores no local, conforme mostra a figura a seguir:

Figura 16 – Sequencia de fotos das instalações do galpão para a futura construção do prédio do Arquivo Geral no Campus Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande – FURG em 2013



Fonte: Acervo da Coordenação de Arquivo Geral da FURG, 2025.

Assim, no local eram realizadas duas tarefas concomitantes: a separação do material que não era arquivístico para fragmentar e o documento arquivístico para ser encaminhado ao arquivo. Após a construção e entrada do acervo em janeiro de 2014, foram adquiridas estantes modulares, tipo porta pallet, no mesmo padrão utilizado na Divisão de Almoxarifado, subordinada também a PROPLAD.

Este tipo de estantes proporciona maior capacidade de armazenamento para os documentos em fase corrente e intermediária, com capacidade de 180 caixas por módulo e cada módulo suportando até 200 kg de peso, como mostra a figura 17. Atualmente estas estantes se encontram na Sala de Acervo Intermediário e na Sala de Processamento Técnico.

Figura 17 – Detalhe da estante estilo porta pallet na Sala de Acervo Intermediário Coordenação de Arquivo Geral (CAG)



Fonte: Acervo da Coordenação de Arquivo Geral da FURG, 2025.

Para Sala de Acervo Permanente, foi adquirido um estante deslizante, composto por 12 módulos com 14 estantes com 08 prateleiras cada e 10 módulos com prateleiras para mapotecas (sob o modelo de “cabides”). A capacidade é de 10.560 caixas arquivo e mais de 8 mil plantas, medindo 10,80 x 7,40 x 2,54. Este sistema “cabide” permite que documentos de grandes dimensões sejam armazenados na vertical. A forma de abertura é manual, cada engrenagem do módulo possui acionamento mecânico dotado de travas individuais, fechadura biométrica (onde somente os servidores cadastrados podem abrir o conjunto fechado) e uma chave mestra (utilizada em caso de corte de energia para a abertura manual do arquivo).

Nesse arquivo são guardados os documentos de guarda permanentes (ou históricos) da Universidade, assim como também das faculdades que deram origem a Universidade, adotando um sistema de cor nos espelhos para diferenciar umas das outras (verde, azul, amarelo, rosa e bege), onde o acervo da FURG adota a cor branca, a partir de 1969.

Figura 18 – Detalhe do arquivo deslizante na Sala de Acervo Permanente na Coordenação de Arquivo Geral (CAG)



Fonte: Acervo da Coordenação de Arquivo Geral da FURG, 2025.

As caixas padrão utilizadas são as de papelão. Pelas características das estantes, este modelo oferece firmeza no manuseio e empilhamento. Para evitar qualquer dano ou ataque de agentes xilófagos, os ambientes e invólucros são constantemente controlados. O mesmo acontece quando o acervo ingressa ao arquivo, permanece em uma sala afastada da Sala de Processamento Técnico em período de quarentena, onde o cuidado com os invólucros é redobrado para evitar e combater a presença de insetos xilófagos, umidade ou outro dano.

Para controlar a qualidade do ambiente e a conservação do acervo, todas as caixas são revisadas, as que possuem algum indicio de infestação ou com vestígios de contato ou presença de insetos xilófagos (pragas) ou microorganismos são descartas imediatamente. Para documentos de dimensões especiais (menores ou maiores) que o tamanho A4, são elaborados invólucros especiais em cartolina branca amarrada com cordão de algodão, realizado no Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos, a cargo da técnica em restauro.

Conforme Santos (2018)

Para evitar esta degradação documental utilizam-se estantes rígidas, fixadas ao chão por meio de parafusos. Para evacuação rápida o arquivo possui carrinhos, porém eles não estão adaptados para caixas arquivos (e sim para material bibliográfico). Documentos em dimensões diferentes possuem uma proteção primária, confeccionados à medida para evitar choques ocasionados por impacto. Esta proteção refere-se a uma embalagem básica que permite que um item frágil seja manipulado facilmente de abrações ou impactos menores. Para isto, todas as superfícies dos documentos passam por uma higienização mecânica (trincha de cerdas macias, limpeza com pó de borracha e/ou extração de excrementos com bisturi) antes da embalagem para evitar a abrasão ou forçar a sujeira nas superfícies dos objetos (Santos, 2018, p. 48-49).

Com respeito a problemas com água ou infiltrações, Santos (2018) explica que, no prédio

[...] existem problemas no telhado devido à sobreposição errada da cobertura que provoca infiltração no Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos, no segundo andar. Existem problemas com a caída de água das calhas rente às paredes externas do edifício, provocando manchas e surgimento de líquens no lado externo e manchas de mofo nas paredes e teto no lado interno das salas. A vedação de algumas janelas nas salas de Chegada, Processamento Técnico e Acervo Intermediário também provoca a entrada de água, assim como problemas no reboco das paredes internas (Santos, 2018, p. 54-55).

O prédio não se viu afetado pelo período de clima extremo que assolou ao estado em maio de 2024, porém, sofreu com a passagem de um pequeno tornado em dezembro do mesmo ano. Este fenômeno ocasionou danos tanto nas esquadrias como no telhado. As janelas do primeiro e segundo andar saíram das esquadrias, provocando danos dentro do edifício e a entrada de água de chuva dentro da Sala de Processamento Técnico e do Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos. Os danos no telhado provocaram goteiras intensas tanto no Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos como no Laboratório de Estágios, ambos no segundo andar. Com respeito a presença de agentes biológicos, os danos por insetos, microrganismos e roedores são comumente encontrados nas caixas no momento da transferência ao Arquivo, que com o passar dos anos tem sido menos frequentes. Uma preocupação constante são as oscilações de temperatura e Umidade Relativa ao que os acervos são expostos devido as

características da região. Nesse sentido, as salas de acervo (intermediário e permanente) não possuem controle de temperatura, porém, são utilizados desumidificadores para evitar a oscilação da UR, que colabora com a estabilidade ambiental.

Figura 19 – Sequencia de fotos que mostra o ataque de agentes biológicos no acervo transferido a Coordenação de Arquivo Geral (CAG)



Fonte: Acervo da Coordenação de Arquivo Geral da FURG, 2025.

Sob olhar do documento digital, digitalizado ou nato-digital, salienta-se que atualmente instituição não realiza a migração de suporte (como digitalização e microfilmagem) obedecendo às resoluções do CONARQ n° 10/1999, n° 31/2010 e n° 48/2021 para fins de preservação. Já realizou microfilmagem na década de 1980, mas a atividade foi descontinuada, visto a extinção do setor do Centro de Processamento de Dados – CPD. Se bem já houve a digitalização seguindo as resolução CONARQ n° 48/2021, para a inserção dos representantes digitais na plataforma AtoM e sua posterior descrição, mostrados na subseção 5.2, o processo

foi descontinuado devido a problemas no armazenamento (*storage*). Problema recorrente nos últimos anos.

O que acontece atualmente é a criação de documentos nato-digitais ou digitalização com vistas a abertura de processos administrativos ou para atender demandas de acesso à informação. Se bem a FURG utiliza sistemas ou plataformas comum a todos os órgãos da Administração Pública (SIAFI, SIGEPE, etc.) também conta com um sistema próprio elaborado pela equipe de desenvolvedores.

O Sistemas FURG compreende os sistemas informatizados de gestão da universidade, com áreas de acesso para estudantes, professores e técnicos. Para os estudantes, oferece informações pertinentes a atividades acadêmicas, como por exemplo o atestado de matrícula e o histórico escolar. Também é possível consultar a biblioteca, solicitar carteira estudantil, realizar avaliação dos docentes, dentre outras informações auxiliares. Porém, o Sistemas FURG não pode ser considerado um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), pois ele não

é um sistema que controla o ciclo de vida dos documentos arquivísticos. A gestão arquivística de documentos compreende a captura, a tramitação, a utilização e o arquivamento até a sua destinação final, isto é, eliminação ou recolhimento para guarda permanente (Conselho Nacional de Arquivos, 2011, p. 1).

Conforme a Orientação Técnica nº 1/2011 do CONARQ, o SIGAD pode ser implementada por um único *software* ou pela integração de diversos *softwares* e abrange as fases corrente e intermediária da gestão de documentos e apoia os procedimentos de preservação. Não compreendendo, assim “as funcionalidades necessárias para a guarda de documentos permanentes, isto é, não tem por objetivo implementar todos os procedimentos de preservação digital necessários aos documentos de guarda permanente” (Conselho Nacional de Arquivos, 2011, p. 2). Nesse sentido, o “Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos e-ARQ Brasil” tem por objetivo orientar a implantação da gestão arquivística de documentos, fornecer especificações técnicas e indicar os metadados para se desenvolver e/ou se adquirir um SIGAD. Salienta-se que um SIGAD deve englobar documentos digitais, não digitais, híbridos (compostos por ambas as partes), especiais (textos, imagens, vídeos, mensagens de e-mail, páginas *web*, etc.) e a inclusão de operações relativas a: captura, aplicação do código de

classificação, prazos da tabela de temporalidade, segurança, acesso e preservação a médio e longo prazo.

Para a emissão de número de processo administrativo, tramitado através da Divisão de Protocolo, o sistema que antes era desenvolvido pela IBM, foi migrado ao Sistemas FURG a partir da década de 1990. Na aplicação, era possível a Divisão de Protocolo criar números de processo e tramitar sua localização pelo sistema, mesmo sendo o processo físico, só se registrava seu encaminhamento. Cada unidade, deveria movimentar o processo e indicar seu recebimento ou seu encaminhamento a outra unidade. Como não era um processo automático e sim informativo, muitos processos ainda estavam em “transito” mesmo estando localizados no Arquivo Geral há anos. Isto não dava confiança a tramitação do processo que, muitas vezes eram levados pelo próprio interessado para “ganhar tempo” e ter certeza da entrega dos mesmos.

Figura 20 – Acesso ao Protocolo desde a permissão para servidores do Arquivo Geral

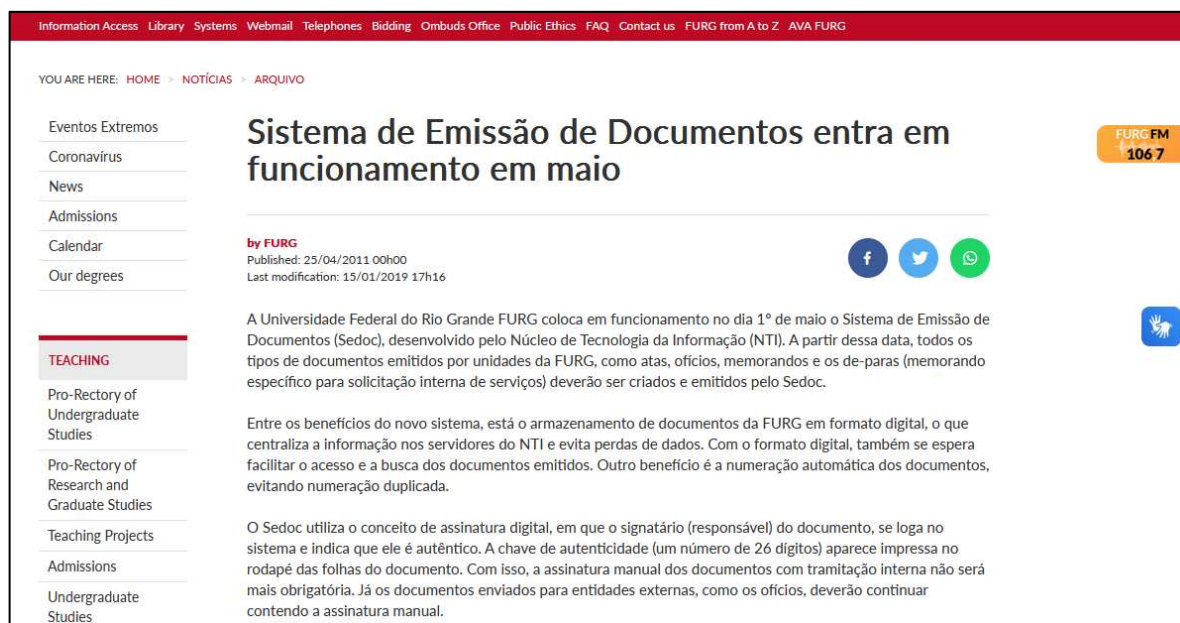
Número do Processo	Nome do Requerente	Tipo de Processo	Localização	Entrada	Situação
☐ 23116.000932/2000-42	Aline Michel Pinho E Outros	Abaixo Assinado	CCurEngQui	09/06/2000	Processos Migrados
☐ 23116.005627/2000-56	Abaixo Assinado	Abaixo Assinado	PRAE/DIDES	02/06/2000	Processos Migrados
☐ 23116.005887/2000-39	Alunos Eng Mec	Abaixo Assinado	Proinfra/PU/DivProto	16/08/2000	Processos Migrados

Fonte: Sistemas FURG, 2025.

Concomitantemente, em maio de 2011, a equipe do então Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), agora Centro de Gestão em Tecnologia da Informação (CGTI) criou um Sistema de Emissão de Documentos (Sedoc). A partir dessa data, todos os tipos de documentos emitidos por unidades da Universidade, como atas, ofícios, memorandos e os de-paras (memorando específico para

solicitação interna de serviços) deveriam ser criados e emitidos pelo Sistema. Dentre suas características podem ser citadas: o armazenamento de documentos em formato digital, o que centraliza a informação nos servidores do NTI e evita perdas de dados, a facilidade do acesso e a busca dos documentos emitidos e a numeração automática dos documentos, evitando numeração duplicada.

Figura 21 – Primeira reportagem referente ao funcionamento do Sistema de Emissão de Documentos (Sedoc) na FURG



Fonte: <https://www.furg.br/en/noticias/noticias-arquivo/furg-16919> Acesso em 24 mar. 2025

O Sistema utilizava o conceito de assinatura digital, em que o signatário (responsável) do documento, realiza seu *login* no Sistema FURG e indica que ele é autêntico. A chave de autenticidade⁶⁷ (um número de 26 dígitos) aparece impressa no rodapé das folhas do documento. Com isso, a assinatura manual dos documentos com tramitação interna não era mais obrigatória, porém os enviados para entidades externas, deviam ser assinados manualmente.

Segundo a reportagem, “numa primeira etapa, os documentos devem ser gerados no sistema e impressos para encaminhamento convencional, mas num futuro próximo, poderão ser encaminhados via sistema, sem a necessidade de impressão e consumo de papel” (Universidade Federal do Rio Grande, 2011, s/p).

⁶⁷ A autenticidade de um documento gerado via Sedoc pode ser verificada através do site da FURG (www.furg.br), opção Pesquisa: Documentos, com a informação do número da chave de autenticidade.

Com a utilização do Sedoc, ainda seria necessária a despesa de impressão e utilização da tramitação utilizando o serviço terceirizado de malotes, essa situação seria modificada com a adoção do Sistema Eletrônico de Informações – SEI em janeiro de 2023.

Assim, a Portaria GR/FURG nº 29/2022, instituiu o Sistema Eletrônico de Informações (SEI-FURG) como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos da FURG e definiu normas, rotinas e procedimentos de instrução do processo eletrônico, atendendo ao disciplinado no Decreto nº 8.359/2015. Além do SEI-FURG, como sistema oficial de informações, documentos e processos, instituiu o Protocolo Digital, como plataforma oficial de recebimento e protocolização de documentos no âmbito da FURG, atendendo às seguintes diretrizes e objetivos:

- I - assegurar eficiência, eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados;
- II - promover, com segurança, transparência e economicidade, a utilização de meios eletrônicos para a realização dos processos administrativos;
- III - aumentar a produtividade e a celeridade na tramitação de processos;
- IV - ampliar a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e comunicação;
- V - facilitar o acesso às informações e às instâncias administrativas;
- e
- VI - propiciar a satisfação do público usuário.

Na época, o Reitor Danilo afirmou que tanto a implementação do processo eletrônico e a tramitação exclusivamente digital de documentos “era uma demanda antiga da comunidade da FURG e que se concretiza a partir de 2023, tornando-se um marco na história da universidade”. Sendo

[...] um avanço muito importante, previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, tanto do ponto de vista da sustentabilidade como da eficiência e transparência nos processos administrativos. Foi o trabalho dedicado de um conjunto de servidores, de diversos setores da universidade, que possibilitou a disponibilização dessas ferramentas. A partir do funcionamento do SEI e do protocolo digital, será possível rever muitos fluxos operacionais organizados em função da tramitação física de processos, e que agora podem ser aprimorados e reorganizados para trazer ainda mais eficiência ao trabalho administrativo da FURG (Universidade Federal do Rio Grande, 2022, s/p).

Conforme a reportagem do dia 22 de dezembro de 2022, a tramitação de processos tornou-se 100% digital partir do dia 2 de Janeiro de 2023 mediante o SEI-FURG, conforme mostra a figura 22.

Figura 22 – Primeira reportagem referente a implantação do processo eletrônico na FURG



Fonte: <https://www.furg.br/en/noticias/noticias-arquivo/furg-16919> Acesso em 24 mar. 2025

Assim, a partir de janeiro de 2023 todo documento produzido no âmbito da FURG, deverá ser editado, assinado, tramitado e arquivado digitalmente por meio do SEI-FURG para a autuação de novos processos, exclusivamente em meio eletrônico. Nesse sentido, os processos físicos em andamento possuirão termo de encerramento do processo físico e será criado um termo de abertura no processo eletrônico, sendo vedada a criação de novos processos em papel (Universidade Federal do Rio Grande, 2022).

A partir desta mudança, os sistemas como o de Documentos (Sedoc) e o de Protocolo (SPP), tiveram a suas funcionalidades de criação e edição removidas, funcionando apenas para consulta histórica. Nesse sentido, o Arquivo Geral é o setor que mais utiliza atualmente, para a movimentação dos processos que ainda estão físicos para o arquivo, possibilitando depois, a possibilidade de eliminá-los. Este passo somente é realizado pelos arquivistas lotados no arquivo o que permite

inserir um texto e após acionar o comando “eliminar” o processo não pode ser mais movimentado.

A Portaria GR/FURG nº 29/2022, determina que compete ao Arquivo Geral:

- I - colaborar com a parametrização de documentos e/ou processos no SEI-FURG;
- II - orientar a comunidade universitária em relação à classificação arquivística dos documentos e dos processos no SEI-FURG;
- III - realizar a gestão dos documentos e/ou processos no SEI-FURG, conforme a legislação arquivística vigente; e
- IV - conservar os documentos físicos originais, objetos da digitalização, transferidos e/ou recolhidos ao Arquivo após os prazos de guarda nas Unidades da FURG. (Universidade Federal do Rio Grande, 2022, p. 3)

O Arquivo Nacional, mediante as “Recomendações para o uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal” (Arquivo Nacional, 2018) explica que, se bem o SEI

[...] foi escolhido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) para uso do Poder Executivo Federal, no contexto do Processo Eletrônico Nacional (PEN). É de propriedade do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), portanto **não é um software com código aberto ou público**, mas **é cedido gratuitamente para instituições públicas por meio de acordo de cooperação técnica a ser firmado entre o órgão ou entidade e o MP**. Esse acordo permite que o órgão faça o uso do sistema, mas **cabe ressaltar que o uso do sistema tão somente não garante ao órgão ou entidade a gestão arquivística dos documentos digitais nele produzidos** (Arquivo Nacional, 2018, p. 2, grifo nosso).

Para o Arquivo Nacional (2018) para que sejam contemplados os requisitos necessários na implementação de qualquer novo *software*, cabe à área de negócio específica estar à frente do projeto. Se bem o Sistema pretende “transferir a gestão de documentos e de processos administrativos eletrônicos para um mesmo ambiente virtual” (Arquivo Nacional, 2018, p. 4), é recomendado que sua implantação fosse planejada com a participação de um arquivista. Nesse sentido, o arquivista, para o melhor uso do SEI, deve:

[...] conhecer o potencial do software e acompanhar a sua configuração em cooperação com a área de tecnologia da informação. Cabe ao arquivista conceber e requisitar os recursos complementares necessários para garantir o controle adequado da

produção documental e apoiar a autenticidade dos documentos. Ao planejar a implantação do sistema, para que não se reproduzam os problemas do papel no ambiente digital, deve-se prever:

- a designação de responsabilidades;
- a definição de procedimentos;
- a produção de manuais e normativas de acordo com os procedimentos previamente definidos;
- a realização de treinamento e
- a assistência aos usuários do sistema (Arquivo Nacional, 2018, p. 4).

Assim, a Comissão de implantação não conseguiu mapear todos os processos e os arquivistas somente tiveram acesso a plataforma de teste 15 (quinze) dias antes da publicação da portaria, o que tornou inviável a produção de manuais e normativas, assim como o mapeamento dos processos. Nesse sentido, Diogo Oliveira (2025) conta que no processo replicou a forma de tratamento do documento em papel para o digital, sem mapeamentos ou estudos aprofundados, devido aos curtos prazos para a sua implementação.

[...]. Eu tive muitas dificuldades nessa questão porque eu percebia que se eu fosse esperar para fazer a transição para o SEI, para o digital, que era o principal objetivo, era sair do papel. Se eu fosse ter que fazer um mapeamento de processo com as unidades, a gente demoraria talvez uns 2, 3 anos fazendo esse trabalho (informação verbal⁶⁸).

Diogo Oliveira (2025) acrescenta que, ao entregarem os resultados da implementação do SEI, a comissão apontou “que havia uma falha na questão dos processos e que seria necessário algum tipo de ação para ser tomada nesse aspecto, que fosse uma ação continuada à implementação” (2025, s/p). Pode-se dizer que a inexistência de obrigatoriedade oriunda das normativas de implementação do processo eletrônico ou órgãos de controle externo, permitiram a adoção do sistema de tramitação eletrônica ainda com “falhas”. Nesse sentido Diogo Oliveira (2025) defende a ideia de que a Universidade

[...] atua muito por exigência de política, política pública, porque, mesmo diagnosticando a necessidade de algo nesse sentido para a melhoria do serviço como um todo e da própria operação do SEI, a operação digital da FURG, isso não foi realizado. Então, me parece que só seria realizado se isso fosse uma exigência por política

⁶⁸ Entrevista concedida por OLIVEIRA, Diogo Paludo de. Entrevista 06. [mar. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (51 mi).

pública. Então, assim, a partir de hoje, tu tem que ter o mapeamento de todos os processos da tua instituição, o mapeamento dos documentos, [...], por norma do TCU cobrando-se. Se é o TCU, porque tem isso também, às vezes tem a lei, ah, não tem ninguém cobrando, mas aí o TCU cobra, aí sim, aí todo mundo sai atrás. (informação verbal⁶⁹).

Mesmo existindo normativas, muitas ações são motivadas por recomendação e até exigência de órgãos de controle externo, como a Auditoria Externa, o Tribunal de Contas da União, a Controladoria Geral da União, a Secretaria de Governo Digital, dentro outros. Na percepção de Luciana Penna dos Santos (2025) esta transição poderia ter sido melhor se a instituição, na época:

[...] tivesse ouvido o arquivo geral, lá em 2015, até mesmo antes de eu entrar, e tivesse feito as coisas como a coordenadora naquela época falava, as coisas hoje estariam muito melhores do que elas estão. Porque não teve uma questão, não foi uma organização. Eu não enxergo como que tenha sido uma transição organizada. Foi uma coisa que empurraram, não fizeram treinamento. [...] Porque quando implantaram o SEI, ficou todo mundo completamente perdido, entrando em contato com o arquivo e querendo que o arquivo resolvesse tudo, [...]. A gente ajudava da maneira que a gente podia. Porque a gente também não recebeu um treinamento tão adequado assim. [...] A FURG tinha potencial (informação verbal⁷⁰).

O fato mencionado por Luciana refere-se às conversas e tratativas de convencimento de adequação ao processo eletrônico da antiga coordenadora do Arquivo Geral, desde o surgimento do SEI. As conversas focavam no intuito de convencer aos gestores a começar a pensar na implementação do sistema na instituição. Frente ao avanço do processo eletrônico na esfera federal, entre universidades, institutos e ministérios, e após uma tentativa sem sucesso de implementar o SEI finalmente foi implementado em janeiro de 2023

Nesse sentido, Diogo de Oliveira aponta outro problema surge no momento de estabelecer as comissões para realizar determinados trabalhos e elas começam a trabalhar e não registram as suas decisões, discussões ou progressos em documentos, como as atas e só se preocupam pelo resultado final (a política, o plano de adequação, etc.):

⁶⁹ Entrevista concedida por OLIVEIRA, Diogo Paludo de. Entrevista 06. [mar. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (51 mi).

⁷⁰ Entrevista concedida por SANTOS, Luciana Oliveira Penna dos. Entrevista 01. [ago. 2023]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2023. 1 arquivo .mp3 (58 mi).

Todas as comissões explicam pra gestão. Só que se eu tivesse o processo público dentro do SEI, por exemplo, com todas as atas criadas, pra todas as reuniões do conselho, ou do comitê, ou do, sei lá, da comissão, que trabalhou numa ação, quem tem interesse nisso, poderia olhar essa ata, ou não, ou tu poderia inclusive usar esse conteúdo criado, que é texto, pra outras coisas, pra fazer cálculo de IA, trazendo pra TI no caso, né? Tu poderia usar como uma base de dados pra tu mostrar, pra uma IA responder os motivos das coisas, entende? Tipo assim, se tu fizesse isso direitinho, se tu fizesse bem documentado, bem orquestrado, tu poderia pegar o resultado dessas atas depois e criar uma base de conhecimento daquele processo (informação verbal⁷¹).

Conforme explica Flores (2018) o SEI possui inúmeros problemas arquivísticos, já que:

[...] induz ao cometimento de crime, pois o sistema não recolhe documentos ao arquivo permanente digital. O SEI dossieliza documentos digitais, perdendo-se a atividade que estava registrada no tipo documental simples. Ele não classifica. Não avalia (Flores, 2018, p. 74).

Outros problemas à época da implementação foram observados e até agora não resolvidos: a falta do estabelecimento formal de uma política de preservação digital (prevendo procedimentos para o recebimento, o armazenamento e o acesso aos documentos digitais, bem como as estratégias de preservação a serem adotadas na instituição). A falta de funcionalidades dos sistemas informatizados utilizados para a produção dos documentos digitais que apoiem a política de preservação digital do órgão. Finalmente, o estudo, a implantação, a implementação e a integração dos sistemas informatizados em uso com um repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq) ou realização automatizada de normalização de arquivos.

Se bem a Instituição está longe de uma política de preservação digital, conta com a Instrução Normativa PROITI/FURG N° 1/2023, que dispõe sobre os procedimentos de execução dos Backups, testes e recuperações dos dados armazenados pelo Centro de Gestão de Tecnologia da Informação - CGTI. Esta normativa tem como foco prover diretrizes para atender à necessidade de implementar os controles previstos na Política de Segurança da Informação (PSI) da Universidade, instituindo diretrizes, responsabilidades, competências e

⁷¹ Entrevista concedida por OLIVEIRA, Diogo Paludo de. Entrevista 06. [mar. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (51 mi).

estabelecendo mecanismos que permitam a guarda dos dados, visando à segurança dos dados digitais custodiados pelo CGTI. Onde, a Equipe de Administração do Backup “deve identificar a viabilidade de utilização de diferentes tecnologias na realização das cópias de segurança, propondo a melhor solução para cada caso” (Universidade Federal do Rio Grande, 2023, p. 4). Assim, esta normativa visa a atender, além da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a outras legislações e recomendações vigentes que tratem sobre privacidade e segurança da informação.

Frente aos novos desafios da transformação digital, Flores (2018) afirma que

[...] precisaremos de cinco elementos: das normas, das políticas, dos padrões, dos modelos e dos requisitos. Esses cinco elementos deverão ser implementados, planejados, elaborados, executados, sejam nas nossas instituições, sejam nas demandas que a sociedade nos faça, por meio da adoção ou do trabalho de profissionais com formação sólida e de metodologias validadas cientificamente (Flores, 2018, p. 75-76).

Considerando estes novos cenários, ao falar de documentos arquivísticos digitais, temos de considerar o modelo OAIS, como a mais importante, além de uma política arquivística para que sejam implementados estes elementos; “padrões” específicos da área, assim como os “modelos” (de “requisitos” para a produção e de gestão de documentos) (Flores, 2018).

Nesta subseção apresentei uma breve análise do contexto do movimento que está levando a Universidade do papel ao digital, com algumas críticas ao processo. Na próxima subseção apresento as possíveis interpretações das práticas e das representações que nos depoimentos dos entrevistados.

5.4 Interpretações possíveis das práticas e as representações

Nesta subseção, apresento a análise e possíveis problematizações das percepções nos depoimentos dos sujeitos entrevistados que ocuparam e que atualmente ocupam cargos de gestão, a partir do conceito de Práticas e Representações de Chartier (2002a). Considero a Universidade como um espaço social privilegiado para a produção de informação e conhecimento, promovendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica dentro da tríade: gratuito, público e de qualidade.

Para Chartier (1990, p. 55) a “atribuição social das práticas culturais designadas até então como populares é agora pensada de maneira mais complexa”. O modo como nas práticas, nas representações ou nas produções, se cruzam e se alinham em diferentes grupos sociais, pois estes possuem diferentes formas de apreciar a realidade, fazendo usos diferenciados de materiais comuns. Nesse sentido, para o autor

Estes cruzamentos não devem ser entendidos como relações de exterioridade entre dois conjuntos estabelecidos de antemão e sobrepostos (um letrado, outro popular), mas como produtores de ligas culturais ou intelectuais cujos elementos se encontram tão solidamente incorporados uns nos outros como ligas metálicas. (Chartier, 1990, p. 56).

Assim, tanto a produção e a recepção culturais não são instâncias distintas “porque permite pensar as diferenças na divisão, porque postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção” (Chartier, 1990, p. 136). Os usos diferenciados, nos usos contrastantes dos mesmos bens, dos mesmos textos, das mesmas ideias propiciam que a apropriação seja sempre uma nova releitura, onde são construídos novos significados, novas representações que nunca são idênticas às que o produtor investiu em sua obra.

As apropriações requerem que se observe aos sujeitos como indivíduos “dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições” (Chartier, 1990, p. 126), com suas mais diversas diferenças culturais, e não somente traçando-se uma hierarquia de pertencimento social. Para o autor, a apropriação se fixa na recepção, o que permite observar as diferenças do uso dos escritos, isto é, os empregos diferentes dados ao mesmo texto, onde o trabalho do

historiador “deve ter em vista os paradigmas de leitura válidos para uma comunidade de leitores, num momento e num lugar determinados” (Chartier, 1990, p. 131). Os mecanismos em que os escritos são dados a ler figuram-se como representações dos grupos que a eles se ligam e as representações produzem estratégias de identidade, constroem realidade. Assim, ao analisar as apropriações culturais, devem-se interpretar as diferenças no uso dos materiais culturais como práticas contrastantes e complementares entre os grupos sociais, e que estão vinculadas à estratégias de distinção, as quais se modificam, sempre na intenção de manter as diferenças sociais (Chartier, 1990).

É possível pensar também sobre as formas institucionalizadas que permitem que a sociedade reconheça os diferentes grupos ou pessoas: conquistas sociais, culturais ou de gênero, o lugar privilegiado que ocupam os servidores encarregados de elaborar os documentos oficiais, demonstra um processo de agir sobre uma sociedade por meio de imagens, palavras, discursos, documentos e ideias atribuindo sentidos, articulando a linguagem entre formas discursivas e não-discursivas.

Apresento, a partir daqui, uma reflexão sobre a análise dos documentos com as narrativas dos entrevistados, com o objetivo de identificar os discursos relativos ao discurso dos sujeitos envolvidos na pesquisa que produziram os documentos institucionais e que, não estão nos documentos explicitamente. Chartier (2011) explica que

[...] qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação (Chartier, 2011, p. 16).

Se a história separa e seleciona os fatos, os petrifica, congela e, sobretudo, mata os momentos de memória, pois coloca o passado como algo distante e misterioso. Ela precisa sempre ser analisada, criticada e revista. Ligada a continuidade temporais, às evoluções e às relações das coisas. Se por um lado a história cria uma identidade universal que precisa ser absorvida, por outro lado ela vai de encontro às várias identidades fragmentadas, cada qual com sua memória específica. Assim, a “memória é o absoluto e a história o relativo” (Santos, 2012).

O Indivíduo compreende sua origem, sua história, sua identidade ou sua diversidade cultural por meio de seus costumes, suas comidas típicas, sua religião, suas lendas, seus cantos e danças, rituais e festas... A cultura possibilita a recriação e re-significação da memória coletiva no presente, reforçando o significado da participação da sociedade em ações que fortaleçam a cidadania dos indivíduos. A intensão de preservar a memória, ou compartilhar a memória do passado a outras pessoas que não a vivenciaram é um movimento que um grupo de servidores FURG desenvolve há mais de duas décadas, com seu Núcleo de Memória.

Este movimento, seus anseios e ações ficam evidenciados em documentos oficiais nestas últimas décadas. Analisando o PDI, como mencionado anteriormente na subseção 5.2, a preservação do patrimônio e a memória institucional surgem pela primeira vez no PDI 2015/2018, no eixo cultura. Se a preocupação não era recente, o fato de constar no planejamento estratégico também implica no desenvolvimento de ações para cumprir esses objetivos. Para Péricles Gonçalves (2025) o início da materialidade da preservação da memória foi através de uma exposição temporária, motivado pelo anseio de um grupo de pessoas de não perder a sua história, já na década de 1990.

Tanto é verdade que essas pessoas motivaram a transformação de uma exposição temporária para uma exposição permanente, porque se essas pessoas não tivessem a cultura de preservação, não teria acontecido. Mas, institucionalmente, o que realmente deu o flash inicial foi uma exposição que uma equipe formada para organizar os festejos dos 25 anos da universidade, uma das coisas foi buscar com pessoas objetos, fotos, enfim, que lembrassem o início daquelas primeiras unidades que deram origem à universidade. Então foi uma exposição para os 25 anos, temporária, no Saguão, lá do Campus Cidade (informação verbal)⁷².

Foi o medo de perder os objetos que tinham sido cedidos e emprestados, que contavam a história da Universidade que provocou no grupo a ideia de preservar mais objetos para expor, mostrar a sua história que se misturava a FURG que deu origem a “ideia de se ter um núcleo que contasse que preservasse a memória e a história da universidade” (Gonçalves, 2025, s/p). Conforme nos conta Péricles Gonçalves após a exposição de comemoração aos 25 anos da Universidade

⁷² Entrevista concedida por GONÇALVES, Péricles Antônio Fernandes. Entrevista 08. [mar. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (1h 10mi).

Teve momentos, digamos assim, que se parecia que tudo ia dar certo e daqui a pouco a coisa ia para trás. E, por conta de circunstâncias, nós andávamos atrás de uma sala para dar o início à exposição a essa permanente e estava muito difícil. [...]. Aí, quando eu assumi a pró-reitoria, a primeira coisa que eu botei de vamos ter que conseguir um espaço. Havia uma sala, no primeiro andar lá, que era a sala dos conselhos, que tinha sido a sala dos conselhos, já não era mais. E lá estava um servidor que usava a sala toda sem necessidade de ter uma sala inteira para o que ele estava fazendo. Como esse servidor era muito amigo, se conversou com ele na possibilidade de ele utilizar um outro espaço, que ele conseguiu o outro espaço, porque ele também entrou na ideia de que havia necessidade de nós termos um local para preservar. E aí, nesta sala, na sala 19 do campus cidade, nós fizemos a primeira sede fixa, digamos assim, do núcleo de memória. Inauguramos em 1999 [...] (informação verbal⁷³).

Em 2000, foram inauguradas as instalações próprias do NUME, no Pavilhão Central do Campus Cidade, onde consolidou-se por meio da Resolução CONSUN nº 028/2002, onde foi aprovado seu regimento tendo como objetivo principal resgatar, preservar e divulgar a história da FURG e construir uma visão coerente com o desenvolvimento da Instituição, constante no seu PDI. Com o processo gradativo de transferência das estruturas da FURG para o Campus Carreiros, em 2017, o Núcleo iniciou a construção das novas instalações, no Campus Carreiros. Sua inauguração aconteceu em 2022.

⁷³ Entrevista concedida por GONÇALVES, Péricles Antônio Fernandes. Entrevista 08. [mar. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (1h 10mi).

Figura 23 – Espaço físico do NUME na asa leste do Cidec-Sul.



Fonte: A autora, 2025.

Nota-se aqui que a ação coletiva e simbólica é considerada no conceito de representação de Chartier (2002a) e se manifesta nos discursos, palavras e imagens publicadas e praticadas em sociedade. Neste caso, a partir dos movimentos e das exposições que esses servidores foram ouvidos e puderam demonstrar sua consciência, intencionalidade e proposição ao ocupar um espaço social (mesmo que seja dentro de uma instituição) desejado por eles.

Assim, eles estavam representando socialmente um papel aspirado pelos mesmos, que outorgava visibilidade, reconhecimento e o poder de definir a memória da instituição, seja pela escolha de lugares onde se estabelecer, seja pela escolha dos itens que comporiam o acervo, a sua história representada. Atualmente, essa escolha é apresentada a sociedade por meio da sua exposição permanente, onde recortes de jornais, fotografias com personalidades importantes da política e da sociedade rio-grandina e ainda documentos oficiais evidenciam o orgulho do reconhecimento, das ações, dos acontecimentos relatados por eles.

Figura 24 – Fotografia do espaço expográfico do NUME na asa leste do Cidec-Sul.



Fonte: A autora, 2025.

O fato de estarem fisicamente, localizados defronte ao prédio da Reitoria e a participação destes servidores (ativos e aposentados) nas posses dos novos servidores que entram na Instituição, também representa “poder” e o “status” que assume o novo núcleo frente a comunidade e à Alta Administração.

Figura 25 – Fotografia tomada durante a posse de novos servidores na FURG.



Fonte: <https://www.furg.br/es/coronavirus-informes-reitoria/reitor-recebe-cinco-novos-servidores-durante-posse-nesta-quarta-feira-10> Acesso em 24 mar. 2025

Esta integração com os aposentados, como os membros do comitê do NUME pode ser observada a cada cerimônia de posse dos novos servidores que é realizada em suas dependências. Onde o Reitor(a) ou seu vice, dá as boas-vindas aos novos servidores e apresenta um pouco sobre a história da instituição e suas peculiaridades, dentro de um local ameno e convidativo ao encontro. Além das posses de novos servidores, tanto o NUME como do Arquivo Geral participam de eventos que envolvem acadêmicos: Acolhida Cidadã, visitas guiadas e programadas dentro das aulas de diversos cursos a cada semestre. Assim, são estes novos modos de fazer que os servidores que colaboram no Núcleo adotam para transmitir experiências, sentimentos, fatos acontecidos e o carinho e orgulho que possuem por pertencer a FURG. Um assunto importante, citado por Luis Azambuja (2025) refere-se a evitar a perda do “capital humano” tão qualificado e diverso, além de memórias, fatos, acontecimentos e procedimentos criados por eles. Na visão de Luis Azambuja (2025) deve-se

coletar o quanto antes as experiências e memórias dos colegas mais antigos, muitos já faleceram e não conseguimos preservar toda sua vivência e história na FURG, o Celso Bernardino mesmo, era um catálogo vivo da Universidade, ele faleceu a menos de um ano sem ter a possibilidade de ter repassado todo esse conhecimento da Universidade para ser preservado. Eu acho que falta, além de preservar materiais, documentos, equipamentos, fotos, seja o que for, também tem que ser preservado o conhecimento que está na memória de cada indivíduo, de cada servidor da Universidade (informação verbal,⁷⁴)

Nora (1993), explica que, na modernidade surge a autoconsciência de que o passado não é um livro de exemplos, de que o tempo que se vive é o reino do novo, onde a sociedade parece estar sempre em ruptura com o passado. Porém, a necessidade de passado se mostra latente através da busca pela memória, onde o passado está perto, porque ele não está morto. Sendo a memória uma tradição definidora, portadora de uma herança que dá sentido e forma, é viva, dinâmica e se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. Assim,

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se

⁷⁴ Entrevista concedida por AZAMBUJA, Luis Alberto Barbosa. Entrevista 02. [fev. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (32 mi).

confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (Nora, 1993, p. 7).

Na relação entre a memória e a história, a memória (propriamente dita) não existe mais e sim, existem os locais de memória. Estes locais de memória são "antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora" (Nora, 1983, p. 12). Assim, o sujeito tem a necessidade de identificar-se na sociedade e utiliza a história como instrumento. Nessa busca pelos "lugares da memória", nos grupos que o indivíduo procura ter acesso a uma memória viva e presente no dia-a-dia. Um lugar que permita identificar uma origem, um nascimento ou alguma coisa que o leve ao passado, provenientes do sentimento que não há memória.

A intenção, o reconhecimento e o lugar que ocupa como "lugar de memória" ou como "lugar de preservar a história" faz de núcleos de memória, arquivos e centros de documentação, reis e senhores com o poder de escolher "qual", "como" e "porque" exhibir, guardar ou descartar. Tudo é uma escolha. O pesquisador terá depois que desenvolver seu processo historiográfico a partir das seleções realizadas anteriormente, algumas vezes por pessoas reconhecidas e responsáveis, porém sem o conhecimento técnico necessário para a tarefa. Outras vezes são os profissionais capacitados, incentivados pela necessidade de dar acesso seus acervos sob qualidade extrema de tratamento técnico, convertem seus instrumentos de pesquisa, o vocabulário técnico utilizado, a organização do seu acervo ou até mesmo o acesso parecem estar em "outro idioma". O excesso provoca certas lacunas entre o potencial do acervo e o entendimento do pesquisador em usufruir do mesmo.

Por sua vez, Mozart Tavares Martins Filho (2025) associa a preservação da memória ao pertencimento. Para Assumpção e Castral (2022) são conceitos relacionados à continuidade entre passado, presente e futuro estão na tríade memória, cultura e identidade. Onde a memória carrega um passado, relacionado a cultura de um povo e sua manutenção somente se torna possível quando há vínculos identitários. "Se identificar com um grupo de pessoas, com um lugar, com algum objeto ou com alguma prática social é se sentir pertencente, é querer preservar e manter tais identidades vivas no presente e para o futuro" (Assumpção;

Castral, 2022, p. 7). Isto pode ser percebido nas palavras de Mozart quando afirma que “eu acho muito difícil que alguém que não conheça onde está, que não conheça a história do local que ocupa, e os quais eles, ele consiga, sei lá, ter algo mais de paixão, de amor pela instituição” (Martins Filho, 2025, s/p)

Considerando, que comunicar é produzir conhecimento, cultura e informação, o conceito de Práticas está relacionado na ideia de que os indivíduos produzem suas práticas ao comunicar ideias, regras, hábitos, ações, etc. Este conceito se relaciona e articula com os modos de expressar dos servidores/gestores ao escrever sobre as necessidades de adequação à legislação e das necessidades dos próprios setores e da Instituição, considerando as limitações profissionais e decisórias que eles possuem. Como citei anteriormente, eles têm na sua gênese o reflexo de práticas culturais e representações, onde “são sempre resultado de determinadas motivações e necessidades sociais” (Barros, 2005, p. 134), ponto de partida para a construção historiográfica.

Ainda se relaciona à análise dos conceitos de práticas e representações a sua presença na escrita dos documentos oficiais, à intenção dos servidores e/ou gestores da Universidade à produção e difusão de conhecimentos e orientações, não somente para atender necessidades da instituição, mas também para atender a demandas externas. Nesse sentido, os servidores produziam e ainda produzem os documentos alinhados seguindo as diretrizes da Administração Superior, utilizando sua expertise, para atingir os objetivos propostos.

Sejam em comitês, comissões ou grupos de trabalho, os servidores assumem um lugar privilegiado, ao ter a oportunidade e, inclusive, a vantagem, de representar sobre o seu ideal de educação, de técnica, de legislação, de cultura organizacional, e outros, ao escrever e regramentar modos de fazer aos demais servidores (professores e técnicos), contratados e estudantes da Universidade. Assim, os documentos revelam não somente o seu conteúdo ou registram ações, também constroem representações dos grupos enquanto “agentes de mediação informacional” ou ainda, estes documentos são institucionaliza-se uma “cultura profissional”, sendo apropriados de maneiras diversas pela sociedade.

Nas entrevistas realizadas percebemos as histórias, vozes e sentimentos dos servidores e que demonstram, por trás do discurso normalizador e institucionalizado, a sua existência, o seu legado, os seus passos, o seu nome, ao escrever e produzir tais documentos, de forma intencional e consciente, atribuía sentidos, promoviam

discursos e colocavam todo o seu conhecimento em escritos que são difundidos no portal institucional, em e-mails oficiais dentro da instituição e são compartilhados com outros grupos de interesse na intenção de facilitar a troca de ideias. A cada passo, se percebe a intencionalidade dos servidores engajados e culturalmente comprometidos com a busca de qualidade no trabalho desenvolvido, alinhado às necessidades e aos propósitos da Administração Superior.

Este “privilegio” está relacionado ao reconhecimento por parte dos seus superiores na escolha de servidores que passam a ser designados em adaptações da Universidade em amplos aspectos: preservação digital, dados sigilosos, dados pessoais, privacidade, segurança da informação, processo eletrônico, etc. Não é difícil verificar o nome uns poucos servidores sendo designados em diversas portarias da Reitoria, em assuntos como mencionados anteriormente, que possuem reconhecimento pelo seu trabalho, do reconhecimento dos seus pares e da Alta Administração nos assuntos da sua especialidade e pela credibilidade e profissionalismo que fica demonstrado nos documentos.

Seria privilegio de alguns ou sobrecarga de trabalho por fazer um trabalho bom? Seria ânsia por ter seu nome em portarias e diários oficiais que designa sua participação em comitês, comissões e grupos de trabalho ou a falta de interesse de outros servidores em colaborar nesses assuntos provoca a utilização deste pequeno grupo? Será que os servidores tem tanto conhecimento em tantos assuntos (segurança, privacidade, sigilo, planejamento...) que podem debater e colaborar com a redação de políticas e normativas ou é a necessidade dos servidores designados que faz com que tenham que aprofundar-se em diversos assuntos para poder colaborar melhor? As motivações dos servidores que são designados não hão sido reveladas, percebemos que a Alta Administração designa as tarefas aos seus servidores pelo reconhecimento e indicação dos gestores ao conhecer seu trabalho e pelos resultados que estes têm demonstrado. Se é necessário elaborar documentos com o discurso institucionalizado, esses servidores seguirão colaborando... Mas quanto aos novos servidores? Será que eles conseguem representar essas necessidades também?

Ainda é possível perceber que os servidores sabem sobre os papéis que exercem e os espaços que ocupam no reconhecimento dos seus pares, que pode ser percebida na fala de Diego Rosa (2025) ao dizer “Eu tiro meu chapéu para vocês, porque é um trabalho muito bem feito, com muita qualidade”. Este

reconhecimento também têm os servidores com seus antecessores. Nas palavras do Mozart Martins Filho (2005) a história da instituição é riquíssima, feita também por “pessoas que não eram de Rio Grande, que foram determinantes, inclusive, para a criação, não da universidade, mas primeiro, das primeiras faculdades que dão origem à FURG”, onde acrescenta que “é muito trabalho, é muita dedicação.[...]. Para mim, a FURG tem um diferencial (Martins Filho, 2025, s/p).

Conforme o conceito de Chartier (2002a) as práticas sociais podem ser compreendidas como construções que se manifestam no cotidiano, em distintos contextos espaciais e temporais, articuladas por esquemas conceituais e comportamentais de natureza social, política e cultural. Essas práticas estão intrinsecamente relacionadas aos processos de percepção e avaliação social, os quais produzem classificações e exclusões que impactam diretamente sua configuração histórica e espacial. Assim, Mozart Tavares Martins Filho explica que esses espaços muitas vezes são “mantidos pela paixão das pessoas e pelo apoio da gestão, isso é importante”,

Nesse sentido, os servidores que elaboram os documentos, ficam revestidos de um discurso institucionalizado que os autoriza a reproduzir suas práticas como profissionais especializados, representando as formas como as atividades devem ou deveriam ser realizadas e como as decisões são transmitidos, que pode agregar forma de representação de práticas sociais, como proposto por Chartier (2002a).

Além dos servidores, Suzane Vieira da Rocha Gonçalves, atual Reitora da Universidade aponta o papel dos gestores que “valorizem a história e a memória, buscando profissionais que possam trabalhar com os documentos, com a história, com a memória, que estabeleça políticas institucionais de guarda da memória e da história” (informação verbal⁷⁵) também a preservação da memória e suas fontes não seriam pensadas, executadas e promovidas na Alta Administração. Esta ideia é compartilhada por Diego D’Ávila da Rosa (2025, s/p), pois é “fundamental para que, a partir da manifestação da equipe técnica, se entenda que realmente precisa investir, porque vai precisar de grana, vai precisar de gente, vai precisar criar setores muitas vezes”. Para Péricles Gonçalves (2025), o perfil que o gestor possui colabora nessa transformação das coisas, dos processos e das culturas organizacionais, já que

⁷⁵ Entrevista concedida por GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Entrevista 03. [mar. 2025]. Entrevistador: Andrea Gonçalves dos Santos. Rio Grande, 2025. 1 arquivo .mp3 (35 mi).

Nem sempre o gestor tem plena consciência das coisas. [...] Ele precisa ser induzido. [...]. Então eu não posso dizer que se deve única e exclusivamente à iniciativa do gestor. Mas se deve à abertura do gestor de poder ouvir e poder permitir que simplesmente coisas que estão sendo sugeridas. Eu acho que isso é o fazer conveniente de um gestor de uma universidade. E eu acredito que nós tivemos a sorte de termos gestores nesse sentido, abertos (informação verbal)

Como mencionado por Falci e Alencar (2015) o arquivo, por meio do seu discurso intimamente atrelado ao poder de ser “guardião” da memória, organiza seu acervo num espaço que acondiciona uma origem possível para as coisas. Danilo Giroldo afirma que, se em algum momento o acervo da instituição correu algum risco, o NUME foi um local importante para fazer essa primeira intervenção de salvaguarda do seu patrimônio.

Para Candau (2012) a memória individual, a memória coletiva e a identidade, se misturam no processo de empoderamento e significação dos indivíduos envolvidos, reconstruindo eventos ou acontecimentos que fizeram e fazem parte da história social da Instituição. Assim, a “interpretação histórica depende de um sistema de referência; que este sistema permanece uma “filosofia” implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à “subjetividade” do autor (Certeau, 1982, p. 67).

Nesta subseção apresentei uma breve análise e problematização, sob a perspectiva de Roger Chartier, destacando a relevância das práticas culturais e das representações na construção do sentido dos textos, as práticas e representações dos servidores que elaboram documentos oficiais revelam-se fundamentais para garantir a eficácia comunicativa e a legitimidade institucional desses escritos. Ao se apropriarem de normas, linguagens técnicas e formas padronizadas, esses profissionais não apenas produzem documentos funcionais, mas também reafirmam valores, hierarquias e identidades administrativas. Essas práticas, portanto, não são neutras: elas moldam a forma como o poder é exercido e percebido, contribuindo para a materialização simbólica da autoridade estatal e para a preservação da memória administrativa. Na próxima, e última seção, apresento as considerações finais, parte final da tese.

Considerações finais

A presente tese não seguiu um percurso linear ou previamente delineado; ao contrário, configurou-se como um processo dinâmico e gradual de construção, profundamente influenciado pelas experiências vividas ao longo da minha trajetória pessoal e, sobretudo, profissional na Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Na maioria das vezes, me resulta impossível separar a vida particular da profissional, sendo sempre reconhecida como Andrea do Arquivo, onde cada detalhe, cada acervo posicionado, cada móvel no lugar que ocupa... Tem “a minha cara”, como meus colegas costumam dizer. O exercício das funções de arquivista e de gestora institucional proporcionou-me uma vivência concreta com a documentação administrativa e educacional, despertando um olhar sensível para os modos como as práticas de registro, gestão e preservação da memória institucional se articulam com a produção e circulação do saber. Foi nesse contexto que se intensificou meu interesse em contribuir com os estudos em história da educação, especialmente no que tange à interface entre as práticas arquivísticas, a gestão, os processos de construção da memória e da identidade das instituições educacionais envolvidas nas práticas e representações que constam nos documentos oficiais. Assim, a tese foi sendo tecida a partir do entrelaçamento dessas experiências, constituindo-se como um reflexo do permanente diálogo entre a prática profissional, a pesquisa acadêmica e a história da educação.

A pesquisa tem como foco temático um conjunto de questões que orbitam em torno dos espaços de memória da educação, com especial atenção à constituição, organização e preservação de acervos escolares. Nesse escopo, investiga-se a relação das instituições educativas com as políticas públicas voltadas à gestão documental, bem como os discursos inscritos nos documentos institucionais, compreendidos como registros materiais que condensam práticas, representações e saberes dos sujeitos que os produzem. Os servidores envolvidos na elaboração desses documentos não apenas seguem normas técnicas, mas também imprimem, consciente ou inconscientemente, sua compreensão sobre a instituição, seus valores e modos de funcionamento, deixando marcas de suas trajetórias

profissionais. Problematisa ainda o papel desempenhado pelos profissionais responsáveis pela gestão documental – arquivistas, técnicos e gestores – enquanto agentes centrais na salvaguarda da memória institucional. São eles que, ao atuarem como guardiões da memória, enfrentam as lacunas, desafios e ausências de políticas públicas específicas que garantam o tratamento adequado da documentação educacional.

Ao evidenciar essas dimensões, a pesquisa não apenas contribui para o avanço teórico e metodológico no campo da História da Educação, mas também produz reflexões significativas no plano pessoal e profissional da pesquisadora, demonstrando como o fazer acadêmico pode ser atravessado por vivências concretas e compromissos éticos com a preservação da memória e da história das instituições educacionais. Nesse sentido, decidi focar na Instituição e nos servidores/gestores envolvidos com as tomadas de decisão: que contemplaria gestores que atuam ou atuaram nas áreas de arquivologia, tecnologia da informação, planejamento e a Alta Administração. Demonstro ainda, que as ações e decisões nas instituições escolares no presente influenciam o processo historiográfico no futuro.

O objetivo geral da tese foi problematizar a preservação das fontes documentais na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, quais os desafios e perspectivas relacionadas a essa questão e como os gestores contribuem para a memória, história e identidade da Universidade nos tempos em esta que se caminha para a transformação digital?. E, partindo disso, entender como elas são percebidas nas práticas e representações de documentos institucionais e nas narrativas dos envolvidos mediante as entrevistas realizadas. Para seu desenvolvimento, estabeleci três objetivos específicos: Identificar os conflitos de memória/esquecimento inerentes no processo de preservação de documentos arquivísticos na Instituição; Analisar as políticas (e não políticas) nas práticas e representações que versam sobre acervos arquivísticos (produção, gestão, preservação e acesso) e sua relação com a memória institucional, e; Problematisar as práticas e representações, quanto aos desafios e a perspectivas nas narrativas dos sujeitos envolvidos na tomada de decisões que conduzem a transformação digital dentro da Universidade.

Num primeiro momento, identifiquei os conflitos de memória/esquecimento inerentes no processo de preservação de documentos arquivísticos na Instituição.

Segundo Anjos (2018) o arquivo, por conta das operações de memória que o produzem, faz emergir um duplo testemunho para o trabalho da história da educação. Um testemunho intencional sobre a memória, “nascido da vontade de lembrar e fazer lembrar os compromissos dos produtores/gestores do arquivo para com a educação, geralmente, em sua forma escolarizada” (Anjos, 2018, p. 281) e um testemunho não intencional, “que permite observar, apesar da força da memória, as contradições da relação desses agentes com a educação e seus sujeitos” (Idem, p. 282). Entendido como um “armazenado coletivo de conhecimentos e testemunhos do passado”, o arquivo constitui-se como uma memória em potência, cuja estrutura abriga legados, atestações e documentos que funcionam como provas de direitos e instrumentos de poder. Nesse sentido, Assmann (2011) afirma que o arquivo é, antes de ser memória histórica, uma forma de memória da dominação. Controlar o arquivo, portanto, implica também controlar a memória institucional. Ele não apenas não apenas conserva, mas também seleciona, esquecendo e silenciando, ao mesmo tempo em que revela um “desejo de memória” que o constitui (Falci; Alencar, 2015).

Sua organização está vinculada à retenção e ao controle da memória onde a desordem promove o esquecimento necessário para a reconfiguração de um passado. Por sua vez, a forma de organização dos acervos influenciam diretamente as interpretações possíveis onde a “memória-acontecimento” é marcada por constante transformação. Nesse sentido, o arquivo é mais que um espaço neutro de preservação; é um dispositivo ativo de construção de sentidos. Le Goff (2013) reforça essa perspectiva ao alertar que os documentos não são produtos naturais ou imparciais da história. Sua preservação é fruto de escolhas intencionais que priorizam certas versões dos fatos em detrimento de outras. Assim, tanto a seleção documental quanto sua organização são práticas carregadas de poder e historicidade, que moldam a memória institucional e social.

Num segundo momento, analisei as políticas (e não políticas) nas práticas e representações que versam sobre acervos arquivísticos (produção, gestão, preservação e acesso) e sua relação com a memória institucional. A partir da promulgação da Lei nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados Nacional de Arquivos apresentamos ao Arquivo Nacional como responsável pela “gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos

documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos” (Brasil, 1991, s/p).

Porém, após três décadas, podemos dizer que a existência de sistemas como o SINAR e o SIGA não implica, por si só, a efetivação de uma política arquivística no âmbito federal, tampouco garante que esses sistemas tenham sido concebidos como instrumentos para sua implementação. Conforme destaca Jardim (2013), há uma compreensão equivocada do Siga como um sujeito autônomo responsável por disseminar normas e preservar o patrimônio documental, quando, na realidade, essas atribuições cabem aos diversos atores institucionais que o compõem. O autor argumenta que não há evidências de que o Arquivo Nacional, mesmo sendo o órgão central do sistema, exerça efetivamente sua autoridade arquivística no Poder Executivo Federal, conforme previsto pela Lei Nacional de Arquivos. A ausência de uma política arquivística clara compromete a definição de responsabilidades, gerando sobreposição de funções e indefinição institucional, como também apontado por Indolfo (2013).

Adicionalmente, há uma crítica recorrente à tendência de se identificar erroneamente a existência destes sistemas com a formulação de uma política arquivística. Tal confusão revela a fragilidade da governança arquivística no país, marcada pela inexistência de diretrizes pactuadas, formalizadas e atualizadas com os diversos atores envolvidos. Jardim (2013) ressalta que, embora a ausência de uma política arquivística não inviabilize totalmente a gestão de arquivos, ela torna essa gestão mais onerosa e menos eficiente. A crítica mais incisiva recai sobre a limitada capacidade política do Arquivo Nacional, que não consegue impor a adoção de normas arquivísticas no Executivo federal, tampouco inserir de forma estruturada o debate sobre política arquivística na pauta do Siga. Dessa forma, o cenário revela uma lacuna estrutural que compromete a consolidação de práticas arquivísticas consistentes e integradas em nível nacional. Com o volume de normativas oriundas do governo federal para adequação de sistemas informatizados, adoção de requisitos e metadados, que vão da digitalização até a preservação digital. Nesse caminho, as instituições vão se adaptando às novas demandas, muitas vezes sem o tempo de preparação necessária, sem a análise dos riscos ou novas alternativas para problemas já institucionalizados, ou ainda, permanecem com graves problemas a serem resolvidos, como é o caso da falta de orçamento.

Dentro deste contexto, podemos dizer que a FURG se encaminha para normatizar sua gestão de documentos, porém ainda tem presença bem marcante no suporte papel. Pode-se observar a evolução do planejamento estratégico da universidade por meio dos seus Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs) quadrienais, que expressam os objetivos e estratégias sistematizadas num documento geral. São pontos importantes também a aprovação de duas políticas nos conselhos superiores, em 2023 que cumprem os objetivos dispostos no PDI 2019-2023: a política arquivística e o Sistema de Arquivos da FURG (SIARQ/FURG). Para sua implementação, o Arquivo Geral elaborou instruções normativas definindo as atividades e seus procedimentos para instrumentalizar as políticas criadas como estratégia do atual PDI, com a aprovação e publicação da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. Estas instruções versam sobre diferentes assuntos, como também atendem a solicitações do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais e Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da FURG.

Assim, é relevante destacar que as atividades de tratamento técnico documental na Universidade não se iniciaram apenas após a elaboração de políticas ou instruções normativas formais. Desde 2011, a equipe técnica já realizava essas ações em conformidade com as diretrizes do Arquivo Nacional, do CONARQ e do Siga, a partir de um entendimento aprofundado dos instrumentos de gestão documental e do contexto específico de produção institucional. Mesmo diante da ausência de atribuições formais, políticas consolidadas, instruções normativas específicas e de um programa permanente de capacitação em gestão de documentos, as práticas arquivísticas foram mantidas (de forma contínua e qualificada). O que se evidenciava como necessidade, portanto, era representar as práticas em documentos oficiais, a fim de consolidar e uniformizar os procedimentos adotados tanto pela equipe técnica quanto pelos demais servidores da instituição.

A Universidade não realiza de forma sistemática a migração de suportes documentais (como digitalização ou microfilmagem) com fins de preservação, conforme as diretrizes estabelecidas pelas Resoluções do CONARQ nº 10/1999, nº 31/2010 e nº 48/2021. Atualmente, o principal uso de documentos digitais ocorre no âmbito da criação de documentos nato-digitais ou digitalização para abertura de processos administrativos e atendimento a demandas de acesso à informação. A FURG utiliza tanto sistemas comuns a órgãos da Administração Pública (como SIAFI e SIGEP), quanto um sistema próprio desenvolvido internamente, denominado

Sistemas FURG. Este sistema oferece funcionalidades voltadas à gestão acadêmica, como emissão de documentos estudantis, acesso a dados acadêmicos e serviços da biblioteca. No entanto, ele não pode ser classificado como um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), pois não contempla as etapas do ciclo de vida documental, como captura, tramitação, uso, arquivamento e destinação final dos documentos. Nesse aspecto, os documentos dentro dos diversos sistemas não são geridos arquivisticamente, onde somente existe a ingesta, mas não seu expurgo, conforme a legislação vigente.

Por meio da Portaria GR/FURG nº 29/2022, instituiu-se o Sistema Eletrônico de Informações (SEI-FURG) como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos da FURG, definindo normas, rotinas e procedimentos de instrução do processo eletrônico, atendendo ao disciplinado no Decreto nº 8.359/2015. Além do SEI-FURG, como sistema oficial de informações, documentos e processos, instituiu o Protocolo Digital, como plataforma oficial de recebimento e protocolização de documentos no âmbito da FURG. Porém somente essa normativa não é suficiente, e o processo de implementação somente replicou a forma de tratamento do documento em papel para o digital, sem mapeamentos ou estudos aprofundados, devido aos curtos prazos para a sua implementação e, o mais importante, todos os documentos gerados ou digitalizados nas diversas plataformas e sistemas não estão contemplados em política de preservação digital.

A política de preservação digital deve prever procedimentos para o recebimento, o armazenamento e o acesso aos documentos digitais, bem como as estratégias de preservação a serem adotadas na instituição, que podem incluir: conversão, normalização, atualização de suporte, escolha dos formatos de arquivo produzidos, monitoramento de formatos e de mídias, definição de metadados, dentre outros. Os sistemas informatizados utilizados para a produção dos documentos digitais devem possuir funcionalidades e estar adequados para apoiar a política de preservação digital do órgão ou entidade. A implementação de todos os aspectos necessários à preservação digital depende da capacidade dos sistemas informatizados em uso, como por exemplo: registro dos metadados necessários, integração com repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq) ou realização automatizada de normalização de arquivos.

Por sua vez, Flores (2018) aponta diversas limitações sob a perspectiva arquivística do SEI, onde o sistema não contempla o recolhimento de documentos

digitais ao arquivo permanente, o que compromete a preservação de longo prazo e pode, inclusive, configurar violação de normas legais relacionadas à gestão documental. Além disso, promove a "dossielização" dos documentos, ou seja, agrupa arquivos em processos de forma que se perde a individualidade e a especificidade dos tipos documentais originalmente registrados. Outra crítica relevante refere-se à ausência de funcionalidades fundamentais à gestão arquivística, como a classificação documental e a avaliação para fins de destinação, o que enfraquece a aplicação de políticas arquivísticas eficazes no ambiente digital.

Finalmente, apresento uma breve análise e problematização, sob a perspectiva de Roger Chartier, destacando a relevância das práticas culturais e das representações na construção do sentido dos textos, as práticas e representações dos servidores que elaboram documentos oficiais revelam-se fundamentais para garantir a eficácia comunicativa e a legitimidade institucional desses escritos. Ao se apropriarem de normas, linguagens técnicas e formas padronizadas, esses profissionais não apenas produzem documentos funcionais, mas também reafirmam valores, hierarquias e identidades administrativas. Essas práticas, portanto, não são neutras: elas moldam a forma como o poder é exercido e percebido, contribuindo para a materialização simbólica da autoridade estatal e para a preservação da memória administrativa.

Entendo que a ação coletiva e simbólica se manifesta nos discursos, práticas e imagens compartilhadas socialmente. No contexto analisado, essa representação ocorre por meio das ações dos servidores que, ao serem ouvidos e ao participarem ativamente de processos institucionais, expressaram sua consciência, intencionalidade e desejo de ocupar um espaço social específico dentro da instituição. Esses servidores, ao assumirem esse papel social, não apenas buscaram visibilidade e reconhecimento, mas também passaram a influenciar diretamente a construção da memória institucional. Essa influência se materializou em decisões como a seleção de acervos, a definição dos espaços de preservação e a narrativa histórica que desejavam transmitir. A condição dos núcleos de memória, arquivos e centros de documentação como "lugares de memória" lhes confere um papel estratégico na preservação da história, uma vez que detêm o poder de decidir o que será guardado, descartado ou exposto. Essas decisões não são neutras, mas fruto de escolhas que moldam a narrativa histórica possível. Assim, a memória institucional é construída a partir de critérios específicos, que envolvem

intencionalidade, reconhecimento social e posicionamento simbólico dessas instituições. Partindo do princípio de que comunicar é também produzir conhecimento, cultura e informação, o conceito de práticas está vinculado à forma como os indivíduos constroem e expressam suas ações, ideias, normas e hábitos no cotidiano institucional.

No contexto arquivístico e institucional, essas práticas se manifestam nos modos como servidores e gestores articulam, por meio da linguagem escrita, as demandas por adequação à legislação, bem como as necessidades específicas dos seus setores e da própria instituição. Essas manifestações discursivas não ocorrem de forma isolada, mas estão inseridas em um campo de limitações profissionais e decisórias que moldam a atuação desses sujeitos. Nesse sentido, suas práticas revelam-se como expressões de representações sociais e culturais, refletindo motivações coletivas e demandas contextuais. Conforme Barros (2005), tais práticas são sempre produtos de necessidades sociais específicas e, por isso, constituem um ponto de partida legítimo para análises historiográficas. Ao considerar essas dimensões, é possível compreender como a comunicação institucional se configura também como prática cultural e instrumento de construção da memória e da identidade organizacional. Nesse sentido, o trabalho do pesquisador, por sua vez, se desenvolve a partir dessas seleções prévias, realizadas nem sempre por profissionais com formação técnica adequada.

Em alguns casos, as decisões são tomadas por agentes bem-intencionados, mas sem o conhecimento arquivístico necessário. Em outros, são os próprios profissionais capacitados que, ao aplicar rigorosamente os procedimentos técnicos de organização, descrição e preservação, acabam criando barreiras de acesso por meio de uma linguagem altamente especializada ou instrumentos de pesquisa excessivamente complexos.

Acredito que esse excesso de tecnicidade pode gerar um distanciamento entre o potencial informacional do acervo e a capacidade de compreensão e aproveitamento por parte do pesquisador. Dessa forma, mesmo acervos ricos e bem preservados correm o risco de se tornarem subutilizados, evidenciando a necessidade de equilíbrio entre rigor técnico e acessibilidade na mediação da memória institucional.

No que se refere às conclusões desta tese, é possível afirmar que, embora exista na Universidade Federal do Rio Grande - FURG um discurso institucional

voltado à preservação da memória, tal intencionalidade não se traduz, de forma efetiva, em ações articuladas e sistemáticas. As práticas observadas ao longo da pesquisa revelam-se fragmentadas, pontuais e, em grande parte, desconectadas entre os setores que possuem, formal ou informalmente, a responsabilidade pela gestão e preservação documental. Esse cenário é agravado pela ausência de políticas institucionais claras voltadas à preservação digital, pela falta de adaptação dos sistemas informacionais às exigências arquivísticas contemporâneas e pela não adoção de repositórios digitais confiáveis. Tais lacunas geram instabilidade e incertezas que comprometem tanto a gestão dos acervos quanto a continuidade e integridade da memória institucional.

Nesse contexto, a decisão de migrar processos e registros para suportes digitais não pode ocorrer de maneira isolada ou reativa. É imprescindível que tal transição seja precedida pela formulação e implementação de uma política formal de preservação digital. Essa política deve ser expressa em um documento normativo que estabeleça diretrizes institucionais e estratégias técnicas proativas para a produção, o armazenamento, a acessibilidade e a longevidade dos documentos digitais. O objetivo central é assegurar que esses registros permaneçam íntegros, autênticos e acessíveis durante o tempo necessário para o cumprimento de suas funções administrativas, legais, científicas e históricas, promovendo uma memória institucional sólida e duradoura.

Por fim, destaca-se que os resultados apresentados por esta pesquisa não têm caráter conclusivo ou definitivo, tampouco pretendem esgotar o tema. Pelo contrário, reconhece-se o potencial de novas investigações que possam ampliar, complementar ou mesmo reorientar as reflexões aqui desenvolvidas, seja por meio de outras abordagens teórico-metodológicas, da consulta a diferentes fontes documentais ou da escuta de novos sujeitos. Esta tese representa uma contribuição situada no campo da História da Educação, oferecendo um olhar específico sobre a temática da memória institucional e da gestão documental, mas que pode ser enriquecido por problematizações advindas de outras áreas do conhecimento, como a Arquivologia, a Ciência da Informação, a Sociologia ou a Administração Pública.

Referências

- ALDENUCCI, M.; SPINOSA, L.; FAVARETTO, F. Mapeando a norma de gerenciamento de riscos AS/NZS 4360 no PMBOK. In: **XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Salvador, Bahia. 2009. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009_TN_STP_098_663_13545.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024
- ALVES, F. N. **Fundação Universidade Federal do Rio Grande: 35 anos a serviço da comunidade**. Rio Grande: FURG, 2004
- AMADO, J. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 15, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11225>>. Acesso em: 14 mai. 2023.
- ANJOS, J. J. T. O testemunho dos arquivos e o trabalho do historiador da educação. In: **História da Educação**, v. 22, n. 55, p. 279–292, maio 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/heduc/a/dcPv7JR63SgBGGHzcX9TzxM/?lang=pt#>> Acesso em: 28 abr. 2023
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação-Geral de Gestão de Documentos. **Recomendações para o uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/recomendacoes-tecnicas-1/ot_implantacao_sei_apf_2019_06_vf.pdf> Acesso em 23 mar. 2025.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011
- BACELLAR, C. Fontes documentais. Uso e mal-uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BARROS, D. S.; AMÉLIA, D. Arquivo e memória: uma relação indissociável. In: **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 1, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v21n1/04.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2024.
- BARROS, J. D. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. In: **Dialogos**, v. 9, n. 1, p. 125 - 141, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41422>> Acesso em: 13 fev. 2025.
- BARROS, J. D. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. In: **Textos de História: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB.**, [S. l.], v.

11, n. 1-2, p. 145–172, 2012. Disponível em:
<<https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27855>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

BARROS, T. H. B. A representação documental no contexto da arquivologia: perspectivas recentes. In: **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 3, p. 266-287, jul./set. 2020. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/149398>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BELLOTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2º ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BELLOTO, H. L. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo: 2002.

BELLOTO, H. L. Universidade e arquivos: perfil, história e convergência. In: **Transinformação**, v. 1, n. 3, 1989. Disponível em:
<<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23089>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERNARDES, I. P. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto Como Fazer, nº 1).

BLAYA PEREZ, C. Difusão dos arquivos fotográficos. In: **Caderno de Arquivologia**. Santa Maria, RS, n.2, p. 1-22, 2005.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. 1ª edição, Fim de Século: Lisboa, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/>. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 3, p. 1, 4 jan. 2002. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 4.915 de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 243, p. 2-3, 15 dez. 2003. Disponível em:

<<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=15/12/2003&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=140>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm> . Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019. Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10148.htm> . Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm> Acesso em: 18 jul. 2024

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 129, n. 6, p. 455-456, 9 jan. 1991. Disponível em: <<https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=lei+8159>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º [...] **Diário Oficial da União**, Edição extra, Brasília, DF, ano 148, n. 221-A, p. 1-4, 18 nov. 2011. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/11/2011&jornal=1000&pagina=1&totalArquivos=12>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, n. 65, p. 13, abr. 2018 Disponível em <https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=108221-portaria-315&category_slug=fevereiro-2019-pdf&Itemid=30192> Acesso em 30 nov. 2024

BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Portaria nº 092, de 23 de setembro de 2011. Aprova o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ficando a cargo das IFES dar publicidade aos referidos instrumentos técnicos. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, n. 189, p. 26, set. 2011. Disponível em:

<<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=26&data=26/09/2011>> Acesso em 10 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Arquivo Nacional. Portaria nº 47, de 14 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre o Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, n. 36, p. 74, fev. 2020. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/02/2020&jornal=515&pagina=74>> Acesso em 10 jan. 2022.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. In: **Journal of the American Society for Information Science**, [s.n.], v. 42, n. 5, p. 351-360, jun.1991. Disponível em: <[https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199106\)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3)>. Acesso em: 6 maio 2021.

BURKE, P. **O que é história cultural?** Tradução: Sérgio Goes de Paula. 3º ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de. **Medidas de controle**: Arquitetura e Ambiente. Rio de Janeiro. 2017. In: Apostila do VII Curso de Preservação de Acervos Científicos e Culturais (Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST).

CASSARES, N. C. A ciência na conservação. In: GIORDANDO, P. de A.; CASSARES, N. C. ; MOTTA, G. C. **Diálogos**: conservação de acervos de bibliotecas. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2008. Disponível em: <http://www.sibi.usp.br/wp-content/uploads/2016/11/Cadernos_de_Estudos_11_2008-Di%C3%A1logos-conserva%C3%A7%C3%A3o-de-acervos-de-bibliotecas.pdf> Acesso em 11 jan. 2022.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean, et.al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHARTIER, R. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002b.

CHARTIER, R. **A história cultural**: Entre práticas e representações. 2.ed. São Paulo: Difel, 2002a.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Trad. Mary Del Priore. Brasília: EdUnb, 1999a.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**: conversas com Jean Lebrun. 2ª Reimpressão. Trad. Reginaldo C. de Moraes. São Paulo: Edunesp/Imprensa Oficial do Estado, 1999b.

CHARTIER, R. **Defesa e ilustração da noção de representação**. *Fronteiras*, [S. l.], v. 13, n. 24, p. 15–29, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CHARTIER, R. **O mundo como representação**. *Estudos Avançados*, v.5, n.11, p.66, jan./abr. 1991

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **e-ARQ Brasil**: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Versão 2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais. **Glossário**. 2.0 versão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/composicao/copy_of_camaras-tecnicas-setoriais-inativas/glossario_ctdaism_v2_2016.pdf> Acesso em 12 fev. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Glossário**. 8º versão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf> Acesso em 12 fev. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Carta do Patrimônio Arquivístico Digital**. 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_carta_preservacao_patrimonio_arquivistico_digital.pdf> Acesso em 29 jan. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Resolução nº 43, de 4 de setembro de 2015. Altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-43-de-04-de-setembro-de-2015>> Acesso em 29 jan. 2023.

CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa dos dados. In: **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 11-47, 1998.

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. Y. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DELMAS, B. **Manifesto for a Contemporary Diplomats**: From Institutional Documents to Organic Information. *American Archivist*, vol. 59 (fall), 1996, p. 438-452.

DERRIDA, J. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DUBY, Georges. **As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo**. Lisboa: Edições 70, 1971

DURANTI, L. Archival Science. In: **Encyclopedia of Library and Information Science**, v. 59, p. 1-19, 1996.

DURANTI, L. The archival bond. In: **Archives and Museum Informatics**, Vancouver, v. 11, n. 3-4, p. 213-218, 1997.

FALCI, C.H.; ALENCAR, R. O arquivo sob tensão: abundância, descontinuidades e desejo de memória. In: **Devires – Cinema e Humanidades**, v. 12, n2 , 2015.

Disponível em:

<<https://bib44.fafich.ufmg.br/devires/index.php/Devires/article/view/139>> Acesso em 17 mar. 2025

FALCON, F. J. C. **História Cultural**: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

FANTINEL, E. G. **Arquivo universitário**: preservação e acesso ao patrimônio documental arquivístico da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. 2017. 659 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação Profissional em Patrimônio Cultural, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria

FERREIRA, M. **Introdução à preservação digital**: conceitos, idéias e actuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 88 p. Disponível em:

<<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FIORUCCI, R. Considerações acerca da História do Tempo Presente. In: **Revista Espaço Acadêmico**. n. 125, out. 2011.

FLORES, D. *et al.* **Gestão e Preservação de Documentos nas IFES – 2017**. 2017. Disponível em: <<https://observatoriodedocumentosdigitais.wordpress.com/gestao-e-preservacao-de-documentos-nas-ifes/>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

FLORES, D.; ROCCO, B. C. B.; SANTOS, H. M. D. Cadeia de custódia para documentos arquivísticos digitais. In: **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 29,

n. 2, p. 117-132, 2016. Disponível em:
<<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40511>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, T. N. de L. e. História da Educação e História Cultural. In: VEIGA, C. G. & FONSECA, T. N. de L. e (Orgs.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FUNARI, P. P. Fontes arqueológicas. O historiador e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE – FURG. **Manual de procedimentos dos Departamentos**. Rio Grande. Edgraf, 1999.

GABLER, L. Arquivo público. In: Arquivo Nacional. **Memória da Administração Pública Brasileira – MAPA**. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/252-arquivo-publico-do-imperio>> Acesso em 17 fev. 2023

GOERGEN, P. L. A ética em pesquisa. In: **Práxis Educativa**, v. 10, n. 2, p. 301–315, 2015. Disponível em:
<<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/7154>>. Acesso em: 19 jan. 2025.

GINZBURG, C.. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, C. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GONÇALVES, W. B. **Métricas de preservação e simulações computacionais como ferramentas diagnósticas para a conservação preventiva de coleções**. 2013. 493 f. Tese (Doutorado) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Coleção Perspectivas do Homem, v. 35. Série Política).

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução do original francês 2 ed. por Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2013.

HOLLÓS, Adriana Cox; PEDERSOLI JUNIOR, José Luiz. Gerenciamento de riscos: Uma abordagem interdisciplinar. Ponto de Acesso. Salvador, V3, n.1, p.72-81, abr. 2009. Disponível em:
<<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3314/2424>>. Acesso em 23 jan. 2025.

HUYSEN, A. **Twilight Memories** - Marking Time in a culture of Amnesia. Nova York: Routledge, 1995.

INDOLFO, A.C. **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na administração pública federal** (2004-2012). 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

JARDIM, J.M. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo Federal. In: **Ciência da Informação**, v. 42 n. 1, p.35-49, jan./abr., 2013. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1393/1571>> Acesso em: 17 jun. 2025

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. In: **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51586>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

JARDIM, J. M. **Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil**. Niterói: Eduff, 1995.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>> Acesso em 18 maio. 2022.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**. V.I Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão (et al.) 7 ed. revista Campinas. Ed. da Unicamp. São Paulo, 2013

LOMBARDI, J. C. História e historiografia da educação; atentando para as fontes. In: LOMBARDI, J. C. e NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados et all, p. 141-176, 2004.

LOPES, L. C. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Rio de Janeiro: Papéis e Sistemas, 2000.

MAGALHÃES, J. Arquivos e museus: desafios à prática educativa e à investigação histórica. In: NEPOMUCENO, M. A. & TIBALLI, E. F.A. (Orgs). **A educação e seus sujeitos na história**. 2007. p. 181-189. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5050>> Acesso em 30 mar. 2020.

MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, C. P. e CATANI, D. B. (Orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998, p.51-69.

MAGALHÃES, J. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco, 2004.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, 2004, Bauru. **Anais....** Bauru: USC, 2004. v. 1. p. 01-10. 1 CD. Disponível em: <<https://eduinclusivapesq-uerj.pro.br/wp-content/uploads/2020/05/manzinibauru2004.pdf>> Acesso em 17 fev. 2023.

MARCON, Paul. Agents of Deterioration: Physical Forces. In: **Canadian Conservation Institute – CCI**. 2017. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/physical-forces.html>>. Acesso em: 06 mar. 2023.

MÁRDERO ARELLANO, M. A. Preservação de documentos digitais. In: **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a02v33n2.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2023.

MARTINS, Solismar Fraga. **O papel da cidade do Rio Grande (RS) na economia rio-grandense durante a industrialização dispersa (1873/1930)**. Fundação Universidade Federal do Rio Grande Departamento de Geociências. Pgs. 8-11. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/E6-02.pdf>> Acesso em 28 mar. 2024

MELO, J. J. P. Fontes e métodos: sua importância na descoberta das heranças educacionais. In: COSTA, C. J., MELO, J. J. P., FABIANO, L. H. (Orgs.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010.

MENESES, U. T. B. A crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetória e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999, p.11-29.

MEZZANO, A. C. Lembranças pessoais – memórias institucionais: para uma metodologia de questionamento histórico-institucional. In: **Pensando as instituições: teorias e práticas em educação**. Porto Alegre: ArtMed, p. 35-66, 1998.

MICHALSKI, S. Agent of Deterioration: Incorrect Relative Humidity. In: **Canadian Conservation Institute – CCI**. 2017a. Disponível: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/humidity.html>>. Acesso em: 07 mar. 2025

MICHALSKI, S. Agent of Deterioration: Incorrect Temperature. In: **Canadian Conservation Institute – CCI**. 2017b. Disponível: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/temperature.html>>. Acesso em: 07 mar. 2025

MICHALSKI, S. Agent of Deterioration: Light, Ultraviolet and Infrared. In: **Canadian Conservation Institute – CCI**. 2017c. Disponível: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/light.html>>. Acesso em: 07 mar. 2025

- MICHALSKI, S. **Care and Preservation of Collections**. In: BOYLAN, P. J. (Ed.). *Running a Museum: a practical handbook*. Paris: International Council of Museums, 2004. p. 51-90. Disponível em: <https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/practical_handbook.pdf> Acesso em: 07 fev. 2025.
- MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2011
- MORRIS, C. W. **Um ensaio sobre o Estado moderno**. São Paulo: Landy, 2005.
- MULLER, P; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2004.
- MURGUIA, E. I. Apresentação. In: MURGUIA, E.I. (Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus. São Carlos: Compacta, 2010. p. 7-9.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História 10**. PUC-SP. Vol. 10. Dezembro 1993. p. 7-28. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em 03 mar. 2020.
- NOSELLA, P.; BUFFA, E.. Universidade de São Paulo; Escola de Engenharia de São Carlos; os primeiros tempos: 1948-1971. São Carlos: EdUFSCar, 2000.
- NÓVOA, A. Inovações e História da Educação. In: **Teoria e Educação**. Campinas, nº 6, 1992.
- NUNES, C. História da educação: espaço do desejo. In: **Em aberto**, v. 9, n. 47, 2008. Disponível em: <<https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2104/1843>> Acesso em 27 jan. 2025.
- OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G. M. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. In: **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2011. DOI: 10.18617/liinc.v7i1.416. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3302>>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 6 reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- PEDERSOLI JÚNIOR. Entrevista com José Luiz Pedersoli. In: **Acervo**: revista do Arquivo Nacional. v. 23, n. 2, jul/dez. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.
- PEIXOTO, L. da S. Cultura Material e Memória Social: In: **Arqueologia Histórica, memória e Patrimônio em perspectiva multidisciplinar**. Contribuições da Arqueologia, História, Literatura, Arquitetura e Urbanismo. Pelotas, UFPel, 2009.
- PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 5. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, S. J. (Org.) et al. **História Cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PINSKY, C. B. Apresentação. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? In: **Educar**: Curitiba, n. 18, p.13-28, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a03.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

RAMÍREZ ACEDES, M. La Archivística: Ciencia o técnica? In: RENDON ROJAS, M. A. (Org). **Bibliotecología, Archivística, Documentación**: intradisciplina, interdisciplina o transdisciplinariedad. Disponível em: <https://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/L6> .Acesso em 10 fev. 2023.

RICOEUR, P. **A história, a memória, o esquecimento**. Tradução de Alan François (et al). Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIBEIRO, F. A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011 Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/9887>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

RODRÍGUEZ, M. V. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. In: **O Guardador de Inutensílios**. Cadernos de Cultura. n. 7, p. 17-30, maio 2004.

RODRÍGUEZ, M. V. Pesquisa histórica: o trabalho com fontes documentais. In: COSTA, C. J., MELO, J. J. P., FABIANO, L. H. (Orgs.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010.

RONDINELLI, R.C. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital**: uma revisão necessária. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011.

ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.9, nr.17, p.85-91, 1996. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019/1158>> Acesso em 14 mar. 2023.

SAMARA, E. M.; TUPY, I. S. S. T. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, A. G. dos. **Descrevendo o patrimônio documental da FURG**: Faculdade de Direito Clovis Bevilacqua (1959-1972). 2012. 274 f. Dissertação (Mestrado) - Curso

de Programa de Pós-graduação Profissional em Patrimônio Cultural, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p.03-12.

SELIGMANN-SILVA, M. **Fotografia como arte do trauma e imagem-ação**: jogo de espectros na fotografia de desaparecidos das ditaduras na América Latina. In: Temas em Psicologia: Dossiê Psicologia, Violência e o Debate entre Saberes. 2009, vol. 17, nº2, p.311-328. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v17n2/v17n2a04.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SELIGMANN-SILVA, M. 2008. **Os escaninhos da memória**. Jornal da UNICAMP. Campinas, 7 a 13 de abril de 2008. R. ANO XXII. R. Nº 391. Entrevista concedida a Álvaro Kassab. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/abril2008/ju391pag5-6-7.html> Acesso em: 5 fev. 2025.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, E. P. da. A trajetória da arquivologia: três visões sobre os arquivos. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 3., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia, 2008.

SILVA, S.C.de A. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, L. E. F.; PINHEIRO, M. O.; FRAGOSO, I. S. Dentro ou fora da memória? O arquivista da memória e a capacidade antidota do fazer lembrar. In: **Revista Analisando em Ciência da Informação**, p. 99-110. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/141392>> Acesso em: 14 fev. 2022

SILVA, R. C. P.; SANTOS, A. G. D.; VIERO, T. V. Políticas arquivísticas para implantação de um sistema de arquivos e gestão documental na Universidade Federal do Rio Grande –FURG. In: CONFERÊNCIA DA SUVe ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 4., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: MAST: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. p. 97-103.

SOUSA, R. T. B. **Gestão de documentos no Brasil**: uma visão a partir da situação da Administração Pública Federal. 1º ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

SOUSA, R. T. B. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006.

SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 17 mai. 2024.

SOUZA, N. C. de. **Documentos fotográficos no arquivo**: preservação, conservação, dissociação e acesso no Arquivo do Patrimônio (IPHAN/ RJ). 2014. 202 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

STEWART, D. Agent of Deterioration: Fire. In: **Canadian Conservation Institute – CCI**. 2017a. Disponível: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/fire.html>>. Acesso em: 06 mar. 2025

STEWART, D. Agent of Deterioration: Water. In: **Canadian Conservation Institute – CCI**. 2017b. Disponível: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/water.html>>. Acesso em: 07 mar. 2025

STRANG, T.; KIGAWA, R. Agent of Deterioration: Pests. In: **Canadian Conservation Institute – CCI**. 2017b. Disponível: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/pests.html>>. Acesso em: 07 mar. 2025

TAIL, M. Mecanismos complexos memória separam o lembrar do esquecer. In: **Com Ciência**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/marcia.shtml>> Acesso em 31 mar. 2020.

TÉTREAU, Jean. Agent of Deterioration: Pollutants. In: **Canadian Conservation Institute – CCI**. 2017. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/pollutants.html>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

THOMASSEM, T. Uma primeira introdução à arquivologia. In: **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51643>>. Acesso em: 29 abr. 2023.

THOMAZ, K. P.; SOARES, A. J. A preservação digital e o modelo de referência open archival information system (oais). In: **DataGramaZero**, v. 5, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6608>>. Acesso em: 29 maio 2023.

TREMAIN, David. Agent of Deterioration: Thieves and Vandals. In: **Canadian Conservation Institute – CCI**. 2017. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/thieves-vandals.html>>. Acesso em: 06 mar. 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Brasil). **Política pública em dez passos**. Brasília: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex); Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência para o CE e o Combate à Corrupção (Soma), 2021. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/1E/D0/D4/DF/12F99710D5C6CE87F18818A8/Politica%20Publica%20em%20Dez%20Passos_web.pdf> Acesso em 15 jan. 2023

TOGNOLI, N. A informação no contexto arquivístico: Uma discussão a partir dos conceitos de informação-como-coisa e informação orgânica. In: **Informação Arquivística**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 113–122, 2012. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/14>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. **Catálogo geral 2011**. Vol. 15. Rio Grande: 2011. Disponível em: <https://acessoainformacao.furg.br/images/catalogos/catalogo_2011.pdf> Acesso em 09 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. Comissão Própria de Avaliação. **Resultados evasão**. 2021. Disponível em: <<https://avaliacao.furg.br/pesquisa-evacao/resultados-evacao>> Acesso em 09 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. **Histórico**. Disponível em: <<https://planejamento.furg.br/images/stories/documentos/historico%20do%20pdi.pdf>> Acesso em 20 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. **Plano de desenvolvimento Institucional 2015-2018**. 2015. Disponível em <https://planejamento.furg.br/images/PDI_2015-2018.pdf> Acesso em 09 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. **Plano de desenvolvimento Institucional 2019-2023**. 2019. Disponível em <https://planejamento.furg.br/images/PDI_2019-2023.pdf> Acesso em 09 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. **Plano de desenvolvimento Institucional 2024-2028**. 2024. Disponível em <https://planejamento.furg.br/images/Final_revisado_PDI_2024_2028.pdf> Acesso em 09 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. Pró-Reitoria de Administração. Superintendência de Administração de Recursos Humanos. **Edital nº 007/2008 – Concurso Público, de 26 de junho de 2008**. Disponível em: <<https://progep.furg.br/arquivos/editais/000393.pdf>> Acesso em 23 mar. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. Pró-Reitoria de Inovação e Tecnologia da Informação. Instrução normativa PROITI/FURG nº 01, de 10 de julho de 2023. Dispõe sobre os procedimentos de execução dos Backups, testes e recuperações dos dados armazenados pelo Centro de Gestão de Tecnologia da Informação. Disponível em: <https://segurancadainformacao.furg.br/images/artigos_legislacao/SEI_23116012810_2023_10.pdf> Acesso em 24 mar. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. Reitoria. **Regimento Interno**. Disponível em: https://conselhos.furg.br/arquivos/Regimentos/Regimento_da_Reitoria.pdf Acesso em 12 jan. 2025.

VAILLANT CALLOL, M. **Biodeterioração do patrimônio histórico documental: alternativas para sua erradicação e controle**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. Disponível em: <http://www.mast.br/images/pdf/publicacoes_do_mast/livro_millagros_portugues.pdf> Acesso em 26 fev. 2023.

VÁSQUEZ, Manuel. **Hacia una política archivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. Serie Scripta.

VIDAL, D. G.; FILHO, L. M. de F. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). In: **Revista Brasileira de História**. v. 23. N. 45 – 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/tDdpKPbzPmprhd9Pz5VMQHH/?format=pdf>> Acesso em 07 mar. 2025.

VIERO, T. V. **A constituição do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos – NUME (1994-2014)**. 2017. 142 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

VON SIMSON, O. R. de M. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. In: **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 6, p. 14-18, mai. 2003. Disponível em: <http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/57>. Acesso em: 31 mar. 2020.

WALLER, R.; CATO, P. S. Agent of deterioration: Dissociation. In: **CCI-ICC**. 2017. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/dissociation.html>> Acesso em 28 fev. 2023.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **A revista O Pequeno Luterano e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas - RS (1931-1966)**. São

Leopoldo: Unisinos, 2012. 284f. Tese (doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012.

WEIDUSCHADT, Patrícia; AMARAL, Giana Lange do. Memórias escolares: narrativas de professores leigos no contexto rural das Escolas Étnicas do 116 município de Pelotas, RS (1940-1960). In: **Cadernos de História da Educação**. V. 15, n. 3, p. 1006-1030, set-dez. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/38545>> Acesso em: 28 jul. 2024

ZÚÑIGA, Solange Sette Garcia de. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos e privados. In: **Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**. Ano 1, n.1. julho 2002. Indaiatuba (SP): Fundação Pro-Memória de Indaiatuba. 2002.

Apêndices

Apêndice A – Valores relacionados ao valor primário

Valores	Características
Administrativo	Valor que um documento possui para a atividade administrativa de uma entidade produtora, na medida em que informa, fundamenta ou prova seus atos.
Fiscal	Valor atribuído a documentos ou documentos arquivos para comprovação de operações financeiras ou fiscais.
Informativo	Valor que um documento possui pelas informações nele contidas, independentemente de seu valor probatório.
Legal	Valor que um documento possui perante a lei para comprovar um fato ou constituir um direito.
Probatório	Valor intrínseco (em razão de seu conteúdo, das circunstâncias de sua produção, de suas assinaturas ou assinaturas selos) que permite a um documento de arquivo servir de prova legal.

Apêndice B - Classificação dos documentos por categorias

CATEGORIAS	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
Gênero	Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso.	Escritos ou textuais, cartográficos, iconográficos, filmográficos, sonoros, microográficos, audiovisual e musicográfico
Espécie	Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas. Sendo uma “divisão do gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato” (Arquivo Nacional. 2005, p. 59)” como atas, cartas, fotografias, etc.	Ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório, etc.
Suporte	Material no qual são registradas as informações	Papel, papel fotográfico, película fotográfica, fitas de vídeo, mídias digitais, papiro, pergaminho, filme de acetato, fita magnética, disco magnético, etc.
Tipologia	Estuda o documento enquanto componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, resultante da junção de documentos correspondentes à mesma atividade	Ata de reunião, contrato de prestação de serviço, certidão de nascimento, etc.
Natureza do assunto	Assunto tratado no documento prejudica a administração ou não quando divulgado.	Ostensivo ou Sigiloso
Forma	Estágio de preparação do documento, se ele é pré-original, original ou pós-original.	Rascunho (pré-original), minuta (pré-original) e cópia idêntica (pós-original)
Formato	Conjunto das características físicas de apresentação, das técnicas de registro e da estrutura da informação e conteúdo de um documento	Livros, fichas, caderno, pergaminho, etc.

Apêndice C – Classificação dos gêneros documentais

GÊNERO	CARACTERÍSTICAS	
Textual	Documento manuscrito, datilografado ou impresso, cujo suporte predominante é o papel (Atas de reunião, cartas, decretos, livros de registro, panfletos, relatórios, etc.).	
Cartográfico	Documento que contém representações gráficas da superfície terrestre ou de corpos celestes e desenhos técnicos (Mapas, plantas, perfis, fotografias aéreas, etc.).	
Audiovisual	Documento que contém imagens, fixas ou em movimento, e registros sonoros.	
	Iconográfico	Contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas (Fotografias (diapositivos, ampliações e negativos fotográficos), desenhos, gravuras, etc.).
	Filmográfico	Contêm imagens em movimento, com ou sem som (Filmes, fitas videomagnéticas, etc.).
	Sonoro	Registros sonoros (Discos, fitas audiomagnéticas, etc.).
Micrográfico	Microfilme	Filme resultante do processo de reprodução de documentos, dados e imagens, por meios fotográficos ou eletrônicos, em diferentes graus de redução, cuja leitura só é possível por meio de leitor de microformas.
	Microficha	Microforma em filme cujas imagens ou fotogramas são dispostos em linhas paralelas ou colunas.
	Cartão-janela	Cartão com abertura retangular destinada a receber fotograma.
	Jaqueta	Invólucro de plástico ou material similar que contém um ou mais bolsos, nos quais se inserem microformas.
	Tab-jac ou <i>Tabulating jacket</i>	Cartão tabulável com canais de poliéster para inserção de filmes de 16 mm, cuja aparência é semelhante à do cartão-janela.
Musicográfico	Documento que contém informação codificada através de notação musical (ou equivalente), independentemente do processo de produção, de registro ou fixação, e de reprodução ou realização.	
Documento digital	Documento codificado em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de recursos computacionais (Textos, imagens fixas, imagens em movimento, gravações sonoras, mensagens de correio eletrônico, páginas da internet e bases de dados).	
Documento eletrônico	Unidade de registro de informações codificadas de forma analógica ou em dígitos binários, acessível por meio de equipamento eletrônico. Existem documentos eletrônicos analógicos (fitas videomagnéticas em formato VHS) e documentos digitais (websites).	

Apêndice D – Etapas da construção do prédio do Arquivo Geral



A



B



C



E



F



G



H



I

Apêndice E – Roteiro da entrevista para a pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Acadêmica: Andrea Gonçalves dos Santos
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Arriada
Coorientador: Prof. Dr. Daniel Flores

ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA A PESQUISA

(local e data)

Questão 1 – Qual é a relevância da preservação da história e da memória da FURG para você? Quem você acha importante para esta iniciativa (pode mencionar pessoas, gestões ou setores)? Por quê?

Questão 2 – Quantos espaços que se relacionam com a história e a memória da FURG você conhece? Eles estão abertos ainda? Sabe de alguma dificuldade que ocasionou o seu fechamento?

Questão 3 – Qual a sua opinião agora as ações de preservação da história e memória da FURG?

Questão 4 – No movimento que está realizando dos processos/documentos do papel ao digital... você acha que este processo é intencionado pelos gestores/servidores da Universidade ou é resultado das políticas públicas as quais a FURG deve obedecer?

Questão 5 – Você acredita que são suficientes as ações realizadas até agora visando a preservação da história e a memória da FURG nesse movimento do papel ao digital? Se não, que faltaria?

Questão 6 – O que você pensa sobre o papel que cumpre hoje a Coordenação de Arquivo Geral?

Questão 7 – O que você pensa sobre o papel que cumpre hoje o Centro Gestor de Tecnologia da Informação?

Questão 8 – Além dos setores mencionados, quais você acha que poderiam contribuir neste processo de “transformação digital”?

Questão 9 – Nessa transição do papel ao digital:

Questão 9.1 – Quais seriam as perspectivas que você tem nessa transição? O que você espera?

Questão 9.2 – Quais seriam os desafios que você enxerga nessa transição? O que você percebe?

Questão 9.3 – Quais são ou seriam os problemas enfrentados? Como você acha que podem ser solucionados?

Questão 10 – Você gostaria de dizer algo sobre o tema que não tenha sido contemplado nas perguntas anteriores?

Apêndice F – Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(local e data)

Prezado (a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **“Do papel ao digital: problematização, desafios e perspectivas na preservação das fontes na Universidade Federal do Rio Grande - FURG”**. Antes de participar deste estudo, gostaríamos que você conhecesse o que ele envolve.

OBJETIVO DO ESTUDO: O objetivo geral do estudo é problematizar a preservação das fontes documentais na Universidade Federal do Rio Grande – FURG e como os gestores contribuem para a memória, história e identidade da Universidade nos tempos em esta que se caminha para a transformação digital?. E, partindo disso, entender como elas são percebidas nas práticas e representações de documentos institucionais e nas narrativas dos sujeitos envolvidos mediante as entrevistas realizadas.

PROCEDIMENTOS: A coleta de dados se dará por entrevista individual, por meio de videoconferência, o qual será gravado. Os depoimentos coletados serão transcritos pelo software TurboScribe. O entrevistado receberá a transcrição em versão .docx para verificar a concordância com o texto e, se julgar necessário, realizar os ajustes e adaptações necessárias para dar fidelidade ao seu relato. Por fim, os resultados serão interpretados de acordo com as hipóteses e os objetivos da pesquisa, bem como o contexto teórico e empírico. Os principais achados, suas implicações e, posteriormente, as limitações do estudo serão identificados.

RISCOS: As perguntas no questionário no provocam e/ou evocam respostas emocionais negativas. Assim o estudo não utilizará do anonimato do sujeito.

BENEFÍCIOS: Os servidores que participarem voluntariamente da pesquisa poderão contribuir com *insights* contribuir para o desenvolvimento de ações, ou políticas institucionais mais eficazes, alinhadas às necessidades e desafios relacionados à preservação dos acervos, bem como contribuirão para a literatura científica sobre o tema em questão, fornecendo dados valiosos que possam ser referência para pesquisas futuras.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA: Ao participante é garantida a liberdade de retirar o consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de cuidado e tratamento nos quais o participante possa estar envolvido.

DESPESAS: Não existem despesas envolvidas na pesquisa que onerem aos sujeitos participantes.

CONFIDENCIALIDADE: Ao participante será garantido o anonimato, a qualquer momento. Quando da divulgação dos resultados, todas as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados a pesquisa.

CONSENTIMENTO: Recebi claras explicações sobre o estudo, todas registradas neste termo de consentimento. Os investigadores do estudo descreveram e responderam, em qualquer etapa do estudo, a todas as minhas perguntas, até a minha completa satisfação.

ATENÇÃO: Caso o participante tenha alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelo telefone: (53) 98115.4553 e e-mail: andreasantos@furg.br

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO INVESTIGADOR: Expliquei a natureza, objetivos, riscos e benefícios deste estudo. Coloquei-me à disposição para perguntas e as respondi em sua totalidade. O participante compreendeu minha explicação e aceitou, sem imposições, assinar este consentimento. Tenho como compromisso utilizar os dados e o material coletado para a publicação de relatórios e artigos científicos referentes a essa pesquisa.

Declaro que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis benefícios e riscos decorrentes da minha participação.

Você concorda em participar da pesquisa?

Apêndice G - Carta de cessão de direitos sobre depoimento oral

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL
(local e data)

Pelo presente documento, _____ (nome), cede e transfere neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo a Andrea Gonçalves dos Santos, acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/FAE/UFPel), o uso dos direitos autorais para a sua Tese de Doutorado.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os interesses da acadêmica e do Programa de Pós-Graduação em Educação, assinam o presente documento.

Assinatura do entrevistado(a):

Assinatura da pesquisadora:

Apêndice H – Cargos durante as gestões dos reitores desde 2013

Gestão	Cargos das áreas entrevistadas
Cleuza Maria Sobral Dias 2013-2017	Vice-Reitor(a): Danilo Giroldo Pró-Reitor(a) de Planejamento: Mozart Tavares Martins Filho Diretor(a) do NTI: Luis Alberto Barbosa Azambuja/Samuel Santos Troina Presidente(a) do NUME: Oswaldo José de Paula Barbosa/ Péricles Antônio Fernandes Gonçalves Coordenador(a) do Arquivo Geral: Andrea Gonçalves dos Santos
Cleuza Maria Sobral Dias 2017-2021	Vice-Reitor(a): Danilo Giroldo Pró-Reitor(a) de Planejamento: Mozart Tavares Martins Filho Diretor(a) do NTI: Samuel Santos Troina Presidente(a) do NUME: Péricles Antônio Fernandes Gonçalves Coordenador(a) do Arquivo Geral: Andrea Gonçalves dos Santos/Luciana Oliveira Penna dos Santos
Danilo Giroldo 2021-2025	Vice-Reitor(a): Renato Duro Dias Pró-Reitor(a) de Planejamento: Diego D'Avila da Rosa Pró-Reitor(a) de Inovação e Tecnologia da Informação: Danubia Bueno Espíndola Diretor(a) do CGTI: Diogo Paludo de Oliveira Presidente do NUME: Péricles Antônio Fernandes Gonçalves Coordenador(a) do Arquivo Geral: Luciana Oliveira Penna dos Santos/Andrea Gonçalves dos Santos
Suzane da Rocha Vieira Gonçalves 2025-2029	Vice-Reitor(a): Ednei Gilberto Primel Pró-Reitor(a) de Planejamento: Elenise Ribes Rickes Pró-Reitor(a) de Inovação e Tecnologia da Informação: Silvia Silva da Costa Botelho Diretor(a) do CGTI: Diogo Paludo de Oliveira Presidente(a) do NUME: Péricles Antônio Fernandes Gonçalves Coordenador(a) do Arquivo Geral: Andrea Gonçalves dos Santos

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

S237d Santos, Andrea Gonçalves dos

Do papel ao digital [recurso eletrônico] : problematização, desafios e perspectivas na preservação das fontes na Universidade Federal do Rio Grande - FURG / Andrea Gonçalves dos Santos ; Eduardo Arriada, orientador ; Daniel Flores, coorientador. — Pelotas, 2025.
225 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Acervos. 2. Preservação. 3. História da educação. 4. FURG. I. Arriada, Eduardo, orient. II. Flores, Daniel, coorient. III. Título.

CDD 025.8

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

S237d Santos, Andrea Gonçalves dos

Do papel ao digital [recurso eletrônico] : problematização, desafios e perspectivas na preservação das fontes na Universidade Federal do Rio Grande - FURG / Andrea Gonçalves dos Santos ; Eduardo Arriada, orientador ; Daniel Flores, coorientador. — Pelotas, 2025.
225 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Acervos. 2. Preservação. 3. História da educação. 4. FURG. I. Arriada, Eduardo, orient. II. Flores, Daniel, coorient. III. Título.

CDD 025.8